



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HELISIO AMIRO MOTANY DE ALBUQUERQUE AZEVEDO

**A SEGURANÇA EM TERRITÓRIOS TURÍSTICOS: O CASO DO
MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE**

GOIÂNIA-GO

2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo		
E-mail:	helsio.azevedo@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Professor na Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique		
Agência de fomento:	Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:	DF
		CNPJ:	00889834/0001-08
Título:	A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique		
Palavras-chave:	Segurança. Turismo. Território. Inhambane.		
Título em outra língua:	The security in tourism territories: the case of Inhambane municipality in Mozambique		
Palavras-chave em outra língua:	Security. Tourism. Territory. Inhambane.		
Área de concentração:	Natureza e produção do espaço		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	21/07/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Em Geografia		
Orientador (a):	Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro		
E-mail:	eguimar@hotmail.com		

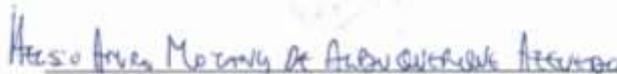
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.



 Assinatura do (a) autor (a)

Data: 28/07/2014

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo**

Aos vinte e um do mês de julho do ano de dois mil e quatorze (2014), a partir das 09h e 00min, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo, intitulada "A SEGURANÇA EM TERRITÓRIOS TURÍSTICOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 048/2014 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (presidente), Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira (membro titular interno), Profa. Dra. Miriam Aparecida Bueno (membro titular interno), Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (membro titular externo) e Profa. Dra. Rosane Balsan (membro titular externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às _____ horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Presidente) – Ass. _____ *EF*

Aprovado Reprovado ()

Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira – Ass. _____ *IJO*

Aprovado Reprovado ()

Profa. Dra. Miriam Aparecida Bueno – Ass. _____ *MB*

Aprovado () Reprovado ()

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo – Ass. _____ *FFA*

Aprovado Reprovado ()

Profa. Dra. Rosane Balsan – Ass. _____ *Rosane Balsan*

Aprovado Reprovado ()

Resultado final: Aprovado Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria..... _____

Danielle Cristina Pereira Dionizio
Assistente Administrativo IESA/UFG
SIAPE: 2072165

HELISIO AMIRO MOTANY DE ALBUQUERQUE AZEVEDO

**A SEGURANÇA EM TERRITÓRIOS TURÍSTICOS: O CASO DO
MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Geografia na área de concentração em natureza e produção do espaço e na linha de pesquisa de dinâmica socioespacial.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

GOIÂNIA-GO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

A994s Azevedo, Helsio Amiro Motany de Albuquerque.
A segurança em territórios turísticos [manuscrito]: o caso do município de Inhambane em Moçambique/ Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo. - 2014.
271 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás,
Instituto de Estudos Sócios-Ambientais, 2014.

Bibliografia.

1. Turismo – Segurança 2. Moçambique – Segurança turística 3. Gestão turística – Moçambique 4. Inhambane (MI) – Segurança turística I. Título.

CDU: 338.48(679)

Dedico este trabalho ao meu pai - Gildo Monteiro de Albuquerque Azevedo - que se despediu do mundo dos vivos quando eu iniciava a "batalha" do doutoramento. Obrigado pelo seu empenho na minha formação. Paz à sua alma!

AGRADECIMENTOS

São várias às individualidades, grupos e instituições que contribuíram para que o aprendizado e o trabalho de pesquisa fossem concretizados. Aos que mencionar e aos que por ventura tiver esquecido, vão os meus sinceros agradecimentos por todo apoio prestado.

Primeiro quero agradecer, de forma muito especial, a minha mãe, Dalila e minha noiva, Madina, que sempre me confortaram com palavras carinhosas para me manter firme e forte, mesmo que distante delas.

Agradeço a minha família (Bisa Benedita, avó Fernanda, Tia Babuxinha e Carmita, Tio Gito e Momed, meus irmãos e primos) por seu incessante apoio antes e durante o curso. Um obrigado especial vai para todos os amigos e conhecidos que sem medir esforços me apoiaram nesta trajetória.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro, em especial e aos demais professores com quem convivi e troquei experiências vai um especial agradecimento pela força moral e apoio intelectual que me prestaram.

Aos colegas do curso, de trabalho e amigos, mais especificamente a Euler, Djemilo, Daniel, Bianque, Ivandra, Dramane, Macaringue, Arlindo, Emídio, Uelinton, Vanito, Eduardo, César, Isaias, Carol, Weder, Gilmar, Anibal, Robinson, Ricardo, Pablo, Suzete, Júlio, Rosana, Rosiane, Benjamim, Angelita, Hellen, Cassio e Rangel também endereço o meu obrigado pelo apoio, amizade transmitida e na correção de diversos aspectos quando puderam fazer.

Aos membros do grupo de estudos Dona Alzira e aos colegas do Laboratório de estudos e pesquisas das dinâmicas territoriais, que, num processo constante de construção de conhecimento coletivo souberam sugerir, recomendar, criticar e apoiar a materialização do trabalho que hoje apresentamos e agradeço, igualmente, pela construção do indivíduo que sou hoje. A minha experiência de passagem pela UFG/IESA é grandiosa porque estive e procurei estar sempre junto de vocês aprendendo e compartilhando a minha humilde experiência de mundo.

De igual modo, agradeço ao Governo Brasileiro, através do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no seu Programa de Estudantes de Convenio – Pós-Graduação (PEC-PG) e a Universidade Federal de Goiás, através do Instituto de Estudos Socioambientais, por terem dado a oportunidade para aprender e consolidar novos e antigos conhecimentos.

Por fim, e não menos importante, vai o meu obrigado a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), através da Direção Científica e da Direção da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane por ter autorizado a minha vinda para realizar este grande sonho e por terem apoiado financeiramente a pesquisa. Estes agradecimentos se estendem, igualmente, ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique, através do Fundo Nacional de Investigação que suportou financeiramente, parte das despesas da atividade de trabalho de campo.

A todos vocês que não mencionei nesta página, mas que estiveram presentes em cada pedaço deste trabalho e da minha vida, vai aquele abraço e agradecimento por tudo que fizeram para me construir como pessoa, de modo a que me permitisse elaborar este trabalho, que se espera ser de utilidade pública em Moçambique e nos demais quadrantes deste planeta.

Kanimambo!!¹

¹ Expressão moçambicana para agradecer e dizer Obrigado!

Toda atividade de planejamento parte necessariamente, de uma antecipação do futuro; seja para definir aonde se pretende chegar e a que realidade futura se pretende construir, seja para antever as condições em que se vai atuar e trabalhar no horizonte temporal futuro para gerar as condições favoráveis à realização dos objetivos.

Buarque (2002)

RESUMO

AZEVEDO, Helsio A. M. A. **A segurança em territórios turísticos**: o caso do município de Inhambane em Moçambique. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

A segurança e o turismo são conceitos que devem seguir acoplados no processo de planejamento e gestão turística para que seja valorizada a paisagem do território turístico. A segurança, enquanto elemento da oferta turística, não deve ser ignorada no processo de desenvolvimento dos territórios, pois estes podem perder a qualidade da imagem e os benefícios advindos do setor, o que poderá instalar o “caos” e um caminho sem precedentes para a (des) valorização da paisagem. O presente trabalho procurou mostrar a importância da segurança para o desenvolvimento da atividade turística no município de Inhambane (MI) em Moçambique. Em uma época em que as demandas turísticas estão mais exigentes e qualificadas e a concorrência entre os destinos turísticos maiores, planejar o território a partir de estudos da oferta, se mostra tarefa fundamental, dos gestores públicos e privados. Buscou-se, por intermédio da pesquisa bibliográfica e documental, da aplicação de questionários e de entrevistas, da observação e da realização de um workshop, informações que suportassem a construção teórica sobre a segurança turística e elucidassem as situações reais de destinos turísticos que sofreram pela fraqueza no seu sistema de segurança. Moçambique e o MI não estão alheios a essas realidades, pois o estudo demonstrou que existem problemas no planejamento e gestão do turismo no geral e especificamente da segurança turística. Entende-se assim que o MI e Moçambique são destinos que podem ver seus esforços fadados ao insucesso se a curto e médio prazo, os gestores do turismo, não incorporarem em suas ações de planejamento e gestão elementos concretos que contribuam para melhorar a qualidade da oferta turística. Conflitos políticos e militares e a exposição do território a eventos extremos como o ciclone, por exemplo, associado à carência de recursos e ao fraco preparo dos gestores privados e públicos, são os principais riscos que podem “minar” o desenvolvimento do turismo especificamente e o desenvolvimento local de modo geral. As situações descritas suportam a tese de os intervenientes do setor do turismo, no município de Inhambane, ignoram a segurança turística como elemento central para prover dinâmicas sócio espaciais positivas, fato que levará o setor do turismo ao insucesso.

Palavras-chave: Segurança. Turismo. Território. Inhambane.

ABSTRACT

AZEVEDO, Helsio A. M. A. **The security in tourism territories: the case of Inhambane municipality in Mozambique.** 2014. 267 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

The safety, security and tourism are concepts that must keep engaged in the process of tourism planning and management to value the landscape of tourist territory. Security, as part of the tourist offer, should not be ignored in the process of development of territories, because they may lose the image quality and the benefits from the sector, which can install the chaos and unprecedented way to valorize or devaluate the landscape. This study aimed to show the importance of safety for the development of tourism at Inhambane municipality (IM) in Mozambique. In a time that tourist demands are more exigent and qualified and the competition bigger between the tourist destinations, the activities of planning the territory through studies of touristic offer, are crucial, to public and private managers. Through bibliographic and documental review, the use of questionnaires and interviews, observation and a workshop, sought information's that supported the theoretical construction of tourist safety and also elucidate the real situations of tourist destinations that experienced by weakness in its security systems. Mozambique and the IM are not far from this reality, because the study demonstrated that there are problems in the tourism planning and management, in general, and specifically in the tourism safety. It is understood that the IM and Mozambique are destinations that can see their efforts doomed to failure if in short and medium time, the managers of tourism, not incorporate, into their planning and management, specific actions that contribute to improving the quality of tourist offer. Political and military conflicts and the exposure of the territory to extreme events in the territories, as the cyclones, for example, associated with the lack of resources and weak preparedness of private and public managers are the main risks that could "undermine" the tourism development specifically and local development in general. The situations described support the thesis that the stakeholders in the tourism sector, in Inhambane municipality, ignore the tourist safety as a key element for providing positive social and spatial dynamics, situation that will lead the tourism sector to failure.

Keywords: Security. Tourism. Territory. Inhambane.

LISTA DE QUADROS

Pág.

Quadro 01	Notícias sobre segurança em Moçambique e Inhambane	23
Quadro 02	Cronologia dos acontecimentos históricos do Município de Inhambane (1498-1986)	46
Quadro 03	Formações geológicas do MI	56
Quadro 04	Lista de espécies protegidas em Moçambique	60
Quadro 05	Lista de bairros e distribuição da população no MI	62
Quadro 06	Motivações das viagens em turismo	69
Quadro 07	Fatores que influenciam negativamente as viagens de turistas	71
Quadro 08	Abordagens do planeamento para o turismo	77
Quadro 09	Contribuição da geografia para o turismo	84
Quadro 10	Categorias geográficas e suas definições	88
Quadro 11	Potencial turístico por regiões de Moçambique	101
Quadro 12	Lista de principais monumentos do MI	111
Quadro 13	Tipos de atrativos do MI	112
Quadro 14	Quantidade, linhas e tipos de transportes terrestres.	122
Quadro 15	Quantidade de embarcações no MI	122
Quadro 16	Lista de empresas provedoras de comunicação	124
Quadro 17	Distribuição dos meios de transporte pelos bairros no ano 2013	127
Quadro 18	Categorias de Riscos	145
Quadro 19	As mudanças no conceito de segurança (1950-2010)	149
Quadro 20	Variáveis da relação turismo e segurança	160
Quadro 21	Tipos de segurança estudados em turismo	161
Quadro 22	Esquema da matriz SWOT/FOFA	165
Quadro 23	Serviços sanitários privados do município de Inhambane	177
Quadro 24	Exemplos de instrumentos nacionais e municipais para a gestão ambiental e turística na Praia da Barra	188
Quadro 25	Avaliação dos turistas sobre a segurança proveniente de infraestrutura básica – poder público	198
Quadro 26	Avaliação dos turistas sobre a segurança proveniente de infraestrutura turística – setor privado	199
Quadro 27	Análise FOFA da segurança turística do município de Inhambane	201
Quadro 28	Síntese da análise FOFA	205
Quadro 29	Recomendações para melhoria da segurança turística no MI	212

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Pág.

Fotografia 01	Paisagem artificial: Retrato da presença árabe na região /Mesquita Velha - Município de Inhambane	92
Fotografia 02	Paisagem natural: Praia do Tofinho - Município de Inhambane.	92
Fotografia 03	Atrativos turísticos do município de Inhambane	111
Fotografia 04	Vendedores informais na praia da Barra	119
Fotografia 05	Tipos de estradas do município de Inhambane	120
Fotografia 06	Estradas alagadas no povoado de Lindela (esquerda) e na estrada da Praia da Barra (direita)	121
Fotografia 07	Valas de drenagem abertas na via pública	126
Fotografia 08	Poço a céu aberto no MI	129
Fotografia 09	Fontanária no MI	129
Fotografia 10	Coletora de resíduos líquidos em fossas sépticas no MI	130
Fotografia 11	Tipo de via de acesso rodoviário	180
Fotografia 12	Pista de aterragem do aeródromo de Inhambane	182
Fotografia 13	Embarcação marítima com falta de coletes salva-vidas.	184
Fotografia 14	Construção de piscina e <i>beach bar</i> na orla marítima (Praia da Barra).	190

LISTA DE ESQUEMAS

	<i>Pág.</i>
Esquema 01	Sistema para elaboração da tese 26
Esquema 02	Exemplo de análise dos resultados usado na avaliação dos elementos da STM 31
Esquema 03	Tipologias de viajantes 68

LISTA DE GRÁFICOS

	<i>Pág.</i>
Gráfico 01	Evolução do número de hóspedes entre 2006-2010 em Moçambique 105
Gráfico 02	Tipos de seguros dos estabelecimentos turísticos 193
Gráfico 03	Tipos de medidas de segurança adotadas pelos estabelecimentos turísticos 194
Gráfico 04	Tipos de medidas de segurança adotadas pelos turistas 197

LISTA DE MAPAS

Pág.

Mapa 01	Situação geográfica de Moçambique no mundo e em África	48
Mapa 02	Moçambique: divisão por províncias	51
Mapa 03	Localização regional e limites do Município de Inhambane	54
Mapa 04	Distribuição da oferta turística no Município de Inhambane	116
Mapa 05	Criminalidade no município de Inhambane (2006-2010)	172
Mapa 06	Raio de abrangência das U.S. por bairros - 2013	176
Mapa 07	Unidades paisagísticas da Praia da Barra no município de Inhambane/Moçambique, 2013.	189

LISTA DE TABELAS

Pág.

Tabela 01	Áreas e População por província em Moçambique	51
Tabela 02	Chegadas de turistas internacionais na região da CDAA entre 2003-2010	104
Tabela 03	Investimentos e empregos gerados no sector de Turismo e Hotelaria em Moçambique entre 2003-2009	106
Tabela 04	Contribuição do Turismo no PIB de Moçambique	106
Tabela 05	Entrada de estrangeiros por via aérea no MI (2007-2010)	113
Tabela 06	Entrada total de turistas na província de Inhambane em 2010	114
Tabela 07	Distribuição dos estabelecimentos pelos lugares turísticos do município-2011	115
Tabela 08	Indicadores do sector do turismo da província de Inhambane - 2011	117
Tabela 09	Investimentos no sector do turismo do MI (2005-2008)	118
Tabela 10	Movimento de turistas, nos EUA, antes e depois do atentado terrorista de 11/9/2001.	158
Tabela 11	Distribuição das U.S. por bairros, tipo e população assistida.	175
Tabela 12	Distribuição dos profissionais de saúde por categoria em 2013	178
Tabela 13	Causas de internamento nas U.S.	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIE	Administração do Parque Imobiliário do Estado
ARM	Assembleia da República de Moçambique
BAU	Balcão de Atendimento Único
BCI	Banco Comercial de Investimentos
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDA	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
CMCI	Conselho Municipal da Cidade de Inhambane
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DECF	Departamento de Educação e Cultura da Frelimo
DHUEM	Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane
DPCAI	Direção Provincial para a Coordenação Ambiental de Inhambane
DPTRAB	Direção Provincial do Trabalho
DPTUR	Direção Provincial de Turismo
DPTURI	Direção Provincial de Turismo de Inhambane
EDM	Eletricidade de Moçambique
EN1	Estrada Nacional Número 1
EUA	Estados Unidos da América
Fig.	Figura
ha	Hectare
IESA	Instituto de Estudos Sócio - Ambientais
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
Km²	Quilômetros quadrados
LABOTER	Laboratório de estudos e pesquisas das dinâmicas territoriais
MI	Município de Inhambane
MITUR	Ministério do Turismo de Moçambique
OMT	Organização Mundial do Turismo
PEDTM	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique
PEGM	Portal Eletrónico do Governo de Moçambique
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PQG	Plano Quinquenal do Governo

SADC	Southern African Development Community
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Brasil
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

Pág.

RESUMO

ABSTRACT

Lista de quadros

Lista de fotografias

Lista de esquemas

Lista de gráficos

Lista de mapas

Lista de tabelas

Lista de abreviaturas e siglas

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE.....	33
--	-----------

1.1 Trajetória histórica de Moçambique.....	34
---	----

1.2 Trajetória histórica do município de Inhambane.....	44
---	----

1.3 Características geográficas de Moçambique.....	47
--	----

1.4 Características geográficas do município de Inhambane.....	53
--	----

CAPÍTULO II – O TURISMO, GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO.....	64
---	-----------

2.1 Turismo: definições e características.....	66
--	----

2.2 O planejamento do turismo.....	72
------------------------------------	----

2.3 A relação e importância da Geografia para o Turismo e para a Segurança.....	81
---	----

2.4 As categorias geográficas aplicadas a estudos de turismo.....	86
---	----

2.4.1 A paisagem turística.....	89
---------------------------------	----

2.4.2 O lugar turístico.....	94
------------------------------	----

2.4.3 O território turístico.....	96
-----------------------------------	----

CAPÍTULO III – TURISMO EM MOÇAMBIQUE E NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE.....	100
--	------------

3.1 O Turismo em Moçambique: aspectos da paisagem e do território.....	100
--	-----

3.2 O turismo no município de Inhambane: análise do lugar a partir das paisagens e da organização territorial.....	109
--	-----

CAPÍTULO IV – SEGURANÇA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E SUAS RELAÇÕES COM O TURISMO.....	132
4.1 Segurança, insegurança, medo, riscos, vulnerabilidades e violência: conceitos correlacionados.	132
4.2 A importância da segurança para o desenvolvimento do turismo.....	147
4.3 As dimensões públicas e privadas do conceito de segurança em turismo.....	153
CAPÍTULO V – A SEGURANÇA TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE - MOÇAMBIQUE.....	163
5.1 A matriz SWOT e sua aplicação em estudos de segurança turística.....	164
5.2 Segurança na esfera pública do município de Inhambane.....	166
5.3 A segurança na esfera privada no município de Inhambane.....	191
5.3.1 A segurança nos estabelecimentos de alojamento, restauração e escolas de mergulho do município de Inhambane.....	192
5.3.2 Avaliação dos turistas quanto à segurança turística no município de Inhambane.....	196
5.4 Matriz síntese da análise das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades da segurança turística no município de Inhambane.....	201
CONCLUSÃO.....	206
REFERÊNCIAS.....	215
APÊNDICES.....	231
ANEXOS.....	269

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade socioeconômica que tem registado alto nível de crescimento no cenário internacional, principalmente depois da segunda Guerra Mundial, equiparando-se com os índices de crescimento da indústria do petróleo e de armamento (RODRIGUES, 1999).

Esse crescimento faz com que, cada vez mais, exija-se melhor qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos por essa atividade. A qualidade dos produtos e serviços é um conceito que se propaga com muita força na sociedade contemporânea. Sua importância é irreversível e, segundo Henriques (2003, p. 124), a “qualidade do produto tornou-se atualmente um imperativo produtivo e, contrariamente à idéia divulgada, ela não é necessariamente sinônimo de aumento de custos e de baixas na produtividade”.

Por sua natureza, a atividade turística obriga o deslocamento de pessoas em busca de paisagens e lugares diferentes de seu cotidiano para praticar atividades que não estejam relacionadas à remuneração.

Os deslocamentos que essas pessoas realizam obrigam a alterações paisagísticas e territoriais dos lugares que os recebem e dos que os emitem. Segundo Rodrigues (1999), esses deslocamentos, regra geral, obrigam/originam o consumo, a transformação e a (re) invenção do lugar, para que se valorize a paisagem no sentido de se captar a demanda turística. Neste sentido, a Geografia fornece aportes metodológicos que contribuem para a compreensão das dinâmicas socioespaciais de determinado território, isto é, o turismo ocorre no espaço criando impactos diferenciados, positivos e negativos, que alteram estruturas socioeconômicas e ambientais.

Ao se valorizar a paisagem, em determinado lugar, são gerados impactos positivos e negativos que vão criar e influenciar a imagem do lugar turístico. Quanto menos impactos negativos existirem/acontecerem no destino turístico, maior será o valor atribuído à paisagem e, conseqüentemente, maiores serão os ganhos econômicos, sociais e ambientais que irão advir da atividade turística, para o residente, para o investidor e para o visitante.

A manutenção de ganhos provenientes da atividade turística dependerá essencialmente da construção de uma boa imagem e da observação dos padrões de qualidade da oferta dos produtos turísticos do destino. Para se lograrem esses intentos, é importante que os gestores da atividade privilegiem o planejamento integrado dos componentes da oferta turística. Este fato é enaltecido por Henriques (2003) quando explica que a qualidade no turismo contribui

para o desenvolvimento durável, ao melhorar a competitividade das empresas, ao responder às aspirações sociais e ao preservar o ambiente cultural e natural.

Para tal, o mesmo autor sugere que a abordagem do destino turístico precisa pautar-se pela gestão integrada da qualidade (GIQ). Figueira e Dias (2011, p. 12) suportam os pressupostos de Henriques (2003) ao explicarem que

A competição num mundo globalizado está diretamente relacionada com o aumento da qualidade do produto, a sua diversidade, com o atendimento das necessidades de um cliente que é cada vez mais exigente. As cidades devem apregoar as suas qualidades, em função das necessidades da procura. Se a procura maior é orientada, por exemplo, pelo sossego, paz e tranquilidade, estes devem ser os atributos de produto a ser comercializado para o segmento específico que se pretende captar.

Portanto, vários são os elementos da GIQ que se precisam criar, pelos gestores de destinos turísticos, no intuito de que o visitante/turista, durante sua visita/estadia, possa satisfazer suas necessidades; entre eles podem destacar-se: o preço dos produtos e/ou serviços, o tempo da viagem, o transporte utilizado, a segurança do lugar visitado, bem como do local de hospedagem, entre outros fatores (SWARBROOKE; HORNER, 2002).

O fator segurança, ao contrário, por exemplo, do fator transporte, comunicação e preço, tem sido vagamente analisado no âmbito do planejamento turístico. Vários autores que abordaram o planejamento turístico dos destinos (Beni, 2002; Ruschmann, 1997; Petrocchi, 1998; Barreto, 1995; Boullón, 2002; Henriques, 2003; entre outros atores) mencionam a segurança como elemento importante e decisivo da oferta turística e relevante na escolha do lugar pelo turista.

Estes, porém, não detalham suas especificidades, fato que limita a compreensão das implicações do mau funcionamento desse elemento dentro do sistema turístico, isto é, esses autores não contemplam, em suas abordagens, a compreensão dos impactos específicos da (in) segurança para o destino, bem como não fornecem suportes metodológicos para análise da segurança dos territórios turísticos. Tarlow (2012a, p. 111) enfatiza esse aspecto ao abordar que “apesar de muitas disciplinas fazerem uma distinção clara no aspecto da segurança, cientistas e profissionais de turismo não o fazem”.

Comoane (2007, p. 121), ao explicar os impactos do turismo sobre determinado território, menciona a importância da segurança no turismo e realça a prioridade do estudo desse elemento, afirmando que

O turismo, geralmente, não conhece fronteiras. As pessoas viajam de um ponto para o outro desde que o país de destino ofereça as condições que constituem o motivo de opções dos turistas. No entanto, o turista é, por natureza, muito sensível a tudo que possa constituir ameaça a sua segurança. Num país onde há guerra ou sob ameaça de terrorismo, por muitos atractivos que se ofereçam, ninguém quererá estar. Por isso, os esforços desse país serão no sentido de criar condições de paz e segurança a fim de não desviar turistas para outros pontos do mundo ou até permanecer isolado.

O presente trabalho, na perspectiva de contribuir para uma melhor compreensão desse importante elemento da oferta turística local - a segurança -, abordará a relação entre a segurança e o turismo ao fornecer aportes específicos que permitam visualizar como esta influencia ou não a qualidade do território turístico, isto é, como a segurança colabora nas transformações e dinâmicas dos lugares turísticos.

Ao se verificarem fraquezas na segurança de determinado destino turístico, regra geral gera-se o medo, que pode alterar roteiros diários e, também, pode influenciar negativamente as viagens e a atividade turística.

Diante do que foi concebida, uma pergunta central e inicial foi relevante na consecução deste trabalho: como a segurança, em contraponto com a imagem de violência, torna-se ingrediente da valorização dos lugares turísticos, isto é, tal como se encontra a realidade atual de insegurança do mundo, os destinos turísticos - especificamente o de Inhambane - podem prescindir da segurança na valorização e promoção do potencial/produto turístico dos lugares turísticos?

Para Rejowski (1998), Handszuh (2010), Grunewald (2010), Kóvári e Zimányi (2011), entre outros autores, uma imagem negativa gerada pelos elevados índices de violência e instabilidade influenciam diretamente a escolha de um destino turístico, o que leva os agentes da atividade turística a evitar a procura de lugares considerados inseguros, a ponto de afetar a imagem do destino perante a demanda turística e/ou público consumidor.

Autores como Barreto (1995), Ruschmann (1997), Santana (2001), Molina (2003), Gollo (2004), Braggio (2007), entre outros, mencionam o fator segurança como um aspecto decisivo/determinante na escolha do produto e do destino turístico. Soares (2006) salienta que a segurança é uma necessidade humana primária; o que a faz ser um importante aspecto de análise para quem viaja.

Os diversos atentados ocorridos no final do séc. XX e princípios do séc. XXI, a destacar os atentados terroristas em Nairóbi, no Quênia, em 1998 e 2002 e o das torres gêmeas de Nova Iorque nos Estados Unidos da América em 11 de Setembro de 2001, assim

como a onda de pirataria marítima internacional, no Oceano Índico¹, tem despertado preocupações em inúmeros segmentos da sociedade global.

Esses acontecimentos mostram que mesmo destinos turísticos tradicionais e detentores de sistemas de segurança avançados também estão sujeitos a interferências que fogem a seu controle (GOLLO, 2004). Ora, em um mundo povoado de imagens violentas, muitas vezes a partir do “comércio” simbólico do medo pelas grandes empresas de comunicação e informação (mídias) em nome de audiências, transforma a segurança em peça chave de análise/estudo da atividade turística.

Em Moçambique, destino turístico emergente no continente africano e no planeta, o fator segurança também merece a atenção dos organismos gestores da atividade, tendo o Ministério do Turismo (2004, p. 42), por meio do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (PEDTM), identificado o fator segurança como um dos constrangimentos para o desenvolvimento do turismo nesse país. Aliado a este fato, os dezesseis anos de conflito armado interno (1976-1992) proporcionam ao país uma invisibilidade na escala internacional, relacionada também à imagem de insegurança resultante desse conflito.

O presente trabalho procura, primeiro, construir um marco conceitual sobre segurança turística e a construção de mecanismos de análise em destinos turísticos; depois, buscou analisar como esse fator é abordado e/ou considerado nas políticas de desenvolvimento local do setor do turismo, no município de Inhambane (MI), ao partir da hipótese de que, atualmente, o fator segurança no MI, tanto na esfera privada como na pública, não tem merecido atenção dos agentes da atividade turística e que a imagem do destino turístico em estudo é afetada pelas fraquezas e ameaças do sistema de segurança; fato que contribui para fraca qualidade e para a baixa competitividade face a seus concorrentes nacionais e internacionais.

O estudo da segurança turística priorizou dois eixos para análise: o primeiro é o da segurança pública, que se relaciona com as condições de segurança (leis, infraestrutura rodoviária, policiamento, entre outras) criadas pela municipalidade para garantir o bem estar dos residentes, visitantes e/ou turistas, bem como dos investidores do setor do turismo; o segundo relaciona-se à segurança privada, a do turista/visitante, proporcionada pelos

¹ Segundo Tarlow (2012a, p. 116) “desde os anos de 1980, os turistas têm visto os atos de terrorismo crescer, especialmente no Oceano Índico, na costa africana”. Moçambique é um país banhado pelo Oceano Índico e no dia 27 de Dezembro de 2010 uma embarcação pesqueira nacional foi sequestrada ao largo da costa da província meridional de Inhambane.

proprietários das unidades de acolhimento, isto é, as condições criadas para que os turistas/visitantes durante sua estada/passagem estejam e se sintam protegidos de infratores e eventos (naturais ou antrópicos) que perturbem a paz e o bem-estar.

O estudo da segurança turística municipal, por meio da particularização em segurança pública e privada parte da lógica de Henriques (2003). Este explica a gestão da qualidade turística, ao nível dos produtos turísticos específicos ao contexto empresarial; a gestão da qualidade do produto turístico composto, a organização regional e o contexto macroeconômico do destino turístico.

A compreensão da situação do sistema de segurança mostra-se importante porque o mau funcionamento de um desses eixos (público e privado) contribuirá para: insatisfação do turista, a perda de qualidade da oferta turística, a queda da imagem do destino diante de seus concorrentes e, conseqüentemente, na redução da qualidade de vida dos que estão, direta ou indiretamente, relacionados à atividade (trabalhadores de hotéis e bares, comerciantes, artesãos, agricultores, entre outros) e/ou dela dependentes.

Vale ressaltar que estudos desse tipo, em língua portuguesa, são exíguos em Moçambique² e em parte dos países que compõem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esse fato foi constatado através de pesquisa nas bibliotecas *online*³ das universidades que oferecem cursos de graduação e pós-graduação em turismo, segurança e áreas afins no Brasil, em Portugal e em Moçambique, bem como nos portais de busca *online* e de periódicos nacionais e internacionais - SABER, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Emerald*, *SciELO*, Google, entre outros.

Igualmente, durante eventos locais, nacionais e internacionais, buscou-se, junto a professores/especialistas⁴, tomar conhecimento do “estado da arte”, tendo-se apurado que a idéia da discussão sobre segurança turística numa forma mais ampla, como se apresenta neste

² Em Moçambique existe um único curso de Pós-Graduação em Turismo, que teve seu início no ano de 2013, e espera-se que as primeiras defesas de dissertação ocorram em 2015. Nos cursos de graduação existentes, após levantamento junto aos programas em instituições de ensino, públicas e privadas, foi possível verificar que ainda não se abordou a temática segurança em destinos turísticos; daí considerar-se que seja este o primeiro estudo sobre o assunto (vide em apêndice 1 o levantamento das instituições que oferecem cursos de turismo em Moçambique).

³ Livros, teses, dissertações, monografias, artigos, entre outros foram buscados.

⁴ Os seguintes acadêmicos/especialistas que estudam, lecionam e pesquisam sobre segurança e/ou turismo foram contatados: Maria Stela Grossi Porto (Universidade de Brasília, Brasil); Cesar Barreira (Universidade Federal Catarinense, Brasil), Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Alexandre Magno Alves Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Ramón García Marín (Universidade de Murcia, Espanha), José Silva (Universidade Pedagógica, Moçambique), António Queface (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique), entre outros.

trabalho, é inovadora e pioneira nos países de expressão portuguesa no geral, especificamente, em Moçambique.

O período escolhido para o estudo (2008-2013) prendeu-se ao fato de nele ter-se registrado acentuado crescimento nas chegadas de turistas e excursionistas a Moçambique e no município de Inhambane e por terem sido criadas, pelo Governo de Moçambique, as condições político-administrativas⁵ para o desenvolvimento do setor turístico.

Este estudo mostra-se relevante porque fornece subsídios para que os agentes da atividade turística tenham subsídios de orientação para proporcionar o máximo de bem estar a quem reside, investe e visita o destino turístico Inhambane.

A consecução desse objetivo passa, essencialmente, pelo desenvolvimento de ações concretas que visem à mitigação de lacunas ou problemas identificados através da implantação de sistemas de segurança adequados às necessidades do destino. Assim, espera-se que este trabalho possa servir, também, de base de consulta por parte da sociedade civil, pesquisadores, estudantes e outros interessados em diversos fins, tais como consultas bibliográficas e pesquisas acadêmicas, pois é possível verificar a escassez de trabalhos relativos ao município de Inhambane e à temática turismo e segurança.

O turismo é uma atividade que apoiará, principalmente, os países em desenvolvimento na diversificação de sua base produtiva, bem como contribui para empregar parte de mão de obra não qualificada, dada a natureza e diversidade das atividades que aí se praticam. Igualmente, por sua natureza pedagógica, o turismo permite múltiplas possibilidades de compreensão e aprendizado da relação entre os seres humanos e estes com a natureza.

Desde que a guerra civil terminou, tem-se estado a desenvolver ações, em diversos níveis, para que o turismo se torne uma ferramenta de combate à pobreza por meio de ganhos na entrada de divisas, na criação de postos de emprego, bem como na construção e expansão de infraestrutura resultante, também, da expansão da atividade turística pelo país.

Moçambique é um país emergente no setor do turismo em África e no planeta. Sua localização, a diversidade de recursos naturais e culturais, a hospitalidade, entre outros elementos, contribuem para que os indicadores do setor estejam a registrar altas consideráveis a nível regional. Dentro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, composta por 15 países, em que se encontra inserido, entre 2007 e 2010, em termos de chegadas internacionais, o país somente perdeu a posição de liderança para a África do Sul e tem

⁵ É importante esclarecer que o Ministério do Turismo de Moçambique foi criado no ano de 2000 e suas políticas, seus planos e estratégias de desenvolvimento foram criadas em 2003 e 2004. Assim, o ano de 2008 mostra-se importante como período inicial de análise/avaliação da implementação dos instrumentos criados.

trocado de posições com o Zimbábue e Botswana. Esse crescimento de chegadas se traduziu no crescimento de investimentos, fato que demonstra a emergência do país (CENTRO DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS, 2013).

O município de Inhambane é um dos destinos turísticos em Moçambique e possui diversidade de recursos turísticos que o ajudam na captação de cota expressiva de turistas da demanda total nacional⁶. As praias, da Barra, do Tofo e do Tofinho; o clima da região, a facilidade para prática do mergulho e safaris oceânicos aliados a seu patrimônio histórico-cultural têm trazido considerável número de turistas e investimentos ao município; trata-se, portanto, de atrativos turísticos diferenciados que motivam chegadas de nacionais e estrangeiros.

Entretanto, apesar de todo potencial e do crescimento do fluxo turístico que se verifica, têm sido noticiados nos órgãos de comunicação locais e internacionais problemas relacionados à falta de segurança no município de Inhambane e em áreas vizinhas (como por exemplo, o distrito de Jangamo, Morrumbene e Maxixe) e áreas de entrada oficial de turistas (Maputo, a capital do país, é o exemplo contemporâneo), comprometendo assim, dada a proximidade, a imagem do destino⁷ (conforme ilustra o quadro 1, com exemplos de títulos em jornais e/ou rádios nacionais e internacionais).

Aliado aos problemas locais, regionais e nacionais, vive-se no continente o reaparecimento de pirataria marítima⁸ e de conflitos políticos internos em países vizinhos (Zimbabwe e Madagascar são exemplos atuais), fato que pode, por força da proximidade e das relações, “manchar” a imagem que se tenta criar e melhorar do país e da região.

⁶ Dados estatísticos de entradas de turistas por municípios ainda não existem em Moçambique, pois não são realizados inquéritos a respeito do turismo em escala municipal pelos órgãos de estatística do país e da municipalidade. No entanto, as épocas de alta e baixa estão identificadas e os números de fluxos são definidos, basicamente, pelo número de hóspedes e de entradas nos aeroportos e nos alojamentos. Apesar de não existirem dados comprobatórios, os organismos oficiais (Ministério do Turismo, Instituto Nacional de Estatística, Direção Provincial do Turismo, Município de Inhambane) suportam sempre que o MI é um destino relevante na captação de divisas e turistas no país.

⁷ Sobre este assunto, o criminalista moçambicano e antigo Diretor da Polícia de Investigação Criminal de Moçambique, António Frangoulis, em entrevista ao Jornal da Noite (1/2/2012, 20h: 06m) na Televisão STV explicou que “a onda de raptos e assassinatos a cidadãos estrangeiros, que se verificam na capital, pode contribuir para a redução de investimentos estrangeiro dada a insegurança que se vive”

⁸ Vide artigo sobre o assunto em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/20741-imigracao-ilegal-e-pirataria-maritima-maiores-desafios-de-mocambique>.

Quadro 1 - Notícias sobre segurança em Moçambique e Inhambane

Item	Título	Data	Tipo de Segurança	Jornal	País
1	Turistas sul-africanos assaltados em Inhambane	14/04/2010	Pública	Canal de Moçambique	Moçambique
2	Moçambique: onda de crimes levanta temor sobre segurança turística ⁹	14/05/2010	Ambiental	Times Live	África do Sul
3	Moçambique minimiza ameaça de tsunami ¹⁰	11/04/2012	Ambiental	News24	África do Sul
4	Tempestades mortíferas atingem Moçambique, 8 pessoas morrem ¹¹	05/03/2012	Ambiental	News24	África do Sul
5	Perigo iminente: Travessia Inhambane-Maxixe	21/08/2012	Pública	Rádio Moçambique	Moçambique
6	Empresário raptado em Maputo por homens vestidos de polícia	18/02/2013	Pública	Rádio, Televisão Portuguesa	Portugal
7	Turista alemão morre afogado no Tofo	12/10/2013	Nos serviços	Jornal Notícias	Moçambique
8	Moçambique: 20 anos de paz em risco? ¹²	11/04/2013	Nacional	AllAfrica	África do Sul

Fonte: Levantamento realizado, na internet, pelo autor, 2013.

Outro fato importante a destacar é a inserção do nome país nos *Travel Warning/Travel Advice* (Avisos/Alertas de viagem) de países como os Estados Unidos da América, Reino Unido e Canadá¹³. Nesses portais, Moçambique é apresentado como um território com problemas de segurança pública, ambiental, rodoviária etc. e que deve merecer atenção, por parte de quem viaja, ao planejar a deslocação e enquanto estiver no país. Este fato poderá criar desincentivo para viagens ao país e inibir passeios e contatos por ocasião durante a visita a este. Importante referir que não há desacordo com o descrito nos portais, pois eles apresentam alertas importantes para ajudar os visitantes e deveriam servir de base de trabalho para os gestores públicos, no sentido de promover melhorias nos aspectos descritos.

Esses acontecimentos propalados pela mídia nacional e internacional denigrem, primeiro, a imagem do país e, depois, a do espaço turístico em estudo, podendo ser cruciais para que o destino perca demandas atuais e futuras; visto que, em *marketing* um cliente/turista insatisfeito pode influenciar negativamente cerca de sete potenciais turistas (RODRIGUES,

⁹ No original: Mozambique crime wave raises tourism security fears.

¹⁰ No original: Mozambique downplays tsunami threat.

¹¹ No original: Deadly storms strike Mozambique, 8 dead.

¹² No original: Mozambique: Twenty Years of Peace at Risk?

¹³ Vide informações referenciadas nos seguintes portais: <https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/mozambique;> <http://smartraveller.gov.au/zw-cgi/view/Advice/Mozambique> e http://travel.state.gov/travel/cis_pa_tw/cis/cis_976.html.

1999). Figueira e Dias (2011, p. 10) enfatizam a importância da construção da imagem ao afirmarem que

Num mundo em que as fronteiras restringem cada vez menos o contacto entre as pessoas e o fluxo de informações é constante e intenso, os municípios passam a integrar-se rapidamente numa disputa global com outras cidades e regiões, seja para disputar a vinda de empresas que poderão trazer mais-valias econômicas e empregos, grandes empreendimentos comerciais ou de lazer, eventos que poderão atrair milhares de pessoas ou um constante e permanente fluxo turístico de visitantes que poderão ser atraídos e poderão permanecer alguns dias no território e assim movimentar a economia local, deixando divisas e promovendo o desenvolvimento. **Qualquer que seja o objetivo, o elemento mais importante para atrair a atenção, é a imagem construída pela cidade.** Esta deve sempre ser bem trabalhada como um produto a ser consumido no ambiente global da atividade (grifo nosso).

Assim, ao longo deste trabalho, procurou-se concretamente responder à seguinte questão: sendo o município de Inhambane um lugar turístico com indicadores de crescimento consideráveis, pretende-se compreender como os gestores públicos do município de Inhambane, prestadores de serviços turísticos e população local contribuem para que o destino turístico mantenha índices de segurança satisfatórios ao ponto de não comprometerem a imagem e qualidade do município e do país, pois este, em âmbito internacional, ainda possui uma imagem negativa, devido à guerra civil que aí ocorreu, bem como por ser um país com altos índices de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano que originam vários impactos sobre o meio, a destacar, o desemprego, roubos, furtos, sequestros, trabalho informal, entre outros?

O estudo partiu do pressuposto de que a segurança turística no município de Inhambane tanto na esfera privada, como na pública, não tem merecido atenção nas ações de planejamento e gestão do destino, isto é, os critérios/indicadores locais, nacionais e internacionais que definem o território como seguro não são observados por parte dos agentes da atividade turística, ao se fazer com que imagem gerada pela insegurança afete negativamente, a curto e médio prazo, o crescimento do setor, reduzindo o número de chegadas de turistas e investidores e limitando a captação de novas demandas. Esse fato inibirá o desenvolvimento célere do setor e contribuirá, primeiro, para um posicionamento baixo face aos seus concorrentes nacionais, regionais e internacionais e, depois, para redução de números de empregos que, conseqüentemente, continuará originando baixos índices de desenvolvimento humano local.

O presente trabalho buscará alcançar o seguinte objetivo geral: estudar a segurança, pública e privada, em destinos turísticos de modo geral e, especificamente, no município de

Inhambane em Moçambique. O objetivo geral deste estudo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (1) contextualizar Moçambique a partir de sua história e geografia; (2) analisar a relação entre turismo, geografia e planejamento; (3) descrever o setor do turismo em Moçambique e no município de Inhambane; (4) mapear a oferta turística do município de Inhambane; (5) abordar os pressupostos teóricos da segurança e suas relações com o turismo; (6) descrever os tipos de riscos que envolvem os turistas, prestadores de serviços turísticos e populações locais no município de Inhambane; (7) identificar instrumentos legais que abordam a segurança e turismo em Moçambique e no município de Inhambane; (8) caracterizar a infraestrutura pública existente para garantir a segurança dos residentes, turistas e prestadores de serviços turísticos no município de Inhambane; (9) avaliar a segurança nos estabelecimentos de acolhimento aos turistas e a satisfação dos prestadores de serviços turísticos em relação ao aspecto segurança do município de Inhambane e (10) avaliar a satisfação dos turistas em relação ao aspecto segurança no município de Inhambane.

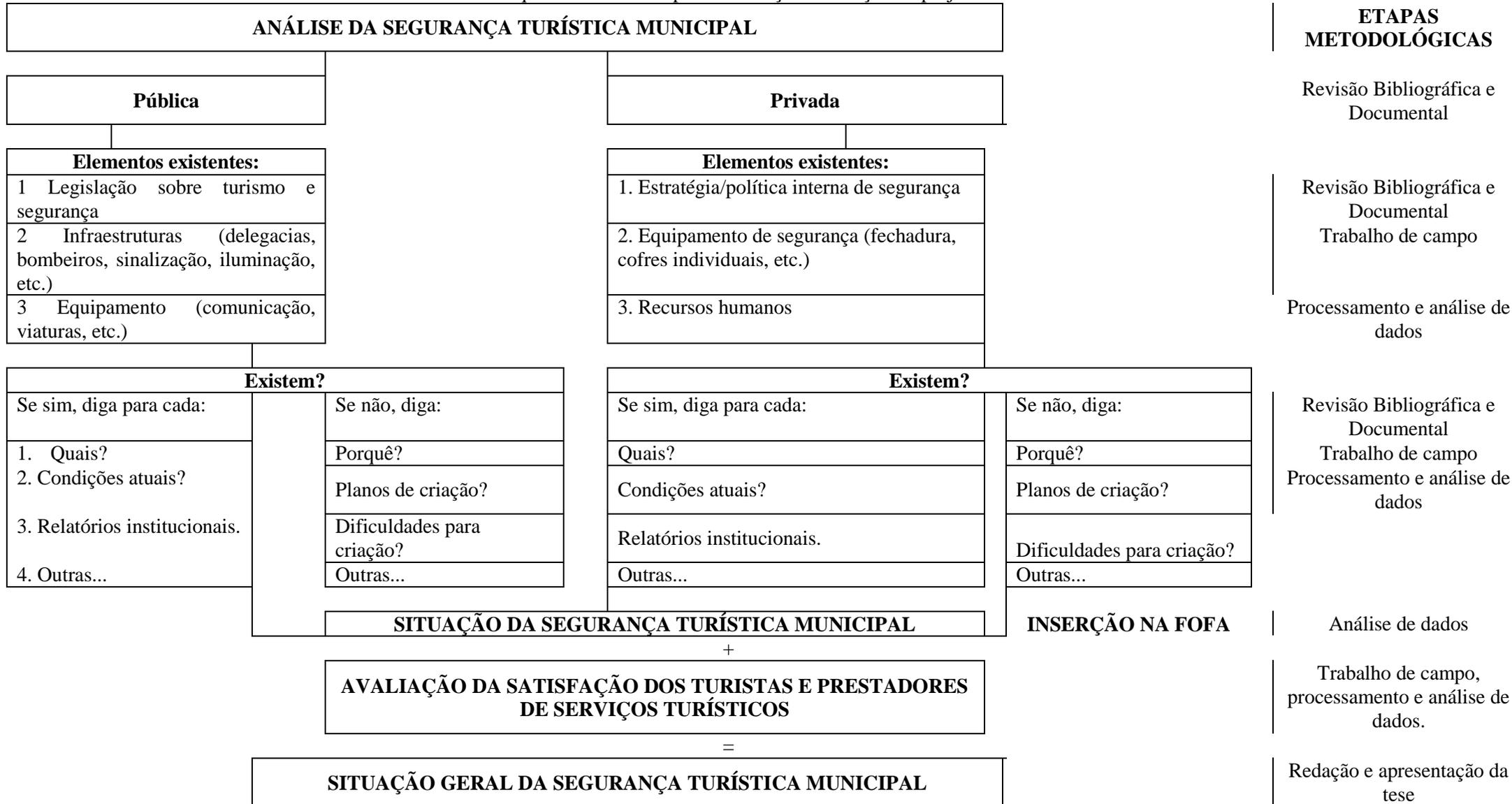
Segundo Barreto e Honorato (1998), a metodologia de pesquisa precisa ser entendida como o conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação.

Com vista a atingir os objetivos propostos, o trabalho, do ponto de vista de sua natureza, define-se como pesquisa aplicada, pelo interesse em contribuir para a geração de conhecimentos sobre segurança e turismo com fins de aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos e para a melhoria da qualidade do setor, especificamente, e promoção do desenvolvimento local.

Do ponto de vista da abordagem do problema, define-se como pesquisa qualitativa e quantitativa com característica exploratória, descritiva e explicativa; pois o mesmo se propôs identificar, descrever, aprimorar e explicar os aspectos relacionados a segurança e turismo, no intuito de se obterem informações que permitissem definir e avaliar a situação atual da área de estudo.

Para tal, o método indutivo serviu para suportar a estruturação da pesquisa deste trabalho (vide o esquema 1, com a ilustração da estrutura de trabalho para análise da segurança turística), pois, pelos resultados das partes que compõem o conceito de segurança turística pode-se inferir conclusões que possibilitaram conhecer o nível de segurança turística no município de Inhambane, classificada em ótima, boa, satisfatória, má ou péssima.

Esquema 1 - Sistema para elaboração/realização do projeto e tese.



Organização: Azevedo, 2012/ Fonte: Adaptado/ Grunewald (2010) e Albert Humphrey, 1960-1970.

{

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, para obtenção dos resultados esperados, foram desenvolvidas quatro etapas metodológicas: (1) Revisão bibliográfica e documental; (2) Trabalho do campo; (3) Processamento de dados e informações e (4) Análise de resultados e redação da tese.

A pesquisa bibliográfica e documental teve como foco, essencialmente, a busca das informações relativas à segurança e turismo em Moçambique e no município de Inhambane. O levantamento de informações bibliográficas e documentais foi realizado em livros, revistas científicas, artigos, monografias, dissertações, teses, legislação, documentos institucionais, como relatórios técnicos e outras publicações (como jornais nacionais e internacionais). Durante essa etapa, foram analisadas fotos, mapas, vídeos, dentre outros materiais contidos nas informações bibliográficas e documentais pesquisadas.

Destaca-se que as informações bibliográficas e documentais dessa etapa estiveram essencialmente ligadas à produção do referencial teórico, assim como à produção de instrumentos que possibilitaram a realização do trabalho de campo.

O trabalho de campo consistiu (1) na realização de entrevistas semiestruturadas, entre Agosto de 2011 e Março de 2014, com os gestores municipais e nacionais e responsáveis pela segurança em nível municipal e nacional (vide, no apêndice 2, as instituições contatadas para entrevista); (2) na realização de entrevistas semiestruturadas com acadêmicos/pesquisadores renomados, entre Junho de 2012 e Dezembro de 2013, que se dedicam ao ensino e pesquisa de aspectos relacionados a turismo, meio ambiente, gestão urbana, segurança, entre outras áreas de conhecimento, em Moçambique (vide apêndice 2); (3) na aplicação de questionários, entre Junho de 2012 e Maio de 2013, aos investidores do setor e prestadores de serviços turísticos e aos turistas (vide, nos apêndices 3-A e 3-B, os roteiros dos questionários para os operadores e turistas¹⁴ (vide em anexo 1 a lista de estabelecimentos de restauração¹⁵, alojamento e serviços turísticos credenciados nos organismos oficiais, nomeadamente Direção Provincial do Turismo de Inhambane e município de Inhambane); (4) na observação da área de estudo e (5) na realização de um encontro/*workshop* para apresentação do projeto e coleta de dados sobre segurança turística. Este *workshop* reuniu os agentes de turismo deste município para avaliar a situação da segurança nos locais de interesse turístico do município de Inhambane e no trajeto até este (vide, no apêndice 5, os objetivos deste evento, a lista de instituições convidadas ao *workshop* e o plano de atividades realizado no dia).

¹⁴ Usou-se a língua inglesa para aplicação do instrumento, pelo fato de grande parte da demanda de turistas que visita o município ser estrangeira e oriunda de países falantes dessa língua.

¹⁵ Refere-se a restaurantes.

Os questionários de avaliação de segurança, para turistas e para operadores de turismo, foram elaborados com base em modelos já aplicados e sugeridos por outros autores e organizações. Igualmente, informações e diretrizes contidas em livros que abordam os elementos que caracterizam a boa segurança em destinos turísticos foram utilizados para ajudar na elaboração destes instrumentos. Das fontes utilizadas para a elaboração, destacam-se: a OMT (1996), Veal (2011), Henderson (2007), Grunewald (2010), Beni (2002), Universidade de Brasília et al, (2008), entre outros. A definição da amostra para turistas foi acidental ou por acessibilidade (conveniência), pois foram inquiridos apenas os turistas disponíveis no decorrer do trabalho no campo.

Os pontos de saída do município, nomeadamente o aeródromo de Inhambane, o porto de Inhambane e a rodoviária municipal, foram definidos como locais para aplicação dos questionários aos turistas. Importante clarificar que, pelo objetivo do questionário (avaliação da segurança no município), optou-se por trabalhar em locais que fossem pontos de partida e saída, pois o turista, nessa altura, já poderia ter avaliado sua viagem e criado juízos sobre ela. Destaque-se que em outros locais do município, como nas proximidades de bancos, por exemplo, foram aplicados os questionários, apesar da adesão dos visitantes ter sido pequena nesses pontos. Vale esclarecer que, pela natureza¹⁶ do porto e da rodoviária, foi difícil obter dados nesses locais, fato que, por razões de custo, tempo e benefício, obrigou os pesquisadores a optarem pelo aeródromo do município como local central de aplicação de questionários¹⁷. Assim, dos 353 questionários aplicados, cerca de 90% foi aplicado no aeródromo de Inhambane, seguindo-se a Praia de Tofo, com 4,8% dos instrumentos aplicados. O remanescente, de 5,2%, foi aplicado em outros locais, como, por exemplo, o porto e o mercado central.

Posteriormente, como forma de apoiar a compreensão dos assuntos, procedeu-se à elaboração de mapas que ilustram: a espacialização da oferta turística do município de Inhambane, a incidência de crimes e de riscos da área de estudo. A partir de um levantamento de dados em órgãos oficiais, nacionais e locais, de planejamento territorial e turístico; verificou-se a inexistência de bases cartográficas, relativas à área de estudo, de atrativos,

¹⁶ Os usuários destes locais quando chegam para embarcar, são acolhidos diretamente para os ônibus e embarcações marítimas, reduzindo o tempo de permanência no local, fato que impossibilitou que os turistas fossem abordados para participar do questionário. A falta de estrutura para recepção e acomodação, por exemplo, na rodoviária faz com que os passageiros ao chegarem nesta sejam introduzidos nos autocarros para partirem a seus destinos.

¹⁷ Diariamente saem voos de Inhambane para Maputo e para Johannesburgo, na África do Sul, permitindo que em função do tempo que existe para *check-in*, os visitantes pudessem ser abordados a participar da pesquisa.

equipamentos e serviços turísticos. Portanto, para superar essa lacuna realizou-se o georreferenciamento dos estabelecimentos oficiais, cadastrados e operacionais e atrativos existentes.

Para o georreferenciamento, usou-se o receptor de sinal (GPS GARMIN 62s) de sistema de navegação por satélites que se configura como um sistema de posicionamento global, conhecido por GPS (*Global Position System*¹⁸).

As coordenadas geográficas (vide no apêndice 4 a lista de pontos captados e respectivas coordenadas geográficas) captadas foram introduzidas em planilha *Excel xlsx* para posterior importação automática através do sistema de informação geográfica (SIG), *software ArcGIS 9.2/ArcMap*, para a elaboração e processamento de bases de dados. Em meio digital, fez-se a análise da distribuição geográfica dos elementos levantados a partir da elaboração de mapas de turismo. Igualmente, por meio de dados estatísticos sobre criminalidade e dos resultados de identificação de locais de riscos, foram produzidos mapas de crimes e de riscos do município de Inhambane.

Vale realçar que a amostra dos prestadores de serviços turísticos foi definida em função do número total de estabelecimentos existentes, em funcionamento e reconhecidos oficialmente por entidades municipais e provinciais (vide anexo 1).

É importante referir que o pacote estatístico para pesquisas em ciências sociais (conhecido por SPSS 17.0¹⁹) foi utilizado para tratamento, descrição e análise dos dados coletados nos questionários aplicados aos turistas e aos prestadores de serviços.

O processamento de dados e sua posterior análise consistiram na organização dos dados coletados na pesquisa bibliográfica e documental e no trabalho de campo por meio de resumos, tabelas, gráficos, mapas, fotos, dentre outros, relacionados com os aspectos em estudo. Da mesma forma, os registos obtidos por meio de entrevistas, dos questionários e de fotografias e/ou vídeo foram selecionados minuciosamente para análise dos fatos e apresentação no trabalho.

¹⁸ Sistema Global de Posicionamento.

¹⁹ O SPSS (*Statistical Package for Social Sciences* ou traduzido em português como Pacote Estatístico para Ciências Sociais) é uma aplicação de tratamento estatístico, de dados, capaz de tornar a análise estatística de dados. A partir do uso desse pacote, foi possível identificar as tendências de respostas que mais se evidenciaram nos questionários aplicados aos turistas e aos prestadores de serviços (restaurantes, hotéis e escolas de mergulho).

A partir da comparação dos indicadores recomendados de segurança no geral e, especificamente, turística com o constatado na área de estudo, foi possível enquadrar os resultados na matriz das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA/SWOT²⁰) como forma de permitir a visualização dos aspectos que com mais atenção devem merecer intervenção para correção ou mitigação no ambiente interno, e de monitoria no ambiente externo do município. Isto é, a partir dessa matriz, pode-se contribuir com informações reais e propostas de intervenção que podem ajudar os gestores municipais a prognosticar melhores cenários e a tomar melhores decisões para a implementação de planos de segurança que irão desdobrar-se em projetos e/ou programas de segurança turística.

A título de exemplo, vai-se considerar uma fraqueza se for identificado que os gestores municipais desconhecem que o município de Inhambane, por se localizar na zona costeira, está sujeito a fenômenos naturais extremos, como os ciclones, *tsunamis* etc. que podem provocar danos humanos, materiais, financeiros, entre outros, e desconhecem os mecanismos capazes de prever e alertar sobre os fenômenos. A situação contrária de sua manifestação será considerada uma força. Por si só, a ocorrência desse tipo de eventos já constitui uma ameaça ao desenvolvimento da atividade, conforme ilustra a representação do caso no esquema 2.

Portanto, a comparação dos dados obtidos em campo com os critérios que definem um destino turístico como seguro permitiu confirmar ou rejeitar a hipótese previamente definida, de que os agentes turísticos do município de Inhambane não têm em conta, no decurso da gestão de suas atividades, o aspecto segurança como elemento primordial/essencial.

O trabalho, em termos de estrutura, apresenta-se dividido em cinco capítulos. O primeiro objetivará informar o leitor sobre o processo de “construção” e “evolução” histórica do que hoje se conhece como Moçambique e município de Inhambane, bem com, apresentará a caracterização geográfica desses territórios, como forma de contextualizar o País na vertente social, econômica e ambiental.

O segundo capítulo abordará a importância da Geografia para estudos de turismo e a importância do planejamento como ferramenta que possibilita o desenvolvimento sustentável do destino. Nesse âmbito, discutem-se as categorias geográficas que suportam o estudo e se faz a relação destas com o turismo.

²⁰ Matriz SWOT - Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*); também designada por Matriz FOFA - Força, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. No presente trabalho será utilizada a designação em português, FOFA.

Esquema 2 – Exemplo da análise dos resultados usados na avaliação dos elementos da STM

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA TURÍSTICA MUNICIPAL			
COMPONENTES DE SEGURANÇA	AMBIENTE INTERNO		
AI1 - COMBATE A INCÊNDIOS E SALVAÇÃO PÚBLICA. <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 10px auto;">Condições necessária ou potencial.</div>	Forças	Fraquezas	
		Existência de unidades especializadas de Serviços de Salvação Pública próximo dos locais de desenvolvimento turístico.	Inexistência de unidades especializadas de Serviços de Salvação Pública próximo dos locais de desenvolvimento turístico.
		-	Inexistência de unidades especializadas de Serviços de Salvação Pública próximo dos locais de desenvolvimento turístico.
COMPONENTES DE SEGURANÇA	AMBIENTE EXTERNO		
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 10px auto;">Condição real ou existente.</div> AE1 - PREVENÇÃO DE CATÁSTROFES NATURAIS	Oportunidades	Ameaças	
	Existência de unidades nacionais de identificação, monitoria e alerta de catástrofes naturais.	Ocorrem no município catástrofes naturais.	
	Existência de unidades nacionais de identificação, monitoria e alerta de catástrofes naturais.	Ocorrem no município catástrofes naturais.	
EXEMPLO DE QUADRO SÍNTESE DE ANÁLISE DA SEGURANÇA TURÍSTICA MUNICIPAL			
Força	Fraquezas		
-	AI1		
Oportunidades	Ameaças		
AE1	AE1		

Legenda: AE-Ambiente Externo – AI-Ambiente Interno

Organização: Azevedo, 2012. Fonte: Adaptado/Albert Humphrey, 1960-1970.

O terceiro capítulo introduzirá o leitor no País e no município de Inhambane como lugares apropriados pelo turismo, ilustrando os recursos turísticos existentes e indicadores de desenvolvimento do setor. O quarto capítulo apresentará as bases conceituais da segurança, quando se faz relação com a atividade turística, demonstrando a importância do estudo da

segurança turística e as implicações de não se levar em conta a inserção dessa variável da oferta turística no processo de planejamento turístico local; são, ainda, expostos exemplos reais dos resultados de insegurança em diferentes países do planeta.

O quinto capítulo se terminará na análise da segurança na área de estudo, ao demonstrar os indicadores resultantes da avaliação da segurança turística municipal.

A última parte do trabalho apresentará as considerações finais, que se traduzem em respostas aos objetivos e aos pressupostos do trabalho; apresenta-se ainda um conjunto de ações recomendadas de curto, médio e longo prazo para viabilizar a boa segurança turística municipal, com vista a se garantir que, por via deste pilar, o turismo não esteja fadado ao insucesso.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE

No decorrer da vida e em todos os momentos cada um possui um lugar. Fisicamente é o espaço que se ocupa, que se produz, que se constrói, é o território. Por isso tem-se que entender as características que este lugar apresenta, as possibilidades e os obstáculos. Sem o conhecimento do lugar em que se está vivendo não se domina no sentido de ser sujeito consciente do que se faz, pelo contrário, corre-se o risco de ser levado, sem saber para onde nem como.

HASSLER (2009)

Apesar de apenas 39 anos como País independente e soberano, Moçambique é um dos países africanos de expressão portuguesa com trajetória histórica milenar e características geográficas específicas. Não se objetiva neste capítulo a explicação aprofundada²¹ do processo de formação histórica e político-democrática deste país nem o detalhamento “profundo” dos aspectos geográficos, mas, sim, objetiva-se elucidar o percurso de formação histórica do País e bem como suas características geográficas, de modo a inserir o leitor no contexto moçambicano, que difere, em vários aspectos, do contexto brasileiro.

Considera-se que a compreensão da formação histórica, bem como das características geográficas de um país, ajudam na compreensão do contexto social e econômico em sua fase mais contemporânea. Este capítulo abordará de forma sucinta os principais períodos históricos de formação do território que hoje é Moçambique e, especialmente, o município de Inhambane, e depois, focaliza-se na caracterização geográfica.

²¹ Sobre leituras mais consolidadas acerca da história e geografia de Moçambique consulte: MUCHANGOS, 1999; SERRA, 1983; HEDGES, 1993; NEWITT, 1997.

1.1 Trajetória histórica de Moçambique

A história de Moçambique estende-se do século III DC até os dias atuais. Segundo o Governo de Moçambique (2012), a história desse País divide-se em cinco grandes períodos, a destacar: (1) Pré-Colonial; (2) Penetração Colonial; (3) Luta pela Independência; (4) Pós-Independência e (5) Moçambique Contemporâneo.

Importa referir que não se tem certeza sobre a origem e o significado do nome Moçambique, mas se considera que tenha surgido, provavelmente, a partir do nome de um árabe Mussa al Bique, um suposto *Sheik* ou Sultão da Ilha de Moçambique, encontrado quando os portugueses chegaram ao país por volta de 1498 (FRELIMO, 1971).

Em termos cronológicos, o Período Pré-Colonial é marcado por dois eventos importantes, a se destacar: as migrações dos povos *Bantu* e as relações comerciais entre os povos árabes e povos africanos. Os primitivos povos de Moçambique eram bosquímanos (homens do mato, designados também como *Khoisan*) caçadores e coletores que se viram obrigados a fugir para regiões mais pobres em recursos, em virtude das grandes migrações entre 200/300 DC dos povos *Bantu*, de hábitos guerreiros e oriundos da região dos Grandes Lagos (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012).

Segundo Marrupi (2007, p. 35) após a fixação desses povos, os *Bantu*²²,

Surgiram em Moçambique dois grandes tipos de sociedade: aquelas onde a agudização das contradições sociais fizeram surgir o Estado e as que permaneceram simples chefaturas²³. O clássico Estado do Monomotapa é o exemplo do primeiro de maior complexidade. [...] Muito cedo ainda, algumas dessas sociedades estabeleceram relações comerciais com mercadores estrangeiros, geralmente de origem asiática.

Os povos árabes, apesar de não demonstrarem pretensões conquistadoras, buscaram realizar comércio com os povos da costa Oriental da África. Estes montaram entrepostos comerciais

²² Atualmente, os povos Bantu são mais conhecidos como um grupo de idiomas do que como um grupo étnico distinto. Swahili é a língua mais falada dos Bantu e é considerada a língua franca de cerca de 50 milhões de pessoas que vivem nos países ao longo da costa leste da África (THE LIVING PEOPLE, 2012).

²³ Comunidade de indígenas com uma estrutura própria e liderada por um chefe.

(em Moma e Angoche, na atual província de Nampula) para troca de especiarias asiáticas por minérios, marfim e madeiras raras.

Mais tarde, os árabes, realizaram o comércio de escravos para a península arábica e para a Índia (FRELIMO, 1971, p. 16). Os árabes foram sempre os preferidos nas trocas com os povos locais, pois não demonstravam tendências de fixação, diferentemente dos portugueses que se fixaram em Moçambique.

O período da penetração colonial portuguesa inicia-se com a procura de ouro, por parte dos portugueses, para transações comerciais com os povos árabes. Essa procura é tida como a principal razão da penetração mercantil portuguesa em Moçambique. Segundo o Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane (DHUEM, 1988, p. 24)

O ouro era um dos produtos mais procurados pelos mercadores e por essa razão, Reis e pequenos chefes de linhagem, passaram gradualmente a depender das relações comerciais com os estrangeiros, uma vez que, delas, obtinham símbolos de prestígio e de autoridade. Foi fundamentalmente o ouro que atraiu os portugueses a Moçambique, pois com ele, poderiam comprar, entre outras coisas, as especiarias asiáticas (pimenta, canela, cravo-da-índia, etc.) tão apreciadas na Europa. Com a procura do ouro, de 1497 a 1498, uma expedição portuguesa dirigida por Vasco da Gama deixa Portugal com destino as Índias.

Nessa busca pelas Índias, os portugueses passam e atacam em Moçambique. O Governo de Moçambique (2012), no seu portal eletrônico, ao abordar este período da história salienta que, numa primeira fase,

Inicialmente, os Portugueses fixaram-se no litoral onde construíram as fortalezas de Sofala (1505), Ilha de Moçambique (1507). Só mais tarde através de processos de conquistas militares apoiadas pelas atividades missionárias e de comerciantes, penetraram para o interior onde estabeleceram algumas feitorias como a de Sena (1530), Quelimane (1544). O propósito, já não era o simples controlo do escoamento do ouro, mas sim de dominar o acesso às zonas produtoras do ouro. Esta fase da penetração mercantil é designada de fase de ouro. As outras duas últimas fases conhecidas por fase de marfim e de escravos na medida em que os produtos mais procurados pelo mercantilismo eram exatamente o marfim e os escravos respectivamente. O escoamento destes produtos acabou sendo efetivado através do sistema de Prazos do vale do Zambeze que teriam constituído a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique.

Os Prazos eram conhecidos como feudos de mercadores portugueses que tinham ocupado uma porção de terra doada, comprada ou conquistada. A abolição do sistema prazeiro, pelos decretos régios de 1832 e 1854, criou condições para a emergência dos estados militares do vale do Zambeze que se dedicaram principalmente ao tráfico de escravos, mesmo após a abolição oficial da escravatura em 1836 e, mais tarde, em 1842 (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012).

Em Moçambique, as populações Macúá-Lómué foram as mais sacrificadas por esse processo, sendo que parte considerável dessas foi exportada para as ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012).

Com a realização da conferência de Berlim (1884/1885), Portugal foi “forçado” a realizar a ocupação efetiva do território moçambicano, apesar da incapacidade militar e financeira. A alternativa encontrada foi o arrendamento da soberania e poderes de várias extensões territoriais, nas suas colônias, a companhias majestáticas e arrendatárias.

A Companhia de Moçambique e Companhia do Niassa são os exemplos de companhias majestáticas. A Companhia da Zambézia, Boror, Luabo, sociedade da Madal, Empresa agrícola do Lugela e a Sena *Sugar Estates* perfazem o exemplo de companhias arrendatárias. O sistema de companhias deu-se em parte do território, isto é, ao Norte do rio Save.

Essas companhias dedicaram-se, principalmente, a uma economia de plantações e ao comércio de mão de obra para alguns países vizinhos, como a África do Sul, por exemplo. O Sul do Rio Save (províncias de Inhambane, Gaza e Maputo) ficou sob administração direta do Estado colonial português.

No sul do País, foi desenvolvida uma economia de serviços baseada na exportação da mão de obra para as minas sul-africanas e no transporte ferro-portuário, via Porto de Maputo. Estes fatos explicam a atual divisão econômica regional e a razão da atual diferença de desenvolvimento entre o Norte e o Sul de Moçambique (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE: 2012).

De modo particular e com enfoque para a atividade turística, segundo Mosca (1989), nesse período, o turismo começou a possuir alguma importância na década de 1960,

principalmente o turismo de praia, o cinegético e a pesca (principalmente nas ilhas em frente à costa de Inhambane e no sul da cidade de Lourenço Marques²⁴).

As praias de Sofala (Beira), de Inhambane, de Gaza (Bilene e Xai-Xai), de Maputo e da Ponta do Ouro eram as mais procuradas e a maior parte das chegadas de turistas internacionais, nesse período, era proveniente da África do Sul e da Rodésia do Sul, atual Zimbabué. Mosca (1989, p.97) acrescenta que a caça

Se constituiu ao longo de séculos uma importante actividade e o negócio do marfim prosperou em varias províncias, sobretudo em Niassa, Sofala e na Zambézia. A caça contribuiu para processos de acumulação e foi, em certos momentos, o principal produto exportado²⁵. Assim, aparte de outras actividades econômicas, a exploração faunística ganha importância e estrutura-se a partir de meados do século XX. [...] A economia faunística, em termos empresariais, era sobretudo de dois tipos: o turismo cinegético realizado nos parques e reservas, sobretudo na Gorongosa e em Maputo. O primeiro era muito visitado por rodesianos, sul-africanos e por cidadãos de alguns países europeus (principalmente ingleses, alemães e espanhóis) e o turismo de caça foi praticado por americanos, espanhóis, franceses e portugueses. Pretendia-se caçar como desporto e turismo para obtenção de troféus, principalmente de elefantes, búfalos, leões, leopardos e antílopes. Segundo dados do IV Plano de Fomento (...) a actividade de caça rendeu a Moçambique cerca de 300 mil dólares americanos em 1968²⁶. Existiam empresas especializadas nas organizações do turismo e possuidoras de direitos de exploração de coutadas²⁷.

Apesar dessa diversidade de setores econômicos e de uma organização administrativa, a ocupação colonial portuguesa não foi pacífica e fez com que os moçambicanos impusessem lutas de resistência, com destaque para as lutas chefiadas por Mawewe, Muzila, Ngungunhane, Komala, Kuphula, Marave, Molid-Volay e Mataca, todos estes líderes locais. Na prática a chamada pacificação de Moçambique pelos portugueses só se deu no séc. XX (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE: 2012).

Importa destacar que as igrejas, principalmente a presbiteriana, ajudaram de forma indireta no despertar da necessidade de os moçambicanos se tornarem independentes dos

²⁴ Lourenço Marques, após a Independência, mudou de nome para Maputo, atual capital do país.

²⁵ Segundo Capela (1995, p. 41): “tendo sido o ouro que atraiu os portugueses ao interior de África, foi o marfim, no entanto que, a breve trecho, se transformou no primeiro produto de exportação em quantidade e em valor. E assim se manteve até finais do século XIX, tirante o pequeno período de auge do tráfico de escravos, nas primeiras décadas de oitocentos.”

²⁶ O câmbio médio do ano de 1968 foi de 24\$00 escudos portugueses, (MOSCA, 1989, p. 67). Assim, estima-se que com a atividade, rendeu-se perto de 7.200.000,00 escudos portugueses.

²⁷ Coutadas eram vastos territórios com elevada densidade de espécies de fauna, onde a caça era regulamentada.

colonizadores. Estas buscaram educar e ensinar os nativos e muitas vezes enviaram-nos para se formar em outros países onde os regimes coloniais se haviam extinguido. Esse fato permitiu novas visões e abordagens sobre a busca pela libertação e independência do território. O moçambicano Eduardo C. Mondlane, importante político moçambicano, foi um dos que teve a oportunidade de estudar fora, na África do Sul, Portugal e nos Estados Unidos da América, onde se consagrou na busca pela independência nacional.

Um terceiro período que se destaca na história de Moçambique é o da Luta de Libertação Nacional, na busca pela independência total e completa da colônia portuguesa. Esse processo foi resultante da opressão secular que o sistema colonial fascista português perpetrou e que acabaria por obrigar o povo moçambicano a recorrer às armas e lutar pela independência; mesmo após várias tentativas estabelecidas pelos líderes moçambicanos no sentido de se realizar uma transição amigável e pacífica (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012).

O massacre de Mueda, ocorrido a 16 de Junho de 1960 na província de Cabo Delgado, desencadeou-se após o pedido de diálogo e de independência pelos populares moçambicanos; esse massacre resultou em numerosos feridos e mortos e foi um “sinal” visível de que o regime português e sua máquina militar haviam iniciado o fortalecimento da política de repressão (FERRÃO, 2002). A rejeição do diálogo e do pedido de independência levou a que os povos nativos se organizassem para dar início à luta de libertação nacional.

A luta de libertação nacional foi dirigida pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), organização criada em 1962 por meio da fusão de três movimentos de libertação constituídos no exílio, nomeadamente, a UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), MANU (*Mozambique African National Union*²⁸) e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente).

O DHUEM (1988, p. 41) salienta que

O processo de luta anticolonial era irreversível. Se até 1962 o leme da história esteve nas mãos do colonialismo português, a partir deste ano a situação começou a mudar. Os moçambicanos em armas, liderados pela Frelimo, reverteram o processo. Em 25 de Junho de 1962, após esforços desenvolvidos por Eduardo Mondlane e por outros nacionalistas (Mondlane visitou Moçambique em 1961, quando funcionário das Nações Unidas) nascia a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). [...] constituída por exilados, que a repressão colonial-fascista forçou procurar abrigo em territórios vizinhos. Foi esta frente que em 25 de Setembro de 1964 declarou

²⁸ União Nacional Africana de Moçambique

oficialmente o início da luta armada para a libertação de Moçambique, após dois anos de preparativos no exterior.

Vários países e organizações, a destacar a Tanzânia, Zâmbia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, China, Organização das Nações Africanas (OUA), Cuba, Argélia, entre outros, apoiaram a Frelimo - com armamento, treinamento etc.- no processo de libertação de Moçambique.

Depois de dez anos de luta armada, precisamente no ano de 1974, quando ocorre o golpe militar em Portugal, o novo governo português começa a apoiar a autonomia para os países colonizados. Como consequência, Portugal e a Frelimo assinaram o Acordo de Lusaka, que estabeleceu um governo de transição e o cessar-fogo em 1974.

Entre 1964 e 1974, muitas vidas moçambicanas e portuguesas se perderam, a destacar o assassinato do primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, a 3 de Fevereiro de 1969 (FERRÃO, 2002). Importante referir, que nessa transição de governo, algumas infraestruturas ficaram ainda sob gestão do governo português e aqui se destaca a importante Barragem de Cahora Bassa, que somente em 2012 reverteu completamente à gestão de Moçambique.

A 25 de Junho de 1975 é declarada a Independência Nacional de Moçambique, que deixa de ser colônia e passa a ser país independente e soberano, dirigido em sistema de partido único, com a ideologia marxista. Samora Machel, que sucedeu Eduardo Mondlane após o seu assassinato na presidência da Frelimo, torna-se o primeiro presidente da República Popular de Moçambique.

Com a independência alcançada e com a estratégia de desenvolvimento pautada nos ideários marxistas, Moçambique inicia seu desenvolvimento com muitas limitações causadas pela falta de recursos humanos, financeiros e materiais, em todos os níveis, para assegurar o funcionamento da máquina administrativa e dos setores econômicos e sociais do país.

O setor do turismo, segundo Mosca (1989, p. 284),

Entrou em ruptura imediatamente após a independência. A caça nas coutadas e o turismo cinegético relacionado com a fauna bravia paralisou em consequência da guerra [...]. O turismo de praia dos rodesianos e sul-africanos parou devido à evolução política regional. Apenas restou um turismo interno de praia, residual, sem expressão, de uma minúscula elite nacional. Esse turismo incrementou-se após meados dos anos 1980 e começou a surgir a reabilitação e a construção de casas de praia, sobretudo na Ponta de Ouro, Bilene e na costa de Inhambane. Os operadores

turísticos abandonaram igualmente o país; nestes casos, não existiu a preocupação de manter as infra-estruturas operacionais: os parques de caça foram praticamente abandonados ou destruídos pela guerra; os safaris de caça deixaram de existir e as coutadas e infra-estruturas foram igualmente abandonadas ou destruídas; as casas de praia foram nacionalizadas e ocupadas pela população alugadas pela Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE). Alguns hotéis nas cidades mantiveram-se em funcionamento e sobreviviam sobretudo devido às deslocações em serviço dos funcionários públicos e das empresas estatais, de cooperantes e de agentes relacionados com a cooperação internacional. É fácil concluir que deixou de haver turismo e que grande parte das infra-estruturas foram abandonadas, destruídas ou utilizadas para outros fins (por exemplo as casas de praia). A riqueza faunística (a Gorongosa era um dos parques com maior concentração, quantidade e variedade de espécies do mundo), foi dizimada pela guerra e pela caça furtiva²⁹ que gerou negócios de carne nas cidades (por exemplo, nos bazares da Beira, em finais da década de 1970, vendia-se carne de caça). Muitos hotéis degradaram-se, sendo o exemplo mais emblemático o Grande Hotel, na cidade da Beira. Alguns hotéis foram ocupados como residências.

A partir do início dos anos 1980, a situação de descabro do turismo agudiza-se com o conflito armado interno dirigido pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). No bojo deste conflito, morre Samora Machel, presidente da República, em acidente aéreo, quando regressava de Lusaka, na Zâmbia, onde realizou uma visita oficial de trabalho; este foi sucedido por Joaquim Alberto Chissano, a 6 de novembro de 1986.

Esse conflito “ceifou” muitas vidas e destruiu muitas infraestruturas sociais e económicas importantes. Após vários apelos para a paz vindos do exterior e com a decadência do sistema político socialista, a nível internacional, o governo do País e a RENAMO aceitaram terminar a guerra civil.

Em 1992, assinam-se os Acordos Gerais de Paz, entre o Governo de Moçambique e a liderança do movimento RENAMO (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012). Em 1994, o País realizou as suas primeiras eleições gerais multipartidárias, ganhas pela FRELIMO, que voltou a ganhar todas as outras realizadas até então.

Sobre este período, Marrupi (2007) enfatiza que

²⁹ Um estudo realizado pelo Ministério da Agricultura, com o apoio da FAO, com levantamento aéreo dos efetivos de fauna na região de Sofala (região da Gorongosa e de Inhaminga), confirma o quase total desaparecimento da fauna. Nos anos 1990, projectos de reabilitação/recuperação do Parque da Gorongosa incluíam o repovoamento de espécies que existiam em grande quantidade.

Em vista dos problemas econômicos que Moçambique atravessava, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1987, que o obrigaram a abandonar completamente a política "socialista". A guerra, porém, só terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em 4 de Outubro, pelo Presidente da República, Joaquim Chissano e pelo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, depois de cerca de dois anos de conversações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, uma organização da igreja católica, com apoio do governo italiano.

Com este acordo altera-se a Constituição da República para abarcar as reivindicações da RENAMO. O multipartidarismo começou a vigorar, as relações políticas, comerciais, econômicas com o exterior incrementaram-se e iniciou uma nova fase onde se procura a recuperação da economia, a diminuição das assimetrias nacionais, regionais e locais, a erradicação do analfabetismo e pobreza e a mudança da imagem do país a nível internacional.

Criaram-se, assim, as bases para o desenvolvimento do turismo do País, apesar das dificuldades de infraestruturas básicas e específicas que, durante o conflito, foram destruídas. O principal eixo dorsal do país - a Estrada Nacional nº 1 - encontrava-se em estado de degradação generalizado. Estes e outros desafios marcavam a difícil tarefa de mudar os cenários deixados pelo conflito armado de 16 anos.

Terminado o conflito, Moçambique começa sua era de paz e estabilidade social e política. Esse fato é abordado pelo GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2012), ao explicar que o País herdou uma estrutura econômica colonial caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País e entre o campo e a cidade; sendo o Sul mais desenvolvido que o Norte e a cidade mais desenvolvida que o campo.

Denotou-se igualmente, a ausência de uma integração econômica e a opressão extrema da mão-de-obra constituíam as características mais dominantes dessa assimetria. A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter essa assimetria apostou numa economia socialista central e planificada; no entanto, as conjunturas regionais e internacionais desfavoráveis, as calamidades naturais e um conflito militar interno de 16 anos inviabilizaram tal estratégia.

O endividamento externo obrigou o país a uma mudança radical para uma estratégia de desenvolvimento do mercado, filiando-se às Instituições de Bretton Woods e a consequente adoção de um Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1987. Desde então, o País tem estado a observar notável crescimento econômico.

O Produto Interno Bruto (PIB) tem crescido em uma média acima de 7 e 8% ao ano, chegando mesmo a atingir níveis de 2 dígitos. A inflação encontra-se abaixo de 10% (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012).

A economia de Moçambique cresceu, entre 1997 e 2011, de forma heterogênea, pois de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012a),

Embora todas as províncias apresentem crescimento assinaláveis, apenas três províncias superam a média nacional, nomeadamente, Maputo província, Inhambane e Tete, com crescimento médio anual de 9.1%, 9.0% e 10,5% respectivamente. [...] Em termos setoriais, a economia moçambicana é predominantemente de serviços com o setor terciário a contribuir com 43.6% de todo o Valor Agregado Bruto gerado na economia nacional, seguido pelo setor primário com uma participação média de 26.4% e por ultimo o setor secundário com um peso médio de 20.0% ao ano.

Os parceiros comerciais externos, segundo o Governo de Moçambique (2012), têm motivos suficientes para inspirar confiança no país face à capacidade que as autoridades monetárias têm demonstrado de manter volumes adequados de meios de pagamento sobre o exterior. As reservas externas do Banco Central têm-se situado acima dos seis meses de importação de bens e serviços.

O Estado, por meio da execução da política orçamentária regula e dinamiza as áreas socioeconômicas importantes e cria ambientes de negócios para o desenvolvimento da iniciativa privada. As reformas jurídicas no âmbito da legislação financeira, fiscal, laboral, comercial e da terra, levadas a cabo pelo Governo, contribuem significativamente para fortalecer esse bom ambiente com a respectiva atração do investimento privado nacional e externo (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012).

O potencial econômico do País para a atração de investimentos na agroindústria, agricultura, turismo, pesca e mineração é enorme. Projetos como o da Mozal, Aeroportos, Barragem de Cahora Bassa, Corredores Ferro-Portuários e Complexos Turísticos ao longo de todo o País têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regionais e internacionais.

Apesar de existir um grande potencial para o desenvolvimento local, a partir da exploração de recursos existentes, em Moçambique, segundo Xavier (2010), ao abordar o potencial de recursos e economia local, as ligações entre ambos são fracas. Para esta autora o

potencial existente possui uma fraca dinâmica produtiva local, que inviabiliza a oferta de produtos e serviços necessários, por exemplo, ao setor turístico, fazendo com que quase toda produção venha de fora, originando perdas consideráveis para o país. A mesma autora, exemplificando o descrito e abordando sobre Inhambane, salienta que

Actualmente, a maior parte dos produtos utilizados nos estabelecimentos turísticos não são produzidos localmente. [...] A dependência em produtos provenientes da África do Sul é significativa ainda que em alguns casos o fornecimento seja assegurado pela cidade de Inhambane ou na Maxixe, por Maputo ou por Chokwé. Da capital do país vêm normalmente o tomate e a banana, e da África do Sul, os produtos lácteos, carne, fruta e vegetais. Esta situação é, em nosso entender, inaceitável se atendermos aos recursos que Moçambique dispõe ao nível agrícola (XAVIER, 2010, p. 33).

Não obstante o notável crescimento econômico que o País vem observando, muitos moçambicanos continuam vivendo abaixo da linha da pobreza e o combate à esta constitui uma das prioridades atuais do Governo. Essa pobreza reflete-se nos índices de desenvolvimento humano apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), em que Moçambique se posiciona na terceira posição (185), de baixo para cima. Igualmente, o documento cita que, entre 2007-2011, a pobreza no País rondou os 65% da população total.

Essa situação tem criado ambientes de insegurança, ao atender aos focos de manifestações populares (em fevereiro de 2008 e Setembro de 2010) e as tensões políticas observadas recentemente no País na província de Sofala, onde a RENAMO exige do Governo maior equidade e transparência nas políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Nos últimos cinco anos, vive-se a época de prospecção e exploração de recursos naturais (carvão mineral, gás natural e petróleo) e vários projetos aprovados que têm contribuído para a melhoria das condições sociais e econômicas do país. Destaca-se, nesse âmbito, as relações com a China e com o Brasil.

O Brasil tem trabalhado em projetos de mineração e de desenvolvimento agrário, por meio da concessão à Vale, pelo Governo de Moçambique, do direito para exploração de carvão mineral na província central de Tete e do projeto agrário PROSAVANA no corredor de Nacala. A China tem desenvolvido, principalmente, projetos na área de construção civil.

Neste capítulo, procurou-se mostrar que Moçambique é, atualmente, um dos países africanos que conserva as marcas de todas as passagens que assinalaram a sua história; resultante de uma mistura africana, árabe, asiática e europeia.

Todo o percurso histórico aqui descrito mostra que Moçambique é um país recente e com limitações atuais impostas por processos decorrentes de um longo período trilhado pela colonização e conflitos armados; atualmente o País vem buscando constituir os alicerces para o desenvolvimento econômico, social e ambiental e o setor do turismo possui, também, papel importante para o alcance das metas de progresso estabelecidas.

A atividade turística possui registros de desenvolvimento no território moçambicano desde o período colonial, tendo sido interrompida pelos conflitos armados ocorridos entre 1975-1992. A título de exemplo, o Parque Nacional de Gorongosa em Sofala, o Parque Nacional de Zinave, em Inhambane, entre outros, tiveram sua criação antes de 1975, ano em que o país “nasceu”.

De igual modo, diversas infraestruturas turísticas nas áreas urbanas, como o Hotel Polana na cidade de Maputo, o Hotel Praia do Tofo na cidade de Inhambane, entre outras, já existiam no território para propiciar suporte à atividade, antes da independência de Moçambique.

Portanto, fica patente que os diversos períodos de insegurança ocorridos no País limitaram o desenvolvimento em geral e do setor do turismo em particular. Problemas políticos e de ordem socioeconômica observados recentemente podem por em perigo o crescimento do país, fato que levará a um retrocesso no seu desenvolvimento, agudizando cada vez mais as assimetrias regionais e internacionais, entre este e os demais países.

1.2 Trajetória histórica do município de Inhambane

O município de Inhambane é a capital da província de Inhambane e, segundo o Plano Estratégico Municipal de Inhambane 2009-2019 (PEMI, 2009), é umas das cidades mais antigas da África Austral; tendo sido construída pelos portugueses como entreposto comercial em 1534. Segundo o PEMI (2009), com a chegada de Vasco da Gama à baía para

abastecimento de água, “nasce”, em 1498, o nome Inhambane, que, mais tarde, viria a dar o nome à cidade e à província. Sobre esse momento, no documento citado, descreve-se que:

O fato de a população local ter colaborado com gestos de boa fé levou a que o local fosse denominado por “Terra de boa Gente”. A Cidade identifica-se como “Terra de boa gente”, designação que se supõe ter sido atribuída por Vasco da Gama que aportou no local a 10 de Janeiro de 1498 [...]. Sobre a origem do termo Inhambane existem várias versões: a mais comum refere que quando Vasco da Gama perguntou aos nativos quem eram, estes responderam *iva-atu* que traduzido significa somos gente, que deturpado mais tarde deu Inhambane. Outra versão refere que, quando Vasco da Gama perguntou o nome da terra se encontrava à entrada da casa do chefe com lápis e papel na mão, e o chefe convidando-o a entrar em bitonga disse *Bela GuNhumbale*. Admite-se ainda a possibilidade de Inhambane ser corruptela de *ambane* (adeus) em bitonga, existindo uma lenda segundo a qual, na hora de despedida de Vasco da Gama, os naturais disseram *ambane*. Todavia, todas estas versões do nome “Inhambane” estão intrinsecamente ligadas a aportagem de Vasco da Gama na baía de Inhambane (PEMI, 2009, p. 11).

Com a chegada dos portugueses foram notáveis as condições naturais favoráveis à criação de um centro comercial, devido às facilidades de acesso por mar e, em 1534, foi estabelecido o primeiro entreposto comercial (*idem*).

O comércio de ouro, controlado essencialmente pelos holandeses, era o que de início predominava no local, até que, em 1728, os Portugueses se estabeleceram definitivamente na povoação, embargando o comércio dos Holandeses e expulsando-os em 1731 (PEMI, 2009, p. 11).

Vários momentos na história da cidade marcaram as transformações sócioespaciais; entre elas, destacam-se as seguintes, apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 – Cronologia dos acontecimentos históricos do Município de Inhambane (1498-1986)

Ano	Acontecimento
1498	Vasco da Gama aporta na então cidade de Inhambane
1761	Criada a Vila de Inhambane
1764	É inaugurada a Vila de Inhambane e iniciou o funcionamento da primeira Câmara de Inhambane
1867	Foi elaborado e posto em execução o primeiro Código de Postura
1871	Procedeu-se ao alinhamento das ruas, beco e travessas tortuosas da Vila, bem como foram alargadas algumas.
1907	Começaram os estudos do Caminho de Ferro que liga a Vila de Inhambane com Inharrime.
1909	Inicia a construção do Caminho de Ferro de Inhambane
1915	É aberta a ex-Avenida da República, atual Avenida da Revolução
1916	Inauguração do Caminho de Ferro de Inhambane
1924	Inaugurada a estação de captação de água de Guiúá para Inhambane
1956	Ascende à categoria de Cidade
1975	O Presidente da Frente de Libertação da Moçambique (FRELIMO), Samora Moisés Machel, chega a Inhambane, no âmbito da sua visita triunfal do Rovuma ao Maputo. A Cidade de Inhambane ocupa um dos espaços históricos de destaque, pois foi nesta, na Praia do Tofo, que teve lugar a VII Sessão Ordinária do Comitê Central da FRELIMO, a qual aprovou a primeira Constituição da República Popular de Moçambique.
1983	Parte da região da Maxixe foi integrada e passou a fazer parte da Cidade de Inhambane.
1986	A cidade da Maxixe é desagregada da cidade de Inhambane, passando ambas a serem consideradas cidades. A cidade de Inhambane foi classificada com o nível C.

Fonte: Adaptado do PEMI (2009, p.11). Organização: Azevedo, 2012.

Em 1998, após a aprovação da Lei n° 2/97 que define o Quadro Jurídico para a implantação das autarquias locais, essa cidade passa a ser designada por município. Em Moçambique, de acordo com a Lei n° 2/97, os municípios correspondem à circunscrição territorial das cidades e vilas, com diferentes classificações e atribuições, que respeitam os interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações; estas gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O município de Inhambane registrou, nos últimos anos, crescimento econômico resultante do desenvolvimento de setores como o turismo e o comércio; não só nas zonas da Praia da Barra e Praia do Tofo, mas, também, no centro urbano. O legado histórico permanece patente nas ruas e avenidas da cidade, bem como nos diferentes bairros. É visível a expansão urbana com o surgimento de novas áreas habitacionais, como se verifica nos bairros Muelé 2 e 3, Nhampossa e Chamane.

O legado histórico que resulta de uma presença árabe e portuguesa fornece ao setor do turismo da província e cidade de Inhambane elementos culturais de extrema importância, atendendo à riqueza histórica, ao conjunto arquitetônico que se pode observar e às manifestações culturais dos habitantes locais.

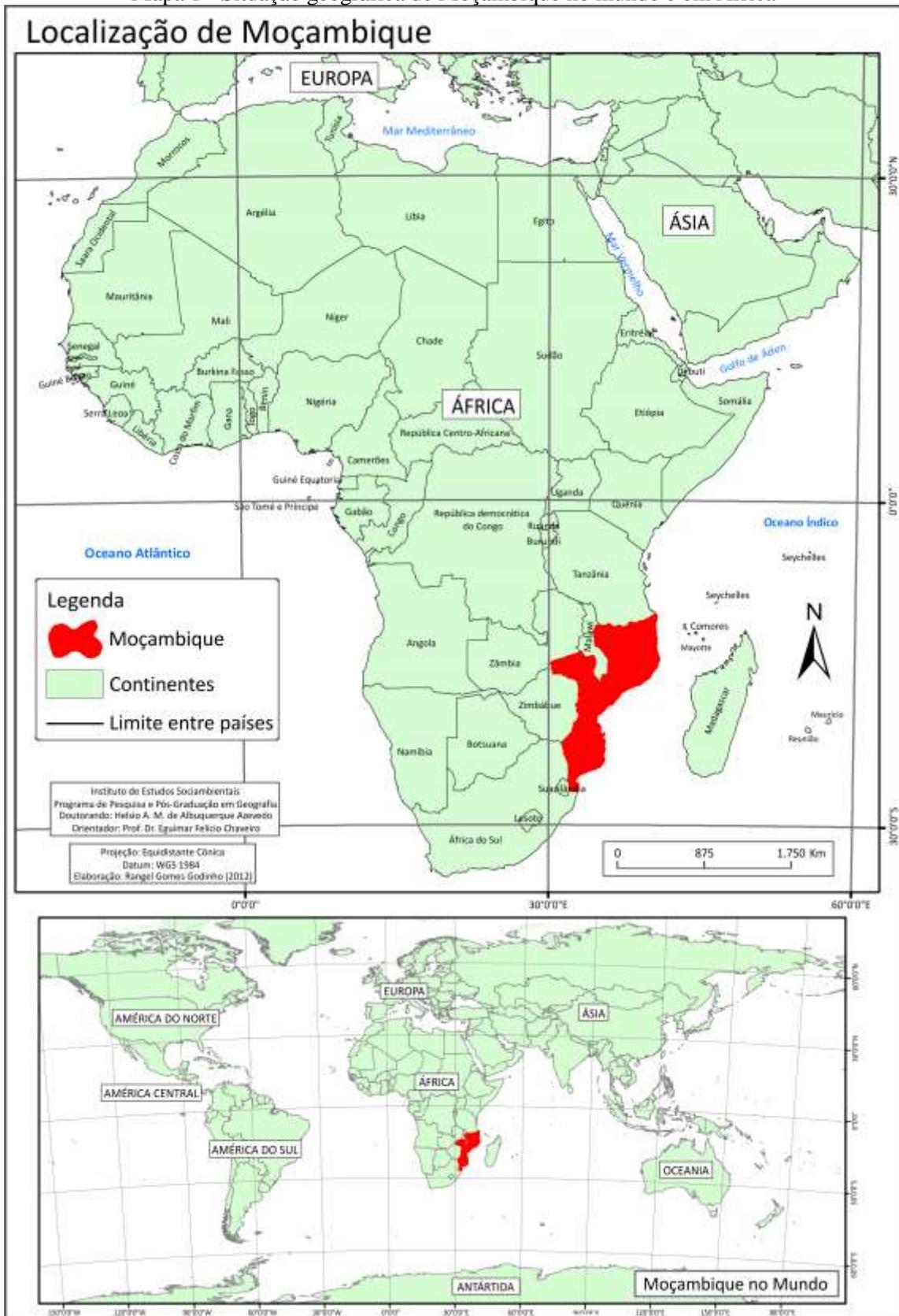
1.3 Características geográficas de Moçambique

Moçambique, segundo Ferrão (2002, p. 144), está situado na costa oriental da África Sudeste “entre os paralelos 10° 27’, a jusante do rio Rovuma, e a 26° 52’, à montante do rio Maputo e Ponta de Ouro, e o oceano Índico a Este. A Oeste estende-se entre 30° 12’ no rio Aruangua no Zumbu”. Marrupi (2007, p. 56) acrescenta que Moçambique situa-se “frontalmente à Ilha de Madagascar da qual se separa através do canal de Moçambique”.

O País enquadra-se no fuso horário 2, possuindo, assim, duas horas de avanço relativamente ao tempo universal coordenado. Moçambique é atravessado pelo trópico de Capricórnio e faz fronteira com a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbábue, a África do Sul e o Reino da Suazilândia conforme mostra o Mapa 1.

A superfície total corresponde a 799.830 km², incluindo 13.000 km² de águas interiores e uma fronteira total de 4.212 km, dos quais 2.685 km são fronteiras terrestres, 1205 km de fronteira fluvial e 322 km de fronteira lacustre. Em termos topográficos, 44% do território são compostos por terras baixas do litoral, sobretudo no sul do país; em direção ao norte e ao interior da parte sul, as planícies litorâneas dão lugar às terras altas, baixos planaltos e montes (200 a 500 m), e planaltos (500 m a mais de 1000 m) que correspondem a 43% da superfície do País; os restantes 13% são representados por áreas montanhosas com montes acima de 1000 metros (MARRUPI, 2007).

Mapa 1 - Situação geográfica de Moçambique no mundo e em África



Organização: Azevedo, 2012. Elaboração: Godinho, 2012. Fonte: CENACARTA, 2012.

O litoral moçambicano, conforme ilustra o mapa 1, apresenta uma extensão costeira irregular de cerca de 2470 km (FERRÃO, 2002),

De acordo com Marrupi (2007, p. 57),

A costa moçambicana se estende no sentido norte-sul, na qual pode-se observar uma diversidade em vegetação, bancos submarinhos de corais, rochas e lamas. Há que destacar também a existência de algumas Ilhas, até com casos de formação de Arquipélagos, como é o caso do Arquipélago das Quirimbas constituído por conjunto de quinze Ilhas na província northenha de Cabo Delgado, sendo a Ilha do Ibo a mais conhecida de todo o conjunto. De igual modo, está a província de Nampula que possui alguns Arquipélagos cujas Ilhas se situam não muito distante de outras duas que são a ilha de Moçambique e a de Angoche. A província central da Zambézia possui as Ilhas segundas entre os Distritos de Moma e de Pebane para além das chamadas Ilhas Primeiras. A província também central de Sofala possui a Ilha conhecida pelo nome de Chiloane. Já no sul do país, a província de Inhambane constitui uma grande atração turística pela beleza também das suas Ilhas tais como a joia, o Arquipélago de Bazaruto composto de Ilhas possuidoras de uma vasta biodiversidade e espécies raras e protegidas como é o caso dos Dugongos e as Tartarugas marinhas. A província de Maputo, ainda no sul do país, possui as Ilhas de Inhaca, Xefina e as Ilhas dos Elefantes. Geograficamente Moçambique possui três importantes zonas que são, a do Norte, Centro e Sul. A zona norte que também pode ser considerada setentrional é composta por três províncias, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, e localiza-se entre os paralelos 10° 27' S e 16° 51' S e entre os meridianos 34° 40' E e 40° 51' E. A composição da zona centro é preenchida por quatro províncias: Zambézia, Tete, Manica e Sofala, localiza-se entre os paralelos 14° 00' S e 21° 33' S e pelos meridianos 30° 12' E e 39° 07' E. Por último, a zona sul que pode ser considerada de meridional, situa-se a sul do rio Save e compreende as províncias de Gaza, Inhambane e Maputo, entre os paralelos 21° 05' S e 26° 52' S e pelos meridianos 31° 20' E e 35° 20' E.

Segundo Ferrão (2002), o clima predominante em Moçambique é o clima tropical com duas estações: a chuvosa, que ocorre de outubro a abril, e a seca, que ocorre de maio a setembro; havendo três principais zonas climáticas: (1) zona chuvosa do norte e centro do país, (2) zona seca no alto Zambeze e parte metade do sul do país e (3) zona relativamente fria e chuvosa nos planaltos e regiões montanhosas da Namaacha, Manica, Angónia, Marávia, Guruè e Lichinga.

O norte e o centro do País têm a influencia da baixa pressão equatorial. O mesmo autor salienta que o País é drenado por oito principais sistemas de rios e por, pelo menos, outros vinte rios importantes que, na sua totalidade, vão desaguar no oceano Índico; dentre os rios mais importantes do país destacam-se o rio Zambeze, no centro, o rio Rovuma, no extremo norte, e o Limpopo na região sul. Existem ainda três lagos importantes na região norte do

país, nomeadamente, lago Niassa, Chirua e Chiuta, sendo que, no sul do país, os lagos são menores e somente destaca-se o lago Inharrime.

Predominam na região norte e centro, no que diz respeito à fertilidade, os solos de fertilidade média e, no sul, os arenosos de baixa fertilidade, intercalados com planícies aluviais férteis. Moçambique é um País com potencial considerável em flora e fauna, fato que ocasionou a abertura de parques e reservas naturais com espécies raras à escala mundial.

Em relação à vegetação, essencialmente, destacam-se três tipologias: a floresta densa, a floresta aberta e a savana, enquanto que, em zonas costeiras, ocorre o mangal; contudo, a savana predomina em grande parte do território nacional (METIER, 2004).

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (MOÇAMBIQUE, 1984), a fauna moçambicana é abundante e variada, englobando desde animais corpulentos aos menores, dos animais roedores aos grandes carnívoros, dos pequenos aos grandes peixes e insetos.

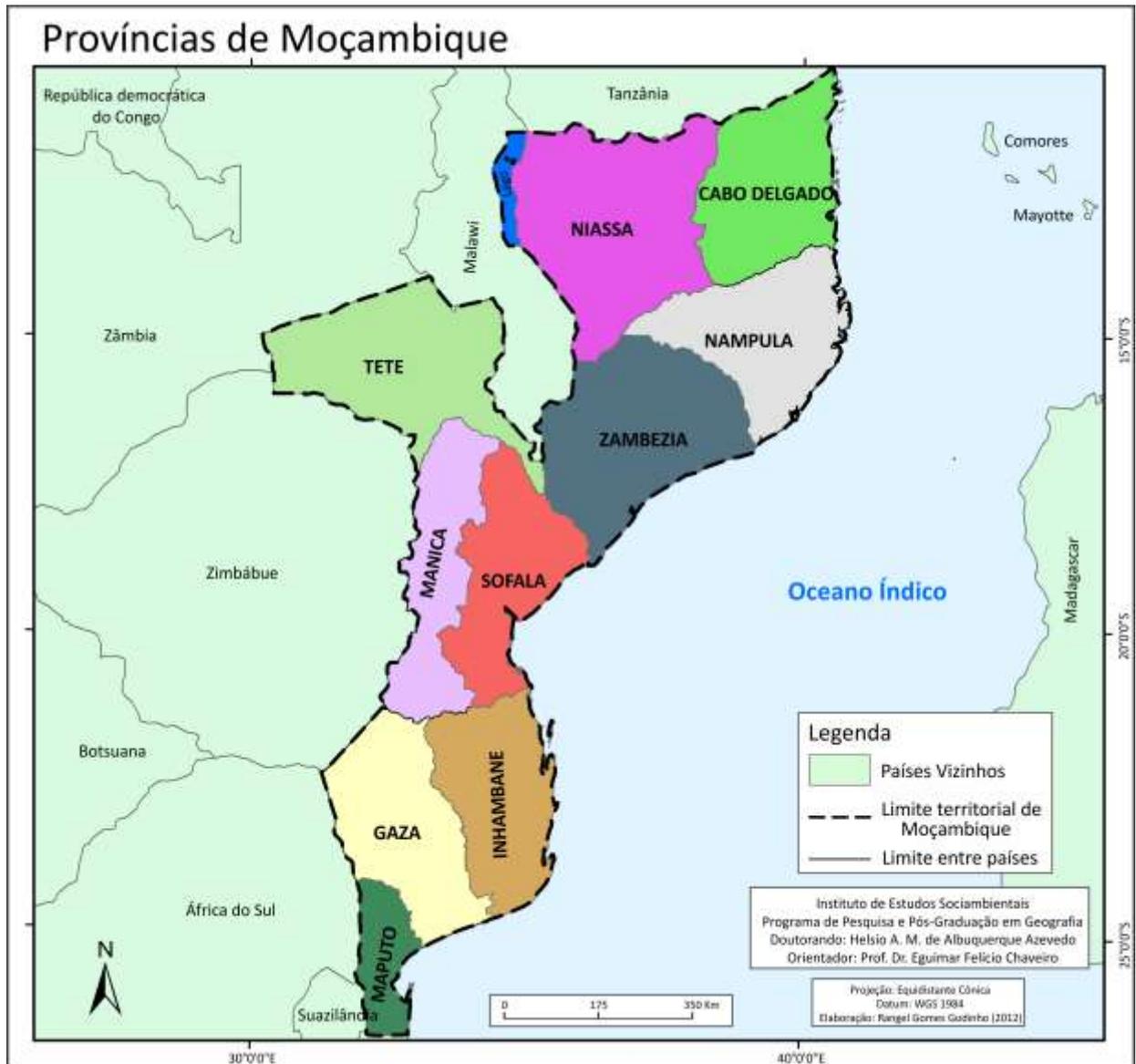
É na savana, com extrato herbáceo abundante, que os grandes mamíferos encontram as suas condições ecológicas, a savana atrai os grandes herbívoros (elefantes, rinocerontes, girafas, búfalos, gazelas etc.) que por sua vez, são perseguidos pelos pequenos e grandes carnívoros (leão, leopardo, hiena etc.). No âmbito oceânico é notável a mesma relação em cadeia desde a flora aos grandes mamíferos (MOÇAMBIQUE, 1984).

Essas características geográficas, segundo Muchangos (2012, p. 142), constituem o principal motivo para que os turistas, não só da região mas de todo planeta, procurem o País, pois “o clima tropical, as praias, rios e parques ecológicos, o património histórico rico e as fortes raízes culturais, aliadas à simpatia do povo Moçambicano tornam Moçambique um destino de eleição para momentos memoráveis”.

Segundo Ferrão (2002), administrativamente, em Moçambique o território se divide em províncias, que, por sua vez, dividem-se em distritos. Estes, por sua vez, em postos administrativos e localidades e, também, desde 1998, na categoria dos municípios. O português é a língua oficial no país e é usado na administração, comércio e educação. As demais línguas nacionais não possuem grande abrangência territorial, sendo locais ou regionais.

Em Moçambique existem onze províncias (vide Mapa 2 e tabela 1), que, excluindo a cidade de Maputo, subdividem-se em 141 distritos, 397 postos administrativos e 1050 localidades (MOÇAMBIQUE, 2013a, p. 27). Igualmente, existem 53 municípios localizados nas diferentes províncias do país (Ministério da Administração Estatal, 2013). A cidade de Maputo é a capital de Moçambique.

Mapa 2 - Moçambique: divisão por províncias



Organização: Azevedo, 2012. Elaboração: Godinho, 2012. Fonte: CENACARTA, 2012.

O último recenseamento da população ocorreu em 2007 e a população total estimada foi de 20.366.795 habitantes, conforme apresenta a tabela 1.

Tabela 1 – Áreas e População por província em Moçambique

Províncias	Área Terrestre (km ²)	Área de águas interiores (km ²)	Área Total (km ²)	População Real 2007	População Projetada 2012
Maputo - cidade	300	-	300	1.271.569	1.194.121
Gaza	75.539	170	75.709	1.362.174	1.344.095
Inhambane	68.615	-	68.615	1.444.282	1.426.684
Niassa	12.2176	6.880	129.056	1.005.482	1.472.378
Maputo - província	23.276	2.792	26.068	1.098.846	1.506.442
Manica	66.661	-	66.661	1.400.415	1.735.351
Cabo Delgado	77.867	4.758	82.625	1.683.681	1.797.335
Sofala	68.015	-	68.015	1.715.557	1.903.728
Tete	100.724	-	100.724	1.593.258	2.228.527
Zambézia	103.187	1.881	105.068	3.880.184	4.444.204
Nampula	78.197	3.409	81.606	3.861.681	4.647.841
Total	784.557	19.890	80.4447	20.366.795	23.700.707

Fonte: Adaptado com base em Ferrão (2002) e INE (2012b)

Segundo o INE (MOÇAMBIQUE, 2012b), demograficamente, o País conta com uma população projetada de cerca de 24 milhões de habitantes. A província de Inhambane, onde se localiza a área de estudo, é a nona mais populosa do país e possui uma densidade de 21,04 habitantes/km².

1.4 Características geográficas do município de Inhambane

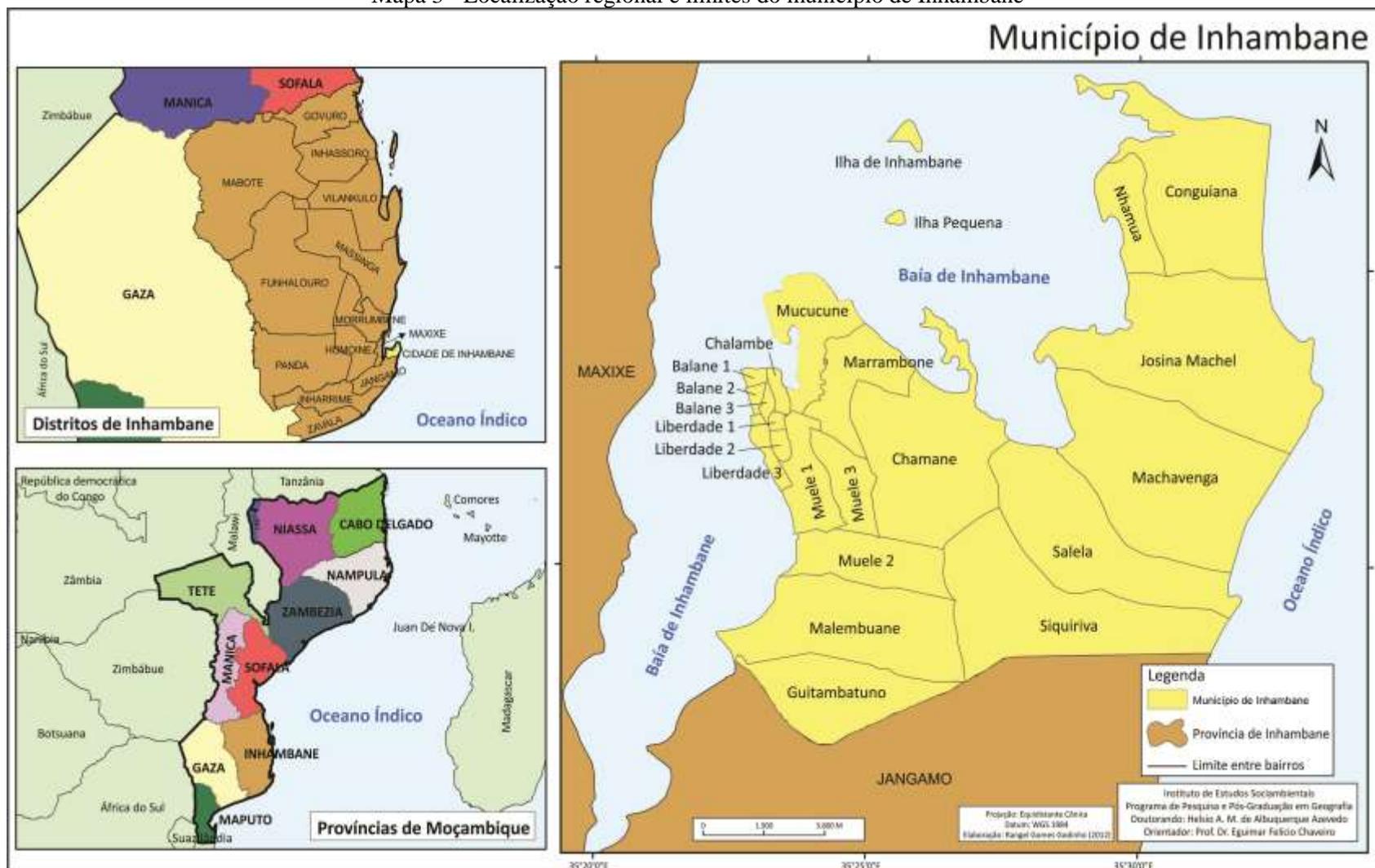
O município de Inhambane situa-se na região Sul de Moçambique, na parte sudeste da província de Inhambane, a aproximadamente 460 km ao norte da cidade de Maputo, capital moçambicana; a 260 km ao norte de Xai-Xai e a 740 km ao sul da cidade da Beira (BILÉRIO, 2007). De acordo com Nhantumbo (2007, p. 16), o município

Encontra-se localizado na região sul de Moçambique e ocupa uma parte da zona costeira da província de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23°45'50" (Península de Inhambane) e 23°58'15" (Rio Guiúá) Sul, e as longitudes 35°22'12" (Ponta Mondela) e 35°33'20" (Cabo Inhambane) Este, cobrindo uma parte continental e duas ilhas.

Esse município é a capital da província de Inhambane³⁰ e segundo o INE (MOÇAMBIQUE, 2010a) ocupa uma superfície de 195 km², que perfaz uma área de 0.3% do território total da província, limitando-se ao norte pela Baía de Inhambane, no Oceano Índico; ao sul, pelo Distrito de Jangamo, pelo rio Guiúá; ao leste, pelo Oceano Índico e ao oeste, pela Baía de Inhambane, município da Maxixe (conforme mostra o Mapa 3).

³⁰ Moçambique adota uma divisão territorial diferente da do Brasil. As províncias são as maiores unidades territoriais de Moçambique, subdividindo-se em distritos, postos administrativos e as localidades. Incluem-se também as autarquias (municípios). É padrão no país que um dos municípios seja a sede ou capital da província, como é o caso da área de estudo.

Mapa 3 - Localização regional e limites do município de Inhambane



Organização: Azevedo, 2012. Elaboração: Godinho, 2012. Fonte: CENACARTA, 2012.

Barca e Santos (2000, p. 28) afirmam que a zona sul de Moçambique, cuja localização coincide com a zona de clima subtropical, apresenta características peculiares devido a fatores inerentes à circulação geral atmosférica, como fatores locais (continentalidade, altitude e latitude).

Segundo o Instituto Nacional de Planejamento Físico (INPF, 1991b, p. 25), o clima que se verifica no município de Inhambane é “tropical húmido e a temperatura média anual varia entre os 20,3°C e 26,9°C, sendo que os valores mínimos registram-se em julho e os máximos em janeiro”. Nhantumbo (2007, p. 19) salienta que “o clima do município de Inhambane é tropical húmido ao longo da costa, com temperaturas médias que variam entre 25° C na estação quente e húmida a 20° C na estação fresca e seca”. O mesmo autor refere que os ventos chegam a atingir 5 a 8 km/h de máxima, exceto quando há ocorrência de eventos críticos, como ciclones, elevando essa velocidade para ventos que variam entre 75 e 140 km/h. As condições climáticas do município favorecem a prática de atividades turísticas diversas, principalmente ao turismo de sol e praia.

A formação geomorfológica da província de Inhambane de modo geral e do município de Inhambane encontra-se associada ao Ciclo do Congo e é dominada essencialmente por sedimentos do Terciário e Quaternário (AFONSO; MARQUES, 1998, p. 15). Afonso (1976) associa a formação do município de Inhambane ao Quaternário, mais especificamente a duas unidades litoestratigráficas relacionadas com os movimentos eustáticos típicos dessa era, que são: formações dunares e eluvião argilo-arenoso.

A primeira, formação dunar, caracteriza-se pela existência de dunas costeiras e interiores que se desenvolvem ao longo de toda a costa moçambicana, com presença de areia, geralmente de granulometria relativamente grosseira e de cores vermelho-acastanhadas e branca, e a segunda, eluvião argilo-arenoso, que se caracteriza pela falta de permeabilidade que os terrenos têm em virtude de possuírem uma grande percentagem de materiais argilosos. Estes originam frequentes alagamentos e a formação de pequenas e numerosas lagoas, que persistem durante bastante tempo após a época de chuvas, fato visível no município de Inhambane (AFONSO, 1976). Augusto (2005) apresenta as seguintes formações geológicas da costa para o interior: grés costeiro, dunas costeiras e depósitos aluvionares que apresentam as seguintes características, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Formações geológicas do MI

Unidade Geológica	Características	Localização espacial
Grés costeiro	Rocha de grão fino coerente	Faixas descontínuas da costa Leste.
Dunas Costeiras	Areias brancas e amarelas movediças	Todo litoral em faixas relativamente estreitas
Dunas interiores	Areias fixadas pela vegetação	Todo litoral após as dunas costeiras
Zonas aplanadas argilosas	Depósitos de cor negra e cinzenta	Intercalando as dunas costeiras

Fonte: Augusto et al, 2005.

A forma de relevo predominante do município de Inhambane é a planície cuja altitude não supera os 200 m (AUGUSTO et al, 2005). Segundo o INPF (MOÇAMBIQUE, 1991b, p. 21), o município de Inhambane é, de forma geral, uma “área aplanada, essencialmente no seu trajeto ocidental virado para a baía onde as altitudes variam entre fracas a moderadas (10-20m)”. Ao Sul da zona urbana existem declives acentuados e, mantendo-se a mesma direção, surgem algumas elevações dunares, mas de pouca expressão que não ultrapassam os 34 m (MOÇAMBIQUE, 1991b).

O município de Inhambane apresenta igualmente áreas de depressão que representam em geral áreas pantanosas ou áreas sujeitas a inundações temporárias. As áreas baixas encontram-se essencialmente a Noroeste, abrangendo partes dos bairros de Chamane, Liberdade, Marrambone, Mucucune, Bairro Chalambe, Siquiriva e Salela. A área mais oriental (zona costeira) do município de Inhambane apresenta-se bastante recortada devido às inúmeras elevações dunares que vão além dos 64 m, atingindo os 82 m (MOÇAMBIQUE, 1991a).

O município de Inhambane é banhado pelo Oceano Índico a Leste e a Oeste pela baía de Inhambane. Segundo Bilério (2007, p. 10), “esta cidade portuária localiza-se na extremidade de uma baía de cerca de 14 km de comprimento e 8 km de largura”.

Apesar da localização, o município de Inhambane é pouco recortado por linhas de água salubre (MOÇAMBIQUE, 1991a). Ao abordar os recursos hídricos no município de Inhambane, Nhantumbo (2007) explica que há ocorrência de unidades lacustres com água doce salubre, tais como Pembane, Chivanene, Cumbe, Malongué, Muanguè e Nhacudjingulo e que, também, ocorre uma rede de riachos que conservam a corrente por quase todo o ano.

Particular destaque para o rio Guiúá ao Sul, que limita naturalmente o município de Inhambane e o distrito de Jangamo e abastece com água a cidade de Inhambane.

De acordo com Augusto et al (2005, p. 16), a “fonte de alimentação destes é a precipitação”. O município de Inhambane possui águas subterrâneas, apesar de não se saber em pormenores sua abundância e localização efetiva. A existência de águas subterrâneas está relacionada à estrutura e textura dos solos e rochas, que permite a infiltração das águas de chuvas (GULUBE et al, 2007).

De acordo com dados fornecidos pelo Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Inhambane (GZVCI) (2009), o município de Inhambane apresenta cerca de 90% de solos arenosos e outros 10% são arenosos-argilosos que se encontram nas zonas baixas e nas margens de rios. O INPF (1991b) e Gulube et al (2007) sustentam a abordagem do GZVCI, reforçando que os mesmos são de origem sedimentar e possuem alta permeabilidade, o que favorece a capacidade de infiltração de água de chuva, reduzindo o escoamento superficial. Gulube *et al.* (2007) salientam que o município de Inhambane apresenta as seguintes unidades edáficas predominantes da costa para o interior: (1) solos dunares costeiros que se localizam junto à costa, apresentando fraco poder de retenção de água e baixa fertilidade; (2) solos arenosos, fase dunar que se estende para o interior e são os que mais predominam no município de Inhambane e se caracterizam pela fraca capacidade de retenção de água e baixa fertilidade e (3) solos arenosos hidromórficos que se situam em depressões arenosas, constituídos por areias castanhas muito profundas e se caracterizam pela má drenagem, inundações e sodicidade (presença de sódio).

O Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Inhambane (INHAMBANE, 2009) caracteriza os solos arenosos do município como menos férteis, suscetíveis a erosão e de fraca capacidade para retenção de água e os solos arenoso-argilosos como mais férteis, não suscetíveis de erosão e com boa capacidade de retenção de água. Deve-se salientar que a maior parte dos solos do município de Inhambane é suscetível a erosão, principalmente ao longo do litoral, onde se verifica a ocorrência desse problema.

O Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) refere, ainda, que a erosão nesse município deve-se essencialmente à

Remoção de terras e vegetação, falta de árvores de proteção; ocupação desordenada do solo, à falta e obsolescência de sistemas de drenagem, prática da agricultura nas encostas, abertura de caminhos/trilhas nas zonas de maior inclinação e extração desordenada de areias. (MOÇAMBIQUE, 2007c, p. 23)

De acordo com declarações de Nhavene³¹ os principais desastres naturais que ocorrem no município são: ciclones, cheias e secas. Desde o ano de 2006 tem havido ocorrência de tremores de terra em pequena escala. Em relação a ciclones, a fonte explica que todo o município de Inhambane está propenso a ressentir-se dos impactos destes, de acordo com a intensidade com que o mesmo se fizer sentir e dependendo de sua direção.

Os bairros de Chalambe (1, 2 e 3), Liberdade (1 e 3), Marrambone e Muelé são os locais mais propensos a cheias, pois se localizam em zonas de depressão, apresentando solos com pouca capacidade de absorção de água. A carência de esgotos e valas de drenagem eficientes, problemas estruturais da cidade, e a inexistência de uma política de urbanização integrada, por parte das estruturas competentes, concorrem como fatores para exposição às cheias.

O município de Inhambane apresenta uma vegetação variada e com influência humana em determinados locais. De acordo com o INPF (MOÇAMBIQUE, 1991a), a vegetação que se encontra nessa zona é repartida pela vegetação cultivada e áreas de pomar, essencialmente coqueiros e cajueiros; existem ainda áreas de mata dispersa e cerrada/fechada, sobretudo, nas áreas mais próximas do litoral e no litoral.

Junto à Baía, encontram-se áreas de mangue e, ainda, junto ao Oceano, encontram-se áreas de brenha costeira e casuarinas. Nhantumbo (2007) sustenta que a vegetação natural costeira, sobretudo do interior do município é composta por mangue (nas espécies *Avicennia marina*, *Brugueira gymnorhyza* e *Ceriops tagal*) e outras espécies entre as quais pode-se citar a existência de frutas silvestres, como a *massaleira*, *tindzolera* e *pimbi*³².

A Humboldt Universität zu Berlim³³ (HUMBOLDT, 2002) salienta, ainda, que existe em Inhambane a vegetação de dunas, que pode ser dividida em três grandes áreas de ocorrência, do mar para o interior: (1) uma comunidade vegetal pioneira, habilitada a viver com a ação direta do mar e condições extremas de salinidade, vento e mudanças da morfologia do solo, que serve para fixar a duna: (2) a seguir, aparecem espécies arbustivas com ramificação densa, que se vão misturando com as outras espécies menos tolerantes a condições extremas e, por fim, aparecem (3) espécies arbóreas e herbáceas adaptadas a ambientes de sombra. Por trás das dunas costeiras, existem as lagoas, que tanto podem ser

³¹ Francisco Nhavene, técnico de planificação do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades Naturais - Delegação da Província de Inhambane, em entrevista concedida em 21/01/2009.

³² Frutos silvestres com nomes locais. Não encontrada a tradução para a língua portuguesa.

³³ Universidade Humboldt de Berlim.

temporárias como permanentes, que apresentam uma vegetação aquática pouco desenvolvida em redor.

As lagoas temporárias encontram-se cobertas, geralmente, por vegetação marinha como algas. Em termos de culturas de rendimento predominam, para além do coqueiro e cajueiro, as culturas de mandioca, feijão, amendoim e vegetais diversos, como o tomate, alface, couve, entre outros (INHAMBANE, 2009).

A Humboldt Universität Zu Berlin (HUMBOLDT, 2002) refere que, as dunas, o marco divisor e protetor natural dos habitats interiores da ação do mar e dos ventos, estão muito afetadas, em alguns locais, pela construção de infraestruturas turísticas ou de habitação, pelo trânsito de viaturas, que procuram o acesso ao mar, ou por pequenos campos de cultivo na sua encosta interior, que essencialmente potenciam a erosão.

O habitat dos mangues constitui, também, áreas degradadas pela urbanização e construção de muralhas junto ao mar e pelo uso que as populações fazem para obter materiais de uso diário, verificando-se, atualmente, áreas em que já desapareceram.

Em relação à fauna, de um modo geral, é possível encontrar no município de Inhambane fauna marinha, terrestre e aérea, havendo, porém, um fraco registo ou cadastro de espécies animais pelas autoridades municipais, bem como pelas autoridades governamentais por meio dos organismos que zelam por esse setor.

Segundo a Humboldt (2002), no município de Inhambane se encontram mamíferos de pequeno porte, em números reduzidos e profundamente afetados por perda de habitat, estando entre eles o macaco de cara preta (*Cercopithecus aethiops*) e a gerboa peluda das dunas (*Gerbillurus tytonis*). A avifauna registrada atinge mais de 72 espécies, com destaque para o papagaio de cabeça castanha, o flamingo, o calau colorado, o falcão peregrino e várias espécies de picanços e roleiros. Nos mangues, a fauna é dominada por caranguejos violinistas, ocorrendo também bivalves e camarões.

Nas lagoas encontram-se rãs, lagartos, pequena diversidade de outras espécies, com número razoável de peixes de água doce como, por exemplo, a tilápia, registrando-se ainda a ocorrência de aves migratórias, entre as quais se destacam o corvo marinho africano, a garça boieira e a jacana. Nas praias arenosas, há uma baixa densidade de caranguejos fantasmas (*Ocypode ryderi*) e ocorrência de avifauna, com especial destaque para o borralho. As praias rochosas apresentam uma biodiversidade muito baixa, especialmente no que diz respeito a

espécies utilizadas pelo ser humano para consumo, como os crustáceos, bivalves e gastrópodes, que são fonte de alimentação e rendimento para as comunidades locais.

É possível identificar com mais frequência mamíferos marinhos, como baleias, por exemplo, as espécies *Megaptera novaeangliae* e a *Balaenaoptera acutorostrata*, golfinhos corcundas das espécies *Sousa chinensis*, *Roaz corvineire* e *Tursiops truncatus*, aparecendo com menos frequência dugongos (peixe-boi), da espécie *Dugon dugon*, considerada uma espécie em extinção conjuntamente com o tubarão baleia, que tem sua ocorrência no município de Inhambane.

Espécies de tartaruga marinha como as *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Chelonia Midas* e manta raia ocorrem igualmente com grande intensidade no município de Inhambane. Salienta-se que existe grande variedade de espécies de peixes, que não estão registrados em cadastro pelo município de Inhambane e, ainda, que existem igualmente recifes de corais dos gêneros *Lobophytum* e *Cladiela*. O GZVCI (INHAMBANE, 2009) salienta, sem especificar quantidades, que existem espécies consideráveis de animais domésticos, tais como bois, cabritos, ovelhas, suínos, patos, galinhas, cães, gatos, dentre outros. De acordo com o Decreto n° 51/99 de 31 de Agosto, que regulamenta a pesca recreativa e desportiva, as espécies marinhas protegidas em Moçambique são as descritas no quadro 4.

Quadro 4 - Lista de espécies protegidas em Moçambique

NOME LOCAL	NOME CIENTÍFICO	NOME LOCAL	NOME CIENTÍFICO
Peixes		Répteis	
Garoupa lanceollutus	<i>Ephinephelus lanceolatus</i>	Tartarugas marinhas	<i>Todas as espécies</i>
Dentuço manchado	<i>Polysteganus undulosus</i>	Mamíferos	
Garoupa batata	<i>Ephinephelus tukula</i>	Dugongo	<i>Dugong dugon</i>
Pargo vermelho	<i>Petrus rulestris</i>	Baleias	<i>Todas as espécies</i>
Tubarão branco	-	Golfinhos	<i>Todas as espécies</i>
Bivalves		Gastrópodes	
Tridacna gigante	<i>Tridacna gigante</i>	Capacete grande	<i>Cassis cormuta</i>
Tridacna squamosa	<i>Tridacna squamoss</i>	Cometa trompeteira	<i>Charonia tritonis</i>

Fonte: Decreto Moçambicano n° 51/99 de 31 de Agosto.

Em termos demográficos, segundo o INE (MOÇAMBIQUE, 2010b) por meio do III Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, realizado no ano de 2007, o

município de Inhambane, até o ano de 2007, registrou uma população total de 65.149 habitantes, dos quais 53,5% correspondiam ao sexo feminino e 46,5% ao masculino.

A densidade de acordo com a área atual é de 333,95 habitantes/km². Nhantumbo (2007) afirma que o município de Inhambane apresenta uma tendência crescente da população de habitantes em bairros urbanos e suburbanos mais aglomerados, enquanto os bairros rurais são caracterizados por dispersão populacional.

A taxa de crescimento populacional é de 2,2%/ano, fato que leva a estimar que, no final de 2013 a população tenha atingido o número de 75.412 habitantes, conforme apresentado pelo INE (MOÇAMBIQUE, 2010c) em projeções de população na província de Inhambane. Segundo o INE (MOÇAMBIQUE, 2010a), os bairros do Muelé, da Liberdade e Josina Machel são os mais povoados do município de Inhambane e, ainda, que o bairro de Muelé se destaca por possuir maior população, atingindo cerca de 22,8% da população total do município, conforme apresenta o quadro 3.

A Resolução n° 52/AM/2006, que define o estatuto orgânico do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, divide administrativamente o município de Inhambane em 23 bairros, que se diferenciam em urbanos, semiurbanos³⁴ e rurais, conforme mostra o quadro 5. De um total de vinte e três bairros, nove são não rurais, sete são semiurbanos e urbanos respectivamente.

³⁴ Bairros semiurbanos são bairros que não apresentam a total estrutura de bairros urbanos, verificando-se o tipo de construções mistas (alvenaria e na base de palha) e a existência de infraestrutura básica diferenciada e ou deficitária, com algumas carências visíveis; pode-se se dizer que são bairros em transição para bairros urbanos (MOÇAMBIQUE, 1991a).

Quadro 5 - Lista de bairros e distribuição da população no município de Inhambane

Nº	Bairros	Pessoas	Urbanos	Semi urbanos	Rurais
1	Bairro Balane 1	594	x		
2	Ilha de Inhambane	700			x
3	Muelé 3	892		x	
4	Bairro Balane 2	988	x		
5	Salela	1.442			x
6	Guitambatuno	1.445		x	
7	Nhamua	1.527			x
8	Muelé 2	1.553		x	
9	Bairro Chalambe 1	1.716	x		
10	Mucucune	1.754			x
11	Bairro Balane 3	1.871	x		
12	Bairro Chalambe 2	1.926	x		
13	Liberdade 1	1.932	x		
14	Malembuane	2.087			x
15	Siquiriva	2.121			x
16	Machavenga	2.154			x
17	Chamane	2.299			x
18	Liberdade 2	3.322		x	
19	Conguiana	3.499			x
20	Marrambone	3.631		x	
21	Josina Machel	6.234		x	
22	Liberdade 3	6.612		x	
23	Muelé 1	14.850	x		
TOTAL		65.149	7	7	9

Fonte: Adaptado de MI, 2008 e INE, 2010a.

Politicamente, o município de Inhambane é dirigido por um presidente eleito pelos munícipes a cada quatro anos. O presidente do município de Inhambane é considerado o dirigente do órgão executivo singular do município e a ele subordinam-se os vereadores e diretores de serviços. Os vereadores que compõem o Conselho Municipal são nomeados pelo Presidente com a função de apoiar na planificação e execução dos planos de desenvolvimento autárquico (Resolução n° 52/AM/2006).

Apesar de adotar-se, por lei, um regime democrático no país em geral e especificamente no município, atualmente o partido Frelimo é o único que geriu os destinos deste, desde a independência do país em 1975 até os dias atuais.

Assim, pode-se notar, a partir dos dados apresentados neste capítulo, que Moçambique no geral e o município de Inhambane, de modo particular, possuem patrimônio natural e

cultural diversificado. Esse patrimônio se constitui como recurso com potencial para aproveitamento no setor do turismo.

Muchangos (2012, p. 141) reforça essa conclusão ao afirmar que

Moçambique possui áreas com paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultante da interação do ser humano com a Natureza. Cada lugar possui a sua identidade que é determinada pelas características da sua Geografia física (clima, relevo, hidrografia, vegetação) aliadas às suas características culturais (estrutura étnica, arquitectura, folclore, música, gastronomia etc.). Ao mesmo tempo, todo o lugar tem a sua identidade resultante da moldagem pelo ser humano de geração em geração. É especificidade dos lugares - o seu patrimônio - que lhes confere o carácter turístico e se serve da sua beleza natural e da variedade das suas condições bioclimáticas que estimulam o repouso e a recreação do ser humano.

Assim, torna-se evidente que Moçambique é um dos poucos países da sua região geográfica - África Austral - que detém uma combinação de recursos capazes de captar turistas e investidores com as mais diversas motivações e interesses. O legado histórico, marcado pela penetração mercantil árabe e portuguesa, as culturas nativas, o clima quente, as praias com temperaturas amenas e beleza paradisíaca, o relevo diversificado, a fauna marinha e terrestre, a flora diversificada, o potencial hídrico marinho, lacustre e fluvial, entre outros, determinam os recursos naturais e antrópicos que se podem utilizar para o desenvolvimento da atividade turística no país. O potencial turístico de Moçambique será melhor apresentado nos próximos capítulos, ao se abordarem as categorias geográficas aplicadas nesta pesquisa e o estágio do turismo em Moçambique e no município de Inhambane.

Capítulo II

Turismo, geografia e planejamento.

Toda atividade de planejamento parte necessariamente, de uma antecipação do futuro; seja para definir aonde se pretende chegar e a que realidade futura se pretende construir, seja para antever as condições em que se vai atuar e trabalhar no horizonte temporal futuro para gerar as condições favoráveis à realização dos objetivos.

BUARQUE (2002)

O turismo é um uma área de conhecimento e setor que se dedica ao estudo das viagens e do lazer dos seres humanos. O estudo do fenômeno turístico é contemporâneo, apesar dos humanos viajarem desde o início dos tempos, quando seus antepassados eram nômades e percorriam grandes distâncias em busca de alimentos para a sobrevivência.

O turismo, como se conhece nos dias atuais, “é um fenômeno peculiar do século XX” (THEOBALD, 2002, p.27). Esse setor é sem dúvidas um fenômeno social, econômico, político e cultural do mundo contemporâneo. É considerado fenômeno pela sua inserção nas ciências sociais aplicadas, que tem como objeto de investigação os elementos, que possibilitam o conhecimento dos aspectos sociais do mundo humano.

Segundo Theobald (2002, p. 31), etimologicamente,

A palavra *tour* deriva do latim *tornare* e do grego *tornos*, significando “uma volta ou círculo; o movimento ao redor de um ponto central ou eixo”. Esse significado mudou no inglês moderno, passando a indicar o “movimento em círculo de uma pessoa”. O sufixo *ismo* é definido como “ação ou processo; comportamento ou qualidade típicos”, enquanto o sufixo *ista* denota “aquele que realiza determinada ação”. A combinação da palavra *tour* e dos sufixos *ismo* e *ista* sugere a ação de um movimento em círculo. Pode-se argumentar que um círculo representa uma linha que partindo de um ponto retorna ao ponto inicial. Portanto, assim como um círculo, um *tour* representa uma viagem circular, ou seja, o ato de partir para posteriormente regressar ao ponto inicial, e quem empreende essa jornada pode ser definido como turista.

Essa atividade tem apresentado alto nível de crescimento no cenário mundial, principalmente depois da segunda Guerra Mundial, ao ponto de equiparar-se com os índices de crescimento da indústria extrativa (petróleo, gás, outras), de armamento e automobilística. Em 2011, segundo Tarlow (2012b) atingiu cerca de nove trilhões de dólares americanos em gastos realizados pelos turistas e investimentos diretos no setor, em âmbito mundial.

O turismo define-se, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), pelo deslocamento de pessoas, de sua área de residência habitual para outras fora dela, a fim de buscar atividades que não visem à obtenção de lucro, por um período superior de estada de vinte e quatro horas e inferior a um ano ou menos.

Urry (2001, p. 17) salienta que a definição de turismo está relacionada ao conceito de afastamento, isto é, o turismo objetiva “a ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas da vida de todos os dias, permitindo que nossos sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano, o mundano”.

Por sua natureza, o turismo difere de outras atividades econômicas, visto que para o “consumo” do produto desse setor requer-se o deslocamento do consumidor/turista de sua área habitual de residência para o local onde se encontra o produto turístico. O processo de “produção” do produto turístico requer que os gestores de turismo busquem conhecimentos de outras ciências, fato que demonstra a transversalidade do setor. A interdisciplinaridade do turismo é, segundo Montejano (2001, p. 6), resultante de

Uma incidência de primeira ordem na vida econômica das sociedades, já que é uma fonte de ingressos - divisas – básica para equilibrar as economias dos países em desenvolvimento e crescimento, [...] O turismo tem também uma incidência nas relações sociais entre os turistas dos países emissores e os cidadãos dos países receptores, produzindo-se intercâmbios de hábitos e normas sociais, assim como melhor conhecimento entre os povos, convertendo-se em elemento fundamental de paz e harmonia entres eles. No campo da cultura, o turismo contribui para o crescimento cultural dos povos. As viagens e suas correspondentes visitas favorecem um enriquecimento da formação e conhecimento dos turistas em relação aos lugares visitados. O turismo, devido a esses vínculos, converte-se em uma disciplina técnico-científica que está estreitamente relacionada com outras disciplinas e conhecimentos científicos, dando-lhe um vínculo interdisciplinar e multidisciplinar.

A título de exemplo, para que se comercializem os “produtos” turísticos nos diferentes quadrantes do planeta, usam-se, para “produção” e venda as técnicas de análise do espaço

provenientes da Geografia, as técnicas modernas de *marketing* com recurso ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), entre outras.

Neste capítulo, de acordo com a estruturação do trabalho, serão analisados, de maneira integrada, mas com separação por itens, a relação entre o Turismo, a Geografia e o Planeamento. O objetivo é demonstrar o modo pelo qual a Geografia, como um campo de saber que estuda o turismo, pode contribuir para a interpretação e a proposição da atividade turística por meio de suas categorias, conceitos e procedimentos metodológicos.

A pergunta basilar é: como a Geografia tem desenvolvido os seus estudos sobre o turismo? E como pode, mediante esses estudos, ajudar a planejar essa atividade fortemente destacada no atual período?

2.1 Turismo: definições e características

O conceito de turismo assume diferentes posições/sentidos atendendo a transversalidade e complexidade que caracteriza esse setor. Theobald (2002, p. 29) afirma que é “extremamente difícil definir com precisão os termos turista e turismo, porque têm significados diferentes para povos diferentes, e, além disso, ainda não foi adotada uma definição universal”.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p. 18), organismo das Nações Unidas que responde pelo setor do turismo em escala planetária, na busca de trazer uma definição global, afirma que, por sua natureza, o turismo é uma atividade realizada por “pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos”.

O SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (2003, p.10) conceitua turismo como “uma atividade que envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada”. Em Moçambique, o turismo é definido na Lei do Turismo (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 5) como um “conjunto de atividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas a turistas”.

Cunha (1997, p. 10) explica que não podem ser classificadas como atividades turísticas as atividades “econômicas, culturais e recreativas que, embora se possam inscrever na categoria das turísticas por prestarem os mesmos serviços, são predominantemente destinadas à utilização dos residentes ou das pessoas que se deslocam para o local onde se situam para aí exercerem uma profissão”.

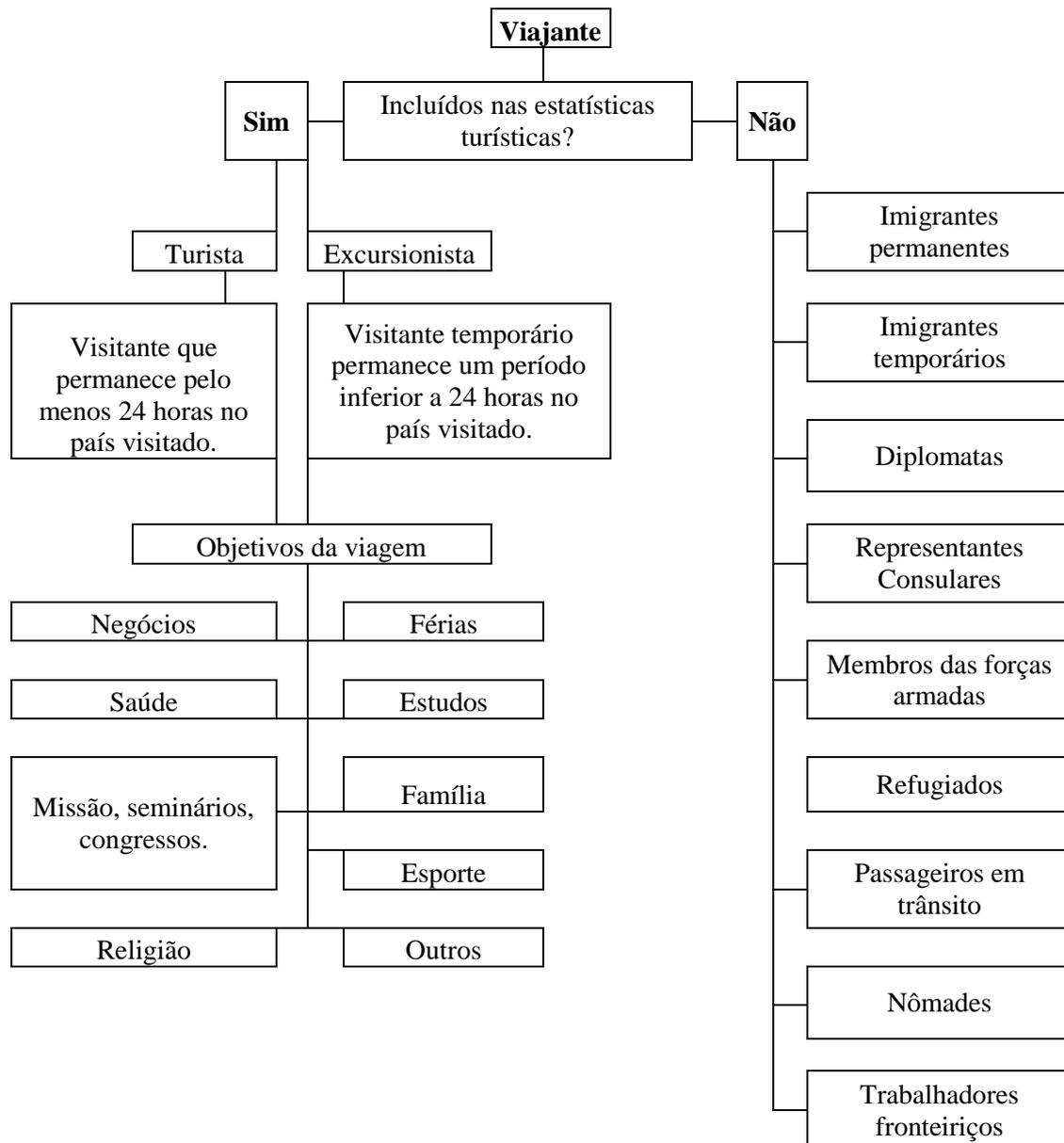
O presente trabalho adota o conceito da OMT (2003) por apresentar elementos que permitam a compreensão da atividade turística, principalmente por mostrar deslocamentos e temporariedade da viagem que devem ser observados no conceito de turista.

Outro conceito importante em estudos de turismo é o de turista, dado que este é um elemento importante na dinamização da atividade, pois sem sua presença nos destinos não há ocorrência da atividade, isto é, o lugar não se denomina turístico.

Segundo a Lei de Turismo de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2004), turistas são pessoas que passam pelo menos uma noite em locais que não sejam de residência habitual e sua deslocação não seja para fins de emprego ou atividades remuneradas no local visitado. Por sua vez, a OMT (2003, p. 18) define turistas como visitantes que “desfrutam de pelo menos um pernoite em alojamento coletivo ou particular no lugar visitado”.

Castelli (2004, p. 22) esquematiza, ao exemplificar, de forma simples e clara, a diferença entre o turista e os demais tipos de viajantes e suas motivações de viagem, consoante o apresentado no esquema 3. Para além dos elementos descritos na Lei do Turismo de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2004) e pela OMT (2003), Castelli (2004) conceitua turistas como todos aqueles incluídos nas estatísticas do setor, não sendo turistas os que estão fora.

Esquema 3 - Tipologias de viajantes



Fonte: Castelli, 2004.

Estas viagens/deslocações descritas no conceito de turismo pela OMT (2003) e no conceito de turistas citado pela Lei de Turismo de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2004) não objetivam, por parte do turista, a busca por um produto material palpável, mas sim um produto intangível. Segundo Barrio (1971), essas deslocações resultam de motivações psicológicas determinadas por um “conjunto de variáveis que os psicólogos chamam de visuais, auditivas, apetitivas ou tendências nas quais se incluem os interesses, temores, desejos, nostalgias, afetos, ódios, fobias, amores, fome e necessidades”.

Cunha (1997) salienta que a busca pela diversidade é característica de todos os turistas e as motivações variam de acordo com um vasto leque de fatores determinando que as pessoas se desloquem por motivos diferentes umas das outras e, conseqüentemente, procurem locais e atrativos diferenciados. Esse autor agrupa por afinidades os motivos que levam as pessoas a viajar, conforme descreve o quadro 6.

Quadro 6 - Motivações das viagens em turismo

<p>1. Culturais e educativos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ver como vivem as pessoas de outros países e locais; ▪ Ver curiosidades e coisas novas; ▪ Melhor compreender a atualidade; ▪ Assistir a manifestações especiais; ▪ Ver monumentos, museus, centros arqueológicos e outras civilizações; ▪ Estudar: fazer cursos. 	<p>2. Divertimento e descanso</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Escapar à rotina; ▪ Passar o tempo agradavelmente; ▪ Repousar; ▪ Fazer o que quiser, ser livre.
<p>3. Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperar da fadiga física e mental; ▪ Fazer tratamentos; ▪ Cuidar da saúde, prevenir as doenças. 	<p>4. Razões étnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitar o «berço familiar»; ▪ Visitar locais que a família ou os amigos já visitaram; ▪ Visitar parentes e amigos.
<p>5. Sociológicas e psicológicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprender a conhecer o mundo; ▪ Snobismo; ▪ Conformismo; ▪ Aventuras. 	<p>6. Climatéricas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Escapar às condições climatéricas adversas; ▪ Tomar banhos de sol; ▪ Praticar esportes de Inverno.
<p>7. Profissionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar em reuniões, congressos, missões, exposições, feiras; ▪ Realizar estudos; ▪ Desenvolver ou realizar negócios. 	<p>8. Diversas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar em reuniões políticas; ▪ Praticar atividades desportivas;

Fonte: Adaptado de Cunha, 1997.

O ponto sete, relativo aos motivos profissionais, descrito no quadro 6, refere-se aos visitantes que não viajam para obter rendimentos diretos. Estes se deslocam no intuito de representarem a empresa em atividades diversas inerentes à mesma, isto é, realizam o turismo de negócio. Segundo Beni (2002) este tipo de turismo se define como o deslocamento de executivos e homens de negócios que afluem aos grandes centros empresariais e cosmopolitas com o intuito de efetuarem transações e atividades profissionais, comerciais e industriais, empregando seu tempo livre no consumo de recreação e entretenimento típicos desses grandes

centros, incluindo também a frequência aos restaurantes com gastronomia típica e internacional.

Para Ignarra (1999) e Lohmann (2004), os fatores que influenciam os turistas na escolha de seu destino são: preço do produto, preço dos produtos concorrentes, preço dos produtos complementares, renda, disponibilidade de tempo livre, investimento em divulgação, modismo, variações climáticas, catástrofes naturais, catástrofes artificiais e crises.

Vários são os fatores que induzem/influenciam o turista a se deslocar de sua residência habitual para a prática da atividade. Segundo Montejano (2001, p. 236), para que os fluxos turísticos se desloquem até os núcleos receptores, deve-se ter em conta diversos fatores:

- a) Naturais: recursos climáticos, orográficos, hídricos, florestais;
- b) Humanos: históricos, culturais, econômicos – poder aquisitivo, investimentos para a oferta turística etc.
- c) Técnicos: infraestruturas - comunicações, transportes, hospedagens, restaurante - ofertas complementares etc. Modernização das infraestruturas e execução de novas tecnologias a empresas e serviços turísticos etc.
- d) Políticos: estabilidade política - longe das zonas de guerras ou golpes de estado; zonas pacíficas etc.
- e) Sociais: estabilidade trabalhista, profissionalismo do fator humano; zona de pouca instabilidade quanto a greves, falta de qualidade, preparo e experiências profissionais; zonas de segurança e de estabilidade civil: sem roubos, agressões, xenofobia com relação ao turismo etc.

No presente estudo, os fatores (c., d. e e.) descritos por Montejano (2001) e os quatro fatores apresentados no quadro 7, descritos por Ignarra e Lohmann, merecem atenção, por fazerem, estritamente, parte do estudo da segurança de territórios turísticos.

Quadro 7 - Fatores que influenciam negativamente as viagens de turistas

Fatores que influenciam as viagens de turistas	Características
Variações climáticas	São as mudanças climáticas fora do esperado para um determinado destino (como exemplo, podem ocorrer chuvas em lugares de praia e falta de neve em <i>resorts</i> de esqui) que podem vir a provocar a diminuição no afluxo de turistas. Daí a importância de se diversificarem as atividades e atrações existentes num destino, a fim de que este se torne menos vulnerável.
Catástrofes naturais	Resultantes da existência de eventos extremos da natureza, como furacões, vulcões, tufões, vendavais, terremotos, <i>tsunamis</i> e enchentes, que afetam drasticamente o número de chegada de turistas.
Catástrofes artificiais	Resultantes das guerras civis e internacionais, ataques terroristas, vazamento de óleo contaminando um resort turístico, epidemias que podem inibir a viagem e afetar drasticamente o número de chegada de turistas.
Crises	São vários outros fatores internos e externos ao ambiente do turismo que podem provocar uma variação na demanda turística, como por exemplo, as greves dos trabalhadores que operam os sistemas de transporte.

Fonte: Adaptado de Ignarra (1997) e Lohmann (2004).

Outra característica importante do turismo relaciona-se à intangibilidade dos produtos, isto é, os produtos são comercializados e consumidos de forma diferenciada, longe dos pontos de compra, fato que obriga os turistas a adquirirem sem ver, experimentar e testar o produto. Esse fato obriga a que exista um grande trabalho para promoção dos destinos em função de seus atrativos turísticos, isto é, suas paisagens.

Com o advento e difusão, em escala global, das TIC's, os eventos negativos que acontecem em diferentes destinos podem “minar” o trabalho de promoção turística, dado que estes, por meio da mídia e outros meios de comunicação, transcendem fronteiras territoriais em tempo reduzido e podem influenciar na escolha para visitação.

Destarte, os gestores de atividades turísticas precisam promover e fomentar ações (como por exemplo, a criação de infraestruturas básicas e específicas de boa qualidade) que visem, sempre, à boa imagem de seus destinos, pois a motivação das viagens para os turistas depende de ações concretas e reais e também simbólicas que minimizem riscos e reduzam a vulnerabilidade dos visitantes. A redução dos riscos e a maximização da satisfação dos visitantes se dão por uma orientação de desenvolvimento que privilegie o planejamento e gestão dos territórios turísticos.

2.2 O planejamento do turismo

A exploração de recursos naturais e a concepção de estratégias socioeconômicas de desenvolvimento foram e continuam sendo realizadas, em muitos países, sem o mínimo de diretrizes pré-estabelecidas, que atentem para os impactos negativos no futuro de curto, médio e longo prazo.

Com o surgimento de vários sinais de degradação no meio natural e com os elevados custos financeiros dos gastos na mitigação das ações incorretas do ser humano sobre o meio, os governos, as organizações e a sociedade civil começaram a dar maior importância ao processo de planejamento na elaboração de seus projetos de desenvolvimento em escala territorial e administrativa, de modo, a contornar as incertezas que marcam suas ações de desenvolvimento.

Segundo Carvalho (2009), no turismo, o planejamento é uma condição necessária para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria atividade. O turismo é uma atividade que, para se desenvolver, precisa ter bases de orientação bem definidas e clarificadas, pois seu desenvolvimento à margem das políticas públicas concretas ocasiona mais impactos negativos que positivos e pode levar essa atividade ao declínio. Sobre esse assunto, Massarutto e Viera (2005, p. 4) afirmam que

O turismo é fator de mudança social, cultural, política e econômica isto não podemos negar (turismo é produto do capitalismo). Porém, para a implantação dessa atividade extremamente urbana, deve-se pensar na capacidade de suporte, pois a atividade turística é dependente da infraestrutura básica (planejamento urbano). Em função dessa atividade, o local necessitará disponibilizar uma infraestrutura superior à sua capacidade de suporte populacional. **A necessidade de um planejamento que amenize impactos e desenvolva um turismo que traga mais benefícios do que malefício é de extrema importância** (grifo nosso).

Marujo e Carvalho (2010, p. 159) enfatizam a importância do turismo e a necessidade do planejamento dessa atividade ao afirmarem que

De fato o turismo, graças à sua importância econômica e sociocultural, é um importante pilar para a economia e desenvolvimento de muitas regiões, dado que arrasta consigo um conjunto de atividades bastante relevantes e, por isso, os governos regionais e locais interessados em promover o desenvolvimento local e [regional vêem no turismo um forte aliado na procura desse desenvolvimento. [...]] Se o turismo é considerado um dos mais importantes agentes de mudança em qualquer sociedade, então ele não pode deixar de evoluir sem um planejamento.

Portanto, o planejamento do território turístico mostra-se imprescindível para que se alcance o sucesso da atividade, pois este se torna um instrumento da gestão que, essencialmente, busca mitigar os impactos sobre o espaço e reduzir os custos resultantes de ações mal desenvolvidas, com vista ao alcance dos objetivos comuns.

O planejamento, segundo Santos (2004, p. 24), é

Um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis. Sua finalidade é atingir metas específicas no futuro, levando à melhoria de uma determinada situação e ao desenvolvimento das sociedades.

Estol e Albuquerque (1987, p. 8) entendem planejamento como:

Um processo que consiste em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuarão na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos.

Para Floriano (2004, p. 8),

O Planejamento é, portanto, uma ferramenta de gestão. É um processo de organização de tarefas para se chegar a um fim, com fases características e sequenciais que, em geral, estão na seguinte ordem: identificar o objeto do planejamento, criar uma visão sobre o assunto, definir o objetivo do planejamento, determinar uma missão ou compromisso para se atingir o objetivo do planejamento, definir políticas e critérios de trabalho, estabelecer metas, desenvolver um plano de ações necessárias para se atingir as metas e cumprir a missão e objetivos, estabelecer um sistema de monitoramento, controle e análise das ações planejadas, definir um sistema de avaliação sobre os dados controlados e, finalmente, prever a tomada de medidas para prevenção e correção quanto aos desvios que poderão ocorrer em relação ao plano.

Os conceitos de Estol e Albuquerque (1987), Santos (2004) e Floriano (2004) demonstram com evidência que para o ser humano manter a integridade do meio ambiente e de suas atividades com boa qualidade, estes devem fomentar suas ações de desenvolvimento na base do planejamento, de modo a permitir maior preservação e sustentabilidade, pois a manutenção da vida humana, no geral, e dos ecossistemas que compõem o meio ambiente, em

particular, dependem, basicamente, da preservação e conservação dos elementos que o constituem.

Para que tal objetivo se alcance, o ser humano nas suas ações cotidianas deve obedecer aos propósitos do planejamento em criar políticas, planos, programas, normas e projetos que ajudem o território a garantir o desenvolvimento sustentável da humanidade (SANTOS, 2004).

Na esfera municipal e local, o planejamento é entendido como processo de decisão tecnicamente fundamentado e politicamente sustentado sobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável em pequenas unidades político-administrativas (BUARQUE, 2002). Figueira e Dias (2011, p. 10) salientam que o planejamento de um destino em determinado país “deve ser local, mas pensado globalmente ou seja, deve-se levar em consideração que os padrões de atendimento, a satisfação do visitante, a diversidade de oferta de atrativos etc., são competitivos do ponto de vista global”.

O planejamento obedece a várias etapas sequenciadas, interligadas e continuadas para que seja eficaz e traga resultados satisfatórios. Vale esclarecer que o planejamento deve ser estratégico, flexível, multi-escalar, integrador, participativo e pluralista no sentido de envolver todas as dimensões possíveis (sociais, ambientais, econômicas, políticas). Este, igualmente, deve ocorrer tendo em conta os aspectos intrínsecos da realidade de cada território, pois a importação de modelos pode não lograr sucessos almejados e contribuir para a decadência local.

Para Carvalho (1997) são etapas do planejamento “o conhecimento da realidade, a tomada de decisão, a execução do plano, o acompanhamento, o controle e a avaliação das ações”. Barreto (2003, p. 28) entende que as etapas do planejamento são “a reflexão diagnóstica (estudos e decisões), ação, reflexão crítica (avaliação e novas decisões)”. Segundo Chiavenato (2004, p. 196), o planejamento procura responder às seguintes questões: (1) Para onde queremos ir? (2) Onde estamos agora? (3) O que temos pela frente? (4) Quais os caminhos possíveis? (5) Qual o melhor caminho? (6) Como iremos percorrê-lo?

O diagnóstico - etapa inicial do processo e que caracteriza o presente estudo -, foca-se, de modo geral, na pergunta “onde estamos?” e contribui para o conhecimento do estado atual do lugar. Procura-se ajudar os gestores municipais na obtenção de bases para a criação de planos que ajudem na mitigação ou redução dos impactos negativos, na redução dos custos decorrentes de ações mal planejadas; na melhoria da participação da sociedade civil na gestão

e, mais especificamente, ajudar a aumentar as vantagens competitivas do lugar face à concorrência local, regional, nacional e internacional.

Segundo Carvalho (2009, p. 1) “O planeamento do turismo é uma ferramenta estruturante da política de desenvolvimento sustentável e por isso ocupa um lugar decisivo no processo de concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento”. O planeamento turístico assenta sua base de trabalho no estudo da oferta e demanda turística como forma de garantir maior valorização da paisagem por parte de quem visita o lugar.

Esse é um processo que analisa a atividade turística de determinado território, diagnosticando o desenvolvimento e fixando modelos de atuação, mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes capazes de impulsionar e integrar o turismo dentro das atividades produtivas do lugar onde se insere.

O planeamento turístico procura analisar o lugar na sua forma mais ampla, isto é, o diagnóstico foca sua análise nos componentes do patrimônio turístico³⁵ do lugar com vista a produzir informações e/ou indicadores que poderão ajudar as autoridades competentes e os demais interessados a desenvolver leis, planos, projetos e programas que busquem a melhoria da qualidade da oferta turística local. Marujo e Carvalho (2010, p. 159) demonstram a importância do planeamento turístico ao afirmarem que

As práticas de planeamento e gestão sustentável do turismo são fatores de vital importância para a sustentabilidade dos lugares e a viabilidade do turismo. Se a atividade turística não for bem planeada, ela pode provocar a degradação da natureza, conflitos sociais e desorganização do setor empresarial prejudicando, deste modo, o ciclo de vida dos destinos turísticos. Por isso, o planeamento do turismo sustentável a nível regional deve levar em atenção o envolvimento de todos os actores do turismo. Só desta forma é que o planeamento minimizará os potenciais impactos negativos, maximizará os retornos económicos do destino e encorajará um maior envolvimento da comunidade receptora no turismo.

Massarutto e Vieira (2005, p. 8), ao abordarem a relação da Geografia com o planeamento turístico, explicam que

A geografia está presente em todo o processo de implementação do turismo em uma determinada localidade, desde seu planeamento estratégico, passando pelo próprio processo de planeamento turístico, até a sua implementação eficaz. Isto diante de

³⁵ Para Boullón (2002) patrimônio turístico é o resultado da integração de atrativos turísticos, empreendimentos turísticos, infraestrutura e superestrutura turística.

um projeto turístico sustentável. O planejamento turístico é dependente do planejamento urbano, onde todos os levantamentos científicos, de uma dada localidade, resumem-se a levantamentos geográficos. As práticas urbanas e o fenômeno da urbanização são decorrentes da formação da sociedade, vindo estes estudos de todos os segmentos geográficos. A Geografia consegue centralizar os impactos humanos no meio, em orientação territorial, ambiental e política, dando-nos a vertente de reorganização do espaço habitado.

Para Williams (2009), o planejamento do turismo engloba os seguintes objetivos:

- a) a permissão de um mecanismo para uma disposição estruturada de equipamentos turísticos e infraestruturas associadas ao longo de grandes áreas geográficas;
- b) a coordenação da natureza fragmentada do turismo, principalmente em relação ao transporte, alojamento, *marketing* e recursos humanos;
- c) a intervenção na conservação dos recursos e a maximização dos benefícios para a comunidade local;
- d) a criação de um mecanismo para a distribuição e redistribuição dos investimentos relacionados com o turismo e os benefícios econômicos;
- e) a integração do turismo em sistemas de planejamento, que dá à indústria um significado político (uma vez que a maior parte dos sistemas de planejamento são sujeitos a influências e controle político) e, além disso, fornece uma medida do estatuto e legitimidade para uma atividade que, nem sempre, foi considerada seriamente como uma força para a mudança econômica e social.

Segundo Ruschmann (1997), o planejamento turístico deve pautar-se pelos seguintes objetivos: coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo; promover os incentivos necessários para estimular o estabelecimento de equipamentos e serviços turísticos; maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos, ao visar ao bem-estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor; definir políticas e processos de implantação de equipamentos e atividades; garantir que os espaços necessários ao desenvolvimento turístico não sejam empregados em outras atividades econômicas; evitar deficiências ou congestionamentos onerosos; minimizar a degradação dos locais e recursos sobre os quais o turismo se estrutura e proteger aqueles que são únicos; cientificar a autoridade política responsável pela implantação de todas as implicações do planejamento; capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística; garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada; garantir que a imagem

do destino se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados; atrair financiamentos nacionais ou internacionais, bem como assistência técnica para o desenvolvimento do turismo e a preservação ambiental; coordenar o turismo com outras atividades econômicas, integrando o seu desenvolvimento nos planos econômicos e físicos do país.

Vieira (2007) entende que os objetivos da atividade de planejamento turístico são: contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população; promover a integração comunitária; garantir o desenvolvimento econômico sustentável e proporcionar as condições necessárias para o sucesso empresarial. No que concerne aos objetivos específicos, o autor argumenta que o planejamento deve: **garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico; propiciar um nível elevado de satisfação aos turistas; proteger os recursos turísticos;** identificar as zonas com potencial turístico e integrar as correntes turísticas nas comunidades anfitriãs (grifo nosso).

Os objetivos descritos por Ruschmann (2008) e Vieira (2007) espelham os objetivos que o presente trabalho alcance no final. Segundo a OMT (2003), o planejamento possui quatro abordagens que apoiam o desenvolvimento local da atividade turística conforme apresenta o quadro 8.

Quadro 8 - Abordagens do planejamento para o turismo

ABORDAGEM	DESCRIÇÃO
ABRANGENTE	Inclui a análise dos equipamentos turísticos, referentes às infraestruturas turística e básica, que correspondem ao planejamento urbano local. Tais itens são analisados pelos levantamentos geográficos locais.
INTEGRADA	Refere-se à abordagem de políticas públicas com o intuito de planejar o turismo local para o desenvolvimento geral da área, sendo da ordem dos estudos da geopolítica.
AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL	Diante da sustentabilidade do uso do espaço, visa à utilização dos recursos naturais e culturais para práticas recreativas, mas com estudos geográficos voltados para impacto nos ambientes naturais e culturais.
BASEADA NA COMUNIDADE	A Geografia humana tem por estudo o ser humano no meio em que vive e sua cultura reproduzida. Para implantação do turismo em uma comunidade, são importantes os levantamentos específicos dos impactos culturais, a fim de amenizar as transformações globalizadas.

Fonte: OMT, 2003.

O presente estudo, apesar de embutir em si todas as abordagens descritas pela OMT (2003), irá destacar a abordagem integrada, pois esta objetiva a análise dos aspectos relacionados à segurança para propiciar recomendações, no âmbito do trabalho de planejamento do turismo.

Salientar que o processo de execução do planejamento do território turístico se dá por meio da administração pública e das organizações privadas (BOULLÓN, 2002). Marujo e Carvalho (2010) agrega um terceiro ponto: as comunidades como também integrantes desse processo.

Assim à administração pública e às organizações privadas são atribuídas as seguintes tarefas, descritas por Boullón:

Os organismos públicos responsáveis pela administração do setor turístico oscilam do nível mais alto, representado por ministério ou secretaria, aos de direção ou institutos ligados ao bem-estar social ou a outros organismos do Estado. Em quase todos os casos, suas funções específicas são: a promoção turística no exterior, o controle da qualidade dos serviços, a fixação e o controle de preços, o planejamento do desenvolvimento, a promoção de investimentos da iniciativa privada, a promoção do turismo interno, o desenvolvimento do turismo social e, às vezes, a construção do equipamento e das instalações turísticas. A iniciativa privada, por sua vez, participa da infraestrutura por meio de numerosas organizações que as empresas criam para compatibilizar e defender seus interesses. Fazem parte desse conjunto as associações de hoteleiros, donos de restaurantes, agentes de viagens, transportadores, guias turísticos, sem que exista, em geral, uma organização que represente todos em seu conjunto, como ocorre em outros setores produtivos (BOULLÓN, 2002, p.62).

As comunidades locais, apesar de, regra geral, não serem, nos países emergentes, consideradas e ouvidas no processo de planejamento da atividade, apresentam um papel importante dado que são estas que lidam diretamente com os turistas e “perdem” seus recursos para a atividade.

Sua integração nesse processo permite que existam menos riscos de retaliações populares relativas à aceitação dos turistas; é importante que, em todo o processo, se pense na inclusão de elementos que permitam a satisfação das suas necessidades básicas para que não se voltem contra o desenvolvimento do turismo (MARUJO; CARVALHO, 2010). Neste sentido, o planejamento deve pensar em ações de empoderamento das comunidades locais, visto que, estas, principalmente em países como Moçambique, apresentam-se despreparadas para as dinâmicas e exigências impostas pela atividade turística.

Almeida (2009, p. 8) salienta esse fato ao afirmar que, para um desenvolvimento factível do turismo, é preciso

Levar [-se] em conta a identificação das necessidades sociais e as capacidades institucionais da região e seu estilo de desenvolvimento, colocando-os no nível de importância do conhecimento dos impactos do turismo, a capacidade de carga e as mobilidades das atividades turísticas. A isso acresce o desafio de encontrar tipos de desenvolvimento, tecnologias apropriadas, escolha de modelos de turismo que levem em conta políticas e gestão baseadas na participação.

É notório que o processo de planejar é complexo, transversal, com muitos atores e eixos temáticos envolvidos e com anseios diversificados; o planejamento, porém, é, atualmente, imprescindível na gestão do espaço geográfico, dado que este cria as bases para o desenvolvimento de um turismo que busca harmonia e equilíbrio com os recursos físicos, sociais e culturais das destinações, fato que não destrói as bases de sua existência.

Em Moçambique, a atividade de planejamento e turístico ainda são pouco notados em escala local, pois os municípios de Moçambique ainda não apresentam propostas concretas de planejamento municipal. Chiziane (s.d., p. 6) enfatiza esse fato, ao afirmar que, em Moçambique,

Uma causa que agrava a fragilidade do desenvolvimento econômico local e do setor do turismo em particular, e que é bastante visível a nível dos municípios, é a incerteza da noção de desenvolvimento local, demonstrável através da fragilidade dos planos sobre o desenvolvimento local, e do setor do turismo em particular. [...] Entretanto, quase todos os municípios não possuem instrumentos de planificação turística.

Aliado ao descrito por Chiziane (s.d.), salienta-se o fato da atividade de planejamento, em Moçambique, ser dependente de patrocínio externo, de limitada compreensão de seus agentes e ainda de interferência política. A título de exemplo, mais de 60% do Orçamento do Estado Moçambicano é patrocinado por países de cooperação, que impõem procedimentos e projetos pré-definidos em seus pacotes de apoio, que muitas vezes podem não se mostrar prioritários para determinado território (MOÇAMBIQUE, 2014).

Essa realidade contribui para que impactos negativos aumentem e os destinos do país, comparativamente com seus concorrentes regionais - África do Sul, Zimbábue, outros -, percam qualidade da sua oferta, o que afeta a procura pelo produto turístico.

No ano de 2000, foi criado em Moçambique o Ministério do Turismo (MITUR), através do Decreto Presidencial n° 9/2000, com intuito de dar maior sustentância ao desenvolvimento do setor e melhorar as atividades de planejamento. O MITUR é o órgão central do aparelho do Estado que dirige e planeja, em escala nacional, a execução das políticas nos domínios das atividades turísticas, alojamento turístico, restaurante e bebidas, salas de danças, dos jogos de fortuna ou azar e das áreas de conservação.

Nas províncias, o MITUR é representado por Direções Provinciais (DPTUR) que têm como função aplicar as diretrizes de desenvolvimento turístico nacional, sendo que sua jurisdição se limita às áreas que não pertencem às autarquias locais (municípios), podendo, em caso de solicitação, prestar-lhes suporte técnico, material etc. As DPTUR trabalham na escala distrital.

O planejamento do turismo, ao nível dos municípios, mostra-se contraditório, visto que as atribuições para com essa atividade são limitadas por legislação nacional. A título de exemplo, para atribuição de espaços de desenvolvimento de determinada categoria/tipologia de turismo (geralmente as maiores áreas e as melhores em termos de oferta paisagística) a autorização parte do Ministro do Turismo e/ou do Governador Provincial, fato que se contrapõe à Lei n° 2/97 no artigo 6, que cria o quadro jurídico legal para a implantação de autarquias locais em Moçambique. Esse instrumento legal define que, no âmbito municipal, o desenvolvimento econômico e social é de responsabilidade e competência do município e não do Estado ou de seus representantes.

Chiziane (s.d., p. 20) reforça essa idéia ao afirmar que “a Lei quadro sobre as autarquias assim como o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (PEDTM 2004-2013) atribuem às Autarquias Locais a responsabilidade de planificação turística ao seu nível”.

Nesse âmbito, após a criação desse órgão, foram aprovados diversos instrumentos que ajudam no desenvolvimento do turismo; dentre estes, destaca-se o PEDTM 2004-2013, que define as bases de desenvolvimento do setor e as metas a serem alcançadas no período definido.

Esse instrumento, apesar de trazer elementos úteis para o desenvolvimento do setor, não definiu prazos, metas, bem como atores-chave para a realização das ações estipuladas, fato que faz com que não se conheçam as atribuições de planejamento turístico nas diversas escalas e, principalmente, na escala municipal. Chiziane (s.d., p. 18) enfatiza esse fato ao afirmar que “o PEDTM apresenta de uma forma tímida aspectos que têm incidência ao nível dos municípios. Contudo, a formulação do PEDTM teve um déficit em termos de participações dos municípios”.

O atual cenário demonstra que o planejamento turístico na escala municipal em Moçambique e no município de Inhambane – área de estudo – é importante para que se garanta o desenvolvimento local. A escolha de Inhambane é justificada por sua inserção de destaque turístico no panorama regional, nacional e internacional; igualmente, por esse município encontrar-se presente nas áreas prioritárias de investimentos nacionais, nas rotas e corredores turísticos do país, fato que demanda melhorias no planejamento e gestão turística.

2.3 A relação e importância da Geografia para o Turismo e para a Segurança

A compreensão da relação e importância da Geografia para o Turismo passa, *a priori*, pela compreensão do conceito de Geografia. A Geografia, segundo Corrêa (1987, p. 8), “tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza”.

Guerrero e Almeida (2007) salientam que a Geografia é uma ciência que estuda o espaço específico, isto é, o espaço geográfico. Essas autoras acrescentam que o estudo da geografia desenvolve-se a partir de um conjunto de teorias e conceitos que permitem compreender o mundo em que vivemos em diferentes escalas, tanto no tempo quanto no espaço.

Montejano (2001, p. 9) afirma que

A geografia é também uma ciência fundamental para o turismo. Qualquer destino turístico - povoado, cidade, comarca, província, região, país - está sujeito a alguns laços estreitos do ponto de vista geográfico pelo seu clima, sua orografia, sua urbanização, arquitetura e meio ambiente, etc. Hoje, podemos dizer que existe uma geografia do turismo e do lazer, como uma especialização da geografia que estuda as

zonas da Terra relacionadas com as correntes turísticas que se deslocam para elas a fim de passar seu tempo livre ou de lazer.

O turismo, por sua natureza, é uma atividade que ocorre em escala mundial e visa ao deslocamento de pessoas que se relacionam entre si e com os residentes dos locais visitados, na perspectiva de vivenciar momentos de contato com elementos diversos da natureza. Segundo Weachenfelder e Lucchese (2004) o turismo surge para dinamizar os lugares a partir da valorização do patrimônio ambiental e/ou cultural e, nessa perspectiva, a Geografia pode contribuir para (re) significar o conceito de turismo na dimensão socioespacial.

O desenvolvimento sustentável³⁶ do turismo depende de um conjunto de técnicas que permitem a percepção do espaço, para que o mesmo se transforme em “produto³⁷” capaz de captar visitação. Henriques (2003, p. 26), ao abordar a relação da produção do espaço, explica que

A partir do momento em que um espaço se destina a satisfazer necessidades de pessoas a ele exteriores, ou seja, pessoas que se dispõem a sair do seu local de residência ou trabalho atraídas pelos recursos existentes noutro espaço – espaço destino – ele artificializa-se, turistifica-se. Os recursos, as atrações transformam então o espaço neutro em espaço de acolhimento.

Fratucci (2000, p. 130) acrescenta que “o turismo, para acontecer, apropria-se dos lugares, consome suas paisagens, promove relações e interações, temporárias e permanentes, estabelecendo articulações lugar-mundo, através da inserção dos lugares turísticos numa rede ampla e complexa.”.

Oliveira (2008, p. 16) ao abordar a relação da Geografia com o Turismo explica que

O turismo, como fenômeno sociocultural e econômico, tem sido objeto de estudos geográficos já há algum tempo, na medida em que se ressalva como uma atividade humana que, cada vez mais, tende a envolver o maior número de pessoas e, concomitantemente, transformar espaços os mais longínquos (física ou economicamente), incorporando-os a uma rede mundial de serviços, na forma de atrativos para o lazer, o usufruto do “tempo livre” – ou, em outra visão, como mais uma forma de inserção de atividades na geração e acumulação de capital. [...]

³⁶ Não vai-se aprofundar a análise do termo neste trabalho, pois este, no cotidiano, mostra-se ambíguo.

³⁷ Segundo Beaujeu-Garnier (2010, p. 56), entende-se como produtos os elementos de atração turística (paisagem, clima, monumentos, esporte) e todos outros que permitem a atratividade de turistas e a exploração dessas atrações (infraestrutura básica e específica, serviços, outros).

Portanto, interessa à Geografia uma visão do turismo enquanto fenômeno humano capaz de produzir e modificar espaços e criar ou alterar relações sociais (culturais, de poder, de trabalho etc.), muitas vezes de forma irreversível – e nem sempre benéfica ou, mais especificamente, capaz de beneficiar a todos os membros de uma sociedade de forma equitativa. Apesar disso, o turismo tem sido visto como uma alternativa a diversas outras atividades econômicas mais importantes e nocivas, especialmente aos ambientes muito sensíveis ainda preservados da total alteração antrópica. [...] É inegável a contribuição da Geografia para a análise do fenômeno turístico, tendo em vista a peculiar característica dessa atividade, [...] de ser “a única prática social que consome elementarmente espaço”. [...] A complexidade da análise geográfica do turismo “reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais em cada um deles”, já que o fenômeno turístico apresenta ‘áreas de dispersão’ (emissoras), ‘áreas de deslocamento’ e ‘áreas de atração’ (receptoras). Nelas é que se manifesta materialmente o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado e se dá de forma mais acentuada o consumo do espaço.

Montejano (2001, p. 233), por sua vez, explica que a Geografia

Dedica [-se] a estudar cientificamente as zonas da Terra - espaços turísticos - onde se desenvolve [m] por seus recursos naturais e humanos – clima, praias, paisagens, história, recursos de águas mineromedicinais, antropologia, etc.- uma série de atividades direcionadas para ocupar o tempo livre ou de lazer dedicado ao turismo e para as quais se dirigem fluxos ou correntes turísticas.

Guerrero e Almeida (2007, p. 8) acrescentam que

A geografia tem contribuído muito para que o homem realize intervenções no espaço geográfico de forma consciente por meio das discussões e reflexões sobre as atividades turísticas, uma vez que essas ocorrem, na sua maioria em parcelas significativas da superfície terrestre, influenciando e modificando os habitats. Sabemos que as atividades turísticas geram deslocamentos humanos e criam espaços diferenciados: áreas emissoras, áreas de deslocamentos e áreas receptoras. O turismo se baseia em atividades que utilizam e modificam os recursos da superfície terrestre como, por exemplo, os diferentes espaços paisagísticos e suas peculiaridades climáticas e geomorfológicas, os sítios litorâneos ou as manifestações culturais, eventos etc.

Portanto, por meio da compreensão dos conceitos apresentados por Oliveira (2008), Montejano (2001) e Guerrero e Almeida (2007), é visível e inegável o papel da Geografia na compreensão dos fenômenos que ocorrem no espaço, pois ela fornece ferramentas capazes de ajudar na compreensão dos mesmos.

O turismo é uma das atividades que, cada vez mais, tem-se expandido, alterando positivamente ou negativamente as condições dos lugares, paisagens e territórios. Assim, a Geografia se configura como ciência que apoia o turismo na compreensão de seus fenômenos, com o objetivo de fornecer elementos que suportem a gestão territorial, ambiental e turística dos lugares.

Segundo Montejano (2001), os estudos do turismo através da Geografia apoiam-se em diferentes ramos da Geografia, nomeadamente: geopolítica, geoestratégia, geografia humana, geografia econômica, geografia física e a geografia dos fatos históricos, artísticos e culturais, (vide o quadro 9 sobre contributo de cada uma dos ramos da geografia para o turismo). Importante clarificar que as subdivisões da Geografia aqui apresentadas o são para fins didáticos, não havendo uma divisão da disciplina nos termos em que se apresenta no quadro que se segue.

Quadro 9 - Contribuição da geografia para o turismo

RAMOS DA GEOGRAFIA	IMPORTÂNCIA PARA ESTUDOS DO TURISMO
Geopolítica e a geoestratégia	Estudam cientificamente as relações existentes entre o meio geográfico, a estrutura socioeconômica e a evolução política do país. Aplicando-as ao turismo, todo espaço geográfico está condicionado a uma situação determinada à qual se unem os elementos político-econômicos que favorecem ou prejudicam a corrente turística para alguns destinos em especial.
Geografia humana	Estuda cientificamente o movimento demográfico dos espaços ou meios geográficos. Dessa especialidade, o turismo aproveita os estudos da evolução demográfica, a condição socioeconômica das pessoas, tanto nos mercados emissores como receptores. Os deslocamentos de e para os diferentes municípios são movimentos pendulares que produzem transformações e induzem dinâmicas territoriais diversas.
Geografia econômica	Estuda cientificamente os espaços geográficos do ponto de vista de seus recursos econômicos naturais e industriais e de serviços. Dessa especialidade, o turismo aproveita os estudos dos recursos econômicos de distintas áreas do mundo – estudadas por comarcas, regiões, países, continentes. Há que se levar em conta que parte desses recursos econômicos pertence ao setor do turismo. Pela natureza dos visitantes que acedem aos diferentes municípios, há toda uma necessidade de se prover infraestruturas e serviços capazes de atender aos visitantes; neste sentido devem existir serviços bancários que suportem os visitantes.
Geografia física	Estuda cientificamente os elementos físicos ou naturais dos espaços geográficos da terra. Dessa especialidade, o turismo aproveita o estudo dos recursos naturais - mares, rios, lagos,

Quadro 9 - Contribuição da geografia para o turismo

RAMOS DA GEOGRAFIA	IMPORTÂNCIA PARA ESTUDOS DO TURISMO
	montanhas, parques naturais -, que são fatores fundamentais para o desenvolvimento do turismo climático, paisagístico, de balneário, etc. As praias apresentam características que possibilitam a atração de visitantes.
Geografia dos fatos históricos, artísticos e culturais.	Estuda cientificamente os fatores fundamentais para o turismo cultural e antropológico. Determinados municípios, pela sua trajetória histórica, apresentam um legado material e imaterial capaz de suscitar visitação.

Fonte: adaptado de Montejano, 2001.

O presente trabalho, apesar de trazer elementos de cada um dos ramos da geografia, aborda com maior incidência o ramo da geopolítica e a geoestratégia, pois as questões de segurança dos destinos são evidenciadas em estudos desse ramo, ao entender que, quando condicionada a uma situação determinada a (in) segurança favorece ou prejudica correntes turísticas para determinados territórios.

Montejano (2001, p. 234) descreve os seguintes fatores da geopolítica e geoestratégia como os que intervêm na captação de correntes turísticas:

- a) O território turístico. Zonas potenciais e zonas hegemônicas. Elementos naturais: físicos, climáticos, etc.;
- b) Recursos naturais e humanos;
- c) Posição geográfica do território;
- d) A demografia: corrente turística e população receptora;
- e) Infraestrutura e oferta de serviços turísticos;
- f) Comunicações que têm no território;
- g) Transportes que existem para chegar ao território;
- h) Fontes e recursos energéticos;
- i) Estrutura política e social;
- j) Poder da atração turística;
- k) Influência do território turístico sobre outros com ou sem poder turístico;
- l) Poder econômico e social de atração turística;
- m) Atração e dissuasão turística;
- n) Políticas e estratégias para captar correntes turísticas relacionadas com a posição geográfica que possui o território turístico com seus recursos naturais, humanos e técnicos.

Parte considerável dos fatores descritos acima possui uma relação direta com a temática em estudo - segurança de destinos turísticos – e vão merecer atenção neste trabalho. Os fatores que podem impulsionar a dissuasão turística merecerão atenção especial, visto que

constituem os riscos e perigos reais e/ou potenciais existentes na área de estudo - o município de Inhambane.

2.4 As categorias geográficas aplicadas a estudos de turismo

A geografia, enquanto ciência, possui objetos e sujeitos historicamente construídos e reformulados, atendendo às diversas mudanças filosóficas que têm acompanhado a história da humanidade. Salienta-se que não é objetivo deste trabalho expor as mudanças filosóficas e históricas que acompanharam a afirmação de cada categoria, mas, sim, contribuir com visões de autores diversos sobre o que são essas categorias na contemporaneidade.

Para entender as trajetórias filosóficas e históricas das categorias consideradas “principais”, recomendamos a leitura de Castro *et al.* (2012), Godoy *et al.* (2010), Rocha (2008), Cabral (2007) e Sposito (2004), que abordam, sob uma perspectiva geográfica, os pressupostos das categorias espaço, lugar, paisagem e território.

A Geografia tem centralidade na análise espacial ao buscar compreender as relações entre os homens e entre estes e o meio natural, bem como, no estudo interativo dos fenômenos e acontecimentos resultantes dessa relação na superfície terrestre. Os humanos se organizam espacialmente e o geógrafo vê o mundo a partir desse espaço, fato que o obriga a estar preparado para interpretá-lo e a realidade nele existente. Dolfuss (1973, p. 8) enfatiza esse fato ao referir que

A análise leva o geógrafo à compreensão das modalidades de organização no espaço constituído pela superfície terrestre e pela biosfera que a molda. Dependendo de sua orientação ou de sua especialização científica, ser-lhe-á possível dar maior ênfase a este ou àquele domínio específico, mas ele está sempre analisando uma “situação geográfica” nascida das relações que se estabelecem no interior de um espaço entre diversos elementos; ele os localiza, investiga os sistemas que presidem à sua evolução e determina a área de sua extensão.

Para que se atinja a compreensão dos fenômenos, mencionados por Dolfuss (1973), que ocorrem no espaço, os geógrafos desenvolveram metodologias geográficas nos diversos períodos históricos, que os ajudam a entender e operacionalizar suas investigações. As categorias geográficas surgiram para contribuir na operacionalização da pesquisa geográfica.

Santos (2004) sugeriu que o espaço seja analisado por meio de quatro elementos em relação dialética; sua compreensão é buscada através da análise da forma, função, estrutura e processo.

Apropriadamente nos da abordagem de Santos (1982) para ilustrar cada uma dessas dimensões: a *forma* revela-se na paisagem, a qual é composta por objetos naturais, que não são frutos do trabalho do ser humano e jamais foram tocados por ele, e objetos sociais, que se constituem pela ação humana no passado e no presente.

Outro elemento de análise do espaço é a *estrutura*, que se refere à natureza social e econômica do espaço. As estruturas evoluem com o tempo, portanto não são fixas, assim como as formas.

A *função*, categoria que se relaciona com o papel do objeto, da forma, implicando assim tarefa. Função e forma estão intimamente ligadas e o entendimento da relação entre elas é fundamental para a análise do espaço.

O *processo* relaciona-se diretamente com a *estrutura*, pois o processo é uma estrutura em seu movimento de transformação. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica, sendo resultado das contradições sociais.

Segundo Silva (1986, p. 28-29) “as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população que definem o objeto da geografia em seu relacionamento”. Conforme sugere Corrêa (2003, p. 16), a Geografia enquanto ciência social “tem como objeto de estudo a sociedade e é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território”. Cada um destes conceitos e categorias é calcado em uma corrente de pensamento específica e possui várias acepções.

Chaveiro, ao explicar as relações entre as categorias³⁸, assevera que as estas possuem dimensões no espaço, apesar de cada uma apresentar dimensões diferentes, estando elas em um sistema de referência.

Neste texto, iremos nos limitar, por meio do quadro 10, à conceituação das categorias referidas por Corrêa (2003), por serem referenciadas como “principais” na análise geográfica aplicada a estudos de turismo. A apresentação não obedece a uma hierarquia, pois a escolha

³⁸ Aula sobre Análise Geográfica proferida no dia 27/05/2011 na disciplina de Teoria e Método do curso de Mestrado e Doutorado em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais - Universidade Federal de Goiás.

de uma categoria para estudo não se dá pela lógica da hierarquização, mas, sim, pelas características do objeto que se estuda, se pesquisa e se analisa.

Quadro 10 - Categorias geográficas e suas definições

CATEGORIA/ AUTOR	Santos (1988,1997, 2004 2007)	Mérene-Schoumaker (1999, p.53, 54, 55, 56)
Paisagem	“Conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível”.	“É antes de mais nada uma composição de objetos visíveis observados por um indivíduo através dos próprios filtros, humores próprios e fins próprios”. Está ligada às representações.
Região	“Como problema epistemológico: a região é tomada como recorte espacial de reprodução da totalidade; como problema empírico: expressão das diferenças entre os lugares, eventos comandados pela globalização”.	“é uma circunscrição administrativa bem delimitada, dotada muitas vezes de funções e poderes”. Termo polissêmico com uso frequente na gestão territorial.
Lugar	É onde a cooperação e o conflito se configuram como a base da vida comum, a partir de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições.	É onde, primeiro, ocorrem as relações homem-meio e, depois, as interações de natureza social ou econômica. Os lugares são diferenciados por suas funções (habitat, produção, troca, lazer, gestão...) e identificados uns em relação aos outros (toda localização é relativa). A especialização de um lugar exprime diferenças e contrastes que podem ser naturais, sociais, espaciais e que se relacionam com um estágio histórico do desenvolvimento. A hierarquia dos lugares esta ligada a hierarquia das funções.
Território	“É o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do ser humano plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.	“É não só uma porção de espaço apropriado por um grupo social, mas ainda uma extensão organizada e gerida por este grupo, uma unidade de funcionamento onde intervêm os atores (Estado, a coletividade territorial, a empresa, o grupo e o indivíduo) com suas percepções e suas estratégias”.

Fonte: adaptado de Santos (1988, 1997, 2004 e 2007) e de Mérene-Schoumaker (2001)

Estes conceitos (categorias) são igualmente trabalhados e desenvolvidos por outros acadêmicos da geografia e de outras áreas de conhecimento, visto que grande parte dos conceitos apresentam-se na compreensão dos não geógrafos com significados/interpretações diferentes, isto é, são polissêmicos. Mais adiante, ainda neste capítulo, estabelece-se a relação entre as categorias com a temática do turismo.

Cruz (2003) entende que o turismo, ao ocasionar o deslocamento de pessoas pelo território, faz do espaço geográfico seu principal objeto de consumo; esse fato demonstra a necessidade de abordagem dessas categorias no presente trabalho. Vale esclarecer que serão analisadas as categorias paisagem, lugar e território, por serem as aplicadas a este estudo.

2.4.1 A paisagem turística

Paisagem é um conceito que possui várias definições, especialmente por ser objeto de estudo de ciências diversas, a destacar: a geografia, as artes visuais, a antropologia, a arquitetura, o turismo, entre outras. No presente estudo, serão privilegiados conceitos e visões de paisagem que ajudem no entendimento das paisagens turísticas para permitir a compreensão do papel da (in)segurança na (des)valorização das mesmas.

O ser humano sempre tem buscado na natureza os meios de sobrevivência que moldaram o seu *modus vivendi* a partir da transformação dos lugares habitados. Nessa interação, as paisagens foram sendo transformadas, dado o nível de evolução intelectual, física e tecnológica que o ser humano alcançou nas suas diferentes épocas históricas. Santos (1982, p. 38) afirma que “a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos” o que a faz não estática e permanentemente mutável. Lohmann e Netto (2008, p. 103) salientam que “deve-se levar em conta que a paisagem, a todo o momento, sofre modificações naturais (não necessariamente humanas), como o aumento da maré, os efeitos da chuva, da neve, dos ventos, do sol e o crescimento da vegetação, que a vão transformando através do tempo”.

Vieira e Moura (2007) conceituam a paisagem como um complexo total, representado de forma integrada, pela natureza e pelas ações humanas. Segundo Merègne-Schoumaker (1999, p. 53) a paisagem “pode ser considerada como o filme da realidade geográfica ou como a interface natureza-cultura, é antes de mais nada uma composição dos próprios filtros, humores próprios e fins próprios”. A paisagem é, portanto, um conceito visual, muito ligado às representações e é um “ativo turístico que realiza funções culturais, estéticas, históricas, emocionais e naturais” (GRANELL, 2001, p. 62). Boullón (2002, p. 120) conceitua paisagem como “uma qualidade estética que os diferentes elementos de um espaço físico adquirem apenas quando o ser humano surge como observador, animado de uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitam apreciar sua beleza ou feiúra”.

Esses conceitos ajudam na compreensão de que a paisagem é uma combinação de elementos do meio natural e das relações sociais que, de forma simultânea, contribuem para a formação do espaço no geral e dos turísticos, sob o olhar de um observador.

Yázigi (2002) salienta que a paisagem não se desvincula da idéia de espaço; ela é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e possui importância no direcionamento dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos. Segundo Urry (2001, p. 18)

Os lugares são escolhidos para ser contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar.

Ao partir do princípio de que a paisagem resulta da interação entre a natureza e ações humanas (antrópico), ela tem em si, embutida, os recursos (naturais e artificiais) que ajudam na captação da demanda turística. Os rios, as florestas, a gastronomia, as edificações como museus, as roupas, os sons, os cheiros são os traços que caracterizam a paisagem de determinado lugar turístico e representam os recursos potenciais ou turísticos capazes de captar demandas.

Lohmann e Netto (2008, p. 103) reforçam essas idéias ao argumentarem que a paisagem está

Dividida em paisagem natural e paisagem transformada pela ação do homem. A paisagem natural, tão difícil de ser encontrada hoje, é aquela que não sofreu a ação do homem, como uma floresta virgem, um vale ou um deserto inabitado. A paisagem transformada pela ação do homem é aquela que já sofreu interferência humana, como as cidades, os campos de agricultura ou uma hidroelétrica.

A paisagem contribui na escolha de um ou mais lugares entre os diversos destinos existentes no planeta. Deve-se salientar que ela - a paisagem - nem sempre é a principal motivação da viagem, pois outros fatores são determinantes na escolha do destino turístico. Esses fatores estão relacionados às condições socioeconômicas e culturais dos turistas, assim como seus fins, que podem estar associados a negócios, saúde, visita familiar.

A qualidade da paisagem, em conjugação com o fator preço, interfere na atratividade do destino e vice versa.

Lohmann & Netto (2008, p. 106) salientam que

A paisagem pode ser considerada como uma das grandes responsáveis pela prática do turismo, pois o homem sempre teve vontade de conhecer novos lugares, ou seja, novas paisagens. O estudo da paisagem é de grande importância para o marketing turístico, devido ao fato de a paisagem ser definida a partir de um observador [...]. Assim, a definição de paisagem como aquilo que é percebido num lance do olhar no espaço e no tempo é carregada de componentes histórico-culturais, e seu significado vai depender do observador em questão.

Durante a estada do turista em determinado destino turístico, traços da paisagem mostram-se, consciente ou inconscientemente, pois em seus percursos para o destino e dentro deles esses traços são visíveis e/ou compreendidos.

Cruz (2003, p. 9), ao abordar a paisagem turística, define-a como “a porção visível do espaço geográfico e, por isso, desempenha importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos”. Esta autora explica ainda que

As paisagens turísticas nada mais são, também, que invenções, criações culturais [...] não existem *a priori*, como um dado da natureza. Elas são uma invenção cultural. Algumas paisagens são mais valorizadas pelo turismo hoje que outras, mas estas não são as mesmas do passado e, possivelmente, não serão as mesmas do futuro. As

paisagens consideradas mais atrativas pelo turismo na atualidade são criações culturais que têm muito a ver com o que habituou chamar de *cultura de massa* e, portanto, com o papel da mídia na homogeneização de gostos e na disseminação de padrões de consumo homogeneizados (CRUZ, 2003, p. 10).

Na área de estudo, município de Inhambane, existem diferentes tipos de paisagens (naturais e artificiais) que constituem os principais atrativos turísticos deste, conforme mostram as fotografias 1 e 2.

Fotografia 1 - Paisagem artificial: Mesquita Velha – município de Inhambane



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2013.

Fotografia 2 - Paisagem natural: Praia do Tofinho - município de Inhambane



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2013.

O turismo é uma atividade que se apropria da paisagem e a transforma em produto comercializável por meio de modernas técnicas/estratégias de promoção e venda, que, muitas vezes, ignoram ou mascaram a realidade do lugar. Sobre esta particularidade, Granell (2001, p. 60) argumenta que

Condicionada sempre pela percepção e os interesses de quem divulga, a imagem paisagística veiculada nas propagandas promete cenários virtuais para onde fugir da cotidianidade: cidades históricas e monumentais, agrestes e desafiantes montanhas, tranquilos mosaicos rurais, límpidas e tépidas praias [...]. Sugerentes destinos no imaginário do turista-consumidor, mas sempre imagens e, como tais, susceptíveis de não corresponder com a realidade territorial dos destinos promovidos por umas e desejados por outras. Porque descontextualizado no espaço e carente no tempo, o produto paisagem do negócio turístico parece ignorar, com mais frequência que a desejada, que não há paisagens sem território, território sem conflitos, nem conflitos territoriais que não transpareçam na paisagem.

Ignorar os conflitos do território e camuflar a imagem do destino é contribuir para que os problemas do lugar visitado impactem também a vida dos visitantes, por meio de atitudes de insegurança a que a relação residente-turista pode estar sujeita. A imagem de um lugar esplêndido e maravilhoso que se cria esconde a pobreza, a miséria e as fragilidades do destino e o turista pode tornar-se potencial vítima dos conflitos e riscos existentes no destino/território visitado.

A venda de imagens enganosas, num mundo onde a demanda turística está cada vez mais qualificada e exigente e a concorrência mais forte, é fazer com que a paisagem não se valorize, que os ganhos do turismo não se efetivem e, conseqüentemente, que os impactos se notabilizem pela negativa.

A mitigação dos conflitos territoriais existentes a partir de um planejamento territorial e turístico adequado e a aplicação de mecanismos de segurança eficazes nos destinos turísticos contribuirá para a valorização das paisagens turísticas e, de modo inverso, quanto maior for a insegurança, a violência e o descaso no planejamento territorial e turístico, menos valor se dará à paisagem, afetando-se negativamente o setor e reduzindo-se a possibilidade de melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano.

2.4.2 O lugar turístico

O lugar é uma das categorias geográficas com imprecisão conceitual, dada a diversidade de significados existentes no referencial geográfico. Segundo Cruz (2007, p. 17), “o conceito de lugar, em Geografia, remete, necessariamente, a um espaço concreto”. O lugar, de acordo com Leite (1998), é um dos conceitos-chave da Geografia e, apesar dessa importância, apresenta diferentes acepções no meio acadêmico, relacionando-se a correntes geográficas específicas: a geografia humanística e a geografia radical.

Segundo Leite (1998, p. 9), “no campo da Geografia Humanística este conceito surge no âmbito da sua consolidação no início da década de 70. Sua linha de pensamento caracteriza-se principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente”.

Tuan (1983), nessa linha de pensamento, enfatiza que, na medida em que o espaço adquire definição e significado por parte de quem o habita, ele se transforma em lugar, isto é, na medida em que se reconhecem e atingem mais objetos permanentes por parte de quem habita, criam-se laços de identidade com o espaço, transformando-o em lugar. Esse autor salienta que “para os residentes locais, o sentido de lugar não é incentivado somente pela circunscrição física no espaço do povoado: conhecer outros povoados e a rivalidade com eles estimula significativamente o sentimento de singularidade e de identidade” (TUAN, 1983, p. 185).

No campo da Geografia Radical, os lugares, segundo Ferreira (2000, p. 75) são os

Pontos de encontro de redes de relações sociais, movimentos e comunicações cujas relações recíprocas tenham sido construídas em escala muito maior do que aquelas definidas para o lugar naquele momento. Essas relações com o sistema amplo não são apenas ritualísticas mas relações reais com conteúdos econômicos, políticos e culturais reais.

Nessa linha de idéias, Cabral (2007, p. 148) entende que o lugar

É qualificado como uma construção sócio-histórica que cumpre determinadas funções. Através de suas formas materiais e não materiais, o lugar é uma funcionalização do mundo [...]. Seja qual for o momento da história, o mundo se define como um conjunto de possibilidades, e cada lugar se diferencia por realizar apenas um feixe daquelas possibilidades existentes.

Em estudos de turismo, o conceito de lugar se aproxima dos conceitos emanados do grupo da Geografia Radical, pois os lugares turísticos, através de suas paisagens e seus recursos, estruturam-se para a função de locais de lazer, ócio, divertimento e negócio. Seu percurso histórico depende de agentes internos e externos que realizam a divulgação do lugar, fato que ocasiona demandas específicas em função de suas características.

Young e Lever (1997), citados por Ferreira (2000, p. 72) enfatizam essa relação ao afirmarem que os lugares

Buscam promover-se a si mesmos com o objetivo de atraírem investidores e consumidores sendo uma das estratégias dessa promoção a criação de imagens do lugar. Ou seja, a mundialização dos lugares os torna cada vez mais específicos e singulares através da especialização dos elementos do espaço, da dissolução dos processos de acumulação de capital, do aumento das ações que distinguem e interligam os lugares.

Ao abordar o espaço geográfico e lugar turístico, Almeida (2004, p. 1) afirma que

O espaço geográfico constitui o principal objeto de consumo do turismo. Há uma forma de apropriação e de funcionalização dos espaços por esta atividade que nos permite falar do lugar turístico como uma invenção para e pelo turismo. O lugar turístico existe em função da prática do turismo que lhe dá uma existência, uma identidade própria e singular. Os núcleos receptores de turistas têm as mais variadas transformações socioespaciais: infraestruturas montadas e/ou apropriadas em função da acessibilidade dos visitantes; infraestrutura de hospedagem, de alimentação, lazer e de serviços em geral. O turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer mormente apoiado por políticas ditas de desenvolvimento que “redescobrem” regiões eleitas como turistificáveis.

Para Cruz (2003), os lugares turísticos são aqueles que já estão apropriados pela prática do turismo, isto é, são todos os lugares em que ocorrem, primeiro, a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro, e, depois, a existência de “objetos turísticos” e “objetos-suporte”. Os “objetos turísticos” são aqueles que surgem do desenvolvimento da atividade, entre os quais se destacam os meios de hospedagem, os equipamentos de restaurante e de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer.

Os “objetos-suporte” são aqueles que existem para subsidiar o uso do espaço, como é o caso da infraestrutura de saneamento, energia, comunicação, segurança, entre outros. O lugar apropriado pelo turismo “corresponde àquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo,

relativamente a outras atividades” (CRUZ, 2003, p. 7). Fratucci (2000, p. 122) considera que o lugar turístico reúne o espaço e o território e que

É no *lugar turístico* que o fenômeno se materializa e sobrepõe suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimento, etc.) e infraestrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança, etc.). É o *locus* da produção e do consumo do produto turístico, que, pelas peculiaridades dessa atividade, em alguns momentos ocorrem simultaneamente.

Portanto, é na escala local – do lugar turístico – onde ocorre o fenômeno turístico que se caracteriza pelas relações e interações materiais entre o espaço e o homem e entre o homem novo (turistas) e o homem local (populações locais). Essas relações produzem novas dinâmicas nas organizações e criam novos significados ao espaço que precisam ser (re) pensados, (re) planejados, e (re) organizados em função das tendências globais contemporâneas. O estudo da segurança turística surge da necessidade de se pensar no lugar turístico – no caso deste trabalho, o município de Inhambane – como espaço que não está alheio aos acontecimentos globais e que tem funções vitais para a sociedade, para a economia local, regional e nacional.

2.4.3 O território turístico

Território é outro conceito polissêmico, pois sua compreensão não se restringe à geografia e faz parte do uso corrente de outras disciplinas, como as ciências políticas e de segurança nacional. Para Raffestin (1993), o conceito território resulta da apropriação concreta de um espaço por um grupo humano que se dá pela territorialidade. O território passa a ser o espaço das relações de poder entre seus membros (RAFFESTIN, p. 1993).

Lisboa (2007, p. 28) corrobora com Raffestin (1993) ao afirmar que

Alguns termos têm importantes associações com o conceito de território. O mais importante deles é o poder, já que os territórios são formados fundamentalmente a partir de relações de poder de determinado agente. As fronteiras territoriais também são essenciais, uma vez que delimitam a área alcançada por essas relações de poder,

sendo as mais conhecidas, as fronteiras nacionais e outras delimitações políticas como, por exemplo, subdivisões estaduais internas. Da mesma forma que ocorre com vários dos demais conceitos, podemos identificar territórios em níveis escalares diferentes como, por exemplo, em escala mundial, nacional, regional, local.

Cabral (2007, p. 151) entende que o território

Surge como determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e sociais). Em relação a esse enquadramento, cabe observar que além de “etológico” e simplista – haja vista que a idéia de território se restringe às áreas que são objeto de atuação direta das pessoas – ele tende a confundir território e espaço, o que obscurece o caráter político inerente ao primeiro. Ao mesmo tempo, embora essa dimensão tenha sido valorizada no âmbito da geografia política, o tratamento temático manteve-se extremamente atrelado (inclusive ideologicamente) à escala do território nacional, isto é, à figura do Estado-nação. Nas últimas décadas, buscando superar essas limitações analíticas, surgiram concepções mais flexíveis e críticas, voltadas às complexidades territoriais. Por esse viés, prevalece o entendimento de que, sob a noção de território, deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao **controle e à gestão do espaço**. Nesse caso, tornou-se necessário conceber o poder como sendo multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores e presente em todos os níveis espaciais (grifo nosso).

De acordo com a Lei do Ordenamento Territorial de Moçambique - Lei nº 19/2007 - o território é a “realidade espacial sobre a qual se exercem as interações sociais e as do Homem com o meio ambiente e que tem a sua extensão definida pelas fronteiras do país”.

Dessas definições de território, fica evidente que este se constitui como espaço compartilhado por seus agentes de desenvolvimento para defesa de interesses, singulares e coletivos, no intuito de se alcançar a manutenção econômica e a preservação da identidade.

A territorialidade, conceito intrínseco ao de território, manifesta-se como o conjunto de estratégias utilizadas para delimitar e afirmar o controle sobre um espaço, de modo a estabelecer, manter e reforçar o poder no território (GOMES, 2002). Lisboa (2007, p. 28), ao abordar sobre territorialidades, salienta que

As discussões a respeito da territorialidade destacam a possibilidade de que as relações de poder não necessariamente efetivem áreas de ocupação e controle de determinados agentes, em que as fronteiras podem se manifestar instáveis. A territorialidade se mantém associada às relações de poder e se apresenta como a tentativa de constituir um território, nem sempre materializável, através de fronteiras bem delimitadas. As disputas de grupos rivais pelo controle do tráfico de drogas nas favelas, as áreas de prostituição nas regiões centrais das cidades e as ocupações dos movimentos de trabalhadores sem terra são alguns exemplos de como a territorialidade pode se constituir.

Importa ressaltar que os territórios não são fixos e que vários territórios podem ser territorializados por um único ator. A título de exemplo, o município de Inhambane teve, em determinado momento histórico, uma extensão territorial maior do que a atual, dando origem, posteriormente, ao município de Maxixe, o que ilustra o processo de transformação dos territórios.

Outro exemplo é o de Portugal, que, “sozinho”, conseguiu colonizar e territorializar Moçambique, Brasil, Timor e outros cinco países. Essas características do território se mantêm atualmente e variam em função dos agentes e de seus objetivos, que induzem mudanças frequentes, transformando os espaços e lugares.

Moçambique, segundo o descrito na Constituição da República (2004), possui um território uno, indivisível e inalienável, abrangendo a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo delimitado pelas fronteiras fixadas por lei. Territorialmente, organiza-se em províncias, distritos, municípios, postos administrativos, localidades e povoações, sendo que as zonas urbanas estruturam-se em cidades e vilas.

Segundo Cruz (2007, p. 11), o uso turístico do espaço leva à formação do que temos habitualmente chamado de “território turístico”, isto é, porções do espaço geográfico em que a participação do turismo no arranjo espacial foi e ainda é determinante. O que existe, de fato, são “usos turísticos do território”, ou seja, porções do espaço apropriadas para diferentes fins, inclusive e em especial, a atividade do turismo (CRUZ, 2007).

Figueira e Dias (2011, p. 3), ao abordarem os territórios num mundo globalizado, explicam que “o uso turístico do território o transforma num bem transacionável, a sua utilização deve ser estrategicamente planejada e resultar de uma escolha ou opção por parte do território e dos seus governantes”. Portanto, fica patente com os postulados de Cruz (2007) e de Figueira e Dias (2011), que os agentes que compõem o território precisam pensar nas melhores estratégias locais de desenvolvimento do turismo, para que os resultados dessas sejam satisfatórios e produzam mudanças socioeconômicas e ambientais visíveis.

Neste trabalho, o território é identificado como área municipal – o município de Inhambane em Moçambique – com espaços urbanos e rurais e com presença institucional representada pela administração pública local, por meio de uma apropriação do poder instituído e de atores que ocupam, apropriam-se e agem no espaço, ora convergindo conflitando ou estabelecendo laços sociais.

Destarte, as categorias geográficas (paisagem, lugar e território) serão analisadas com maior profundidade na ótica deste município e com menos destaque na ótica nacional, pois apesar de gozarem de autonomia administrativa, os municípios no país não estão desvinculados de premissas nacionais que orientam o processo de desenvolvimento em Moçambique.

Capítulo III

O turismo em Moçambique e no município de Inhambane

- Moçambique: da zona de guerra a destino de destaque –

WITHER (2011)

A partir da percepção das categorias geográficas no capítulo anterior, que permitem o estudo do turismo neste trabalho e da percepção do que são territórios turísticos, procura-se entender no presente capítulo se Moçambique e Inhambane (município) em particular são espaços apropriados pela atividade turística. No caso particular, da área de estudo, busca-se verificar se há existência: de fluxos de turistas, de atrativos turísticos, de “objetos turísticos” e “objeto-suporte” que permitem definir Inhambane como um lugar turístico, conforme pressupostos anteriormente citados por Fratucci (2000) e Cruz (2003).

A descrição da oferta turística atual e dos indicadores do setor do turismo são apresentados como forma de mostrar a importância do turismo para permitir a operacionalização de uma atividade que possa desenvolver-se com base em princípios sustentáveis e que valorize o planejamento do território e da atividade para garantir a sua continuidade.

3.1 O Turismo em Moçambique: aspectos da paisagem e do território

A atividade turística em Moçambique é mais antiga que a própria proclamação de Moçambique como território independente e soberano no ano de 1975. Nhantumbo (2009) sustenta essa idéia ao afirmar que, antes da independência, Moçambique foi um dos primeiros destinos turísticos da África Austral, particularmente para os portugueses, sul-africanos e para os zimbabueanos, visto que, áreas de conservação e infraestrutura turística já existiam, atraindo turistas domésticos e estrangeiros. Exemplifica-se o Parque Nacional de Gorongosa que foi criado em 1960.

Nas onze províncias do país, existem potenciais e produtos turísticos diversificados que se localizam nas diferentes rotas turísticas, nas áreas de conservação, nas áreas prioritárias para o investimento em turismo e nas zonas de atrações turísticas,³⁹ conforme apresenta, de forma sintética, o quadro 11.

Quadro 11 – Potencial turístico por regiões de Moçambique

REGIÕES DO PAÍS	PROVÍNCIAS INTEGRANTES	INTEGRAÇÃO REGIONAL	FORÇAS-CHAVES
Sul	Maputo Província Cidade de Maputo, Inhambane, Gaza	África do Sul, Suazilândia Lesoto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Costa vasta com águas quentes; 2. Qualidade excepcional de recursos marinhos para mergulho; 3. Desportos marinhos e pesca, 4. Parques e Reservas diversificadas; 5. Ambiente cosmopolita e cultural de Maputo e Inhambane; 6. Patrimônio histórico-cultural.
Centro	Sofala Manica Tete Zambézia	Zimbabwé Zâmbia Malauí	<ol style="list-style-type: none"> 1. Áreas de selva com grande potencial de biodiversidade com oportunidades para caça; 2. Safaris; 3. Observação de aves; 4. Turismo lacustre e fluvial; 5. Ecoturismo e turismo de aventura; 6. Parques e reservas.
Norte	Cabo Delegado Nampula Niassa	Tanzânia Malauí Madagascar Comores Maurícias Seychelles	<ol style="list-style-type: none"> 1. Praias tropicais; 2. Patrimônio cultural e histórico; 3. Selva primitiva; 4. Reservas e Parques.

Fonte: adaptado de MITUR, 2004.

A partir da análise do quadro 11, é perceptível aferir que, em Moçambique, existem recursos turísticos combinados e que estes se dividem em diversas tipologias de atividades turísticas.

Desde a época colonial, a partir de 1959, quando o Departamento de Turismo foi criado, até 1975, o setor do turismo desempenhou papel importante para a economia da

³⁹ Para conhecer, com mais detalhe e especificidades, o potencial e os produtos turísticos do país consulte os seguintes portais electrónicos: (1) <http://www.mitur.gov.mz/potencial.htm>; (2) <http://www.visitmozambique.net/uk>; (3) <http://www.moztourism.gov.mz/> e (4) <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/Turism/>.

Província de Moçambique⁴⁰. O Fias (2008), citado por Nhantumbo (2009), salienta que o setor do turismo nesse período contribuiu consideravelmente para o PIB; no entanto, os conflitos armados (guerra de libertação nacional e guerra civil) impuseram uma paragem às chegadas internacionais, afetando, consideravelmente, a economia nacional.

O MITUR – Ministério do Turismo de Moçambique (2004), por meio do PEDTM – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (2004. p. 19), descreve esse momento ao afirmar que

Historicamente, Moçambique era considerado um dos destinos turísticos de primeira classe em África e este setor jogava um papel importante na economia do país. Em 1973 Moçambique recebeu cerca de 400.000 turistas provenientes principalmente da África do Sul, Zimbábue e Portugal. O turismo desenvolveu-se em torno de três temas - as praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos – e concentrava-se principalmente nas zonas sul e centro do país. As praias tropicais, as águas quentes e as oportunidades marcantes de pesca e de andar de barco eram únicos na África Austral. O ambiente continental, a cozinha mediterrânea e as cidades cosmopolitas de Maputo e Beira constituíam uma componente importante da experiência turística. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional da Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas (áreas de caça) na zona centro possuíam padrão internacional. **As mudanças em termos de segurança**, verificadas depois de 1973, resultaram num rápido declínio do desempenho do setor. As infra-estruturas turísticas degradaram-se devido à guerra e os recursos faunísticos, com destaque para os grandes mamíferos, foram virtualmente dizimados (grifo nosso).

A insegurança, conforme abordado pelo MITUR (2004) na citação, constituiu um entrave muito grande para o desenvolvimento do turismo e demais setores produtivos em Moçambique. Ela criou uma imagem negativa do país, na escala internacional, que hoje se busca reverter, e também contribuiu para que os indicadores de desenvolvimento fossem baixos, criando assimetrias regionais e classes sociais bastante diferenciadas. Neste trabalho, busca-se compreender como a segurança tem sido observada no desenvolvimento do turismo, como forma de não se incorrer, novamente, ao declínio do setor, fato que poderá causar impactos negativos difíceis de reverter.

Após o final da guerra civil em 1992, o País verificou significativa recuperação no número dos turistas, com uma média de crescimento estimada em 8% entre 1992 e 2002 (FIAS, 2008). Pode-se considerar que o marco importante do ressurgimento do turismo no

⁴⁰ Antes de Junho de 1975, Moçambique era considerado por Portugal como província ultramarina.

Moçambique independente ocorre com o fim da guerra civil em 1992, com a adoção de instrumentos legais importantes e com a criação do Ministério do Turismo no ano de 2000.

O MITUR (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 19) enfatiza esse aspecto ao abordar que

A assinatura do Acordo de Paz, em 1992, marcou o início da revitalização do setor do turismo. A partir de meados dos anos noventa, a economia registra um crescimento apreciável e na cidade de Maputo foram abertos vários hotéis vocacionados para o turismo de negócio e restaurantes. A procura de lazer com base em praias tem estado a estimular o desenvolvimento do alojamento nas estâncias turísticas do sul: na Ponta do Ouro, Inhambane, Bilene etc. Os investimentos foram feitos predominantemente em cabanas de praia, locais de campismo e acomodação com cozinha própria destinados ao mercado regional. Têm estado a realizar-se investimentos dirigidos aos mercados mais exigentes nas ilhas do Parque Nacional do Bazaruto e na área continental de Vilankulo. Nos tempos mais recentes, os investidores começam a mostrar interesse pelas regiões situadas a norte do país, principalmente em Pemba, no arquipélago das Quirimbas e na zona de Nacala. Em 2001, Moçambique recebeu através das fronteiras do sul cerca de 400.000 turistas, aproximadamente o equivalente aos números recordes registrados no tempo colonial.

Nhantumbo (2009, p. 2) reforça essa idéia ao afirmar que o Governo de Moçambique inicia a promoção do turismo no ano de 1994 por meio da adoção de políticas públicas como a Lei de Terras (1997), a Lei de Florestas e Fauna Bravia (1999), a Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação (2003), o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (2004), entre outros instrumentos, e por meio da criação de superestruturas, como o Ministério do Turismo no ano de 2000 e as Direções Provinciais de Turismo no ano de 2004. Esse conjunto de ações permitiu que esse setor passasse a contar com instrumentos reguladores e instituições fiscalizadoras, com vista a permitir que o produto oferecido pelo país obtivesse melhor qualidade e concorresse em âmbito regional e internacional.

O potencial turístico, o relançamento da imagem do país em âmbito internacional, a estabilidade política e a construção e expansão de infraestruturas básicas (estradas, sistemas de comunicação, entre outras) e específicas (hotéis, *lodges*, restaurantes e outros) contribuíram para criação de melhor dinâmica do setor no país em termos de entrada de investimento e de turistas.

Dentro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (CDAA, conhecida sobejamente pela sigla inglesa SADC), em que o país se encontra inserido, entre 2007 e 2010,

em termos de chegadas internacionais, Moçambique disputou lugares cimeiros com o Zimbabué e Botswana, conforme esclarece a tabela 2.

Tabela 2 - Chegadas de turistas internacionais na região da CDAА entre 2007-2010

Nº	Países da SADC	ANO				RANKING REGIONAL			
		2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
1	África do Sul	9.091.000	9.592.000	7.012.000	8.074.000	1	1	1	1
2	Angola	195.000	294.000	366.000	425.000	13	12	11	11
3	Botswana	1.455.000	1.500.000	2.103.000	2.145.000	3	4	3	3
4	Lesoto	292.000	285.000	320.000	414.000	12	13	12	12
5	Madagáscar	344.000	375.000	163.000	196.000	11	11	14	13
6	Malawi	735.000	742.000	755.000	746.000	9	10	8	10
7	Maurícias	907.000	930.000	871.000	935.000	5	6	7	6
8	Moçambique	771.000	1.815.000	2.224.000	1.718.000	8	3	2	4
9	Namíbia	929.000	931.000	980.000	984.000	4	5	5	5
10	R.D. Congo	Sem Inf.	Sem Inf.	53.000	81.000	15	15	15	15
11	Seychelles	161.000	159.000	158.000	175.000	14	14	13	14
12	Suazilândia	870.000	754.000	909.000	868.000	7	8	6	7
13	Tanzânia	692.000	750.000	714.000	794.000	10	9	9	9
14	Zâmbia	897.000	812.000	710.000	815.000	6	7	10	8
15	Zimbabué	2.506.000	1.956.000	2.017.000	2.239.000	2	2	4	2
TOTAL		19.845.000	20.895.000	19.355.000	20.609.000				

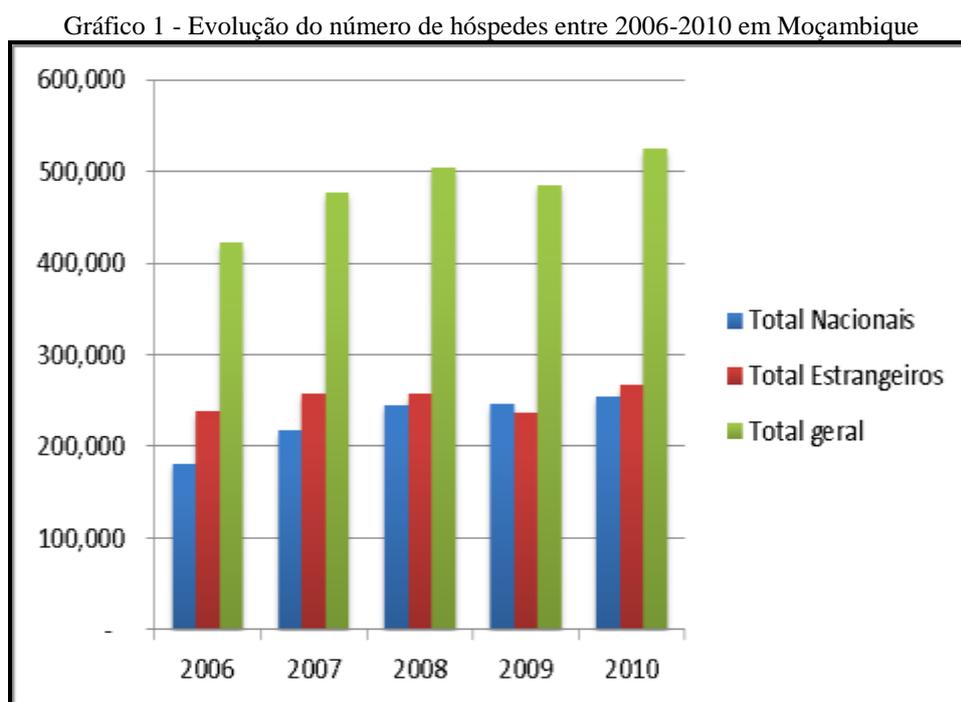
Fonte: OMT, Destaques do Turismo Mundial 2009-2012.

A tabela 2 mostra que, em termos de chegadas internacionais, a África do Sul, na região da SADC, é hegemónica neste setor, o que se justifica por sua diversidade de recursos turísticos, pelos investimentos em infraestrutura básica e turística, pelo marketing internacional e, ainda, pela organização consolidada do setor. A Copa do Mundo de Futebol, realizada em 2010 naquele país, dinamizou a organização do turismo. Igualmente, a tabela 2 mostra o crescimento substancial de Moçambique, indicando que triplicou o número de visitantes entre 2007 e 2009, apesar das oscilações verificadas depois de 2009.

Vale esclarecer que as oscilações resultaram da crise económica deflagrada em meados do ano de 2008 em âmbito mundial. Nesse período, o número de investimentos e de viagens internacionais apresentou queda em Moçambique a partir do ano de 2010. Portugal, por exemplo, é um dos países que enviava número considerável de turistas a Moçambique e, desde o ano de 2008, encontra-se mergulhado em problemas económicos que se refletem na

vida social dos habitantes do país, ocasionando menos despesas com viagens internacionais para fins de turismo e, conseqüentemente, menor número de chegadas a Moçambique. Situação semelhante verificou-se na África do Sul, Suazilândia e Malawi, países vizinhos.

O número de hóspedes no país, entre 2006 e 2010, segundo o INE (2011), denotou um crescimento considerável e estável, conforme apresenta o gráfico 1.



Fonte: INE, 2011.

O gráfico 1 mostra que o ano de 2009 foi marcado por um arrefecimento na chegada de hóspedes. A crise econômica mundial e a política de austeridade estabelecida pelo Governo de Moçambique para conter os impactos dessa crise, resultaram em reduções nos gastos públicos em eventos diversos da máquina estatal. Ou seja, parte considerável dos hóspedes nacionais que chegam aos estabelecimentos de hospedagem o fazem por força de missões de trabalho nos mais diversos quadrantes do país.

De acordo com dados do MITUR, citado pelo Jornal Notícia (NACUO, 2012), no ano de 2011 o setor registou um crescimento significativo, arrecadando cerca de 230 milhões de USD de receitas para os cofres do Estado. Esse valor é resultante da visita de pouco mais de três milhões de turistas estrangeiros ao País, o que representa um aumento da ordem

dos 9,6%, equivalentes aos mais de dois milhões e meio de visitas registradas no ano anterior, 2010. A mesma fonte (JONAS, 2013) refere que “o turismo internacional rendeu ao Estado moçambicano, em 2012, mais de 248 milhões de USD, cifra que representa um crescimento de 7% em relação ao ano anterior”. Esses dados ilustram o crescimento econômico gerado pelo setor. O crescimento de chegadas de turistas internacionais e de hóspedes traduziu-se no aumento de investimentos e de empregos, o que reforça a emergência do país nesse setor, conforme suporta a tabela 3 com dados sobre investimentos no setor no país entre 2003 e 2012.

Tabela 3 - Investimentos e empregos gerados no setor de Turismo e Hotelaria em Moçambique entre 2003-2012

Ano	Valor em USD	% no Total de Investimento	Posição do Setor	Total de empregos Gerados no Turismo
2003	31.446.289	3,66	5	588
2004	124.833.455	24,35	2	1.770
2005	175.608.543	36,61	1	3.967
2006	407.300.013	47,90	1	3.120
2007	272.187.625	3,38	3	4.952
2008	191.185.753	18,96	2	2.836
2009	264.129.388	4,59	2	3.545
2010	134.017.147	4,34	5	1.189
2011	95.162.415	3,34	7	1.318
2012	318.853.439	10,06	4	3.106
TOTAL	2.014.724.067	-	-	26.391

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique, 2003 à 2012.

Os dados apresentados no gráfico 1 e na tabela 2 evidenciam, em relação ao período em referência (2003-2012), que o setor do turismo cresceu com oscilações em termos de investimentos e no número de empregos e renda gerados, fato que posiciona o setor do turismo como estratégico para a dinâmica social e econômica do país.

Entre 2005 e 2009, o setor contribuiu com mais de 2% para o PIB nacional, conforme apresenta a tabela 4 (MITUR, 2013).

ANO	2005	2006	2007	2008	2009
%	2,1	2,0	2,3	2,2	2,0

Fonte: MITUR, 2013.

Assim, decorridos 39 anos de independência colonial e 22 anos do fim da guerra civil, o país conta com uma matriz de turismo que se desenvolve em torno das praias, das áreas de conservação e preservação e do ambiente dinâmico de negócios oferecido pelos centros urbanos (Maputo, Beira, Tete, Pemba e Nacala). O potencial turístico se traduz em 2.700 km de litoral costeiro tropical, biodiversidade de grande valor ecológico, incluindo espécies endêmicas, e patrimônio histórico-cultural bastante diversificado (MITUR, 2004).

Diferente de outras épocas, esse setor, ganhou, na contemporaneidade, destaque nos programas de governo como um dos que pode ajudar a alavancar o desenvolvimento do país, reduzindo os índices de pobreza e melhorando o desenvolvimento humano.

O Governo de Moçambique (2010, p. 73), através do seu Programa Quinquenal (PQG) para 2010-2014, descreve que o setor é importante para o desenvolvimento do país, pois

O turismo desempenha um papel estratégico na promoção do desenvolvimento socioeconômico através da geração de emprego, criação de renda, valorização do património histórico-cultural, promoção da unidade nacional e da auto-estima dos cidadãos, contribuindo para estimular outras actividades económicas colaterais. As acções do Governo incidirão na criação da capacidade de alojamento nos Distritos com vista à melhoria da oferta e consolidação do produto turístico nas Áreas Prioritárias de Investimento Turístico, elevação da qualidade de prestação de serviços e na divulgação da Marca Moçambique que identifica o País como um destino turístico internacional.

O país vive um período de *boom* dos recursos minerais, fato que tem trazido visitantes com motivações diversas (negócio, científicos etc.) em números cada vez mais crescentes. A título de exemplo, a cidade de Tete, no centro do país, e a cidade de Nacala, no norte, estão a planificar e a executar a reestruturação dos aeroportos locais como forma de possibilitar o incremento do número de viagens aéreas, pois empresas internacionais como a Vale, a Rio Tinto, Anadarko, Petronas, ENI, Statoil, entre outras, já se encontram a desenvolver atividades de prospecção e exploração de minérios, fato que traz ao país turistas de negócios, familiares dos trabalhadores que se encontram empregados nessas empresas, acadêmicos e pesquisadores, em eventos sobre geologia, por exemplo, entre outros.

Os indicadores descritos e as mudanças ocorridas nos últimos anos contribuirão para que a população local diversificasse suas atividades produtivas, integrasse principalmente o género feminino em atividades de emprego formal e informal e melhorassem os indicadores de qualidade de vida.

Carvalho Muaria, ministro do turismo de Moçambique, citado pelo Jornal Notícias (2013), explicou que 50% do total da mão-de-obra empregada nesse setor é feminina e que as comunidades localizadas nos locais de forte desenvolvimento do turismo têm estado a se beneficiar de um percentual dos lucros da atividade, o que propicia condições para melhoria da qualidade de vida, através da construção de escolas, hospitais e outras infraestruturas sociais⁴¹.

Portanto, fica evidente que a trajetória, do setor do turismo em Moçambique foi marcada por períodos conturbados que limitaram seu desenvolvimento. A incorporação, por parte do governo do país, desse setor como prioritário nos planos de desenvolvimento nacional trouxe e continua a trazer benefícios visíveis para a economia nacional, de modo geral, e principalmente para as sociedades que vivem nas áreas de influência de projetos turísticos.

A consolidação e melhoria dos indicadores do setor passa pelo correto planejamento e execução de ações que promovam uma atividade sustentável, segura, resiliente e inclusiva. A segurança nacional, a qualidade das infraestruturas básicas e turísticas, a qualificação dos recursos humanos, o custo do transporte, a conservação do patrimônio turístico, o marketing, entre outros assuntos, devem constituir desafios no aprimoramento da oferta turística moçambicana. A melhoria dos problemas depende do trabalho integrado dos agentes do setor. Neste estudo destaca-se a política nacional e a segurança turística como fatores relevantes e que devem merecer atenção redobrada.

A proposta de estudo da segurança turística surge como forma de, primeiro, mostrar a importância da atividade para o desenvolvimento nacional e local e, depois, de avaliar a situação atual do setor. A compreensão da situação permitirá elaborar um planejamento correto de ações que identifiquem medidas preventivas e mitigadoras de riscos reais ou potenciais para quem mora, investe ou visita o território turístico em estudo.

⁴¹ Em Moçambique, de acordo com a Lei n.º 10/99, de 7 de Julho, que regula os princípios e normas básicos de proteção, conservação e preservação dos recursos florestais e faunísticos e seu Regulamento, Decreto n.º 12/2002, de 06 de Junho, está determinado que 20% dos lucros da exploração turística, dos estabelecimentos que desenvolvem atividades em áreas de conservação e preservação, devem reverter para as comunidades oriundas dessa área. O planejamento e gestão desse valor são da responsabilidade das mesmas obedecendo critérios específicos e legislados pelo comitê de gestão.

3.2 O turismo no município de Inhambane: análise do lugar a partir das paisagens e da organização territorial

O turismo, ao se apropriar da paisagem em determinado território, para captar demandas de visitantes e manter fluxos de visitação, requer que no lugar turístico exista organização e gestão do produto turístico de determinado espaço. Segundo Figueira e Dias (2011, p. 44) existem, além dos atrativos, condições básicas que devem estar presentes nos municípios. Dentre essas condições destacam-se: a) meios de alojamento sustentáveis, b) acessibilidades, c) cultura e educação turística, d) incentivo ao empreendedorismo, e) pesquisa e monitoramento contínuo e f) identificação estratégica com os princípios de responsabilidade social. Os municípios, na perspectiva de Figueira e Dias (2011, p. 13), ao exercerem atividades de administração local, devem de uma forma generalizada, dentro das responsabilidades assumidas pelos governos municipais, trabalhar com “a saúde, a educação e até a segurança, com a proliferação das forças de segurança municipais, entre outras”.

Destarte, tendo como base o conceito de lugar turístico apresentado por Cruz (2003), procurou-se verificar se o município de Inhambane é um lugar apropriado pela prática do turismo e, ainda, se nele existem atratividades, os “objetos turísticos” e os “objetos-suporte”. Por intermédio de observações realizadas nesse município e ainda segundo o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MOÇAMBIQUE, 2002), o turismo é uma realidade desse município e engloba o leque das atividades socioeconômicas nele existentes.

A seguir, apresentam-se os elementos do lugar turístico, descritos por Cruz (2003) e por Figueira e Dias (2011).

a) Atrativos turísticos do município de Inhambane

O município de Inhambane, conforme apresentado anteriormente no capítulo que descreve sua história e que o caracteriza geograficamente, é um local que apresenta rico leque de atrativos naturais e culturais. Buramo (2013) discursando sobre a oferta desse município explica que:

O município de Inhambane possui uma costa estreita com longas e abertas praias ladeada de dunas de areia branca. Além da sua beleza natural, o Município de Inhambane é largamente conhecido por seu elevado potencial turístico pelo seu valor histórico-cultural e pela naturalidade paisagística e costeira que apresenta uma diversidade de atrativos distribuídos por toda a costa.

Nhavene (2009), em entrevista, salienta que constituem áreas de grande valor ecológico no município de Inhambane as praias, a baía de Inhambane e a área de mangue. Apesar de possuir diversidade biótica “rica”, o município de Inhambane não possui áreas ou unidades de conservação ou preservação.

Segundo a Direção Nacional de Cultura (DNC, 2005) a área urbana, chamada também por cidade, do município de Inhambane é tombada como patrimônio histórico de Moçambique, por possuir edificações históricas que marcaram o trajeto histórico do município de Inhambane e do país em geral.

As atrações existentes fazem do município de Inhambane um dos pontos de “captação” de turistas nacionais e internacionais que a província e o país possuem⁴². Dentre as várias atividades turísticas que existem no município de Inhambane, as que se desenvolvem com maior frequência estão relacionadas: aos esportes náuticos (*surfing*, vela, esqui); aos esportes de praia (futebol, vôlei etc.); à pesca esportiva, a atividades com motos 4X4; aos passeios de barcos (tradicional e de iate); à canoagem, ao mergulho marítimo, incluindo realização de cursos profissionais de mergulho; ao *snorkelling*; aos passeios a cavalo; à observação de mamíferos marinhos e de avifauna.

Realizam-se, ainda, atividades de visitação aos monumentos culturais e históricos, bem como se pode assistir a eventos musicais, culturais, tradicionais, acadêmicos, conforme mostra a Fotografia 3, os Quadros 12 e 13, com exemplos de atrativos que se podem visitar e deles usufruir, com a lista de monumentos existentes e a lista de outros tipos de atrativos, respectivamente.

⁴² É importante destacar que os órgãos oficiais de Turismo (INE, CMCI e a DPTUR) nessa urbe e província não possuem um cadastro de dados totais e reais de turistas que visitam a urbe. Após diversos contatos em ambos os órgãos somente pode-se obter da DPTUR os dados relativos a 2010 da entrada total de turistas estrangeiros.

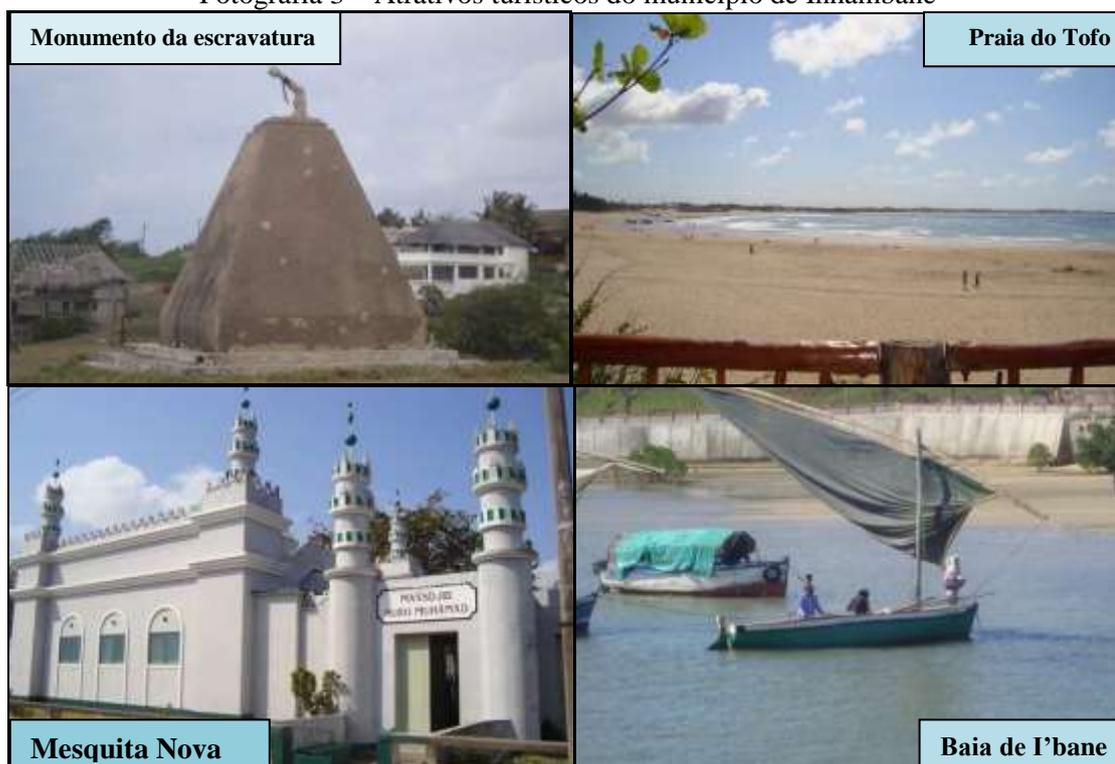
Quadro 12 – Lista de principais monumentos do município de Inhambane

Nome do monumento	Ano de construção
Antigo Mercado	Sd.
Buraco do Tofinho	Sd.
Edifício dos correios	1811
Mesquita Velha	1840
Igreja Nossa Senhora da Conceição	1885
Casa Oswald Hoffan	1890
Casa da Dona Adelaide Anna Teixeira (Fornaziny)	1902
Antigo Hotel Inhambane	1908
Pórtico das deportações	1910-1922
Edifício Padaria Rosa	1913

Fonte: Direção Nacional de Cultura, 2005.

Os monumentos apresentados no quadro 12 são importantes, porque suas origens relacionam-se aos diversos processos históricos do município, principalmente no período da penetração árabe e portuguesa.

Fotografia 3 – Atrativos turísticos do município de Inhambane



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no Município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2012. Data: 1/11/2012.

O mosaico fotográfico ilustra parte da diversidade, natural e cultural, que pode ser usada como atrativo turístico no município de Inhambane. O quadro 13 apresenta outros tipos de atrativos que podem ser observados nesse município. A título de exemplo, a praia do Tofo, famosa por sua beleza paisagística e pela biodiversidade marinha que possui, é dos locais mais visitados por turistas e residentes do município.

Quadro 13 - Tipos de atrativos do município de Inhambane

Tipo de atrativo	Subtipo de atrativos
Fauna	Raias manta, tubarão baleia, golfinhos, tartaruga e diversas espécies de peixes e pássaros.
Vegetação	Vegetação predominante é a mista, arbórea e arbustiva com estratos herbáceo abundante floresta dunar e grandes áreas de mangais.
Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ilhas: Grande (Ilha-dos-Porcos) e Pequena (Ilha dos Ratos); ▪ Praias: da Rocha, do Tofo, do Tofinho e Barra; ▪ Gruta: Sagrada da Praia da Rocha; ▪ Lagoa: do Tofo, Pembane, Chivanene, Cumbe etc. ▪ Baía: de Inhambane
Folclore/ tradição/ hábitos de vida	<p>Objetos tradicionais como: a Mbia (Gamela), Khali (Pote), Guikalango (Panela de Barro) Likuno (Pilão), Alambique Lipane (Torradeira), Mbenga Libota (Panela de Ferro), Cestos, Armadilhas, Artesanato;</p> <p>Danças: Makarita; Xigubo; xibavane; Zoré; e Guikiki;</p> <p>Instrumentos musicais: Xigubo, Chikitsi, Matraca (Gocha) e Marrongue;</p> <p>Festas e eventos: Festival da Barra; Carnaval Municipal; Feira Agrícola e cultural; e Dia do município de Inhambane;</p> <p>Grupos de canto e dança: Pouco com Deus é Muito, Escola Secundária do Muelé, Saudável, ADPP, 12 de Agosto, 13 de Dezembro e 16 de Maio;</p> <p>Grupos de dança tradicional: Makarita, Xigubo (Fala a Vontade), Xibavane, Zoré de Salela, Ethú Ketto, Guikiki e Zoré de Chamane.</p> <p>Grupos de Canto Coral: Santuário, Exército de Salvação, Paz Metodista Unida, Vuka da Igreja Metodista Unida, Voz de Cristo, da Igreja Presbiteriana, Unidade Islamo, da Igreja Petencostal, da Metodista Livre, Pouco com Deus é Muito e da Igreja Anglicana;</p> <p>Banda musical: do Município;</p> <p>Grupos teatrais: Grupo Teatral Litanga, Tsetenguelo, Escola Secundária do Muelé, Escola Secundária Emília Dausse, Geração BIZ e Guitataru;</p> <p>Gastronomia: Matapa, Xiguinha de cacana, Molina, Kathikalango, Bolo de Sura, Peso Bruto;</p> <p>Bebidas tradicionais: Sura, Tontonto, Malcuado</p>

Fonte: adaptado de Buramo, 2013.

A diversidade de recursos, expostos em quadros e figuras (praias, corais, fauna, flora, monumentos, entre outros), principalmente os naturais, motiva a chegada de visitantes que almejam vivenciar momentos de lazer, descontração, aventura, entre outras motivações.

Entre 2007 e 2010, a título de exemplo, entraram 16.653 turistas estrangeiros por via aérea, conforme ilustra a tabela 5, abaixo (SPMI, 2010).

Tabela 5 – Entrada de estrangeiros por via aérea no município de Inhambane (2007-2010)

Anos	Município de Inhambane
2007	2.313
2008	4.794
2009	5.326
2010	4.220
TOTAL	16.653

Fonte: Serviços Províncias de Migração de Inhambane, 2011.

No ano de 2010, segundo a DPTUR (2011), o município de Inhambane registou maior número de entradas de turistas na província de Inhambane se comparado aos demais municípios e distritos.

Concernente a tipologias de turistas, o maior número de entradas totais no município de Inhambane no ano 2010, foi de turistas estrangeiros, que totalizou 36.988 visitantes e depois de turistas nacionais, que totalizou 16.618. A tabela 6 ilustra o posicionamento de liderança do município de Inhambane na província.

Tabela 6 – Entrada total de turistas na província de Inhambane em 2010

Nº	Municípios/distritos	Nº de Chegadas	Valor Percentual
1	Inhambane	53.606	32
2	Vilankulo	33.504	20
3	Jangamo	15.077	9
4	Massinga	15.077	9
5	Inhassoro	11.726	7
6	Maxixe	10.051	6
7	Zavala	8.376	5
8	Inharrime	6.701	4
9	Morrumbene	6.701	4
10	Mabote	1.675	1
11	Homoine	1.675	1
12	Govuro	1.675	1
13	Panda	1.675	1
14	Funhalouro	1.675	1
	Total da Província	169.195	100

Fonte: DPTURI, 2011.

Vale ressaltar que grande parte dos turistas internacionais, que visitam o município de Inhambane, são provenientes da África do Sul e chegam a esse destino, majoritariamente, por via terrestre, com carros alugados ou próprios. Xavier (2010, p. 31) reforça essa observação ao afirmar que “Inhambane é assim um pólo de atração em termos turísticos, onde cerca de 56% dos visitantes provêm da região da África Austral (majoritariamente da África do Sul), 27% do resto do mundo (majoritariamente vindos da Europa) e 17 % são nacionais”.

A partir dos enunciados teóricos expostos neste ponto, pode-se apreender que o município de Inhambane, por suas características físicas e pelos processos históricos vivenciados, possui paisagens/atrativos que constituem recursos turísticos e, atualmente, são utilizados para “comercialização” nos mercados nacionais e internacionais do turismo, gerando dinâmicas sociais, econômicas e ambientais.

Importa frisar que, apesar de ocupar posição de liderança na captação de turistas, conforme apresentado na tabela acima, esse município apresenta concorrentes regionais fortes. Vilankulo, Jangamo e Massinga são territórios que dada a similaridade na oferta de atrativos obrigam que se desenvolva um processo sério de planejamento turístico no sentido de se manter a qualidade do destino para captar novos visitantes e fidelizar antigos.

b) Objetos turísticos

A rede de alojamentos, restaurantes e serviços turísticos do município de Inhambane conta com hotéis, *lodges*⁴³, residenciais, lojas de *souvenir*, restaurantes, bares, salas de dança, discoteca, serviços de entretenimento que perfazem pouco mais de 137 estabelecimentos efetivos e sazonais, conforme apresenta a tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição dos estabelecimentos pelos lugares turísticos do município - 2011

Áreas	Localização por Bairro	Descrição	Total	Total geral
Praia da Barra	Conguiana	Casa de hóspedes ⁴⁴	1	47
		<i>Lodges</i>	28	
		Campismo	1	
		Outros	17	
Área Urbana	Balane 1, 2 e 3 Liberdade 1 Chamane 1	Agências de Viagem	2	48
		Casa de hóspedes	2	
		<i>Lodges</i>	1	
		Bar	8	
		Restaurantes	13	
		Outros	22	
Praia do Tofo	Josina Machel	Agências de Viagens	1	35
		<i>Lodges</i>	7	
		Restaurantes	4	
		Outros	23	
Tofinho	Josina Machel	Casa de hóspedes	2	4
		<i>Lodges</i>	1	
		Outros	1	
Outras Áreas	Outros bairros	Casa de hóspedes	1	3
		Botequim	1	
		<i>Lodges</i>	1	
TOTAL				137

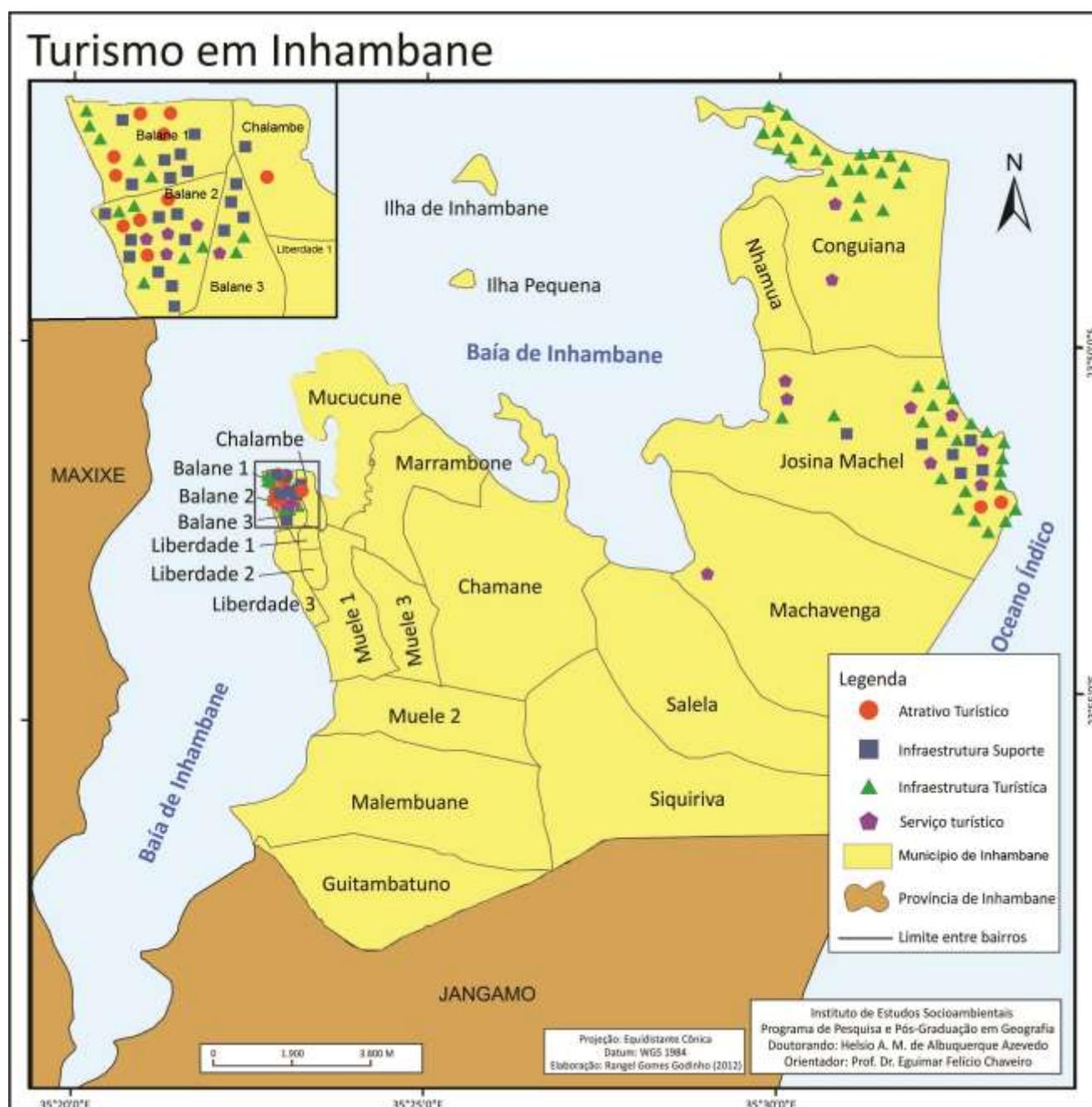
Fonte: DPTUR, 2011.

⁴³ Segundo o Decreto n° 18/2007, que aprova o Regulamento de Alojamento turístico, restaurante e bebidas e salas de dança, *Lodges* são estabelecimentos de acomodação turística baseados em atividades relacionadas com a natureza, como, por exemplo: safaris, pesca, mergulho, passeios e observação de recursos naturais, construídos predominantemente em estilo e materiais locais.

⁴⁴ Segundo o Decreto n° 18/2007 que aprova o Regulamento de Alojamento turístico, restaurante e bebidas e salas de dança, Casa de hóspedes (*Guest house*) é um estabelecimento de alojamento turístico integrado ou não edifícios de habitação familiar, que comporta áreas comuns servindo pequeno-almoço (café da manhã) podendo oferecer serviços de almoço e jantar.

A área urbana do município e os bairros onde se localizam as praias da Barra e do Tofo apresentam maior número de estabelecimentos de alojamento, restaurante e outros tipos de serviços, conforme mostra o mapa 4.

Mapa 4. Distribuição da Oferta Turística do Município de Inhambane



Organização: Azevedo. Elaboração: Godinho, 2012.

Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane entre 2011 e 2013.

O mapa 4 mostra que no litoral do município, principalmente na região a Este, há concentração considerável de objetos turísticos. Este fato que reforça a idéia de que o turismo de sol e praia é o mais procurado, principalmente, nas praias a Barra e Tofo que estão localizadas nos bairros de Conguiana e Josina Machel, respectivamente.

A partir do exposto acima, verifica-se que os serviços de suporte estão representados com maior evidência na área urbana do município de Inhambane, sendo que na área das praias ocorrem com menor frequência, principalmente na praia da Barra, Tofinho e Rocha. A título de exemplo, os serviços de bombeiros desse município localizam-se a cerca de 30 km das praias, fato que diminui a capacidade de resposta em caso de ocorrência de incêndios. Os bairros de expansão, como Malembuane e Salela, também apresentam deficiências na oferta de infraestrutura suporte.

Em termos comparativos com os demais distritos e municípios da província, o município de Inhambane destaca-se, em primeiro lugar, em termos da quantidade de estabelecimentos turísticos, número de quartos, de camas, de mesas, de cadeiras e de efetivo empregado, conforme apresenta a tabela 8. Depois dele, destaca-se o município de Vilankulo, que se apresenta como forte concorrente em virtude das potencialidades e produtos similares existentes nesse município.

Tabela 8 – Indicadores do setor do turismo da província de Inhambane – 2011

Nº	Cidade/ Distrito	Nº Estabelecimentos			Quartos	Camas	Mesas	Cadeiras	PE A.	PE R.	PE Total
		Total	A.	R.							
1	Inhambane	119	76	43	1.792	3.753	391	1.371	1.334	311	1.645
2	Maxixe	24	10	14	171	342	128	471	127	68	195
3	Jangamo	37	33	4	854	1.849	24	132	468	15	483
4	Inharrime	16	13	3	249	520	20	106	283	23	306
5	Zavala	20	7	13	180	484	79	347	138	78	216
6	Morrumbene	19	14	5	280	558	32	124	198	13	211
7	Massinga	43	30	13	504	1.008	92	396	350	133	483
8	Mabote	19	9	10	104	208	102	275	83	50	133
9	Vilankulo	114	76	38	1.483	3.091	190	746	1.029	192	1.221
10	Inhassoro	75	54	21	816	1.452	43	200	497	61	558
11	Homoine	7	3	4	29	58	27	100	29	21	50
12	Govuro	18	13	5	123	246	29	126	88	44	132
13	Panda	3	0	3	8	16	27	90	0	20	20
14	Funhaloro	3	0	3	12	20	0	0	0	21	21
	TOTAL	517	338	179	6.605	13.605	1.217	4.601	4.624	1.029	5.653

Legenda: A. - Alojamento; R.- Restaurante; PE – Pessoas empregues. Fonte: DPTURI, 2012.

As chegadas, de nacionais e estrangeiros ocasionaram a melhoria das infraestruturas específicas, fato que permitiu o crescimento de investimentos no setor. Em três anos no MI, de 2005 à 2008, o valor de investimentos em infraestrutura específica cresceu cerca de 133%, o que demonstrou um ascensão significativa, conforme mostra a tabela 9, a baixo (DPTURI, 2009).

Tabela 9 – Investimentos no setor do turismo do MI (2005-2008)

Ano	Investimento (Meticais - Mtn)
2005	469.000,00
2006	SI
2007	1.686.386,00
2008	62.555.577,00

Fonte: DPTURI, 2009.

Segundo Azevedo et al. (2012, p. 16), nesse município,

A maioria dos empreendimentos ligados ao turismo [...] se constitui de capital externo, sobretudo sul-africano, empregando muitas vezes mão de obra estrangeira e fazendo uso, inclusive, da cobrança em moeda externa, o rand ou dólar, pelos serviços e produtos comercializados. O mesmo ocorre com os imóveis (terrenos e residências de uso ocasional), os quais normalmente são de propriedade de sul-africanos e europeus.

Vale destacar que em épocas de pico, geralmente de novembro a fevereiro, surgem estabelecimentos turísticos (locais de hospedagem e de alimentação)⁴⁵ e muitas habitações das populações locais passam de alojamentos privados a espaços de aluguel para fins turísticos.

Outro aspecto que merece destaque é a quantidade de vendedores informais de bebidas e comidas (principalmente churrasco de frango e frutas) que surgem em busca da obtenção de ganhos econômicos, principalmente, com a presença de turistas nacionais na época das festividades de Natal e de Ano Novo, conforme ilustra a fotografia 4.

⁴⁵ A ocasionalidade refere-se à inexistência de licenças legais para esses estabelecimentos e/ou vendedores operarem nos termos da lei. Esse fator é ocasionado pela pouca oferta de estabelecimentos e pelos preços altos que se verificam nesse período. Muitos visitantes, principalmente nacionais, alugam casas de residentes, que se mudam para cômodos traseiros das casas ou para a casa de outros familiares.

Fotografia 4 – Vendedores informais na praia da Barra



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane.
Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2013.

A partir da imagem ilustrada, visualiza-se que a informalidade, principalmente nos períodos de férias e em finais de semana, atrai crianças e jovens, que circulam pelas praias vendendo produtos diversos. Salientar que, nos órgãos locais de gestão de turismo, não existe um cadastro de habitações e pessoas que realizam as atividades ocasionais.

c) Objetos de suporte

Em termos de infraestrutura básica para apoiar a atividade turística, existem no município de Inhambane os seguintes sistemas, imprescindíveis para viabilizar o desenvolvimento turístico:

Sistema Viário e de transporte

O município de Inhambane conta com três tipos de vias terrestres, nomeadamente, estradas nacionais (EN), estradas urbanas e outras tipologias (estradas de terra batida não pavimentada, caminhos, trilhas etc.), conforme apresenta a Fotografia 5.

Fotografia 5 - Tipos de estradas do município de Inhambane



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2012.

As primeiras são geridas pela Administração Nacional de Estradas (ANA) e as restantes pela autarquia municipal. As nacionais compreendem a EN 259, que liga o centro urbano do município à praia do Tofo, e a EN 101, que liga a EN1 ao povoado de Lindela, no distrito de Jangamo. As estradas urbanas são as que estão na cidade e as demais se encontram na zona semiurbana, zona das praias ou nas áreas periféricas do município.

A sinalização nas praias é deficiente e, no percurso entre estas e a cidade, é exígua, fato que abre precedentes para ocorrência de acidentes de viação, dadas as irregularidades das vias existentes nos diversos trajetos.

Parte das estradas do município, no período de marés altas e de chuvas intensas, é alagada, o que contribui para ilhar visitantes desavisados e que não possuam viaturas apropriadas para trafegar nesses ambientes, conforme ilustra a fotografia 6.

Fotografia 6 - Estradas alagadas no povoado de Lindela (esquerda) e na estrada da Praia da Barra (direita)



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsius, 2012.

No modal aéreo, o município conta com um aeródromo, caracterizado como secundário, dentro da rede aérea moçambicana, que liga, através de voos programados, o município de Inhambane às cidades de Maputo e Vilankulo, em Moçambique, bem como a outras cidades da África Austral (Johanesburgo, Lanséria, Durban, entre outros destinos). Esse aeródromo não funciona em período integral, por não possuir iluminação fixa na pista.

Importa referir que existe, em relação ao modal terrestre, um terminal rodoviário de pequena dimensão, com linhas de ônibus que ligam o município à cidade de Maputo e aos distritos localizados ao sul (Jangamo, Inharrime e Quissico). Igualmente, a partir desse terminal, há uma ligação entre a área urbana e as praias da Barra e Tofo, conforme ilustra o quadro 14.

Quadro 14 – Quantidade, linhas e tipos de transportes terrestres.

Rotas	Quantidade de Carros
Inhambane – Inharrime	38
Inhambane – Tofo/Barra	44
Inhambane – Paindane	13
Inhambane – Muelé-urbano	30
Inhambane – Maputo	38
Total de carros semicoletivos de passageiros	163
Táxis e <i>Txopelas</i>	30
Total de Transportes Rodoviários	193

Fonte: Universidade Eduardo Mondlane - Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (UEM-ESHTI), 2013.

Vale salientar que nem todos os bairros são cobertos pela rede de transporte rodoviário, fato que obriga a deslocações a pé dos munícipes. Essa situação é visível no bairro de Mocucune, que ainda carece de abertura de vias de acesso e linhas de transporte rodoviário. Refira-se, também, que foi removida uma linha férrea que funcionou na época colonial ligando o município de Inhambane ao distrito de Inharrime.

Concernente ao modal hidroviário, existe um porto de pequeno porte que serve para travessias de mercadorias e de pessoas (incluindo turistas que chegam via Estrada Nacional nº1) entre os municípios de Inhambane e Maxixe, bem como para atracagem de barcos pesqueiros de pequeno porte, conforme apresenta o quadro 15.

Quadro 15 – Quantidade de embarcações no município de Inhambane

Designação	Quantidade
Barcos à vela	138
Barcos a motor de pequeno porte	76
Barcos a motor de médio porte	6
Canoas	30
Total	250

Fonte: UEM-ESHTI, 2013.

Essa infraestrutura portuária apresenta-se desgastada, fato que põe em perigo a circulação dos usuários. Assim, apesar de o município possuir parte dos subsistemas que

compõem o sistema de transporte, a qualidade e diversificação das vias e meios ainda precisam de melhorias consideráveis a fim de que a oferta desses serviços para a população local e para os turistas seja satisfatória.

Sistema energético

O sistema de energia, utilizado em grande parte do município de Inhambane, é gerido por uma empresa nacional, a Eletricidade de Moçambique (EDM). Segundo a EDM (2014) a energia do município provém da barragem de Cahora-Bassa, por meio da linha do Infulene, em Maputo. Esta linha fornece 110 kV à subestação de Lindela, localizada no distrito de Jangamo, que por sua vez fornece para o município de Inhambane a 33 kV.

Esta empresa conta com um total de 56.883 consumidores e possui uma extensão de 164 km da rede de média tensão, sendo que a 6.6 kV possui uma extensão de 22 km subterrâneos e a de 33 kV possui uma extensão de 142 km aéreos (EDM, 2014). Pequena parte dos habitantes dos bairros rurais e semiurbanos possui acesso à rede, pelo que recorrem a fontes energéticas alternativas tais como o gerador elétrico, o petróleo e recursos florestais como o mangue, por exemplo.

A iluminação pública verifica-se com maior incidência na área urbana, sendo pouco visível na área das praias. Parte reduzida, da praia do Tofo e Barra, com estabelecimentos instalados próximos à orla marítima, possui iluminação pública.

Pelas características naturais, como por exemplo, abundância de vento e de sol, o município apresenta elevado potencial para o desenvolvimento dessas fontes de energia renováveis (HAMMAR et al., 2012). Seu uso contribuiria para a redução do desmatamento da vegetação de mangue, e conseqüentemente, para manutenção do ecossistema. A proliferação da prática de desmatamento do mangue põe em risco sua função de barreira natural contra a erosão marinha, bem como inibe a reprodução de espécies de crustáceos que têm nesse *habitat* seu *locus* de reprodução. Na praia da Rocha existe um projeto, desde 2011, de instalação de um sistema de captação de energia eólica que ainda não se encontra operacional.

Sistema de Comunicação

O município de Inhambane possui a possibilidade de comunicar-se com o resto do país e do planeta. Este sistema de comunicação encontra-se operacional e permite que os habitantes, gestores públicos e privados do setor, bem como os turistas possam realizar trocas de informações. Trata-se de um sistema composto por empresas provedoras de televisão, rádio, de telefonia móvel, telefonia fixa, de correios, Internet e jornais, conforme ilustra o quadro 16.

Quadro 16 – Lista de empresas provedoras de comunicação

EMPRESAS	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO OFERECIDOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ TV Moçambique ▪ Soico TV ▪ Miramar 	Produção de <i>spots</i> , programas e vídeo reportagens; Exibição publicitária; Venda de imagens de arquivo; Serviço de transcrições; Aluguel de equipamentos; Cedência remunerada de tempo de antena; Comercialização de tempos de estúdio de produção e outros equipamentos a produtores externos; Cobertura e transmissão de espetáculos, galas, congressos, conferências e outros eventos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mcel ▪ Movitel ▪ Vodacom 	Venda de celular; Serviços aos clientes; Serviços de chamadas; Serviço de <i>Fax</i> e dados; Net Móvel de 3G e 3,5 G: permite ao cliente acessar a internet de seu telefone e de seu computador; Mbip: permite enviar uma mensagem solicitando que o destinatário ligue de volta; Serviços de MMS, SMS, mKesh.
Rádio de Moçambique – Emissora Provincial de Inhambane	Taxa de radiodifusão; Aluguel de aparelhagem; Gravação de músicas; Venda de discos; Programas comerciais e recreativos; Publicidade: permitem divulgar produtos, serviços e marcas para todo país; Noticiário local, provincial, nacional e internacional.
Telecomunicações de Moçambique	Internet Banda Larga; Venda de cartões Banda Larga; Distribuição de lista telefónicas; RDIS (Rede digital com integração de serviços); Comunicação de voz por meio telefónico pós-pago e pré-pago, cartão virtual blá-blá, telefone público assistido e privado; Dados e internet: <i>fax</i> , <i>e-mail</i> , circuitos alugados, <i>internet</i> sem fio. Transmissão de imagem: vídeo – conferência.
Serviços de Correios	Serviços de envio e recebimento de correspondências; Serviços de internet; Serviços de <i>fax</i> e impressões

Quadro 16 – Lista de empresas provedoras de comunicação

EMPRESAS	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO OFERECIDOS
Serviços de Jornais e Outras Rádios	Existência dos Jornais: Notícias, O País, Savana, Canal de Moçambique, A Verdade, Domingo, outros que apresentam notícias, anúncios, publicidades e avisos; Existem outras rádios (Progresso, Maria e Comunitária de Homoine) que prestam serviços/programas de noticiário, entretenimento, publicidade, avisos, entre outros.
CPRD	Presta serviços: de formação em TIC's, internet, impressões, fax, scanner de documentos, entre outras.

Fonte: Azevedo, 2013.

Estas empresas de comunicação e informação garantem que se criem fluxos de dados entre o destino, no caso, o município de Inhambane, e o resto do planeta, apoiando assim, na promoção e “venda” do destino pelas facilidades de, em pouco tempo, responderem aos anseios dos turistas. Do mesmo jeito que estas são rápidas no processo de comunicação de aspectos bons, elas também podem tornar-se ferramentas que publicitam os casos de insegurança em tempo real na escala global, afetando, desse jeito, a imagem do destino.

Sistema de Saneamento Básico

O sistema de saneamento básico do município de Inhambane é dividido entre subsistema de drenagem, subsistema de manejo de resíduos sólidos, subsistema de abastecimento de água e o subsistema de esgotos sanitários (NETO, 2009)⁴⁶.

O subsistema de drenagem desse município se apresenta insuficiente e bastante obsoleto, visto que foi construído nos finais da década de 1940 e cobre somente cerca de 30% da área urbana. O escoamento das águas é feito diretamente para a baía de Inhambane sem que se faça o tratamento prévio (MOÇAMBIQUE, 1991a). As zonas semiurbanas e não urbanas não estão incluídas nesse subsistema. Da pequena porção existente, uma parte encontra-se assoreada, fato que origina enchentes quando ocorrem chuvas em grande intensidade, visto que o escoamento normal das águas fica prejudicado. Existem áreas do município, principalmente em estradas, em que as tampas dos drenos de água não existem, o que põe em risco a circulação de pessoas e veículos, conforme ilustra a Fotografia 7. Deve-se

⁴⁶ Entrevista concedida por Martins Neto, antigo Diretor dos Serviços Urbanos do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, sobre gestão ambiental no município de Inhambane em 13/02/2009.

salientar que esse subsistema e o subsistema de manejo de resíduos sólidos são geridos pelo Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. Os resíduos hospitalares são geridos pelas próprias unidades sanitárias.

Não existe no município de Inhambane uma lixeira municipal ou aterro sanitário controlado. Existem três depósitos de lixo a céu aberto; um situado na estrada que liga Inhambane a Tofo (depois do cruzamento para o aeroporto), outro no bairro do Muéle 3 a 5 km da Cidade e o terceiro na praia do Tofo, logo à saída desta, numa baixa, onde anteriormente existia uma fonte de água.

Fotografia 7 – Valas de drenagem abertas na via pública



Fonte: Azevedo, 2009.

Os resíduos sólidos depositado nesses locais - excetuando-se o da praia do Tofo, da qual são retiradas garrafas de vidro e de plástico para revenda - não é submetido a qualquer processamento ou reciclagem, verificando-se muitas vezes sua queima ao ar livre. Não existe qualquer tipo de incineradores de resíduos no município. Os serviços de coleta de lixo na zona urbana e em parte da semiurbana são feitos diariamente, enquanto na área turística (praia do Tofo) é realizado duas vezes por semana (às terças e sextas).

Na zona rural, o serviço de coleta de lixo é realizado com pouca frequência devido à inexistência de vias públicas bem definidas, à fraca capacidade financeira e à carência de recursos humanos e materiais. Esta situação faz com que o lixo doméstico das comunidades residentes nas áreas suburbanas seja depositado em buracos por elas abertos em áreas próximas a suas habitações sem o monitoramento da entidade responsável (AZEVEDO, 2009).

A recolha do lixo, neste município, é realizada das 7h às 16h por 3 caminhões e 1 trator, estes tem uma capacidade de recolher 13.9 toneladas para uma produção diária de aproximadamente 40 toneladas. Nos finais de semana e nos feriados, somente um caminhão faz recolha na zona Urbana. Nos dias normais, estes encontram-se distribuídos segundo o quadro 17:

Quadro 17: Distribuição dos meios de transporte pelos bairros no ano 2013

Meio de transporte	Bairros abrangidos
1 Caminhão	Balane 2 e 3
1 Caminhão	Balane 1, Chalambe 1 e 2 e Liberdade 1
1 Caminhão	Liberdade 2 e 3 e Nhamposse
1 Trator Limpa Contentores	Balane 3, Muelé e Zona do Aeroporto

Fonte: CMCI, 2013.

A lixeira de Muelé 3 põe em perigo a saúde da população visto que a mesma não está vedada e está a uma distancia de cerca de 100 metros da zona residencial, ao contrário do lixo depositado na lixeira do Tofo que sofre o processo de reciclagem e a mesma encontra-se vedada.

Concernente ao subsistema de abastecimento de água, neste município, o abastecimento é gerido pela empresa Fundo de Investimento de Patrimônio de Água Vitens de Inhambane (FIPAG), empresa em funcionamento desde 2004, em substituição à Direção Nacional de Águas (DNA). A água que abastece o sistema canalizado do município de Inhambane, segundo entrevista com Anibal Buci (2014)⁴⁷, é captada no rio Guiúá e em sete

⁴⁷ Anibal Buci é técnico do FIPAG e chefe do Departamento do Laboratório de análise de água. A entrevista ocorreu no dia 10/04/2014 e englobou uma visita à rede e pontos de coleta de abastecimento de água e aos locais de captação de água.

furos subterrâneos. A capacidade de armazenamento do sistema de distribuição de água para o município é de cerca de 27.300 m³; o consumo diário é de aproximadamente de 6.500 m³, possuindo a rede 72 km de comprimento. Atualmente, dois sistemas pequenos de abastecimento por furo estão em construção para fornecimento aos bairros de Salela e Nhamua.

Perto de 74 % das famílias possuem água canalizada dentro de casa; 20% com água canalizada fora de casa e 6 % usam furos e/ou poços. Toda a área urbana e grande parte da área semiurbana e da área turística está conectada a esse sistema canalizado, que abastece regularmente 6.624 famílias (FIPAG, 2014).

O entrevistado acrescenta que o FIPAG trabalha com o Centro de Higiene Ambiental e Exames Médicos (CHAEM) e a Direção Provincial de Saúde (DPS) na análise e controle da qualidade da água nos pontos mais distantes da rede. Cabe ao FIPAG efetuar uma análise química diária e ao CHAEM a análise microbiológica periódica. A água captada é adicionado cloro para purificação (BUCI, 2014).

Nos bairros rurais, o abastecimento de água é realizado por meio de fontanários⁴⁸, furos e poços de água conforme ilustram as Fotografias 8 e 9. É de se salientar que existem furos e poços privados, dos quais o município não dispõe de informações relativas a quantidade, usos, qualidade etc. Parte considerável destes localizam-se nas áreas turísticas, mais concretamente, numa parte da praia do Tofo, Tofinho e em grande parte da praia da Barra. A água captada em furos não é monitorada por qualquer entidade oficial.

Relativo a sub sistema de esgotos, observa-se que o município de Inhambane não possui uma rede integrada destes e nem uma estação de tratamento de resíduos líquidos domiciliares e industriais. Segundo Neto, as populações do município de Inhambane usam dois tipos de esgotos, nomeadamente em áreas urbanas e semiurbanas, por meio de sistema de fossas sépticas com caixas de drenagem e nas áreas rurais usam-se as latrinas melhoradas e verifica-se a prática do fecalismo⁴⁹ a céu aberto.

A mesma fonte acrescenta que não há problemas em relação a esses tipos de esgotos (fossas sépticas e latrinas melhoradas) se bem construídos, não representando ameaça aos

⁴⁸ Fontanária é a infraestrutura instalada pela entidade municipal em áreas semiurbanas e não urbanas para o fornecimento de água potável proveniente da rede de fornecimento ou por meio de furo de captação, que, geralmente, possui um gestor residente na comunidade onde está instalada a infraestrutura (ver figura 9), de modo a garantir a sustentabilidade da mesma.

⁴⁹ Prática de defecar a céu aberto.

lençóis freáticos, que, em determinados pontos do município, estão muito próximos da superfície. Para retirada de resíduos líquidos, o município de Inhambane conta com um coletor de fossas sépticas, conforme apresenta-se na Fotografia 10, que depois deposita os resíduos em valas (Neto, apud AZEVEDO, 2009).

Fotografia 8 – Poço a céu aberto no município de Inhambane



Fonte: Azevedo, 2009.

Fotografia 9 – Fontanária no município de Inhambane



Fonte: Azevedo, 2009

Fotografia 10 – Coletora de resíduos líquidos em fossas sépticas no município de Inhambane



Fonte: Azevedo, 2009

Como se pode visualizar nas imagens, o sistema de saneamento, apesar de existente, precisa de melhorias, principalmente nas comunidades rurais, para possibilitar que os impactos negativos sobre o meio natural sejam menores. A educação ambiental deve ser complementada no município de Inhambane. A criação de um aterro de lixo controlado e a gestão de água subterrânea deve merecer atenção para que não ocorram situações de proliferação de doenças, como a cólera, e a contaminação de lençóis freáticos derivados de abertura de furos sem fiscalização das entidades competentes.

Destarte, a partir dos fatos acima expostos, entende-se que Moçambique em geral e o município de Inhambane em particular possuem atrativos e infraestrutura capazes de apoiar o desenvolvimento da atividade turística, não obstante carecerem de melhor qualidade e abrangência dos elementos da oferta turística.

Parte da paisagem do país foi transformada em “produto” capaz de ser comercializado e, desse modo, geram-se efeitos multiplicadores sobre o meio, isto é, geram-se empregos, promove-se a divulgação do país e, particularmente, de Inhambane; dinamiza-se a construção de infraestruturas de suporte para a atividade turística que também acabam favorecendo os residentes locais. Esses aspectos fazem desse território um lugar turístico, atendendo aos

critérios estipulados por Cruz (2003). Outro aspecto importante que o válida e legítima como lugar turístico é o fato do município receber turistas de diferentes partes do planeta. As chegadas para a prática do turismo valorizam a paisagem do lugar, transformam espaços e exigem maior rigor no processo de gestão territorial.

A continuidade desses benefícios se dá pela manutenção dos padrões de qualidade básicos, nos quais a segurança se insere como elemento fundamental. Os gestores, moçambicanos das autarquias e do setor do turismo não podem ignorar este importante fator - segurança - no processo de planejamento e gestão de suas atividades.

No próximo capítulo, busca-se mostrar, a partir de exemplos reais, como a segurança contribui para a (des) valorização das paisagens turísticas e os impactos que advêm desse descaso.

Capítulo IV

Segurança: pressupostos teóricos e suas relações com o turismo

No futuro, o slogan das vendas em turismo estará relacionado à segurança do destino turístico –.

KÔVÁRI & ZIMÁNYI (2011)

Quase tudo que fazemos em nossas vidas está ligado ao conceito de segurança. Essa situação é justificada pelo fato de a segurança ser considerada uma necessidade do ser humano, pois, consciente ou inconsciente, este busca vivenciar situações que não causem medo e que não criem riscos, dada sua vulnerabilidade.

Os riscos e os medos do dia a dia fazem as pessoas terem em mente o conceito de segurança para guiar suas atividades cotidianas. Para selecionar espaços de visitação, pessoas para convivência, locais de trabalho etc. as pessoas procuram elementos que forneçam menos riscos, isto é, elementos mais seguros.

Este capítulo apresenta as bases conceituais de segurança e estabelece sua relação com a atividade turística, demonstrando a importância do estudo da segurança turística e as implicações de não se levar em conta a inserção dessa variável no processo de planejamento turístico local; igualmente são expostos exemplos reais dos resultados de insegurança em diferentes países do mundo que sofreram pelo fraco/inexistente planejamento da segurança.

Entender a importância de se planejar a segurança do destino turístico é uma necessidade que poderá ajudar na melhoria e manutenção da qualidade do território turístico.

4.1 Segurança, insegurança, medo, riscos, vulnerabilidades e violência: conceitos correlacionados.

O conceito de turismo, apesar de sua imprecisão e de ser entendido de acordo com as disciplinas (Economia, Sociologia, História, Geografia, entre outras) que o estudam, apresenta aspectos essenciais e comuns que o caracterizam. As pessoas, os deslocamentos, o tempo, a

busca por motivações que não impliquem a remuneração de quem viaja são as principais características/elementos desse conceito.

O turista, desde o processo de deslocamento de sua residência habitual até o lugar que vai visitar e no lugar de permanência/visitado, consciente ou inconscientemente, busca subsídios que providenciem maior segurança a sua viagem e estada. Perguntas como: as rodovias estão boas? a população local é hospitaleira,? a cidade é segura? o hotel é seguro? a água é potável? existe assalto? há policiamento? faz frio lá? marcam, entre outras questões, o planejamento da viagem, influenciando na escolha do destino quando os aspectos a que se referem se mostrarem perturbadores das necessidades de quem busca praticar o turismo. Gómez e Gamboa (2012), ao abordarem a insegurança em destinos turísticos mexicanos, asseveram que, no séc. XXI, a segurança se transformou na variável mais importante para o setor do turismo. Neves (2010, p. 60) enfatiza esse fato ao explicar que

Na actualidade, a segurança desempenha um papel vital enquanto elemento estruturante das relações a diferentes níveis: sociais, culturais, económicos, políticos entre outras. Dessa forma, pensar a segurança em termos gerais ou específicos, significa ter presente a ideia de que existe uma multiplicidade de olhares que permitem equacionar e sentir o “valor segurança” em diferentes dimensões ou percepções. [...] A perspectiva de análise qualitativa de um destino aponta para que se considere[m] fatores relativos: à segurança; às condições sanitárias e de salubridade; às questões ambientais; às acessibilidades; e à proteção do consumidor – turista.

Numa época em que a vulnerabilidade do setor do turismo é um fato incontornável, vários estudos indicam haver cada vez mais turistas a fazer uma análise mais criteriosa na escolha do destino, focando-se na percepção de segurança ou análise de riscos, dirigindo as escolhas para destinos que também “vendam” a segurança como um dos fatores primordiais da viagem (MANSFELD, 2006).

A grande aposta do setor está em encontrar formas de tornar mais seguros os destinos turísticos, recorrendo a campanhas de sensibilização/informação dos viajantes, de forma a que estes fiquem mais atentos à sua própria segurança, criando, assim, uma corresponsabilidade na segurança de quem viaja. A título de exemplo, a OMT desenvolveu um guia intitulado Turista e Viagem Responsável, que visa a ajudar o turista a planejar a viagem para que este não se depare com situações que possam por em risco sua integridade física e moral.

Tarlow (2001), ao abordar o turismo seguro, explica que este enquadra-se dentro de uma perspectiva abrangente, a do turismo sustentável, deixando de fazer sentido uma visão

setorial e parcial. Assim sendo, considera-se que a segurança possui papel fundamental na escolha de um destino turístico, pois existem cada vez mais pessoas viajando, fato que faz ou deve fazer com que os visitantes se sintam seguros e protegidos nos locais por onde visitam, transitam e se hospedam (NEVES, 2010).

Nesse processo de preparo, deslocamento, estada e retorno dos turistas, vários outros conceitos estão intrinsicamente relacionados a sua viagem. Um dos que se destaca é o de segurança. Essa definição possui várias derivações de significados que são resultado das ciências que o estudam como, por exemplo, a segurança humana, informática, alimentar, no trabalho, ambiental, rodoviária, pública, privada, entre outras nas respectivas disciplinas.

Soares (2006) explica, com base na hierarquia das necessidades humanas de Maslow (1943), que a segurança é uma das necessidades primárias do ser humano. As necessidades primárias são aquelas sem as quais o ser humano não consegue sobreviver e manter-se de forma estável em determinado *habitat*. Especificamente, a necessidade de segurança visa, após o alcance das necessidades fisiológicas (fome, sede), à busca de segurança contra violência, criminalidade, qualquer ameaça ou perigo como doenças, desemprego, situações difíceis ou, simplesmente, o desconhecido. Ross, apud Gollo (2004, p. 13), referenciando a hierarquia das necessidades de Maslow (1943), salienta que a segurança é uma

Necessidade humana básica a ser satisfeita. A primeira categoria refere-se às necessidades fisiológicas (fome, sede, sexo, outras) e as demais, às de amor (afetividade, amizade, sentimento de fazer parte de um grupo), de respeito (autoestima, reconhecimento, autoconfiança) e de realização (plenitude, realização do próprio potencial) [...]. Entretanto, uma vez estas satisfeitas, o próximo nível seria buscado pelo indivíduo, isto é, as **necessidades de segurança** e assim por diante, até satisfazer os demais graus previstos na pirâmide (grifo nosso).

Segundo Bondaruk e Souza (2003, p. 7), segurança

É palavra que deriva do latim *secure* cujo significado pode ser traduzido por “sem medo”. O grau de medo do cidadão é, portanto, mais decorrente da percepção da violência e do crime do que da existência desse crime propriamente dito. Logo, além das pessoas estarem protegidas precisam sentir-se protegidas.

Para Matos (2005), a segurança significa ausência de risco, previsibilidade e a certeza quanto ao futuro. Castro (1998, p. 166) conceitua segurança como o “Estado de confiança

individual ou coletivo, baseado no conhecimento e no emprego de normas de proteção e na convicção de que os riscos de desastres foram reduzidos, em virtude da adoção de medidas minimizadoras”.

No presente trabalho, a segurança é entendida como fator inerente ao ser humano, de vital importância a sua sobrevivência, bem como condição necessária para a convivência harmoniosa em sociedade. Em outras palavras, a segurança se traduz como um conjunto de medidas preventivas que possibilitem gerar um estado em que interesses vitais do residente ou do turista estejam livres de riscos, perigos, danos, interferências e perturbações.

Portanto, a estruturação metodológica do trabalho adota os elementos descritos na compreensão do conceito de segurança, isto é, buscam-se compreender os riscos, perigos, danos, interferências, perturbações etc. que podem ocorrer em determinado espaço e colocar os sujeitos desse espaço inseguros.

Insegurança sendo o antônimo de segurança corresponde ao contrário do que esta significa, isto é, a presença de riscos, perigos e imprevisibilidade quanto ao futuro, fazendo com que a pessoa esteja constantemente com medo. Rico e Salas (1992, p. 28), ao referirem-se sobre as causas da insegurança, identificam as seguintes:

[...] delinquência comum, os atentados terroristas, os comportamentos de certos motoristas (os quais, temerariamente, põem em perigo a própria vida e a dos demais), a carência de meios suficientes e adequados de socorro em caso de calamidade pública, a falta de empregos, as obras em prédios sem as correspondentes garantias para os cidadãos que transitam por seus arredores, a ausência de controle sanitário nos produtos alimentícios, falta de iluminação em ruas e praças, etc.

Ao abordar a insegurança, Bauman (2009, p. 2), explica que

A insegurança moderna não deriva da perda de segurança, mas da “nebulosidade (*ombre portée*) de seu objetivo”, num mundo social que foi organizado em função da contínua e laboriosa busca de proteção e segurança. A aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral de convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. [...] A insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo do crime e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana.

Para Castel (2005) a culpa por esse estado insegurança é o capitalismo moderno. Segundo ele, a sociedade moderna – substituindo as comunidades solidamente unidas e as corporações (que outrora definiam as regras de proteção e controlavam a aplicação de regras) pelo dever individual de cuidar de si próprias e de fazer por si mesmo – foi construída sobre a areia movediça da contingência: a insegurança e a idéia de que o perigo está em toda a parte são inerentes a sociedade (CASTEL, 2005).

Esse assunto mostra-se bastante genérico e envolve múltiplas áreas de conhecimento; no entanto, neste trabalho busca-se a construção de um referencial específico que ajuda na compreensão da segurança turística. Será atribuído maior foco à organização da segurança do território turístico (conhecido como destino turístico por estudiosos da área de turismo) para promoção de uma atividade sustentável e de qualidade. Entende-se, assim, que o desenvolvimento de uma atividade com qualidade se constitui como um dos elementos que ajuda ou ajudará na sustentabilidade do turismo.

Segundo Aguiar, Martins e Cardoso (2003, p. 309), a segurança é condição básica para a qualidade na receptividade de um núcleo receptor; deve apresentar-se como uma extensão dos serviços garantidos aos moradores, ou seja, é importante que, primeiro, exista segurança para as populações locais e, depois, para os turistas.

O turismo, por suas características, é atividade que se concretiza pela mobilidade espacial (regional, nacional e internacional) de pessoas; mobilidade que pode realizar-se com motivações reais de turismo (lazer, saúde, religião, negócio, outras), bem como por motivações “falsas” (espionagem, tráfico de drogas e de crianças, terrorismo, sabotagem etc.). Comoane (2007, p. 130) enfatiza este aspecto das motivações falsas ao abordar que turistas desse tipo

São eles próprios que cometem crimes no lugar de destino. Para evitar sua fácil localização nos seus países de origem, alguns criminosos escolhem para suas acções um outro lugar que lhes parece mais pacífico ou onde dificilmente podem ser associados ao crime. Entram como turistas pacatos e aproveitam-se da hospitalidade que geralmente é dispensada aos visitantes para, sem qualquer suspeita, levarem a cabo a sua acção criminosa. O trafico de armas e de drogas é comumente referido como resultado da presença ou da acção de organizações criminosas cujos membros se deslocam de um lado para outro na condição de turistas. O terrorismo que nos últimos tempos abala o mundo, o tráfico de menores e hoje em dia até se fala de tráfico de órgãos humanos, são alguns dos sinais de que o turismo pode ser usado como um instrumento dos mais hediondos crimes.

Gollo (2004, p. 11) explica que “o fenômeno do turismo é dinâmico e complexo, envolvendo grande circulação de bens e pessoas. Daí a dificuldade de se estabelecerem regras ou medidas de segurança, sem gerar reflexos diretos nos vários segmentos da atividade turística”.

O medo é outro conceito importante quando se estuda a segurança. Segundo Bauman (2009, p. 14), é o pior e mais penoso exemplo de sofrimento que deriva do “poder superior da natureza, da fragilidade de nossos próprios corpos e da inadequação das normas que regem os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade”.

Grunewald (2010) explica que o medo é uma emoção básica subjetiva da conduta do ser humano e, como toda atividade fisiológica, potencia os sentidos - vista, olfato, audição e tato. Esse autor afirma, ainda, que, como um componente necessário da vida humana, pode-se distinguir dois tipos de medo: o verdadeiro e o injustificado. O mesmo autor segue abordando o medo e explica que

Um medo verdadeiro (é uma emoção subjetiva útil para a sobrevivência que aparece quando se detecta uma situação de perigo que há que enfrentar) e o medo injustificado é aquele que vai desde um temor intenso que produz angústia (estado de ansiedade com temor) até ao pânico (impede o raciocínio, paralisa, gera sensações de mal estar, produz danos psíquicos, e afeta o tempo de vida das pessoas). O medo muda a conduta das pessoas. A intuição é uma alternativa de defesa inconsciente da pessoa e uma das formas de aviso da intuição é o medo. O medo se expressa de distintas formas na pessoa e se pode transformar em ansiedade e a persistência dos mesmos transforma em fobias, como por exemplo a agorafobia: medo dos espaços abertos (GRUNEWALD, 2010, p. 24/ 25).

Para Michaud (1989, p. 5), o medo ocasiona

Uma ação direta ou indireta, concentrada ou distribuída, destinada a prejudicar uma pessoa ou a destruí-la, seja em sua integridade física ou psíquica, seja em suas posses, seja em suas participações simbólicas, conduz os indivíduos a adotar desde simples atitudes preventivas, como instalar um alarme no carro, até comportamentos extremos, como evitar ao máximo sair de casa, o que demonstra existir uma linha muito tênue entre **precaução e auto privação do direito de ir e vir** (grifo nosso).

Exemplos dessa situação são visíveis na localidade de Muxúnguè- distrito de Chibabava, na província de Sofala em Moçambique, onde centenas de famílias abandonaram suas residências, em fuga da tensão político-militar que aí se verifica, desde abril de 2013. A

vila de Muxúnguè é atravessada pela EN 1, principal via do país, que conecta o Sul ao Norte de Moçambique.

As mídias internacionais, regionais e locais ajudam na divulgação do medo, pois em curto tempo apresentam ao mundo acontecimentos negativos fazendo com que esse sentimento de medo de determinados lugares se evidencie. Rico e Salas (1992, p. 51) reforçam este aspecto ao referir que

Muitas vezes, o medo do crime será exagerado e inclusive exacerbado pelos meios de comunicação, ou até explorado com objetivos partidários por determinados grupos (em particular pelos serviços de polícia), os quais podem ter interesse em demonstrar que a criminalidade está aumentando para exigir mais efectivos policiais, um aumento dos seus poderes, medidas mais severas para os delinquentes, etc. sem esquecer, é claro, que muitas empresas (fabricantes de sistemas de alarmes ou de dispositivos contra roubos, por exemplo) também estão interessadas, por motivos óbvios, em manter o clima de insegurança da população.

Atualmente, o medo aparece quase sempre relacionado à violência que, por sua vez, gera um sentimento generalizado de insegurança nas zonas marcadas por uma violência expressiva e assustadora.

Outro conceito importante na compreensão da segurança é o de violência. Para Lima e Paula (2006, p. 90)

A violência é hoje um fenômeno mundial que afeta países com níveis diversos de desenvolvimento econômico e social. [...] Nos países em desenvolvimento, a violência tem sua versão mais contundente na forma de criminalidade urbana, isto é, crimes contra o patrimônio, como roubos, furtos e sequestros, e crimes contra a pessoa, tais como homicídios.

A violência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) caracteriza-se pelo uso da força física e do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou comunidade, podendo resultar ou que tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, danos psicológicos, problema de desenvolvimento e privação.

A violência pode ser classificada, em três categorias: violência dirigida contra si mesmo (auto-infligida); violência interpessoal (classificada em dois âmbitos: violência intrafamiliar ou doméstica - entre parceiros íntimos ou membros da família, e violência comunitária, que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos e desconhecidos) e

violência coletiva (atos violentos que acontecem nos âmbitos macro-sociais, políticos e econômicos, caracterizados pela dominação de grupos e do estado) (OMS, 2002, p. 7).

Lima e Paula (2006, p. 91) salientam que a violência possui manifestações variadas traduzindo-se em “guerras entre países, guerras civis, atentados terroristas e criminalidade urbana” que contribuem para que os números de mortes, por causas externas à morte natural, tenham crescido de maneira sistemática nos últimos anos.

Quanto à natureza, Minayo (2005) classifica os atos violentos em: abuso físico, psicológico, sexual e envolvendo abandono, negligência e privação de cuidados.

Souza (2008) ao abordar a problemática da segurança, do medo e violência concebe um neologismo: *Fobópole*, isto é, a cidade do medo, etimologicamente. Trata-se de uma cidade dominada pelo medo de uma criminalidade bastante violenta como, por exemplo, o latrocínio, ou seja, o roubo seguido de morte. O autor justifica seu termo dizendo que “a palavra condensa aquilo que tentou qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc.” (SOUZA, 2008, p. 9).

Dessa maneira, torna-se evidente que o medo urbano está diretamente relacionado à segurança pública da cidade; em relação aos espaços urbanos, os meios de comunicação propagam o medo em grande escala, ajudando-o a se generalizar e a se enraizar no cotidiano e no imaginário das pessoas.

Lima e Paula (2006, p. 91) enfatizam esse aspecto ao explicar que uma dimensão menos palpável do fenômeno, mas igualmente relevante, é a maneira como a população percebe a violência, pois ocorre uma correspondência factual entre a violência real e a violência percebida, isto é, ainda que o crescimento da criminalidade não provoque um aumento proporcional nos riscos de vitimização, ela provoca um aumento da sensação de insegurança, fato que leva a população a viver com medo, como se a violência estivesse igualmente em toda a parte.

Para combater a violência urbana, os autores sugerem que, primeiro, deve-se privilegiar o estabelecimento de parcerias entre os diversos setores da sociedade civil organizada (lideranças locais, lideranças religiosas, associações de bairros, ONGs etc.) para o planejamento e execução das políticas de segurança; deve-se ampliar os canais de escutas e denúncias e, ainda, deve-se modernizar as ferramentas de gestão das políticas públicas locais

na área de segurança, isto é, a ampliação e aprimoramento do sistema de informação, mapeamento e diagnóstico da criminalidade na região (Idem).

Saliente-se que as soluções não devem estar ancoradas somente a forças policiais e de justiça, pois atualmente se fazem necessárias outras soluções “que demandam outras intervenções que não somente aquelas de caráter repressivo, mas também o investimento em ações preventivas e articuladas, cujas esferas de atuação transbordam os limites das forças policiais e da justiça” (LIMA E PAULA, 2006, p. 93).

Percebe-se, então, que o medo envolve violência e (in) segurança. Conseqüentemente, o tema da (in) segurança⁵⁰ pública tem se convertido num fator de reestruturação do espaço urbano, além de possuir no medo e na violência seu pano de fundo (SOUZA, 2008). Mas esses três elementos são peculiares às cidades, restringindo-se apenas ao espaço urbano? Ou existem outros medos em outros lugares, que não a cidade?

A questão do medo é extremamente ampla, pois esse sentimento é produzido, geralmente, em ambientes ameaçadores, que podem variar de uma rua abandonada e suja numa periferia da cidade até uma floresta densa e gigantesca no cair da noite. Portanto, o medo não está apenas na cidade, ele está em vários lugares e em vários momentos da vida, pois antes de qualquer construção social, o medo está na mente das pessoas, uma vez que ele constitui num sentimento e, portanto, numa subjetividade.

Essa subjetividade é moldada pela vivência do dia a dia, pois desde crianças somos confrontados com imagens, sons, palavras, frases que instiga (ram) o medo em nossos “mundos”. Por exemplo, o medo atual da população de Muxúnguè e o da cidade de Maputo, onde se verifica uma onda crescente de sequestros e assaltos não é o mesmo que o sentido pelo atual morador da Rocinha no Rio de Janeiro e pelo morador de Fukushima no Japão, pois as relações que circundam cada um desses lugares são diferenciadas.

Tuan (2005), em “*Paisagens do Medo*”, traça um amplo perfil histórico e psicológico do medo, atribuindo-lhe um vasto e profundo campo. De acordo com esse autor, o medo “é um sentimento complexo, no qual se distinguem claramente dois componentes: sinal de alarme e ansiedade” (TUAN, 2005, p. 10). O sinal de alarme está diretamente relacionado a um perigo iminente, a um evento inesperado que pode ocorrer a qualquer momento. Já a ansiedade “é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação [...]”.

⁵⁰ Vale lembrar que a segurança não existe sem a insegurança, pois uma dá sentido a outra.

A ansiedade é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo.

A necessidade de agir é refreada pela ausência de qualquer ameaça.” (TUAN, 2005, p. 10). A título de exemplo, o habitante de Vilankulo que vive sob ameaça de ver um ciclone tropical atingir a região e destruir seu *modus vivendi* e até a própria vida sente o medo e está em constante sinal de alarme, pois a qualquer momento esse “evento” pode ocorrer e não existe segurança capaz de protegê-lo caso ele permaneça no lugar sem as condições devidas de proteção; por outro lado, o turista que transita pelo percurso entre Muxúnguè e Vila do Save/Inhambane em Moçambique vive a ansiedade por ter em mente que a qualquer momento pode ser atingido por uma bala perdida, fato que pode limitar sua circulação, bem como inibir a visitação dos espaços turísticos.

Segundo Vieira e Moura (2007), a bela paisagem pode transformar-se numa paisagem do medo resultante dos sucessivos arrastões promovidos e reforçados pela mídia, como uma realização dos moradores de favela, fato que altera os sentidos presentes na paisagem de beleza e lazer para medo, ansiedade e terror. Atualmente, com o crescente número de casos de sequestros em Moçambique, especialmente em Maputo, e com as tensões políticas que se manifestam em focos de guerrilha no centro do país, esses sentimentos também apoquentam a vidas dos habitantes locais, colocando-os em situações de ansiedade e sinal de alarme.

Essa transformação do belo em inseguro impacta diretamente a atividade turística que, para se desenvolver, precisa de se apropriar da beleza e riqueza da paisagem do lugar para captar visitantes. As paisagens do medo, constantemente expostas pela mídia local e global, contribuem negativamente na captação de turistas, efetivos e potenciais, pois a imagem de insegurança que se transmite diariamente causa o medo do lugar e, conseqüentemente, o da paisagem, ou seja, a paisagem perde o seu valor de “produto”. A busca pela segurança, por parte de quem viaja, torna-se assim um elemento decisivo na seleção do território turístico; é o medo influenciando e por vezes determinando as escolhas do sujeito.

Importa realçar que o medo não se restringe aos seres humanos, pois os animais também possuem sinais de alarme e ansiedade, porém sua variação emocional é bastante limitada em relação à dos seres humanos que, por sua vez, possuem uma profunda complexidade no que tange aos impulsos emotivos.

A variação emocional humana é extremamente ampla e possui diversas características que lhe são particulares, como, por exemplo, a humilhação, a culpa, a traição, a moral, a ética,

a vergonha, o amor. Esses sentimentos, aliados à enorme capacidade da imaginação humana de criar um mundo fantasmagórico repleto de monstros horripilantes, aumentam vertiginosamente o medo entre os seres humanos (TUAN, 2005).

Por se tratar de sentimento severamente complexo, o medo envolve vários elementos e fenômenos que permeiam toda a esfera da vida individual e social na contemporaneidade, como a dúvida (incertezas), o perigo, a ameaça, a violência, a morte, a (in) segurança, a idéia de refúgio, entre outros. Um discurso recorrente nas sociedades hodiernas é sobre a necessidade de se proteger das forças hostis externas para se sentir seguro (Idem).

No mundo contemporâneo, a busca pela segurança, é uma questão na qual o medo é mola propulsora. Essa busca tem gerado diversas consequências e implicações nas atuais sociedades, como a construção de muros e fronteiras no espaço urbano, configurando um explícito processo de segregação socioespacial nas cidades, fenômeno que Gomes (2002) chamou de “emuralhamento da vida social”.

Outra questão acerca de uma busca incessante pela segurança é o sufocamento da liberdade. Segundo Bauman (2003, p. 24), a promoção da segurança “requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale a escravidão [...] e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado”, isto é, a relação segurança e liberdade é profundamente complexa e paradoxal, pois elas são complementares e incompatíveis entre si.

As marcas do medo ficam registradas no tempo e no espaço. Se o medo existe na mente e as paisagens são concebidas como construção da mente, as paisagens do medo “são as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas” (TUAN, 2005, p. 12). Essas paisagens dizem respeito tanto aos estados psicológicos quanto ao meio ambiente real.

Entende-se assim que os medos não são estáticos e mudam na medida em que a pessoa cresce e a sociedade avança tecnologicamente, ao fazer com que a percepção da paisagem se transforme com esses avanços e crescimentos, reproduzindo novos medos a quem vivencia essas transformações. Esse fato é enfatizado por Tuan (2005, p. 14) quando aclara que

A natureza do medo vai mudando à medida que a criança cresce, tal como acontece com uma sociedade que, com o transcorrer do tempo torna-se mais complexa e sofisticada. As paisagens do medo não são situações permanentes da mente, ligadas a segmentos imutáveis da realidade tangível; nenhum esquema atemporal pode simplesmente englobá-las. Por isso é necessário abordar as paisagens do medo tanto

na perspectiva do indivíduo quanto do grupo, e colocá-las, ainda sob a forma de tentativa, em um marco histórico.

Mia Couto, importante poeta e escritor moçambicano, ao palestrar sobre segurança global, reforça a idéia de que a sensação de medo acompanha a sociedade desde que ela existe e muda ao longo dos tempos, sendo atualmente produto de uma construção social atrelada ao capitalismo, buscando sempre manipular a sociedade global para permanência dessa sensação. Segundo este autor,

O sentimento que se criou é o seguinte: a realidade é perigosa, a natureza é traiçoeira e a humanidade é imprevisível. Vivemos, como cidadãos e como espécie, em permanente situação de emergência. Como em qualquer outro estado de sítio, as liberdades individuais devem ser contidas, a privacidade pode ser invadida e a racionalidade deve ser suspensa. [...] Se queremos resolver e não apenas discutir a Segurança Mundial, teremos que enfrentar ameaças bem reais e urgentes. [...] Há uma arma de destruição massiva que está sendo usada todos os dias em todo o Mundo sem que seja preciso o pretexto da guerra. Essa arma chama-se Fome. [...] A Fome será sem dúvida a maior causa de insegurança do nosso tempo. [...] Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos, mas não há hoje no Mundo um muro que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do Sul e do Norte, do Ocidente e do Oriente. Citei Eduardo Galleano acerca disto que é o Medo Global, e diz ele: os que trabalham têm medo de perder o trabalho, os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho, quando não têm medo da fome têm medo da comida, os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas. E as armas têm medo da falta de guerras. E se calhar, acrescento agora eu, há quem tenha medo que o Medo acabe (COUTO, 2011).

Conforme abordado acima, o medo é multidimensional, possui várias facetas, se manifesta no indivíduo e na sociedade simultaneamente e se altera ao longo do tempo. O medo está em casa, na rua, na cidade, na televisão, no campo, na mente, enfim, o medo é onipresente e envolve uma série de elementos e fenômenos que abarcam e afligem toda a vida social. Sua história é tão antiga quanto à da humanidade.

O medo também é utilizado como instrumento de controle/autoridade/domínio, abarcando desde a educação de uma criança até o domínio de uma sociedade como, por

exemplo, as execuções em praça pública realizadas no passado e que atualmente ainda vigoram⁵¹.

Esse medo, a precaução e a autopriveção do direito de ir e vir obriga as pessoas a selecionarem cuidadosamente relacionamentos sociais, seus destinos e movimentos diários e conseqüentemente lugares a visitarem nos períodos de lazer, influenciando assim também a escolha do destino turístico a visitar.

Cardia e Schiffer (2002) reforçam essa idéia ao afirmar que o medo amputa a vida social, o que faz repercutir na mobilidade das pessoas, não apenas alterando roteiros cotidianos, mas influenciando também as viagens e o turismo. As relações sociais e a busca por novos locais em momentos de lazer ficam assim condicionadas, através da interação de riscos e vulnerabilidades.

O risco é outro conceito bastante importante em estudos de segurança, pois constituem ameaças reais ou potenciais aos seres humanos. Ele - o risco - é algo que todos os humanos, independentemente de sua condição social, estão sujeitos. A compreensão dos riscos e dos mecanismos para contorna-los permite que as pessoas se sintam mais seguras. Castro (1998, p. 162) entende risco como:

1. Medida de dano potencial ou prejuízo econômico expresso em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das conseqüências previsíveis. **2.** Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionado com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos. **3.** Probabilidade de danos potenciais dentro de um período especificado de tempo e/ou de ciclos operacionais. **4.** Fatores estabelecidos, mediante estudos sistematizados, que envolvem uma probabilidade significativa de ocorrência de um acidente ou desastre. **5.** Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 (2007, p. 78), o risco implica a exposição a perigos externos em relação aos quais as pessoas têm um controle limitado e estes afetam a todos. Este organismo segue explicando que

⁵¹Em regiões de alguns países árabes islâmicos a repreensão contra traições, roubos, assassinatos, etc. é realizada em público como forma de coação e intimidação, por via do medo, dos demais membros desse lugar para que não enveredem por essas “infrações sociais”.

Pessoas, famílias e comunidades, estão em permanente exposição a riscos que podem ameaçar o seu bem-estar. A saúde-doença, o desemprego, crimes violentos e uma mudança repentina nas condições de mercado podem, em princípio, afectar toda a gente. O clima cria um conjunto específico de riscos. As secas, inundações, tempestades e outros fenómenos têm potencial para destruir a vida das pessoas, conduzindo à perda de rendimentos, bens e oportunidades (PNUD, 2007, p.78).

Os riscos, segundo Egler (1999), citado por Castro et al. (2005), dividem-se em três categorias, a destacar: o risco natural, o tecnológico e o social conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 18: Categorias de Riscos

CATEGORIAS DE RISCOS	CARACTERÍSTICAS
Natural	Esta categoria está relacionada a processos e eventos de origem natural ou induzida por atividades humanas. A natureza desses processos é bastante diversa nas escalas temporal e espacial; por isso, o risco ambiental pode apresentar-se com diferentes graus de perdas, em função da intensidade (magnitude), da abrangência espacial e do tempo de atividades dos processos considerados. Estão associados ao comportamento dos sistemas naturais, considerando-se o grau de estabilidade e de instabilidade expresso pela vulnerabilidade a eventos de curta ou longa duração. Relacionam-se às atividades que interferem e/ou são afetadas direta ou indiretamente por processos da dinâmica superficial ou interna da Terra. Os riscos naturais estão intrinsecamente ligados ao uso dos recursos naturais e das transformações dos sítios pela sociedade. Tendem a aumentar em decorrência do crescimento demográfico. Ex. furacões, terremotos, calor extremo etc.
Tecnológico	Circunscreve-se ao âmbito dos processos produtivos e da atividade industrial. Surge principalmente da tecnologia industrial, a partir de falhas internas, ao contrário dos perigos naturais, percebidos como ameaça externa. Define-se pelo potencial de ocorrência de eventos danosos à vida, a curto, médio e longo prazo, em consequência das decisões de investimento na estrutura produtiva. O critério metodológico para a avaliação dessa categoria de risco deve fundamentar-se na densidade da estrutura produtiva e no seu potencial de expansão e na gestão institucional e ambiental das empresas, principalmente no que concerne à alocação de fixos, ao tratamento e disposição de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, e perigos extremos como explosões, vazamentos etc.
Social	O risco social é o dano que uma sociedade (ou parte dela) pode causar. Um viés fornece ênfase aos conflitos armados, guerras, ações militares, entre outros. Outro viés explorado reside na relação entre marginalidade e vulnerabilidade a desastres naturais. Um terceiro viés apresentado considera o risco social como resultante de carências sociais que contribuem para uma degradação das condições de vida da sociedade. Pode-se considerar essa visão mais ampla que as demais, agrupando diversas necessidades coletivas. A princípio, manifesta-se nas condições de habitabilidade, ou seja, a defasagem entre as atuais condições de vida e o mínimo requerido para o desenvolvimento humano como, por exemplo, o acesso aos serviços básicos de saneamento, água potável e coleta de lixo, podendo incorporar, a longo prazo, avaliações das condições de emprego, renda etc.

Fonte: Castro et al., 2005.

Apesar das diferenças tipológicas descritas no quadro acima, algo permeia todas as variedades de riscos: a dimensão espacial, cuja explicação corroboramos a fala de Castro et al. (2005, p. 27) e dela nos apropriamos. Segundo os autores,

De forma simplificada, pode-se considerar o risco vinculado a um acontecimento que pode realizar-se ou não. Contudo, a existência de um risco só se constitui quando há a valorização de algum bem, material ou imaterial, pois não há risco sem a noção de que se pode perder alguma coisa. Portanto, não se pode pensar em risco sem considerar alguém que corre risco, ou seja, a sociedade. A noção de “possibilidade de perdas”, intrínseca ao risco, possui uma dimensão espacial que pode ser desdobrada em vários aspectos. No que diz respeito à localização espacial ou mesmo à distribuição espacial dos riscos, fica evidente, a princípio, a existência nítida de uma concentração espacial de riscos nas cidades, ou mais precisamente, nos grandes centros urbanos. Isto se deve ao fato de constituírem o *locus* da produção e reprodução de processos produtivos e de um modo de vida que propicia a concentração da população, estimula a produção industrial, as relações comerciais e prestação de serviços. A cidade, ou o espaço urbano e periurbano, abriga diferentes usos, atividades produtivas e sociais, articuladas por fluxos tais como circulação de pessoas e mercadorias, e relações espaciais envolvendo investimentos, mais-valia, a circulação de decisões (CASTRO et al., 2005, p. 27).

A partir do exposto na citação, fica evidente que os aglomerados humanos, independentemente de seu tamanho, quando não organizados por mecanismos eficientes de gestão territorial, ficam mais vulneráveis e, quando de modo contrário, ficam menos vulneráveis.

Outro conceito relacionado ao de risco e segurança é o de vulnerabilidade, que, segundo Castro (1998, p. 188), é

1. Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. **2.** Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente. **3.** Probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça ou risco potencial de desastre, estabelecida a partir de estudos técnicos. **4.** Corresponde ao nível de insegurança intrínseca de um cenário de desastre a um evento adverso determinado. Vulnerabilidade é o inverso da segurança.

Segundo o PNUD (2007), a vulnerabilidade difere do risco e tem sua base etimológica relacionada à palavra que advém do verbo latino “ferir”. A vulnerabilidade mede a capacidade (financeira, material, tecnológica etc.) “de combate a tais perigos/ameaças sem que se sofra, em longo prazo, uma potencial perda de bem-estar” (PNUD, 2007, p. 78).

O estudo de riscos em turismo segue a lógica apresentada pelos autores citados. Os conceitos de risco e vulnerabilidade são importantes no presente estudo, entendendo-se que, primeiro, ajudam na compreensão dos riscos e perigos reais e potenciais existentes na viagem do turista e, depois, sobre os mecanismos que lhe permitem ou permitirão combater as adversidades naturais ou antrópicas a que está sujeito.

Existe um leque diferenciado de riscos; neste estudo, porém, busca-se compreender aqueles que estão inteiramente relacionados aos turistas e investidores na área de estudo – município de Inhambane – como forma de entender o que o trabalho se propõe estudar, a segurança turística.

Ressalva-se que não se busca a criação de novos conceitos de riscos, mas, a partir dos existentes, verificar os que possuem relação direta com a atividade turística e podem ser mensurados.

4.2 A importância da segurança para o desenvolvimento do turismo

Em turismo, a segurança se afirma cada vez mais como um conceito central dos estudos de turismo no geral e, especificamente, de planejamento turístico. Segundo Kóvári e Zimányi (2011, p. 1),

A segurança sempre foi uma condição indispensável para viagens e turismo. É incontestável o fato de que a segurança em turismo tem estado a ganhar uma grande importância nas últimas duas décadas. As mudanças durante as duas últimas décadas foram enormes. Devido a atos terroristas, guerras locais, desastres naturais, epidemias e pandemias, que foram testemunhadas, a segurança decresceu significativamente. As viagens e a indústria do turismo não puderam evitar os impactos negativos desses eventos. Além disso, alguns desses eventos manifestaram a vulnerabilidade do turismo tanto nos níveis global e regional. Portanto, esse fato necessita de pesquisa e estudos de relações entre questões de segurança e turismo, incluindo a criação de uma nova e atualizada definição de noção de segurança em turismo. Estudar problemas de segurança turística tornam-se vitais para a indústria do turismo.

Grunewald (2010, p. 19) enfatiza essa afirmação ao explicar que

O desenvolvimento da atividade turística implica considerar basicamente a relação entre duas variáveis: a demanda – um turista ou excursionista – e a oferta do destino.

Uma aproximação ao conhecimento das necessidades da demanda é considerar o conjunto de condutas estatisticamente dominantes do homem quando desenvolve as atividades turísticas, conjunto de valores que não têm materialidade, mas que a demanda psicologicamente aceita e se move em função dos mesmos. O primeiro impulso que um indivíduo tem é uma necessidade ou privação percebida que se transforma em um desejo de comunicar suas necessidades e que leva a elaborar no caso da atividade turística, um produto turístico ou recreativo que lhe permita satisfazer essa necessidade.

Neves (2010) afirma que a segurança das viagens tem sido, especialmente, questionada internacionalmente desde os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), quando ocorreram os atentados por meio de aeronaves às torres gêmeas e ao edifício do Pentágono.

Ela – a segurança – é uma das principais preocupações de quem escolhe um destino de férias; os índices de criminalidade, os riscos de ocorrência de desastres naturais e tecnológicos associados ao comportamento humano determinam também a escolha do destino turístico por parte do turista.

Para Grunewald (2010, p. 19): “as principais necessidades do visitante, consciente ou inconsciente, na escolha de um destino estão relacionadas com a originalidade da oferta, a qualidade, o preço e a segurança”. A segurança é um importante elemento no processo de desenvolvimento de determinado território turístico.

O descaso para com a segurança, no setor do turismo, fará com que a qualidade, atratividade e imagem do território, no geral, e de sua paisagem, em particular, se tornem menos atraente face aos demais concorrentes que criarem mecanismos de segurança eficazes no decurso de sua atividade turística e a promoverem como um elemento agregado do produto ofertado.

Internacionalmente, o conceito de segurança turística, na sua relação com o turismo, teve variações, ao longo do tempo, dada a evolução social, tecnológica e econômica, conforme ilustra o quadro 19 (KÓVÁRI; ZIMÁNYI, 2011).

Quadro 19: As mudanças no conceito de segurança (1950-2010)

PERÍODO	PRINCIPAL CARACTERÍSTICA	CARACTERÍSTICAS/ATRIBUTOS
Turismo de Massa 1 1950-1970	Segurança como um dos problemas do turismo; Abordagem simplificada na interpretação das questões da segurança em turismo.	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo possuía uma ou duas dimensões de noção; - Somente poucos elementos de questões de segurança eram focados (segurança pública, de saúde, rodoviária etc.); Dentro dos elementos de segurança somente poucos fatores foram dados importância (exemplo: problemas de saúde e higiene: 1. Água potável, 2. Necessidade de vacinação, 3. Limpeza de banheiros); - Problemas de segurança eram localizados no tempo e espaço; - Problemas de segurança afetavam a imagem da cidade ou país, mas não de toda a região; - Problemas e riscos das viagens não eram levantados a nível internacional da indústria do turismo (excluindo a regulação internacional de transportes); - A resolução de problemas de segurança dependia da regulação das autoridades nacionais.
Turismo de Massa 2 1970-1990	Período de alargamento do conceito de segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Surgiram riscos adicionais à viagem e ao turismo (sequestros aéreos, ações terroristas como ferramenta das lutas sociais); - Ameaças de segurança atingiram níveis regionais em algumas regiões do mundo (Médio Oriente, Países Bascos etc.); - Início de ampla cooperação internacional relacionada a questões de segurança; - Melhorias técnicas da segurança, como por exemplo, nos transportes aéreos; - A OMT chama mais atenção à segurança do turismo (Declaração de Haia sobre Turismo, 1989);
Transição para o turismo global 1990 – 2010	Período de complexa percepção de segurança em turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Numerosos novos elementos aparecem nas questões de segurança turística devido aos poderosos fatores da globalização significando que economias nacionais/regionais, sociedades e culturas tornaram-se integradas através da rede mundial de comunicação (<i>internet</i>), pela mobilidade (turismo), comércio de produtos e serviços. (dados de segurança pessoal, segurança ambiental, desastres naturais, pandemias etc.); - A Segurança das viagens tornou-se um problema global que não se pode ignorar; - O número de destinos, situações e de turistas afetados aumentou pela falta de segurança; - A falta de segurança causou estagnações regionais e decresceu o fluxo de turistas, mesmo na escala global (11/9 atentados nos EUA); e - Mudanças básicas no conceito de segurança em viagens e turismo, demonstrando a necessidade de ações comuns.

Fonte: Adaptado de Kóvári e Zimányi (2011)

Essas mudanças ocorridas no conceito de segurança fizeram com que esta ganhasse cada vez mais importância nos estudos e percepções do turismo, principalmente nos países mais desenvolvidos.

Destarte, a segurança apoiará o desenvolvimento do turismo quando ajudar o turista a planejar sua viagem sem medo, fato que ocasionará maior satisfação ao final da viagem e, conseqüentemente, poderá ajudar na captação de novas demandas. Igualmente, ao ajudar os planejadores turísticos, especificamente, e o público, no geral, a conhecerem os riscos e vulnerabilidades de segurança de cidade ou país, diante de outros concorrentes diretos e indiretos, e contribuirá para a maximização das forças e oportunidades e minimização das fraquezas e ameaças existentes.

O turista, ao saber dos padrões e indicadores de segurança existentes – seja no ponto visitado, no percurso, nos roteiros turísticos do destino, no local de hospedagem, entre outros – irá escolher o destino que menos medo lhe proporcionar, isto é, selecionará o local que dispuser de maior segurança. Desse modo, o fator segurança apoiará com sucesso a viagem do turista e contribuirá para a melhoria da imagem do destino em face de seus concorrentes.

Este fato é enfatizado por Grunewald (2003) apud Gollo (2004, p. 11) ao salientar que “em acontecimentos de distintos casos delitivos, um destino turístico pode apresentar uma imagem de ‘destino inseguro’, posicionamento este que poderá gerar uma desvalorização no mercado, com reflexos na sua eleição ou escolha por parte da demanda”.

De modo contrário, pela necessidade de receber turistas que chegam de diferentes partes do mundo, os territórios turísticos correm o risco de receber falsos turistas com o intuito de abalar a harmonia social, prejudicar a imagem do destino e gerar o medo e violência nos residentes, nos turistas reais e potenciais. Essas situações reduzem a demanda e geram a perda dos ganhos que advêm da atividade turística para quem reside, visita ou investe no setor.

Os conflitos entre países ou entre países e grupos ou facções criminosas e terroristas fazem com que grupos de turistas ou organismos que representam esses países sofram ataques de represália que, muitas vezes, vitimam mais além das partes envolvidas no conflito; exemplo desse tipo de acontecimento ocorreu no Quênia em 2002, quando dezessete pessoas (turistas israelenses e alguns suicidas) morreram por um ataque bombista reivindicado pela

rede terrorista Al-Qaeda⁵². Países como os Estados Unidos da América, Quênia, Espanha, Inglaterra, Índia, Tanzânia, entre outros, também sofreram com as ações dos falsos turistas. Com a justificativa de que pretendem praticar o turismo ou desenvolver negócios, indivíduos fazem-se passar por turistas e desenvolvem ações que não estão relacionadas com as motivações turísticas.

Países, grupos extremistas (como a Al-Qaeda), grandes empresas que espionam e que sabotam a concorrência, agências de segurança, entre outros, buscam na facilidade de deslocamentos, por via do turismo, alcançar objetivos que não são próprios do setor. O ramo do turismo, mesmo que involuntariamente, facilita essas ações.

Em outro sentido, e abordando os países em desenvolvimento, especificamente, é importante entender que o turismo por sua natureza é uma atividade impulsionadora da mobilidade de pessoas que levam consigo bens e/ou recursos, como, por exemplo, dinheiro, equipamentos digitais, joias, entre outros, para os lugares visitados. Essa situação desperta a ambição de malfeitores/bandidos

Os símbolos e *modus vivendi* levados pelos turistas, aos lugares visitados, fazem com que criminosos busquem na violência uma forma de sobrevivência. Os roubos, a prostituição, as mortes são exemplos de violência com que o visitante pode deparar-se. Sobre este aspecto, Dias (2008, p. 137), ao abordar a transformação dos valores e condutas morais como um impacto social do turismo, refere que

A prostituição e o turismo sexual podem ser encorajados pelos turistas, com o envolvimento de menores de idade. Muitos jovens, e inclusive crianças, são atraídos para a comercialização de seus corpos, em troca de roupas e objetos de desejo, em função do efeito demonstração causado pelo alto consumo e padrão de vida dos visitantes. Muitas destinações turísticas tem-se tornado centro desse comércio ilegal, com a convivência de motoristas de táxi, funcionários de hotéis, operadores turísticos que organizam pacotes de turismo sexual.

O fato descrito mostra com clarividência que o residente local passa a ser vítima da violência implantada por um grupo de pessoas que imoralmente buscam ganhar vantagem sobre as pessoas menos privilegiadas de determinado lugar. Reforça-se aqui a idéia de que a segurança não deve ser pensada somente para o turista, mas, sim, para todos que no espaço

⁵² Vide notícias relacionadas em: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=806122 e http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=806122. Acesso em: 20/05/2012/

turístico intervêm no sentido de que não ocorram danos, interferências e perturbações, físicas e psíquicas, nas pessoas que visitam determinado lugar e nas pessoas que ali residem.

Ao abordar as relações entre violência e turismo, Dias (2008, p. 138) elucida que

O comportamento agressivo e barulhento, aliado ao crime, pode aumentar nos destinos turísticos com a chegada dos visitantes. Há uma tendência de marginais locais procurarem tirar vantagens dos turistas que, em certas regiões, são vistos como presas fáceis por seu relativo desconhecimento dos costumes locais. A taxa de criminalidade, de modo geral, aumenta com o crescimento e a urbanização de uma área provocados pelo turismo. A presença de grande número de turistas com dinheiro para gastar, e na maioria das vezes transportando valores tanto em espécie – dinheiro e joias -, como em equipamentos – câmeras de vídeo, fotográficas -, atrai o roubo praticado por criminosos organizados ou de ocasião (pessoas que roubam por considerar que os turistas têm muito dinheiro e não lhes afetará a perda de algo).

Essa dualidade, metaforicamente timbrada de “bem e o mal”, de aplicação do conceito de segurança mostra a importância de se (re) pensar e desenvolver o planejamento do destino turístico sem ignorar esse fator – a segurança -, pois na atual sociedade de controle⁵³ é de extrema importância promover-se a segurança. Ignorar a análise, o planejamento e a gestão da segurança do território turístico é minar a imagem dos lugares turísticos, ou seja, é desvalorizar a paisagem turística e comprometer o desenvolvimento local. Sobre a imagem do destino turístico, Garcia (1998, p. 30) refere que,

No contexto atual, de intensa competitividade entre cidades, as políticas urbanas de promoção do turismo ganham muita importância assim como a construção de imagens positivas já que, além de dispor de elementos competitivos, torna-se necessário para os governos locais também ter uma imagem adequada de suas cidades para apresentar, comunicar e “vender” a diferença. A atratividade resulta, portanto, da produção e da socialização de imagens turísticas que selecionam partes da realidade urbana e constroem uma linguagem sedutora sobre as cidades.

De acordo com Morales (2002) cada vez mais faz sentido falar em medidas locais de prevenção e de combate à insegurança, porque é sabido que a insegurança global é reflexo dos acontecimentos locais que demonstram as fraquezas de determinado território turístico.

⁵³ Sociedade de controle é aquela que apresenta maior mobilidade e fluidez e que com o advento tecnológico e da comunicação está aberta a viajar para compreender e entender os acontecimentos e processos de vida dos outros lugares. A seleção dos lugares se estabelece por um processo de análise previa do local a visitar (PELBART, 2000).

Portanto, estudar e compreender a segurança turística deve ser premissa básica do processo de planejamento para o desenvolvimento do território por parte dos gestores públicos, bem como dos operadores locais para que se possam perpetrar mais ações de “bem” em prol das ações do “mal”.

Assim, em função do descrito, das várias dimensões apresentadas sobre a segurança e o turismo, é possível defender-se a tese de que a segurança é uma pré-condição para a realização das atividades turísticas.

4.3 As dimensões públicas e privadas do conceito de segurança em turismo

A compreensão e estudo da segurança não é uma tarefa fácil dada à complexidade de disciplinas que estudam o assunto e a multiplicidade de atores/agentes atuando em prol e contra ela. Atualmente, esse é um conceito amplamente usado pelo fato de estar, estritamente, relacionado com a vida e com as atividades que as pessoas desenvolvem no seu cotidiano. Desde a hora em que as pessoas acordam até a hora em que voltam a descansar, a questão da segurança está sempre presente, consciente ou inconscientemente, nas atividades do seu dia a dia.

A título de exemplo, quando se está em casa, manifesta-se a necessidade de segurança contra invasão alheia (roubo, furto, latrocínio), fato que obriga ao gradeamento de portas, janelas e de sacadas; na estrada, a preocupação volta-se à segurança rodoviária pautada nos códigos e instrumentos rodoviários; no trabalho, a atenção se volta para a segurança dos computadores que, a qualquer momento, dada sua ligação a uma rede global, pode ser alvo de vírus ou, ainda, à segurança relativa à estabilidade profissional; no bar ou restaurante, ela se relaciona ao risco de assalto, da intoxicação alimentar, entre outros. Esses exemplos mostram que existe uma multiplicidade de situações cotidianas relacionadas à segurança na vida das pessoas, que fazem deste um importante elemento a se pensar, conhecer e analisar, de modo a que não ocorram situações imprevistas que possam causar danos materiais e imateriais.

Essas percepções, segundo Neves (2010, p. 80), resultam de

Um processo através do qual o indivíduo interpreta ou organiza impressões sensoriais com o objetivo de dar significado ao seu meio envolvente. É, deste modo,

uma função de captação de informação dos acontecimentos do meio exterior, ou do meio interno, pela via dos mecanismos sensoriais.

A segurança depende de fatores que remetem a um conjunto de particularidades do próprio indivíduo e do meio envolvente, pois a

A falta de segurança num destino turístico pode provocar uma relação conflituosa entre o turista e o meio envolvente. Neste contexto, a segurança do turista deve ser entendida em momentos distintos: antes do início da viagem, durante a viagem, na chegada ao destino e no regresso a casa. Quando se equaciona a segurança turística deve-se ter em consideração que esta é vista de uma forma particular por cada tipo de turista, por isso é subjetivamente entendida, sendo que nem todos sentem a falta ou a excessiva segurança da mesma forma (NEVES, 2010, p. 82).

Esta também pode ser sentida na perspectiva do grupo. Para Neves (2010) os impactos da segurança, em geral são vistos sobre duas perspectivas: a macro (enquanto algo que afeta, de uma forma geral, uma sociedade) e a micro (o modo como afeta individualmente cada turista).

Na atividade turística, a segurança manifesta-se da mesma forma, atentando-se a que desde que o turista sai de sua residência até chegar a seu destino ele encontra-se exposto a diversos tipos de riscos e perigos que podem comprometer o sucesso da viagem. Ao abordar a organização da segurança em destinos turísticos, Neves (2010, p. 82) declara que

Actualmente, os turistas parecem dar mais preferência aos destinos que tornam visível a sua segurança através da presença física de pessoal especializado. Em estudos recentemente efectuados, conclui-se que os turistas se sentem mais seguros quando constatam que nas ruas, em determinados pontos estratégicos, existe um maior número de efectivos policiais. [...] Esta forma de encarar a segurança marca uma ruptura com a anterior posição em que a mesma era entendida como um incómodo para os turistas. Em muitos casos tem sido a própria indústria turística que alerta o turista para o perigo de viajar para determinados locais onde existe uma boa oferta de serviços turísticos mas que não possuem os níveis de segurança adequados. O turista actual, ao contrário do passado, já organiza a sua viagem através da recolha de material que lhe permite ter uma nova visão mais abrangente do destino e toma especial consideração ao nível de segurança que este apresenta, sobretudo em faixas etárias acima dos 35 anos e com família. Alguns estudos apontam para o fato dos turistas seniores, acima dos 55 anos, atribuírem especial relevância ao fator segurança no destino turístico, no que se refere à qualidade dos serviços prestados pelas empresas turísticas, e estão mais atentos a determinado tipo de ameaças físicas ou psicológicas. É, sobretudo, neste tipo de turistas que o fator segurança assume um papel importante, sendo que quanto mais idoso for o turista, mais criteriosa será a sua análise à segurança de um destino.

Segundo Tarlow (2012b), para que o sucesso da viagem não seja comprometido, a prevenção dos riscos torna-se a melhor segurança. Isso remete à idéia de um estado sem problemas e, em turismo, esse estado deve ser valorizado, como acontece, por exemplo, no Canadá, onde a Real Polícia Montada se transforma em instrumento de *marketing* para vender o destino, pois a mesma é um dos cartões postais do País.

De modo contrário, a insegurança em turismo, originará uma imagem do destino que ficará marcada na vida de quem vivencia uma má experiência por cerca de dez anos ou mais. Essa situação faz com que os gastos de recuperação da situação vivida, bem como de recuperação da imagem do destino turístico sejam elevados e imprevistos e ainda faz com que as demandas reais não voltem e as potenciais não cheguem (TARLOW, 2012b). Para países com capital para investir na recuperação da imagem e no marketing, como aconteceu com os EUA após os atentados terroristas, essa reputação e imagem negativa pode ter menor duração; fato esse que não ocorre na mesma lógica quando esses eventos acontecem em países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, que ainda canaliza seus esforços na captação de demandas e na estruturação da oferta turística para consolidar o turismo.

Neves (2010, p. 82) corrobora Tarlow (2012b) ao afirmar que “a insegurança gerada num destino turístico por determinados aspectos constitui uma preocupação para a indústria turística na medida em que pode ter repercussões na escolha do destino ou na intenção do turista em regressar”. Destinos turísticos emergentes – como é o caso de Moçambique – e países que possuem fracos mecanismos materiais, financeiros, tecnológicos e humanos para a promoção do turismo devem atentar para a melhor planificação desse elemento a fim de que os danos descritos por Tarlow (2012b) não aconteçam.

Ao longo dos anos, o modelo de desenvolvimento do turismo não tomou em consideração aspectos ligados às vulnerabilidades do turista, tão pouco do residente, fazendo com que nos dias atuais se desenvolvam, cada vez mais, estratégias que possam proteger ambas as partes (HEREU, 2005). A segurança em turismo engloba o conhecimento dos riscos naturais, sociais e tecnológicos.

Esses riscos, segundo Neves (2010), muitas vezes dependem de fatores que se prendem ao próprio indivíduo (por exemplo; seus valores, atitudes, motivações, experiências, expectativas), com a situação (ex.: local, hora), com o alvo (ex.: intensidade) e ainda resultam de múltiplas causas de origem diversa, nomeadamente sociais, políticas, culturais ou psíquicas, quer a nível consciente ou inconsciente.

A segurança está associada, geralmente, a planejamento da oferta turística, pois é nos destinos que o turista busca alcançar satisfação de suas necessidades e motivações. A segurança turística é entendida no presente trabalho como “a proteção da vida, da saúde, da integridade física, psicológica, e econômica dos visitantes, prestadores de serviços e membros das comunidades receptoras” (GRUNEWALD, 2010, p. 19).

Beni (2002, p. 288) salienta que a segurança em turismo esta relacionada a “um conjunto de serviços que objetiva proporcionar à sociedade e a cada individuo o maior grau possível de garantias sob os aspectos físicos, políticos, econômicos, social, cultural, moral e recreativo”.

Os conceitos de segurança trazidos por Beni (2002) e por Grunewald (2010) evidenciam que a compreensão da segurança turística deve se dar tendo em conta dois eixos; o primeiro relaciona-se às condições públicas de segurança (leis, infraestrutura de transporte, policiamento, entre outras) criadas pela municipalidade e pelo estado para garantir o bem estar dos turistas, residentes locais, bem como do negócio dos investidores do setor do turismo. O segundo eixo relaciona-se à segurança do turista proporcionada pelos proprietários das unidades de acolhimento, isto é, as condições desenvolvidas pelos gestores de hotéis, restaurantes e demais serviços para que os turistas, durante sua estada, estejam protegidos de infratores e eventos que perturbem a paz e o bem estar (segurança privada, extintores, cofres, controle e tratamento de alimentos, entre outros).

Handszuh (2010, p. 15) salienta que serão destinos turísticos seguros e ideais àqueles em que seus membros sabem dividir as tarefas entre seus intervenientes e que

Avisam aos interessados das responsabilidades por área de especialização. Adoptam e aplicam as normas de segurança e práticas nas instalações e locais turísticos relativas à: prevenção de incêndios, segurança alimentar, outros requisitos de segurança específicos para a saúde do destino, as normas ambientais, prevenção de interferência ilícita (terrorismo), outras normas e características relevantes do destino. Adoptam uma política de informação e educação visando à transparência para enfrentar a crise: através da comunicação eficaz com as partes interessadas (os visitantes e comerciantes) sobre as normas e práticas em matéria de segurança, identificando os potenciais riscos e perigos do turista, identificando riscos de gerenciamento por área de atividade (por exemplo, turismo de aventura, esportes, etc.), comunicação de riscos e perigos envolvidos, serviços de comunicação, instalações e medidas disponíveis para atender os visitantes em caso de emergência. Facilitam acesso efetivo a medidas, instalações e serviços institucionais públicos e privados que se dispõem a atender os visitantes em casos de emergência ou de apuros, a assistência imediata (linhas telefônicas, serviços de emergência), os serviços de expatriação (acesso a representantes consulares e diplomáticos e de colaboração com eles), serviços policiais, os serviços de saúde (primeiros socorros, instalações e materiais e serviços de saúde de confiança), assistência em viagem, serviços de seguros, proteção ao consumidor, serviços de repatriação.

Disponibilizam a proteção adequada dos locais turísticos e das instalações dos serviços de segurança. Forma pessoal treinado para lidar com questões de segurança que afetam os clientes e visitantes. Estabelecem compromisso governamental para ajudar e compensar as vítimas do terrorismo.

A descrição apresentada por Handszuh (2010) mostra que as esferas pública e privada de qualquer destino turístico precisam procurar trabalhar conjuntamente para proporcionar o bem-estar dos intervenientes do turismo na construção de um sistema de segurança que se adeque às características específicas do território.

É fato que os países que se mostrarem menos preparados a proporcionar segurança a seus visitantes irão perder parte considerável da demanda. Países que registram elevados índices de violência, ocorrência de terrorismo, conflitos armados, pirataria, serão vistos como países “*non gratos*”, isto é, lugares não bem vistos ou pouco recomendados para serem visitados em virtude do medo e dos riscos que transmitem. Exemplo concreto dessa situações é os EUA, que, após os atentados de 11/9/2001, registraram uma retração nos ganhos econômicos e nas chegadas e movimentos turísticos internacionais, conforme ilustra a tabela 10, bem como no elevado número de desempregos gerados por esse evento no setor de transportes e hotelaria (BONHAM *et al.*, 2006).

Sobre os impactos desse evento, Beni (2003, p.74 e 75) acrescenta que

Nos primeiros dias após o atentado, com perdas diárias da ordem de US\$ 300 milhões, as oito principais companhias aéreas pediram um socorro de US\$ 24 milhões sob ameaça de uma onda de falências no setor. [...] As empresas aéreas, em todos os sentidos, na linha de frente do drama, anunciaram mais de cem mil demissões no processo de encolhimento da atividade, nos EUA e na Europa. As três principais empresas americanas apresentaram um prejuízo da ordem de 7,7 bilhões de dólares em 2001. [...] Os “cemitérios de aviões” no sudoeste norte-americano revelam um quadro desolador após atentados. Entre essa data e o início de março de 2002, nada menos que 950 aeronaves foram juntar-se a uma frota aérea imóvel e inoperante, elevando o número total de aviões “estocados” para impressionantes 2.076 unidades.

Tabela 10. Movimento e gastos de turistas internacionais, nos EUA, antes e depois do atentado terrorista de 11/9/2001.

Ano	Gastos de Estrangeiros (Bilhões USD)	Diferença de gastos (Bilhões USD)	Visitantes Estrangeiros (milhões)	Diferença de visitantes (%)
2000	82.4	-	51.2	-
2001	71.9	-10.5	46.0	-8.4
2002	66.5	-5.4	43.5	-7.25
2003	65.1	-0.4	41.2	-5.29
2004	74.8	9.7	46.1	11

Fonte: Office of Travel and Tourism Industries (2005) apud Bonham (2006).

Ressalva-se, da análise da tabela 10, o trabalho dos EUA, a partir do ano de 2004, na reversão da imagem criada pelos ataques terroristas, pois o número de chegadas internacionais e de ganhos econômicos apresentou crescimento acentuado.

Tal como os EUA, países como o Quênia, o Brasil, a Inglaterra, o Egito, a Índia, a Indonésia, Moçambique e, recentemente, o Japão, também tiveram eventos relacionados ao terrorismo, conflitos armados internos, rebeliões populares e eventos naturais extremos (*tsunamis* e cheias, por exemplo). Esses eventos ocasionaram uma retração do setor do turismo, em termo de chegadas de turistas, rendimentos dessas chegadas e de empregos diretos e indiretos.

Outro exemplo da retração na chegada de turistas ocorreu no Quênia. Segundo o Banco Mundial (2010), o medo da violência indiscriminada, resultante de conflitos internos pós-eleições, fez com que as chegadas de turistas baixassem, durante o primeiro trimestre de 2008, para 50% do observado no mesmo período de 2007, e as receitas do turismo internacional para o mesmo período caíssem em 34,2%. A mesma fonte acrescenta que em 2008 a ocupação de hotéis caiu para algo entre 20% e 30 % (em comparação com o normalmente observado, de 70% a 85%).

No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro (RJ), as questões dos conflitos territoriais e da (in)segurança são constantemente abordadas nos órgãos de comunicação nacionais e internacionais. Beni (2003, p. 82), ao abordar a divulgação da violência, exemplifica as perdas que o setor teve na cidade do RJ:

A operação arrastão na praia de Copacabana, exibida à exaustão pela CNN⁵⁴, provocou no dia o cancelamento de dezenas de vôos regulares e de *charters* programados para o país, o mesmo acontecendo com o sequestro de um ônibus e morte de uma refém no bairro do Jardim Botânico.

O medo, criado nas pessoas, pelas redes de notícias, direta ou indiretamente, contribui para que as chegadas não sejam maiores que as atuais, dada a riqueza paisagística existente no RJ.

Com a proximidade dos Jogos Olímpicos de 2016 os gestores públicos do RJ e do Brasil devem pensar com seriedade a questão de segurança turística especificamente e a segurança como um todo, pois a imagem atual já começa a ser motivo de especulações na mídia mundial⁵⁵. Este fato poderá contribuir para o fracasso dos objetivos que se pretendem alcançar com a valorização da paisagem e com os eventos esportivos que ali irão ocorrer. Os grandes investimentos realizados, bem como a possibilidade de benefícios advindos do turismo podem não ser os almejados e os destinos concorrentes poderão captar para si as demandas que o RJ poderá perder por conta dos relatos frequentes de insegurança ali ocorridos.

Em Moçambique, e na área de estudo em particular, vive-se um momento de problemas relacionados à falta de segurança. A título de exemplo, no país, fora os crimes “vulgares” (roubo, assalto, latrocínio, estupro), cresce o número de vítimas de sequestros⁵⁶ (a empresários) e verificou-se a ocorrência de pirataria marítima, fato que poderá inibir o turismo de cruzeiros em Inhambane, em Moçambique e em toda costa oriental africana.

No município de Inhambane e em áreas vizinhas (como, por exemplo, os distritos de Jangamo, Morrumbene e Maxixe), surgem diversos tipos de crimes que comprometem a imagem do destino⁵⁷, já que sua divulgação na mídia local e internacional⁵⁸ tem sido

⁵⁴ *Cable News Network* - canal de notícias estadunidense.

⁵⁵ Rede de notícias esportiva internacional, a ESPN, propalou em seu *site* um artigo que acusa o RJ de ter vendido uma imagem enganosa da cidade para a candidatura dos Jogos Olímpicos de 2016 e para a Copa de 2014, chegando a apelidar de Jogos Mortais esses eventos. O mesmo enfatiza que a violência e insegurança nessa cidade apresenta índices altos quando comparado a alguns países e que existem problemas de planejamento e criação de políticas públicas para a sua solução. Vide na íntegra o artigo em: <http://sports.espn.go.com/espn/eticket/story?page=110510/Rio>.

⁵⁶ Sobre este assunto, o criminalista moçambicano e ex. Diretor da Polícia de Investigação Criminal de Moçambique, Antonio Frangoulis, em entrevista ao *Jornal da Noite* (1/2/2012, 20h: 06m) na Televisão STV explicou que “... a onda de raptos e assassinatos a cidadãos estrangeiros que se verificam na capital pode contribuir para a redução de investimentos estrangeiros dada a insegurança que se vive...”

⁵⁷ Vide notícias sobre em:

frequente. Esses acontecimentos podem ser cruciais e fazer com que o destino perca demandas atuais e futuras, ao se considerar que, em *marketing*, um turista insatisfeito pode influenciar negativamente cerca de sete potenciais turistas (RODRIGUES, 1999).

Três grupos de fatores associados a um conjunto de variáveis, diretas ou indiretas, moldam a relação entre turismo e segurança segundo o descrito por Mansfeld e Pizam (2006) no quadro 20.

Quadro 20 – Variáveis da relação turismo e segurança

GRUPO	CARACTERÍSTICAS
1º	Diz diretamente respeito à natureza dos incidentes que podem ocorrer durante uma viagem a qualquer destino turístico (causas, motivos, alvos, entre outros).
2º	Está relacionado aos impactos causados na indústria turística, na comunidade receptora e no próprio turista, por um determinado acontecimento.
3º	Relaciona-se diretamente à capacidade de reação temporal (curto, médio, longo prazo) de toda a envolvente turística face a um determinado acontecimento.

Fonte: Pizam e Mansfeld: 2006

De acordo com Grunewald (2010), existem diferentes níveis de segurança que devem ser tomados em consideração num território turístico (município) conforme ilustra o quadro 21.

Kóvári e Zimányi (2011) afirmam que a segurança tornou-se uma complexa noção multidimensional com ampla série de componentes: segurança política, segurança pública, segurança de saúde e saneamento, segurança de documentação, proteção legal de turistas, proteção de consumidores, segurança em comunicação, proteção de desastres, segurança ambiental, obtenção de informação autêntica, garantia de qualidade de serviços.

Essas tipologias de segurança, segundo Grunewald (2010), vão possibilitar cinco variáveis de proteção: (1) Proteção aos visitantes das pessoas oportunistas (vendedores p. exemplo), (2) Proteção ao visitante dos delinquentes (roubos e furtos, por exemplo), (3)

(1) http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=49859

(2) <http://www.opais.co.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/19293-sequestros-serao-esclarecidos.html>

(3) <http://www.fco.gov.uk/en/travel-and-living-abroad/travel-advice-by-country/sub-saharan-africa/mozambique>

⁵⁸ Vide exemplos de notícias nos seguintes endereços eletrônicos:

(1) <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=mocambique&id=15717&tipo=one>
<http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=mocambique&id=15717&tipo=one>

(2) <http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anmviewer.asp?a=2972&print=yes>;

(3) http://rogerutinegra.multiply.com/journal/item/946/ASSALTOS_A_TURISTAS_EM_INHAMBANE;

(4) <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1205229> e

(5) <http://www.timeslive.co.za/africa/article449974.ece/Mozambique-crime-wave-raises-tourism-security-fears>.

Proteção dos visitantes do meio cultural (enfermidades endêmicas), (4) Proteção ao atrativo dos visitantes (deterioração ambiental) e (5) Proteção ao visitante dos atrativos (informação sobre obstáculos e barreiras).

Salienta-se que, nesse processo, o turista nem sempre é vítima; ele também cria situações que põem em risco sua segurança e atentam contra a segurança dos outros turistas e populações locais, daí a importância de entender o impacto destes sobre o meio.

Quadro 21 - Tipos de segurança estudados em turismo

TIPO DE SEGURANÇA	CONCEITO	AR	
		P	Pri.
Pública	Compreende a deslocação que o turista faz dentro do destino turístico sem que ocorram situações de conflito (roubos, furtos ou agressões) e/ou acidentes.	X	-
Social	Permite a livre circulação do turista dentro do destino sem ser importunado por determinados acontecimentos de carácter social, por exemplo, manifestações e greves.	X	-
Médica	Engloba um sistema de prevenção e proteção de saúde do turista durante a sua estada no destino.	X	X
Informativa	Prende-se ao acesso a diversos tipos de informação sobre o destino, sobretudo no que refere às condições de utilização da oferta turística, isto é, sistema de comunicação que permite ao visitante antes de viajar ou durante seu deslocamento no destino turístico.	X	X
Atividades recreativas e eventos	Promove a proteção do turista durante a sua participação/assistência num evento ou em atividades de animação musical, desportiva, entre outras.	X	X
Ambiental	Garante a segurança dos turistas num determinado espaço face a eventuais problemas ou catástrofes naturais.	X	X
Vias e Transportes	Confere ao turista a possibilidade de se deslocar livre e em segurança nos diversos meios e vias de transportes que o turista utiliza, de e para o país de origem e no interior do destino.	X	-
Contra incêndios	Contempla a organização de serviços e meios técnicos, de forma a prevenir, controlar ou extinguir eventuais incêndios que possam deflagrar e colocar em risco a integridade física ou psicológica do turista.	X	X
Contra atos terroristas	Assegura uma vigilância contra eventuais atos terroristas em destinos turísticos.	X	X
Nos diferentes serviços turísticos	Possibilita que o turista se desloque pelos vários estabelecimentos de serviços de turismo e recreativos (alojamento, restaurantes, atrações locais, agências de viagens, etc.) do destino turístico.	X	X

Fonte: Grunewald, 2010. Legenda: AR – Ator responsável; P – Público; Pri. – Privado.

As tipologias de segurança descritas acima merecerão atenção no presente estudo. Estas serão analisadas e aprofundadas no capítulo V, quando forem abordadas de forma específica e relacionadas a realidade do município de Inhambane.

Portanto, o presente capítulo mostrou que a segurança turística, fenômeno complexo, é estudada a partir de diferentes domínios, tanto na perspectiva quantitativa, como qualitativa. Seus atores possuem atribuições claras que definem obrigações de manutenção do destino como sendo seguro. Vale esclarecer que muitas das atribuições devem ocorrer de forma conjunta. O combate ao incêndio, por exemplo, é prática que não se limita à esfera pública, devendo os gestores de estabelecimentos turísticos buscarem mecanismos de prevenção desses riscos e de combate ao fogo, pois o incêndio pode gerar perdas de recursos diversos, até mesmo de vidas humanas.

Capítulo V

A segurança turística no município de Inhambane - Moçambique

Aquele que desconhece o lugar, desconhece a verdade.

Azevedo (2012)

A segurança é um conceito transversal e sua importância é, indubitavelmente, reconhecida pela sociedade contemporânea. As atividades econômicas e sociais, para que alcancem sucesso devem possuir elementos de segurança que garantam a qualidade dos bens e serviços e a integridade dos produtores e consumidores.

O presente capítulo aborda a situação da segurança no município de Inhambane, enfatizando o descaso no provimento de elementos de segurança, por parte dos intervenientes do setor, fato que irá, a curto e médio prazo, limitar o desenvolvimento da atividade turística. Esta situação, nos próximos anos, contribuirá para que as dinâmicas socioeconômicas sejam negativas, isto é, o setor do turismo deixará de crescer e os ganhos advindos serão menores, sem impactos significativos no desenvolvimento local.

A análise dos instrumentos legais moçambicanos, dos indicadores identificados/estudados sobre o assunto e dos resultados obtidos no *Workshop* sobre Segurança Turística no MI, permitiu, por meio da aplicação da Matriz SWOT, avaliar os elementos de segurança turística pública e privada.

O resultado da avaliação apoiará ou não na validação da hipótese, previamente definida, de que os agentes turísticos do MI, no decurso de gestão de suas atividades, realizam poucas ações relacionadas ao aspecto segurança; elemento primordial/essencial para o desenvolvimento do sector e do município no geral.

5.1 A matriz SWOT e sua aplicação em estudos de segurança turística

Segundo Mintzeberg et al (2000) a matriz *SWOT* teve suas origens na década de 1960 com o grupo de Administração Geral da Escola de Negócios de Harvard; constituindo a base da Escola do *Design* que está centrada nos quatro elementos de *SWOT*, que são: a avaliação dos pontos Fortes/*Strengths* e Fracos/*Weaknesses* (a visão interna), e a análise das Oportunidades/*Opportunities* e Ameaças/*Threats* (visão externa)⁵⁹. A origem desta matriz é imprecisa, visto que, existe discordância sobre seu mentor. De acordo com Nunes (2008) a criação desta é atribuída a Kenneth Andrews e Roland Christensen, dois professores da Escola de Negócios de Harvard. Serrano (2011) explica que a matriz foi desenvolvida, durante as décadas de 1960 e 1970, por Albert Humprey, pois a partir da análise das obras de Kenneth Andrews e Roland Christensen, é possível verificar que não há referências ao assunto, anteriores às de Albert Humprey⁶⁰.

A matriz FOFA é uma ferramenta de gestão utilizada no processo de planejamento estratégico empresarial e que de igual modo é utilizada para o processo de planejamento estratégico territorial; esta deve ser usada para categorizar fatores significantes no ambiente interno e externo do território analisado (PICKTON e WRIGHT, 1998).

Para Buarque (2002, p. 133), a matriz é “um método de organização de problemas e potencialidades e de ameaças e oportunidades que recorre a um diagrama que distribui tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores facilitadores e dificultadores internos e externos”. A OIT (2004) entende a matriz FOFA como uma ferramenta analítica que permite analisar as informações de um território e serve para examinar suas deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades com vista ao desenho de estratégias a serem desenvolvidas no território, no âmbito do planejamento estratégico, conforme mostra o quadro 22.

Tendo as definições de Buarque (2002) e OIT (2004), mostra-se pertinente a utilização da presente matriz neste estudo, pois a mesma ajuda na visualização do ambiente, interno e

⁵⁹ No presente trabalho será usada a abreviatura da tradução em português; comumente conhecida nas diferentes bibliografias que abordam o assunto, como Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

⁶⁰ Não se enfatizará a discussão sobre a autoria da matriz SWOT dado que esse assunto não é objeto de debate neste estudo.

externo, de modo permitir que se tracem estratégias adequadas à realidade atual verificada no MI.

Quadro 22 – Esquema da Matriz SWOT/FOFA

		ELEMENTOS QUE AJUDAM NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DA SEGURANÇA TURÍSTICA	ELEMENTOS QUE PREJUDICAM O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA SEGURANÇA TURÍSTICA
AMBIENTE	Interno	Forças	Fraquezas
	Externo	Oportunidades	Ameaças

Organização: Azevedo, 2012. Fonte: Adaptado/Albert Humphrey, 1960-1970.

A matriz, conforme apresentada no quadro 22, divide-se em duas partes: o ambiente externo (oportunidades e ameaças) e o ambiente interno (forças e fraquezas). Segundo Mercer (1991) os elementos de forças e fraquezas, do ambiente interno, englobam recursos naturais e financeiros, força de trabalho, nível de educação da população, mercados e produtos para oportunidades de negócio, disponibilidade de tecnologia, entre outros elementos; os elementos de oportunidades e ameaças, do ambiente externo, incluem aspectos demográficos, economia, aspectos políticos e legais, fatores históricos e culturais, aspectos ambientais e fatores sociais.

O ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes e líderes do local, pois este é o resultado de estratégias de atuação definidas por eles mesmos. Quando se percebe um ponto forte deve-se ressaltar ainda mais e quando se percebe um ponto fraco, deve-se agir para controlá-lo ou, pelo menos, minimizar seu efeito por meio da definição de procedimentos de ação (BUARQUE, 2002). A título de exemplo, considerar-se-á fraqueza quando houver falta de serviços de salvação pública em uma área de alta densidade de estabelecimentos turísticos, construídos a base de material local (caniço e estacas), dado que se conhecem os impactos dessa ausência, em casos de ocorrência de incêndios. Os gestores turísticos municipais devem prover recursos humanos e meios materiais para que exista uma rápida resposta na possibilidade de ocorrência do fenômeno. A existência destes recursos em quantidade e qualidade para prevenir e combater o incêndio constitui-se como uma força.

Por sua vez, o ambiente externo estará totalmente fora do controle das autoridades competentes. Isso não significa que não seja útil conhecê-lo; assim pretende-se mostrar que há grandes possibilidades de se controlar o ambiente externo por meio de um planejamento adequado. Apesar de ser de difícil controle, pode-se monitorá-lo e procurar-se aproveitar as oportunidades da maneira mais ágil e eficiente, de modo, a evitar as ameaças enquanto for possível. Um *terremoto*, por exemplo, é um fenômeno de difícil previsão e requer preparo de todos participantes no caso de ocorrência, para que os danos materiais e perdas humanas sejam mínimos. O Japão é um país, dado a sua localização numa área de ocorrência de terremotos, que desenvolveu sistemas avançados de informação e educação para as populações, sobre como agir na possibilidade de ocorrência do fenômeno. O conhecimento e monitoramento dos terremotos contribuem para que os impactos sejam menores quando estes eventos acontecem (FRANCISCO, 2011).

No presente estudo a matriz FOFA permitirá a identificação e listagem dos elementos reais de segurança que representam forças e fraquezas no ambiente interno do MI e que representam oportunidades e ameaças no ambiente externo do mesmo. O enquadramento geral dos elementos estudados na matriz permitirá a avaliação geral da segurança turística municipal.

5.2 Segurança na esfera pública do município de Inhambane

A abordagem sobre segurança na esfera pública, neste trabalho, transpõe o conceito usado nos manuais de segurança da Polícia. A segurança na esfera pública é entendida como o conjunto de ações, providas pela entidade governamental, que visam garantir a proteção das populações residentes, dos visitantes (excursionistas e turistas) e de seus bens, contra situações ou eventos que ponham em risco a estabilidade socioeconômica (GRUNEWALD, 2010). A definição apresentada ultrapassa as atribuições que compete a polícia desenvolver, apesar deste organismo ser um agente preponderante no processo.

Por conseguinte, a segurança na esfera pública desdobra-se em segurança política, segurança pública, segurança de saúde e saneamento, contra incêndios, proteção legal de turistas, proteção de consumidores, segurança nas atividades recreativas e eventos, segurança

contra atos terroristas, segurança em comunicação, segurança nas vias e transportes, proteção de desastres e segurança ambiental.

A definição dos padrões de excelência, para segurança na esfera pública, é determinada por instrumentos diversos (convenções, leis, regulamentos, planos setoriais, entre outros) que garantem, a partir de indicadores previamente identificados e aprovados, o desenvolvimento nacional/local.

Vale esclarecer que em Moçambique não existe uma legislação específica que regule a segurança turística. Dada à complexidade e transversalidade da definição, recorre-se a diversos instrumentos normativos específicos existentes no país, no MI e/ou nos organismos/instituições internacionais que regulam/legislam sobre os diversos assuntos que perfazem a definição de segurança turística.

Segurança política

Moçambique, de acordo com a Constituição da República (2004, p. 2), “é um Estado Independente, soberano, democrático e de justiça social [...] baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem”.

Desde o ano de 1992, com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz (AGP), em 4 de Outubro na cidade de Roma, Itália, o país deixou de pautar por uma orientação monopartidária, passando a admitir e reconhecer-se o direito de formação de outros partidos políticos. Este acordo marcou o fim de dezesseis anos de Guerra Civil perpetrado pelas Forças de Defesa de Moçambique (FADM) e o movimento armado Resistencia Nacional de Moçambique (Renamo).

Cerca de vinte e dois anos após assinatura do AGP, problemas políticos voltam a elevar o nome de Moçambique, na esfera regional/nacional/internacional, pela negativa. Verifica-se uma forte tensão politico-militar, principalmente, na região central do país, na província de Sofala, nos distritos de Chibabava (Posto Administrativo de Muxúngue) e Gorongosa. A tensão política é resultado de exigências da Renamo, relacionadas com a paridade deste partido nos órgãos estatais e bem como na correta distribuição dos benefícios advindos da exploração dos recursos naturais do país.

A crise político-militar está, desde outubro de 2013, tomando proporções alarmantes, atendendo que os focos de guerrilha já se fazem sentir em outras três províncias, nomeadamente, Tete (Moatize), Nampula (Rapale) e Inhambane (Homoíne). Homoíne é um distrito que dista a cerca de 80 km da área de estudo.

O número de vítimas mortais, desde o início deste conflito, já ultrapassa uma centena e a quantidade de bens que se perderam são elevados. O cenário atual gera o medo de viajar e conseqüentemente mancha a imagem que o país estava construindo, nos últimos dez anos, através das ações estabelecidas no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo 2004-2013.

Ações com vista acabar com a crise têm sido “frutíferas”, pois a Renamo estabeleceu exigências que estão sendo atendidas, parcialmente, pelos representantes do Governo nas negociações que ocorrem a mais de 10 meses.

O atual cenário inibe a circulação rodoviária, o direito de livre circulação, as trocas comerciais e prejudica a imagem de um país que estava elevando sua imagem de estabilidade, desde a criação do Ministério do Turismo no ano de 2000. O fim da tensão atual irá contribuir para promoção da imagem de um país seguro onde turistas e as populações locais podem transitar, principalmente por via rodoviária, sem perigos. Deve-se frisar que este conflito acontece na mais importante rodovia nacional, a EN1, que liga o sul ao norte, vice-versa.

No município de Inhambane, situações idênticas não se verificaram até ao momento, apesar da mídia nacional ter divulgado, sem evidências, que homens armados da Renamo, encontravam-se a reativar suas bases militares no distrito de Jangamo e Homoíne, que distam a menos de 30 e 70 km, respectivamente.

Vale referir que mesmo não estando ocorrendo no território de Inhambane, a propagação dos problemas políticos-militares inibe também a chegada de turistas a este. Este fato foi reforçado, no Workshop sobre Segurança Turística, pelo presidente da Associação de Turismo e Hotelaria da Província de Inhambane (ATHPI). Este declarou na abertura do evento que na *“época alta do ano de 2013 mais de 50% das reservas de turistas nas praias da província de Inhambane foram canceladas devido ao atual cenário de instabilidade que se verifica em Moçambique”*. O cenário descrito inibe o desenvolvimento do turismo e de todos outros setores que dependem, direta e indiretamente, da estabilidade para produzir e comercializar bens e serviços.

Assim, verifica-se que eventos externos à realidade local, mas da conjuntura nacional, influenciam de forma negativa na imagem do destino Moçambique no geral e especificamente da área de estudo.

Segurança pública, contra incêndio, proteção legal de turistas e contra terrorismo

A segurança pública, de acordo com Amaral (2003, p. 26), é entendida como “o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal, que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade, ou dos direitos de propriedade do cidadão”. O principal objetivo é o de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações de criminalidade e de violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno de cidadania nos limites da lei, isto é, a segurança pública limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei proíba, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a (AMARAL, 2003).

Em Moçambique, cabe à Polícia da República de Moçambique (PRM) a tarefa de garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, à tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 2004).

Na esfera municipal, além da atuação da PRM, a Polícia Municipal da Cidade de Inhambane (PMCI) atua. Esta segunda tem como função o estabelecimento da ordem, da segurança e da tranquilidade pública aos munícipes, o respeito pelas normas do Estado de Direito no território municipal, a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos munícipes e o monitoramento do cumprimento das regras do Código de Postura Municipal.

Apesar das duas instituições parecerem similares, suas atribuições operacionais são diferentes, isto é, a PMCI não compete com a PRM, destinando-se, em geral, à segurança e à fiscalização de atividades socioeconômicas que sejam suscetíveis de causar perturbações na fruição dos espaços públicos e de impedir a normal mobilidade (ZAVALE, 2011). De forma sintética, a PMCI, exerce funções e possui competências que permitem libertar as forças de segurança (PRM) para o desempenho de suas atividades próprias.

Em termos de infraestrutura de segurança pública, neste município, existe um Quartel da PRM, duas delegacias (uma no bairro Balane 2 e outra no bairro Muelé) e um posto policial, localizado na Praia do Tofo. A PMCI possui somente um Comando no bairro Balane 1. Importa referir que não existe uma delegacia, posto ou unidade de Polícia específico para o atendimento turístico neste município e que em caso de necessidade, os turistas, principalmente estrangeiros, recorrem às entidades diplomáticas localizadas na cidade Maputo para qualquer apoio que precisarem. Os operadores de turismo, igualmente, ajudam na proteção legal e no direcionamento dos visitantes em caso de ocorrência de assalto, furto, acidente etc.

Existe um total de seis empresas de segurança privada que asseguram, mediante pagamento destes serviços, a proteção das diversas instituições e pessoas, com maior incidência dos setores econômicos; a PRM garante o controle destas empresas, fazendo assessoria e o acompanhamento de suas atividades.

De acordo com dados fornecidos pela PRM (2011), ao nível do município de Inhambane, nos diferentes bairros, existem 14 conselhos comunitários de segurança, constituídos de 417 membros selecionados entre as pessoas idôneas nos bairros residenciais. Estes conselhos têm por missão discutir e traçar estratégias que visem acabar os problemas de segurança pública.

Para a prevenção de sinistralidades rodoviárias, a Polícia desenvolve, em quantidades não especificadas, a realização de ações de fiscalização rodoviária; educação dos condutores nas vias; palestras nos estabelecimentos de ensino, escolas de condução, nos mercados e nos locais de maior concentração de pessoas (PRM, 2011).

Os Serviços de Salvação Pública (SSP), que lidam com assuntos de incêndios, estão localizados na área urbana do município, bairro Balane 1, e o seu raio de ação é pequeno, atendendo que em casos de ocorrência de incêndios e afogamentos, por exemplo, na zona das praias, estes devem percorrer pouco mais de 25 km para conter o fogo.

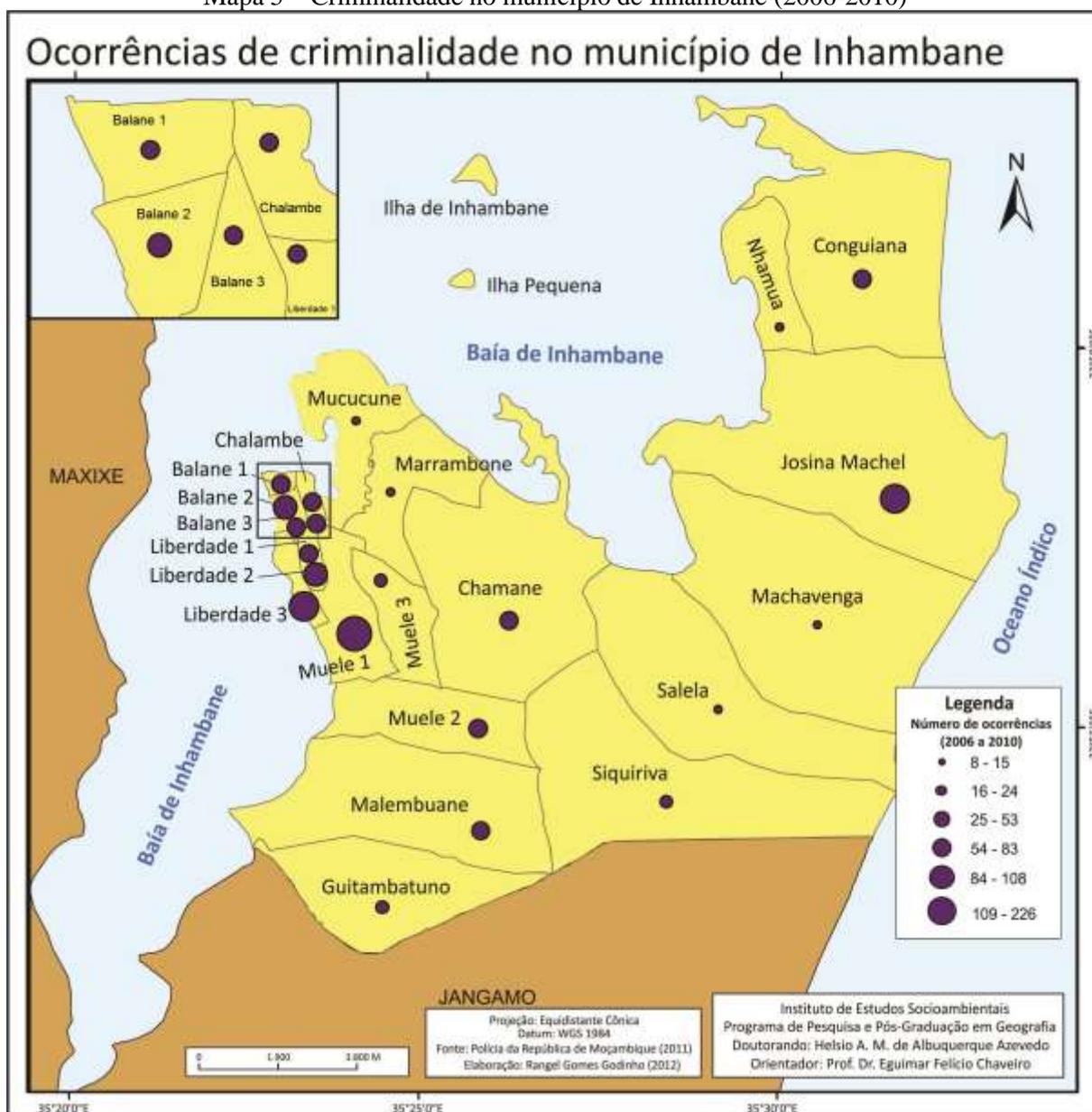
No ano de 2013, de acordo com dados apresentados no Workshop sobre Segurança Turística no município de Inhambane verificaram-se trinta e sete incêndios em lugares turísticos (Praia da Barra e Tofo), residências (Muelé 1, Liberdade e Balane 2) e na fábrica de óleos (Vida Óleo/Antiga Saboeira). Parte destes incêndios resultou em perdas totais de estabelecimentos turísticos. Fora o fator distância, existem somente duas viaturas para apoiar

este trabalho, sendo que uma está destacada aos SSP e a outra pertence a Empresa Aeroportos de Moçambique e sua utilização, para fins públicos, requer autorização prévia da empresa.

Nas duas unidades policiais operativas, entre 2006 e 2010, segundo a PRM (2011, p. 1), os tipos de crimes tipificados foram: o furto em viaturas, os qualificados em residências e em estabelecimentos comerciais e turísticos. Estes crimes resultam da grande densidade populacional (Bairro Balane 2 e Muelé 1), maior atividade económica (Bairro J. Machel e Conguiana), com particular destaque para o turismo que suscita maior aglomeração de pessoas de segmentos sociais diversos e ainda pelo incremento de vendedores ambulantes e de meninos de rua, conforme mostra o mapa 5 (PRM, 2011).

O município de Inhambane, por natureza, caracteriza-se pela tranquilidade e os indicadores oficiais demonstram baixos índices de ocorrência de criminalidade, conforme ilustra o mapa 5, se comparado com outros destinos turísticos de Moçambique, como a cidade de Maputo, por exemplo. A cidade de Maputo, num estudo publicado por Reisman e Lalá (2012), é citada como a mais violenta do país. Esta cidade é o principal ponto de entrada e saída de turistas em Moçambique.

Mapa 5 – Criminalidade no município de Inhambane (2006-2010)



Organização: Azevedo, 2013. Elaboração: Godinho, 2013. Fonte: PRM, 2011.

O mapa 5 informa que nas áreas de afluxo turístico, principalmente do Bairro Balane 2 e das praias do Tofo, Tofinho e Barra, há necessidade de se criarem medidas que visem à redução da criminalidade. Referir que nas praias, especificamente na do Tofo, existe um único posto policial para cobrir quatro Bairros, sendo que dois apresentam índices médios de criminalidade.

A PRM e a PMCI não possuem tecnologia de ponta para dinamizar as atividades policiais e permitir lidar com as novas tipologias de crimes que tem estado a surgir no país,

como por exemplo, os crimes de computador, os sequestros, tráfico de pessoas e órgãos humanos. Este fato é reforçado pela Comandante Provincial Cessante da PRM (CPPRM, 2012), ao explicar que *os crimes informáticos são a preocupação do futuro, pois não existe na corporação local peritos no assunto que ajudem na solução dos casos provenientes desse tipo moderno de crime.*

Segundo Garotinho (2005), com a substituição das máquinas de escrever por computadores em rede, funcionando com programas criados especialmente para a Polícia, será possível criar padrões para o preenchimento de documentos, como o boletim de ocorrência, e reduzir o tempo gasto com burocracia; igualmente, o uso das tecnologias, permite a socialização das informações em tempo real, a padronização da linguagem para registros de ocorrências, a realização de pesquisas sobre a criminalidade e a comparação de dados sobre o crime e principalmente planejamento de ações contra criminalidade, a partir de programas de georeferenciamento que processam as estatísticas criminais de acordo com os locais e horários de ocorrência, permitindo verificar, por exemplo, os locais de maior fluxo de roubos ou furtos.

Pode-se referir que o inglês, língua padrão no setor do turismo, segundo declarações da antiga CPPRM, ainda é pouco conhecida pelos agentes da corporação, fato que dificulta a comunicação aquando da apresentação de queixa sobre determinada ocorrência e inibe a aproximação dos turistas, principalmente os não falantes do português, a estes espaços. Parte considerável dos turistas que acede a este município são oriundos de países de expressão inglesa e/ou possuem domínio para se comunicar na referida língua.

Apesar de não se verificarem, no país, ações de terrorismo, é importante frisar, primeiro, que em países próximos como o Quênia há frequência de atentados terroristas e, depois, que no país não existe uma lei que regule este assunto. Apesar dessa lacuna, no ano de 2013, no âmbito da revisão da estrutura da PRM, foi introduzida uma unidade que dedica-se ao assuntos de terrorismo e sequestros sem abrangência nacional.

Importa frisar que não se apresentam dados específicos sobre a relação da segurança pública com os turistas/visitantes porque os modelos existentes, na PRM, não preveem discriminação dos crimes, isto é, todos crimes são inseridos em uma única planilha que não diferencia os lesados, entre locais e estrangeiros visitantes. Este fato é salientado por Reisman e Lalá (2012, p. 7), ao explicarem que em Moçambique, a par do que acontece em muitos outros países, os dados de crime e violência são difíceis de se obter e “não são fiáveis devido

a uma série de fatores, incluindo deficientes sistemas de registro, reduzidas taxas de reporte à polícia (devido à falta de confiança na polícia e no sistema de justiça criminal) e a inexistência de um sistema padronizado de recolha de dados”.

A situação descrita limita uma compreensão realística sobre as tipologias de crimes ou infrações que afetam os visitantes e inibe que ações mais concretas de combate a esses crimes sejam desenvolvidas pelas estruturas legais de proteção local.

Segurança de saúde

O Turismo, conforme se tem apresentando, ao longo do trabalho, é uma atividade que envolve o contato dos visitantes com os espaços turísticos e, por conseguinte, com os residentes desses espaços e outros visitantes, expondo-os a vários riscos que podem incidir na saúde. A título de exemplo, o turista que chega a determinado destino turístico onde há ocorrência de uma epidemia de cólera, caso não tome medidas de prevenção, poderá se contaminar e afetar os objetivos primários da viagem.

A existência de infraestruturas de saúde, de recursos humanos qualificados, de meios circulantes e materiais e de campanhas de sensibilização e informação sobre os problemas de saúde contribuem para que os residentes e turistas se sintam mais confortáveis, pela consciência de saberem que poderão obter cuidados médicos, de qualidade e próximos ao local visitado, quando precisarem dos serviços.

Tiago (2014), ao abordar a relação entre Turismo e Saúde, em palestra, explicou que a OMS *tem mapeado, pelo mundo, os riscos de saúde, no sentido de minimiza-los, para informar aos turistas sobre as doenças mais frequentes, mecanismos de prevenção e formas de tratamento*⁶¹.

Na interação do turista com o meio visitado,

vários fatores determinam o risco aos quais estes estão expostos, podendo estar relacionados aos seguintes elementos: qualidade dos meios de transportes e vias utilizadas, o ambiente político do destino, a época e duração da viagem, finalidade

⁶¹ Aula de abertura do ano letivo na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane. Título: Turismo, Formação e Saúde, proferida pelo Prof. Dr. Armino Tiago no dia 07/04/2014.

da viagem, padrões de alojamento, higiene dos alimentos, níveis de saneamento do meio e comportamento do viajante (TIAGO, 2014).

A observância dos fatores descritos por Tiago (2014), antes e durante a viagem, ajuda no planejamento e na seleção do destino turístico. No município de Inhambane, os serviços de Saúde são geridos pela Direção Provincial de Saúde, através da Direção de Saúde da Cidade de Inhambane (DSCI).

Em termos de infraestrutura, existe um total de 8 unidades sanitárias (U.S.) públicas, conforme mostra a tabela 11. Existe um Hospital Provincial (HP) público de referência para toda a província (DSCI, 2013). O HP atende aos casos que não são passíveis de tratamento em todos os outros distritos e municípios da província, incluindo o de Inhambane. Esta unidade não é gerida pela DSCI e nem pelas autoridades municipais; possui um diretor que subordina-se ao diretor provincial da saúde.

Para além destas unidades o município conta com um total de 7 grupos móveis de saúde, a saber: Mahila, Pebane, Macharre, Jogó Manhandza, Siquiriva e Nhamua. Estas brigadas, uma vez por mês, oferecem serviços básicos de saúde às comunidades localizadas no meio rural.

Tabela 11: Distribuição das U.S. por bairros, tipo e população assistida para o ano 2013.

Nº.	Nome da U. S.	Localização	População assistida
1	C.S Urbano	Balane-2	25.583
2	C.S Muelé	Muelé-2	11.323
3	C.S Salela	Salela	10.050
4	C.S Cruzamento	Josina Machel	8.079
5	C.S Guiúá	Guiúá	7.109
6	C.S Conguiana	Conguiana	7.088
7	C.S Mucucune	Mucucune	4.378
8	C.S Ilha	L. da Ilha	1.802
TOTAL			75.412

Fonte: DSCI, 2013.

O raio de ação dos serviços de saúde, segundo o Plano de Estrutura Urbano (2013), é de 2.5 km, fato que indica que estes serviços estão próximos da maioria da população, visto que, segundo a OMS, o raio aceitável não deve ser superior a 7 km.

Mapa 6 - Raio de abrangência das U.S. por bairros 2013.



Fonte: CMCI/PEU, 2013.

O mapa 6 mostra que parte considerável do município, especificamente o litoral e a parte sudeste, ainda carece de serviços da rede sanitária. De noite, exceto o Centro de Saúde Urbano e o Hospital Provincial, as Unidades Sanitárias fecham e isso contribui para que o raio de abrangência dos serviços, de noite, seja menor. A maior parte da rede sanitária existente oferece serviços básicos de saúde, somente, durante o dia.

Na área das praias não existem centros de saúde especializados aos riscos potenciais da atividade de mergulho, visto que, por exemplo, se um mergulhador for mordido por um tubarão, este deverá ser deslocado ao Centro de Saúde Urbano ou ao HP, por cerca de 30 km, para obter aos serviços de cirurgia⁶².

Em relação a farmácias, exceto as que se encontram nas unidades sanitárias públicas, existem, neste município e somente na área urbana, quatro farmácias que não funcionam em regime de 24 horas. Igualmente existe uma clinica privada que se localiza na área urbana, oferecendo os serviços de medicina geral, conforme apresenta o quadro 23.

Quadro 23. Serviços sanitários privadas do município de Inhambane

REDE SANITÁRIA	DESIGNAÇÃO
Farmácias	Vital
	Farmol
	Família
	Felicidade
Clínicas	Clínica de Inhambane

Fonte: DSCI, 2013.

No que concerne à mão-de-obra qualificada para o setor da saúde, neste município, verifica-se que a quantidade de profissionais no setor é pequena, pois o número de habitantes para cada profissional de saúde é elevado. A título de exemplo, a OMS define que um médico está para mil habitantes e neste município verifica-se uma situação em que há excessos se comparado com a proporção padrão, conforme mostra a tabela 12.

⁶² Tubarões, baleias, golfinhos, manta-raia, entre outras são espécies existentes neste município. Referir que os tubarões já fizeram vítimas, no ano de 2004, na baía de Inhambane, quando atacaram pescadores.

Tabela 12: Distribuição dos profissionais de saúde por categoria para o ano 2013

Pessoal/ Categoria	Nº de Trabalhadores	Razão Profissional/Hab
Medico Generalista de 2ª	2	37.706
Técnico Superior N° 1	1	75.412
Técnico Superior Estomatologia	1	75.412
Técnico Superior Psicologia	1	75.412
Técnico Estomatologia	1	75.412
Enfermeiro SMI Médio	6	12.569
Enfermeiro SMI Básico	9	8.379
Técnico de Medicina Geral	7	10.773
Agente de Medicina Geral	11	6.856
Enfermeiro Elementar	2	37.706
Enfermeiro Básico	3	25.137
Parteira	8	9.427
Enfermeiro Geral	2	37.706
Técnico de Medicina Preventiva e SM	1	75.412
Agente de Medicina Preventiva e SM	6	12.569
Técnico de Farmácia	4	18.853
Agente de Farmácia	6	12.569
Técnico de Laboratório	4	18.853
Agente de Laboratório	2	37.706
Microscopista	1	75.412
Auxiliar do Laboratório	1	75.412
Agente de Serviço	31	2.433
Guardas	5	15.082
Conselheiro	5	15.082
Total	120	75.412

Fonte: DSCI, 2013.

A tabela 12 mostra que há uma sobrecarga de trabalho para os profissionais de saúde, fato que exige melhorias no sentido prover-se recursos humanos qualificados para atender aos diferentes tipos de pacientes. Concernente aos meios circulantes, o município conta com um total de 3 viaturas colocadas no Centro de Saúde Sede, sendo um caminhão para o transporte de medicamentos e outros produtos, uma ambulância para serviços de urgência e uma camioneta para serviços administrativos e realização de visitas domiciliares em áreas mais carentes. Existem ainda quatro motorizadas das quais três em boas condições de operação e uma em mau estado, alocadas nos diversos setores do Centro de Saúde Sede (DSCI, 2013).

Para a realização de parte das atividades, para melhoria da saúde neste município, a DSCI coopera com as duas ONG's. A CCS e a Phatfinder financiam as áreas de Serviço

Materno Infantil, Programa Alargado de Vacinação, Programa Nacional de Controlo da Malária e na realização de visitas domiciliares.

Em termos de doenças observadas, a malária, as diarreias e a pneumonia, entre 2012 e 2013, registraram crescimento considerável no município, conforme mostra a tabela 13.

Tabela 13 - Causas de internamento nas unidades sanitárias

Causas de internamento	2012		2013	
	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos
Diarreia	188	10	354	9
Malária	1434	38	1565	20
Tuberculose	139	17	189	35
HIV/SIDA	781	203	652	194
Pneumonia	383	31	527	62
Anemia	263	4	246	12
Má nutrição	159	8	98	14
Outras	689	142	1302	63
Total	4036	453	4933	409

Fonte: DSCI, 2013.

A tabela 13 ilustra que a principal causa de internamento nos dois anos em análise é a Malária, contudo a doença mais letal é o HIV/SIDA. Este fato pode estar associado à fraca aderência ao tratamento antirretroviral logo no início da doença, apesar de existirem campanhas que informam sobre os riscos da doença (DSCI, 2013).

Ainda segundo a mesma fonte, as causas mais comuns de atendimento nas consultas externas são a malária, hipertensão arterial, infecções respiratórias e ITS/HIV/SIDA. As principais causas de urgência médica, em crianças e adultos, são a malária, anemia, agressões físicas, asma, acidentes rodoviários e hipertensão arterial.

Assim, a segurança de saúde, pelo exposto mostra-se como um vetor que precisa de aprimoramento para que os indicadores apresentados melhorem e assim, reduzam-se os riscos que turistas e nacionais, possam estar sujeitos pelas fraquezas neste sistema.

Segurança nos transportes

O sistema de transporte garante que os turistas se desloquem aos territórios turísticos e transitem dentro destes. O turista, ao afastar-se de sua residência ou cidade, opta por usar um dos transportes disponíveis para ir ao local que pretende visitar.

A qualidade das vias, da sinalização e dos meios garante uma viagem sem sobressaltos, isto é, sem acidentes. Os acidentes, ao longo da viagem e no destino, desmotivam os turistas e conseqüentemente criam a insatisfação dos turistas que poderão divulgar uma imagem negativa aos outros potenciais.

Conforme abordado anteriormente, o acesso ao município Inhambane se dá por meios aéreos, marítimos e terrestres, sendo que a via ferroviária encontra-se desativada. O modal rodoviário é o mais usado. A maioria das estradas deste município foi construída no tempo colonial e são, na sua maioria, estreitas, conforme mostra a fotografia 11. Como resultado observa-se a degradação das mesmas.

Fotografia 11 – Tipo de via de acesso rodoviária



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane.
Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2014.

O representado na fotografia 11 é visível de forma repetitiva nas estradas asfaltadas da área de estudo. A circulação de pedestres, próximo às estradas, constitui um perigo para estes; esta situação é observada em quase todo município, excetuando na área mais urbanizada onde existem passeios para circulação de pedestres.

As avenidas e ruas existentes na área mais urbanizada do município estão em condições de trânsito, apresentando desníveis no asfalto que derivam dos métodos de manutenção utilizados. Verifica-se que a existência de sinalização rodoviária e a turística é quase inexistente, se observar-se o número de atrativos e a quantidade de sinais presentes para informar sobre estes locais. A sinalização é importante porque garante o fluxo de trânsito, permitindo que condutores e/ou pedestres locais e visitantes, primeiro, conheçam os procedimentos de circulação nos seus deslocamentos e identifiquem locais com atrativos turísticos.

A rede viária, principalmente a partir do povoado de Lindela, apresenta problemas de asfalto e sinalização rodoviária e turística. A ausência de asfalto de qualidade nas vias e a fraca sinalização rodoviária e turística são também observados nas áreas turísticas localizadas no litoral, isto é, na praia do Tofo, Barra, Tofinho e Rocha. A título de exemplo, o acesso ao patrimônio cultural existente na praia do Tofinho, o Buraco dos Assassinos e o monumento da Escravatura, se dá por uma via que, em alguns pontos do trecho, requer o uso de carros com tração de quatro rodas. Entre o ano de 2008 e 2012, registraram-se 119 acidentes rodoviários que ocasionaram 37 mortos (PRM, 2013).

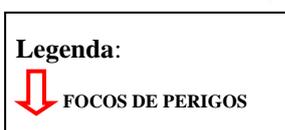
O transporte aéreo, igualmente, permite a chegada de turistas ao município. Por meio do aeródromo de Inhambane, que é gerido pela empresa Aeroportos de Moçambique, chegam turistas oriundos de voos domésticos e internacionais. A pista possui condições para aterrisagem de aeronaves de pequeno e médio porte, não funcionando no período noturno devido à inexistência de iluminação.

Próximo à pista existem habitações das populações que aí residem, fato que cria riscos nas aterrisagens e decolagens, dado que a vedação do aeródromo demonstra inconsistência no impedimento de acesso das populações, permitindo circulação destes no interior do mesmo. Outro aspecto verificável é o da existência de espaços de plantações de alimentos que atraem aves e outros tipos de animais, que podem chocar com as aeronaves que aí aterram e decolam, conforme mostra a fotografia 12.

Fotografia 12- Pista de aterrissagem do aeródromo de Inhambane



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2014.



Neste aeródromo existem os serviços de bombeiros bem equipados e um sistema de comunicação e localização que garante o contato entre a torre de controle e as aeronaves.

Existe uma única empresa aérea comercial nacional que trabalha nesta rota, a empresa Mextur, braço das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM). A LAM é uma empresa que está proibida de voar para o espaço aéreo europeu, desde 2011, pela inobservância de normas diversas, incluindo de segurança, dos organismos internacionais de aviação.

Em 28 de Novembro ano de 2013, um avião desta companhia caiu na Namíbia, quando realizava um voo entre Maputo (Moçambique) e Luanda (Angola)⁶³. Este acidente ocasionou a morte de 33 pessoas. O evento descrito, associado aos diversos incidentes

⁶³ Vide informações oficiais do acidente em: <http://www.lam.co.mz/pt/Voo-TM470/Comunicados>.

sistemáticos que são reportados na mídia nacional e internacional, eleva negativamente o nome da companhia de bandeira nacional que é a única empresa a fornecer serviços de voos para este município⁶⁴ provenientes de Maputo e Vilankulo. Pode-se salientar que, para além dos voos da Mextur, pessoas físicas e empresas chegam a este aeródromo com aeronaves próprias.

Nos transportes marítimos há a destacar, primeiro, que não existem embarcações públicas para realizar resgates em caso de acidentes, quer na baía de Inhambane, quer na zona das praias onde acontecem as atividades de mergulho e pesca desportiva.

A ponte cais, para embarque e desembarque de passageiros, na travessia entre Inhambane e Maxixe, apresenta-se degradada porque as tábuas de madeira colocadas por cima dos tabuleiros estão destruídas e os fixadores dos tabuleiros desprenderam-se, pondo em risco a integridade física dos passageiros.

As embarcações a motor, por sua vez, não apresentam extintores e as que apresentam possuem-nos fora do prazo de validade. Os coletes salva-vidas são exíguos para a quantidade de viajantes e a forma de acondicionamento nas embarcações não permite o pronto uso e nem existem sessões de explicação/educação sobre como usar no caso de necessidade, conforme mostra a fotografia 13.

⁶⁴ Vide incidente recente em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/45611-lam-esconde-acidente-de-um-dos-seus-avioes-q400>.

Fotografia 13 – Embarcação marítima com falta de coletes salva-vidas.



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane.
Autoria: AZEVEDO, Helsius, 2014.

Legenda:

 AUSÊNCIA DE COLETES

A imagem 13 mostra que existem assentos de passageiros que não possuem coletes salva-vidas, fato que, em dias de necessidade, pode causar um tumulto na embarcação inibindo uma possível evacuação controlada.

No período noturno e nos dias de mau tempo, parte das embarcações existentes, principalmente as de pequeno porte, na rota descrita, ficam limitadas de circular por não atenderem aos requisitos de segurança.

Nas atividades formais de mergulho, todas as embarcações existentes estão equipadas de meios de comunicação e salvamento, sendo que estas são fiscalizadas pela Administração Marítima.

O município de Inhambane é servido por uma rede de transportes diversificada que permite o acesso a este, apesar de em determinadas épocas do ano, depender das condições climáticas locais e nacionais.

Segurança nas atividades recreativas e eventos

Várias atividades englobam o leque de atividades recreativas e eventos existentes no município de Inhambane. Neste, existem espaços que atendem a essas práticas, nomeadamente, teatro, salas de concertos, praças e vias públicas, campos esportivos, boates, casas de culturas, espaços culturais, entre outros tipos.

Para o sucesso e qualidade das atividades e eventos que aí se desenvolvem, requer-se a existência de medidas de prevenção aos riscos potenciais que advém da fruição destes. O Decreto nº 23/2012, que regulamenta as atividades de espetáculos e divertimentos em espaços públicos, a título de exemplo, define no seu artigo 16 que a garantia da segurança de pessoas e bens deve ser feita, nos espaços de acontecimento, por Agentes da PRM, do Serviço Nacional de Salvação Pública, do Serviço de Saúde ou de Pronto Socorro ou ainda, por entidades legais equiparadas as citadas quando comprovada a não existência destas no local de realização da atividade ou evento.

Apesar deste regulamento estar em vigor, regra geral o seu cumprimento é ignorado, visto que observa-se com regularidade que os requisitos estabelecidos não são atendidos em grande parte dos eventos e nas atividades recreativas que acontecem. A título de exemplo, em competições esportivas locais/ regionais/nacionais que acontecem anualmente, observa-se a ausência de unidades de saúde e um fraco aparato policial, isto é, o número de policias que se disponibiliza a esses espaços é baixo e não existem, por exemplo, ambulâncias para, em caso de tumultos nas bancadas ou na lesão grave de um atleta, possibilitar-se o encaminhamento para uma unidade de saúde. Igualmente, existem infraestruturas esportivas, como o campo do Clube Desportivo de Inhambane que não permite acesso de ambulância para remoção de torcedores ou jogadores, em caso de necessidade. Nas praias, por exemplo, excetuando a praia do Tofo, que em períodos de pico possui, não existem os serviços de salvação pública para salvamento dos utilizadores desses espaços.

Na atividade de mergulho, igualmente, verifica-se que o Decreto nº 44/2006, que regulamenta o mergulho amador, não é cumprido, pois verifica-se que nas escolas existentes não se atende a totalidade das exigências descritas no anexo A do regulamento, isto é, não existem médicos, na terra ou no mar prontos a atender eventualidades decorrentes do mergulho, como o afogamento. Referir que nos locais, praia da Barra e do Tofo, onde se

realizam as atividades de mergulho, não existem unidades de saúde que atendam a este tipo de acidentes ou similares.

Impactos ambientais e proteção de desastres

Em Moçambique a proteção contra desastres está a cargo do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). Esta instituição atua, com diversos parceiros, em atividades de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos como a seca, ciclones, cheias, subida do nível mar, temperaturas elevadas, entre outras.

Na esfera municipal, não existe uma unidade que se dedica a gestão de desastres, sendo que o INGC presta assessoria ao município quando eventos extremos acontecem. O INGC, igualmente, desenvolve ações de formação de comitês de gestão de calamidades, apesar de neste município, ainda não ter abrangido os bairros turísticos, como o de Josina Machel e Conguiana, onde se localizam a praia do Tofo e da Barra. Existe um total de 5 comitês, localizados nos Bairros de: Muele 1, Liberdade 3, Conguiana, Chalambe e Salela (INGC, 2012). A GIZ, uma ONG alemã, encontra-se a formar cerca de 30 comitês locais de gestão de riscos na província de Inhambane e parte destes comitês será implantada nos bairros do município de Inhambane, como por exemplo, no bairro Josina Machel, onde se localiza a praia do Tofo.

A abordagem sobre desastres naturais, no geral, e especificamente sobre os riscos e impactos ambientais, tem sido motivo de discussão e análise em quase todo planeta, pelas alterações decorrentes de fenômenos naturais e ações humanas. Essas alterações estão relacionadas, primeiro, pela variabilidade climática e depois pelo aumento pela competição por terras, água, recursos energéticos e biológicos e ao desenvolvimento tecnológico puramente materialista, no qual a natureza é vista como uma fonte de oferta de recursos naturais inesgotáveis (SANTOS Rosely, 2004).

O turismo, ao se apropriar do espaço para captar fluxos de pessoas, produz impactos (sociais, econômicos e ambientais) diferenciados em tipologias e escalas. A produção de impactos positivos requer que os agentes da atividade planejem e executem suas ações tendo

em conta as especificidades do lugar de implantação dos projetos turísticos. Azevedo et al. (2012) enfatizam esse aspecto ao explicar que,

O turismo embasado na riqueza dos cenários naturais tem como unidade básica de trabalho, sistemas ambientais sensíveis às intervenções antrópicas. A capacidade de carga dessas unidades ambientais pode ficar comprometida em virtude de um desenvolvimento desordenado dessa atividade agravado pela ausência do planejamento, podendo apresentar como consequência impactos que se refletem na sociedade, economia e no meio ambiente. (AZEVEDO et al., 2012, p. 59).

Os impactos do turismo, segundo Battigelli (2007), estão ligados à construção de infraestruturas básicas, como rodovias e de equipamentos turísticos, incluindo áreas de lazer, que são fundamentais para a prática da atividade. Assim, atividade turística envolve múltiplas atividades que podem ter efeitos ambientais adversos, principalmente quando ocorrem em ambientes frágeis como são caracterizadas as áreas litorâneas (MORAES, 2007).

Agrega-se aos aspetos descritos, o fato das praias serem locais de múltiplos usos e agentes (pescadores, banhistas, desportistas, entre outros usuários) e muitas formas de uso concorrentes, tais como a pesca, a agricultura, a exploração florestal, o turismo, a recreação, a indústria, a urbanização, a conservação da natureza. Podem ser locais de constantes conflitos no uso de terra e dos recursos, encontrando-se susceptíveis às várias ameaças por parte do homem moderno (HUMBOLDT UNIVERSITÄT ZU BERLIM, 2002).

Visando minimizar os impactos negativos e garantir que diversas atividades e interesses ocorram sem conflitos, foram desenvolvidos, em nível municipal e nacional, instrumentos (leis, regulamentos, códigos) que regulam e direcionam os usos sustentáveis deste tipo de espaços, conforme se exemplifica no quadro 23. Salienta-se que “[...] no contexto do espaço público moçambicano, grande parte da política pública é elaborada em nível central, com efeito para todo o território nacional, havendo ainda um grande vazio na produção de políticas públicas de âmbito provincial, distrital ou municipal” (FERNANDO, 2012, p. 129). Destaca-se ainda que Moçambique adota uma divisão territorial diferente da brasileira, e quando há ausência de instrumentos locais/municipais/distritais, aplicam-se os nacionais existentes, vide quadro 24 com exemplos de instrumentos legais.

Quadro 24 – Exemplos de instrumentos nacionais e municipais para a gestão ambiental e turística na Praia da Barra

NOME	NÚMERO/DATA
Lei de Pescas	Nº 03/90 de 26 de setembro 1990
Lei de Águas	Nº 16/91 de 03 de agosto 1991
Lei do Mar	Nº 04/96 de 04 de janeiro 1996
Lei de Terras	Nº 19/97 de 01 de outubro 1997
Lei do Ambiente	Nº 20/97 de 01 de outubro 1997
Lei de Florestas e Fauna Bravia	Nº 10/99 de 07 de julho 1999
Lei do Turismo	Nº 04/04 de 17 de junho 2004
Lei de Ordenamento do Território	Nº 19/07 de 18 de julho 2007
Regulamento relativo ao Processo de Avaliação do Impacto Ambiental	Nº 45/04 de 29 de setembro 2004
Avaliação Ambiental Estratégica e Macro-Zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha)	2002
Código de Postura Municipal	2004
Plano Estratégico do Município de Inhambane 2009-2019	2009

Fonte: Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental de Moçambique - MICOA, 2002 e 2013; Conselho Municipal da Cidade de Inhambane - CMCI, 2004 e 2009.

O quadro 24 mostra que desde a década de 1990, existem instrumentos capazes de apoiar na redução de impactos ambientais em escala nacional e que em nível municipal houve progresso incipiente na elaboração de instrumentos que minimizassem os impactos ambientais. Os poucos instrumentos existentes na esfera municipal não foram/são levados em conta pelo poder público no âmbito da gestão ambiental, pois se verificam irregularidades, principalmente no âmbito do ordenamento territorial.

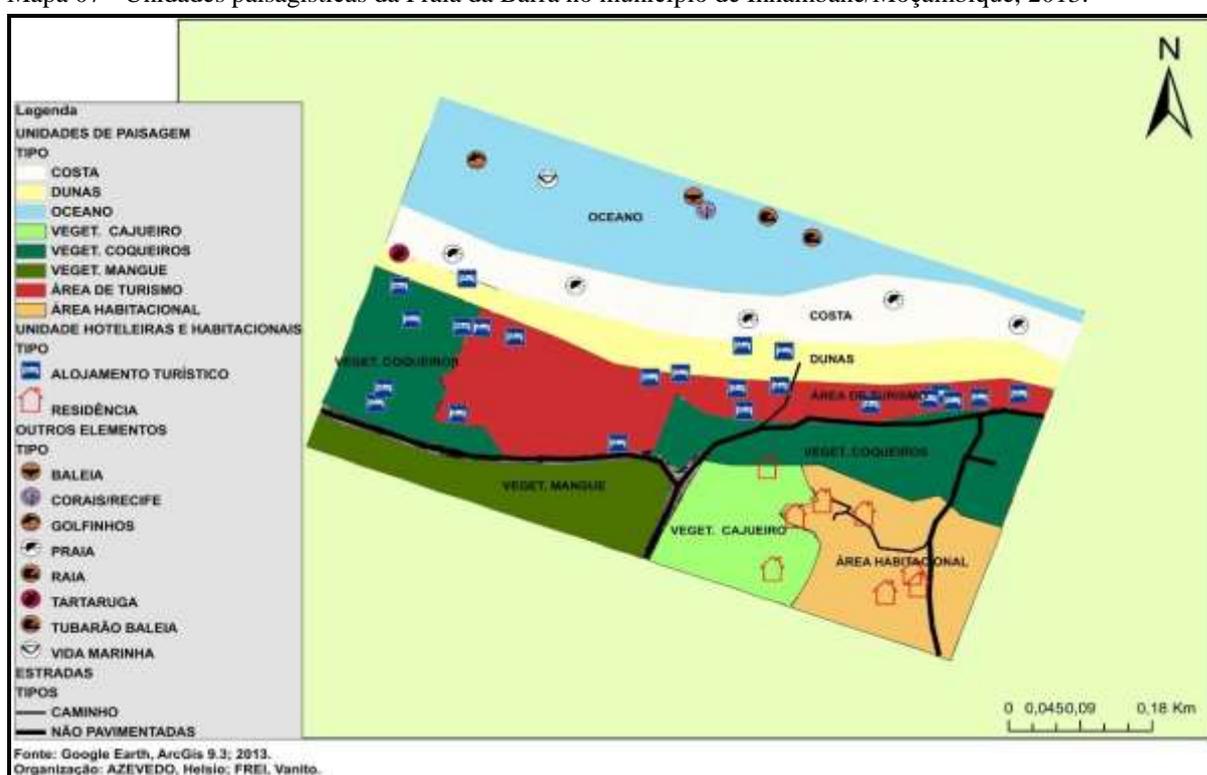
Este fato é enaltecido por Fernando (2012, p. 136) ao abordar que, por exemplo, o Plano de Ordenamento denominado Avaliação Ambiental Estratégica e Macrozoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha), aprovado por resolução da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2003, “teve pouco efeito no terreno em termos de execução e organização dos vários usuários e as atividades efetivas de zoneamento, podendo se concluir que o Município tenha efetivamente ‘ignorado’ o Plano [...]” que visava a promoção harmoniosa e sustentável destas praias do município.

Aponta-se a fraca divulgação por parte das entidades competentes, a falta de liderança por parte dos gestores municipais, a incipiente articulação dos organismos intervenientes neste plano, ausência de sistema de monitoria, a sobreposição de ações, as

limitações orçamentárias, entre outros aspectos, como fatores que levaram ao insucesso do instrumento (FERNANDO, 2012).

A ausência de instrumentos específicos no Município em geral resultou no desenvolvimento improvisado e incoerente com o disposto nos instrumentos mencionados, isto é, o desenvolvimento do turismo ocorreu e continua a ocorrer sem planos que direcionem a sustentabilidade da atividade. Exemplifica-se, a partir do recorte e georeferenciamento, realizado no programa Google Earth e no programa Arc Map respectivamente, de uma parte da Praia da Barra, a construção de moradias e equipamentos turísticos em locais inadequados, conforme mostra o Mapa 7.

Mapa 07 - Unidades paisagísticas da Praia da Barra no município de Inhambane/Moçambique, 2013.



Autoria: AZEVEDO, Helsio; FREI, Vanito; MARQUES, Ana, 2013.

É possível visualizar, a partir do mapa, que existem unidades de alojamento turístico implantadas nas dunas primárias, locais onde ciclicamente ocorre a desova de tartarugas marinhas e onde habitam diferentes espécies florísticas e faunísticas. Esses empreendimentos, dado a sua localização e tipo de construção, encontram-se vulneráveis a *tsunamis*, ciclones

tropicais e *storm surge*⁶⁵, eventos extremos que podem acontecer por fatores climáticos e geológicos (ARAMUGE, 2013).

Nesse contexto, Azevedo (2009) aponta que o crescimento da atividade turística não tem sido acompanhado por um planejamento correto por parte da entidade responsável – o Conselho Municipal da Cidade de Inhambane; visto que se registram impactos ambientais negativos, tais como o despejo impróprio de resíduos sólidos, a erosão costeira acentuada, a destruição de ecossistemas na costa, a poluição visual, a falta de uma rede integrada de esgotos, a circulação de carros nas dunas e orla marítima, entre outros problemas, conforme mostra a Foto 14.

Foto 14 – Construção de piscinas e *beach bar* na orla marítima (Praia da Barra)



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2012.

A imagem apresenta, primeiro, um caso de infração contra os instrumentos que definem a construção nesta praia e seus impactos e depois ilustra a exposição desta infraestrutura para destruição, no caso de ocorrência de um ciclone ou *tsunami*. Tais eventos

⁶⁵ Sem tradução em português. Significa a subida no anormal do nível do mar gerada por uma tempestade para além da maré astronómica prevista. Disponível em: http://www.nws.noaa.gov/om/hurricane/resources/surge_intro.pdf. Consultado em 10/02/2014)

são passíveis de acontecer diante de costas marítimas extremamente instáveis, como as do município de Inhambane (ARAMUGE, 2013).

O distanciamento dos diferentes agentes neste processo poderá conduzir este setor à decadência, dado que quanto menor for a qualidade da paisagem e maior exposição a eventos extremos (desastres), menor atratividade terá o território.

5.3 A segurança na esfera privada no município de Inhambane

Os turistas, por definição, deixam suas residências e buscam hospedar-se em unidades de alojamento do local visitado ou em residências de familiares e amigos, utilizando, no período de sua estada, os diversos serviços existentes, como a restauração e os transportes, por exemplo.

Durante a sua estadia, estes buscam se sentir seguros nos locais de lazer e entretenimento e nos locais onde se hospedam e passam refeições. Em outras palavras, os turistas buscam, para além da segurança fornecida pela esfera pública, a segurança na esfera privada.

Grunewald (2010, p. 13) conceitua segurança privada como a segurança dos serviços turísticos e define-a como “sistema que permite a proteção do turista durante o deslocamento pelos distintos estabelecimentos de serviços turísticos e recreativos (hotel, restaurante, agência de viagens, etc.) do destino turístico”.

A segurança privada é aquela que é direcionada ao visitante, proporcionada pelos proprietários das unidades de serviços turísticos, isto é, são as condições criadas, pelos operadores de turismo, para que os visitantes, durante sua estada/passagem estejam e se sintam protegidos de infratores e/ou eventos (naturais ou antrópicos) que podem perturbar a paz e o bem-estar. A título de exemplo, quando o turista chega a determinado hotel, ele espera que as condições de limpeza e higiene, no quarto, no banheiro ou ainda nos espaços de lazer, como piscinas, estejam boas, de modo a evitar a contaminação de doenças diversas.

Em Moçambique, o Decreto n° 18/2007, que aprova o Regulamento de Alojamento turístico, restaurante e bebidas e salas de dança, o Decreto n° 41/2005, que aprova o Regulamento das agências de viagens e turismo e de profissionais de informação turística e o Decreto n° 44/2006, que regulamenta o mergulho amador, orientam medidas de segurança

privada. Na escala municipal usam-se os instrumentos descritos, pois não existem instrumentos locais aprovados para o efeito.

Assim, apresentam-se a seguir, os resultados dos questionários aplicados aos operadores turísticos e aos turistas, em relação à segurança privada e pública do município de Inhambane.

5.3.1 A segurança nos estabelecimentos de alojamento, restauração e escolas de mergulho do município de Inhambane

Os estabelecimentos de alojamento e restauração, conforme se abordou anteriormente, são regidos pelo Decreto n° 18/2007. Estes, em função de sua categoria, devem prover serviços previamente estipulados para garantir que os utilizadores desses espaços obtenham a satisfação pelos produtos e serviços pagos/adquiridos.

Para o entendimento do cumprimento dos requisitos básicos dispostos na norma, foi realizado um questionário para os gestores de estabelecimentos de alojamento e restauração. Dos vinte e seis aplicados, onze foram estabelecimentos que oferecem serviços de restaurante e alojamento em simultâneo, sete de alojamento, sete de restaurante e um oferece serviço de bar⁶⁶. Parte destes, em função de seu tamanho, oferecem outros tipos de serviços, a destacar, atividade de mergulho, safari oceânico, pesca esportiva e organização de eventos diversos. Dezesesseis dos estabelecimentos foram construídos antes da data de aprovação do decreto 18/2007.

Quinze dos estabelecimentos questionados declarou que possuem conhecimento da legislação sobre o setor do turismo. Igualmente, 18 estabelecimentos, responderam que fazem o planejamento e gestão de riscos associados à segurança. Os que não fazem, declararam que essa prática não se enquadra na estratégia da empresa e que não sentem a utilidade de planejar e gerir os riscos.

Quando questionados sobre a existência de sistema de gestão de segurança na componente das atividades desenvolvidas associadas ao turismo, dezesseis estabelecimentos

⁶⁶ Importa referir que, no decorrer do trabalho de campo, para aplicação dos questionários, parte dos gestores de estabelecimentos mostraram indisponibilidade para responder ao instrumento e que muitos dos estabelecimentos encontravam-se encerrados.

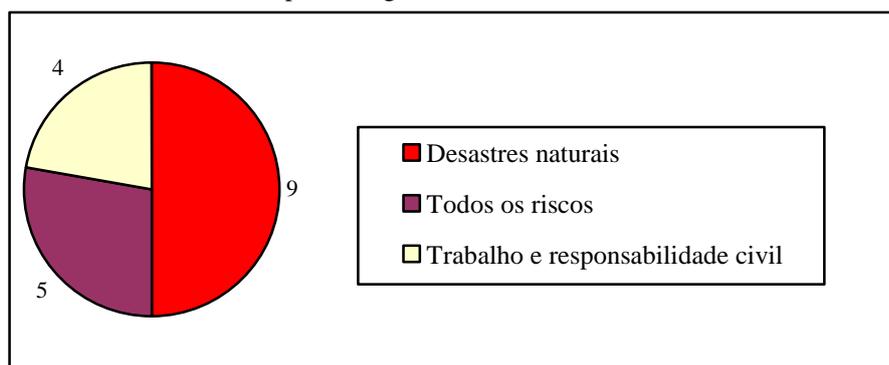
responderam que possuem e os demais, que não possuem, desconhecem e um aguardava a certificação. Na questão sobre a avaliação e licença ambiental, vinte um estabelecimentos, respectivamente, declararam que passaram por uma avaliação e que possuem licença ambiental.

Dezenove estabelecimentos declararam que não possuem um departamento ou seção, em sua estrutura organizacional, vocacionada a assuntos relativos a segurança e dezessete declararam não possuir um gerente de segurança, apesar de dezesseis afirmarem que o pessoal trabalhador é formado para lidar com questões de segurança que podem afetar aos próprios, clientes e visitantes.

Estes estabelecimentos, na sua maioria (onze), responderam que fazem registo das ocorrências de acidentes e possuem planos de emergência para inundações (dezesseis). Para emergência em caso de incêndios, verificou-se que vinte e um estabelecimentos não possuem e desconhecem a necessidade de ter sistemas de prevenção e combate a incêndios. Para fins de comunicação, em caso de ocorrência de situações de insegurança, vinte e um estabelecimentos, referiram possuir canais de comunicação, como telefones fixos e móveis.

Concernente à iluminação pública e a existência de geradores para falhas no fornecimento de energia elétrica da rede nacional, vinte e cinco e dezoito estabelecimentos respectivamente, responderam que possuem. A maior parte (dezenove) destes estabelecimentos possuem seguros contra os riscos diversos, conforme descreve o gráfico 2.

Gráfico 2 – Tipos de seguros dos estabelecimentos turísticos



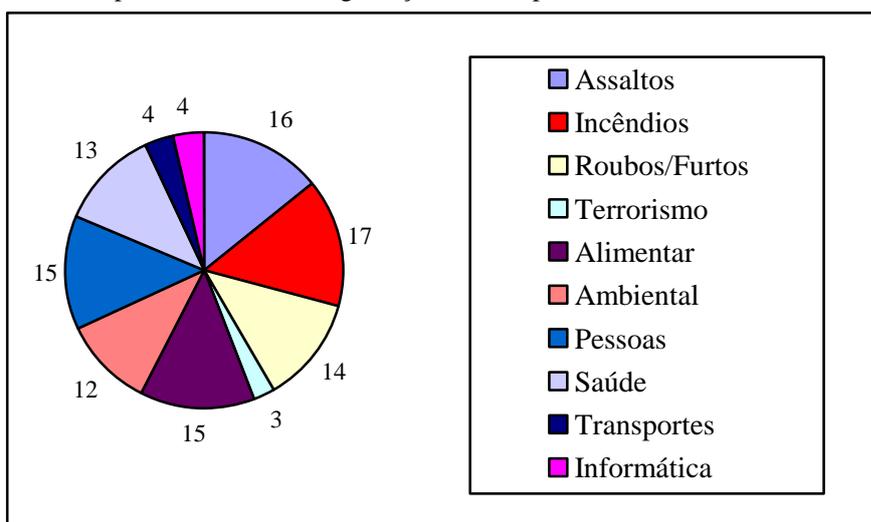
Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane.
 Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2013.

O gráfico 2 mostra que existe maior atenção, por parte dos operadores de turismo, aos seguros contra os riscos de desastres naturais. Este fato pode ser ocasionado pela exposição a

estes eventos, derivada da construção em locais inapropriados e ainda pelas características climáticas do município, que ciclicamente é assolado por esse tipo de eventos.

No concernente as medidas de segurança verificou-se que estes adotam medidas diversas, conforme apresenta o gráfico 3.

Gráfico 3 – Tipos de medidas de segurança adotadas pelos estabelecimentos turísticos



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane.
Autoria: AZEVEDO, Helsius, 2013.

O gráfico 3 mostra que a segurança contra incêndios é a mais adotada pelos estabelecimentos, seguindo-se a assaltos, alimentar e pessoas. Em relação às situações de insegurança que já aconteceram, nos estabelecimentos, destacam-se o furto, incêndios, roubo, intoxicação alimentar, sabotagens, acidentes rodoviários e ciclones.

Vale salientar que a maioria dos estabelecimentos não adotam ações de ajuda e compensação aos seus clientes, e ainda que quando perguntados sobre a necessidade de existência de uma unidade de polícia turística, estes afirmaram não considerarem necessária.

Em termos gerais, os questionados referem, primeiro, que o turismo possui importância elevada para o desenvolvimento do município e ainda que a segurança no município de Inhambane é boa e normal, respectivamente com dez respostas.

Em relação às empresas que oferecem serviços de mergulho, em Moçambique, verificou-se que estas cumprem o disposto no Decreto nº 44/2006, que regulamenta o mergulho amador. No período de aplicação deste questionário, somente duas empresas de mergulho estavam abertas e responderam ao questionário.

Estas estão devidamente licenciadas e são fiscalizadas, com frequência, pela Administração Marítima. Por natureza da atividade que desenvolvem, estes fazem o planejamento e gestão diária dos riscos associados ao mergulho e passeio de barco. De modo geral, estas empresas, afirmaram que:

- a) Conhecem a legislação turística moçambicana;
- b) Possuem sistema de gestão de segurança;
- c) Possuem licença de operação;
- d) Estão integrados na associação de mergulho e participam de eventos sobre legislação turística e relacionada a segurança na atividade;
- e) Todos os funcionários passaram por treinamento de segurança e existe um responsável e um departamento de segurança;
- f) Elaboram relatórios diários de suas atividades e possuem plano de emergência;
- g) Possuem meios de comunicação para a gestão de segurança, como por exemplo, rádios e telefones;

Concernente aos seguros e ao compromisso estabelecido para prestar informação e educação para os clientes, verificou-se que uma escola possui e a outra não possui. Estes responderam que os serviços de saúde pública para prestar apoio em casos de acidentes é insatisfatório.

Assim, a partir da aplicação dos questionários, pode-se observar que os sistemas de segurança, providos pelos estabelecimentos turísticos e pelas escolas de mergulho, apresentam-se com problemas que podem ser melhorados para que se garanta qualidade da oferta de produtos e serviços. Ressalva-se que as bases e ações de trabalho verificadas devem ser desenvolvidas.

O cumprimento do descrito nos instrumentos legais, fiscalização mais aguerrida das estruturas públicas de fiscalização, construção de infraestruturas de apoio às atividades e a criação de serviços pertinentes, permitirá que menos riscos, relacionados às atividades desenvolvidas, aconteçam.

5.3.2 Avaliação dos turistas quanto à segurança turística no município de Inhambane

Como resultado dos questionários aplicados aos turistas, pode-se apurar que 40% são do sexo masculino e 60% são do sexo feminino. Na sua maioria, 52.4% são solteiros e 44% são casados e os demais apresentam outros tipos de estado civil.

Os indivíduos na faixa entre 24-30 anos (33,6%) são os que mais visitaram, seguidos pelos indivíduos na faixa dos 31-37 (21,9%) anos de idade; o remanescente corresponde outras faixas etária, fato que demonstra que os jovens são os que mais visitam o município. Em termos de formação acadêmica, 51.8% dos visitantes são bacharéis, 16.1% possuem o ensino técnico-profissional, 11% o ensino secundário, 8% possuem o ensino primário e o remanescente engloba outras habilitações; parte considerável dos visitantes possui nível superior, fato que os permite serem/estarem esclarecidos em relação a questões relacionadas com segurança.

Os sul africanos, vizinhos do país, constituem a maioria dos visitantes, sendo que 56,4% dos visitantes inqueridos é desse país. Os turistas domésticos perfazem 10% dos inqueridos e os restante 90% são turistas internacionais. O continente europeu foi que enviou maior diversidade de turistas por país (onze nacionalidades puderam ser apuradas), seguindo o continente africano, com nove nacionalidades diferentes. Em termos de ocupação profissional, 42.5% trabalham em empresas privadas e 19% em empresas públicas, seguindo-se os empresários e profissionais liberais, com 16% e 12%, respectivamente.

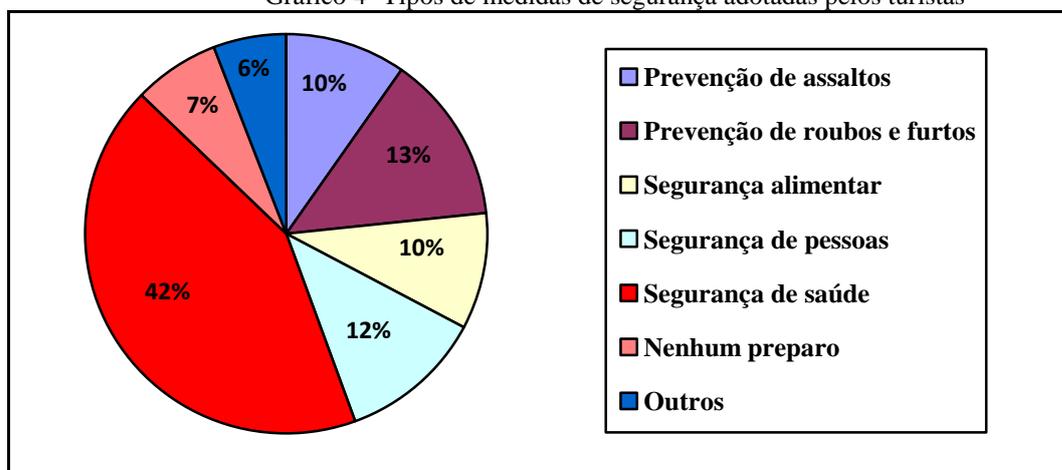
A maior motivação para as chegadas em Inhambane foram às praias, com 54% dos inqueridos a elegerem, seguindo com alguma expressão o mergulho e a reunião de trabalho, com 23% e 6.5% respectivamente. O remanescente percentual refere-se a outros tipos de motivação. Em relação aos transportes utilizados para circular no município, o chapa⁶⁷ e o táxi apresentam maior índice de uso com 23,5% e 20,7% respectivamente. Carros alugados e carros próprios são os mais usados com 18,4% e 10,5%, respectivamente. Os transportes marítimos e aéreos não foram mencionados pelos questionados.

⁶⁷ O nome chapa é uma expressão típica usada em Moçambique e corresponde a uma mini-van de 15 lugares.

Dos turistas questionados, a maior parte deles estava a realizar a sua primeira viagem ao município; este grupo representa 67.4% do total de inqueridos. Em relação a hospedagem, o *lodge*, com 53,8% das respostas, é o tipo de alojamento que mais foi frequentado pelos inqueridos. Os hotéis e pensões seguem como tipos de hospedagens mais frequentados com 13%, respectivamente.

Em relação às medidas adotadas pelos turistas, para prevenção de situações de insegurança, verificou-se que estes adotam medidas diversas, conforme ilustra o gráfico 4.

Gráfico 4- Tipos de medidas de segurança adotadas pelos turistas



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no município de Inhambane.
Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2013.

A prevenção de problemas de saúde, conforme ilustra o gráfico, destacou-se como a maior medida adotada pelos turistas e as de prevenção de assaltos, com menor ênfase, conforme ilustra o gráfico 5.

Sobre as informações procuradas antes de viajar à Inhambane, 44,8% dos questionados responderam que nada procurou saber sobre o destino. Em posições seguintes, aparecem os que procuraram normas e práticas em matéria de segurança no destino, com 18,7%, e os que procuraram saber sobre potenciais e reais riscos e perigos do turista durante sua visita com 15,6%. O remanescente do porcentual refere-se aos outros tipos de informações procuradas, com menos expressão.

Questionados sobre a apresentação de regras no âmbito de sua chegada ao destino, 98,3% dos questionados respondeu que não lhes foi apresentada qualquer regra que orientasse

a sua rotina no destino. A parte que respondeu positivamente alegou que somente foi informada sobre a forma de vestir para circular no município.

Em relação aos acontecimentos negativos vivenciados, a maior parte dos questionados (80,7) respondeu que nada aconteceu, relacionado a segurança, durante a sua visita. O furto com 2,8%, o afogamento, mau tratamento das autoridades de segurança pública e a intoxicação hídrica surgem com 2,5% dos casos que aconteceram aos turistas, respectivamente.

Na avaliação da segurança pública pelos turistas, de modo geral, verificou-se que existem mais elementos negativos que positivos, conforme ilustra o quadro 24. Referir que os dois resultados apresentados, nos quadros 25 e 26, referem-se às respostas que maior destaque tiveram por parte dos turistas.

Quadro 25 - Avaliação dos turistas sobre a segurança proveniente de infraestrutura básica – poder público

ITENS	Resultado 1	Resultado 2	% ¹	% ²
1. Estrada de acesso ao município	Razoável	Má	53,5	17
2. Estradas do município	Razoável	Má	56,1	15,3
3. Estradas de acesso aos atrativos do município	Razoável	Má	49	19,5
4. Aeródromo (pista) de acesso ao município	Razoável	Bom	50,1	18,7
5. Aeródromo (instalações) de acesso ao município	Razoável	Má	45,9	21,8
6. Sinalização no município	Razoável	Má	40,2	24,4
7. Sinalização até os atrativos	Razoável	Má	41,1	21,5
8. Sinalização no local de atrativos do município	Razoável	Má	40,5	22,3
9. Iluminação pública	Razoável	Má	47,6	21
10. Iluminação nos locais de interesse turístico	Razoável	Má	47,9	19
11. Limpeza urbana	Razoável	Bom	44,8	17,3
12. Limpeza dos locais com atrativos	Razoável	Bom	47,9	19,5
13. Qualidade dos transportes rodoviários	Razoável	Má	46,5	19,3
14. Qualidade dos transportes marítimos	Razoável	Não sei	44,8	25,5
15. Serviços de Comunicação no município	Razoável	Não sei	43,6	20,1
16. Serviços de Saúde no município	Não Sei	Razoável	44,8	34
17. Serviços de Saúde nos locais de atrativos	Não Sei	Razoável	43,9	34,8
18. Policiamento no município	Não Sei	Razoável	39,7	34,8
19. Policiamento nos locais de atrativos turísticos	Não Sei	Razoável	37,7	32,3
20. Disponibilização de informação meteorológica	Razoável	Não sei	38,5	28
21. Informações gerais do poder público sobre o destino (serviços de informação turística)	Razoável	Bom	42,5	17,6
22. Qualidade das águas das praias	Muito Bom	Bom	37,1	31,7
23. Segurança pública no geral	Razoável	Bom	40,2	28

Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo (aplicação de questionários) desenvolvido no Município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsius, 2014.

Pode-se observar, pelo que se apresentou no quadro 25, que dez itens mereceram uma avaliação razoável-negativa e somente um item mereceu a avaliação muito bom - bom. As estradas, a sinalização, a infraestrutura aeroportuária, a iluminação pública e a qualidade dos transportes públicos foram os aspectos negativos identificados, sendo que a qualidade das águas das praias foi o aspecto positivo destacado.

Por sua vez, na avaliação dos turistas aos elementos de segurança provenientes do setor privado, verificou-se uma avaliação considerada boa, conforme ilustra o quadro 26.

Quadro 26 - Avaliação dos turistas sobre a segurança proveniente de infraestrutura turística – setor privado

ITENS	Resultado 1	Resultado 2	% ¹	% ²
1. Qualidade das instalações do local de hospedagem	Razoável	Boa	33,7	32,3
2. Qualidade da limpeza e higiene dos quartos	Razoável	Boa	31,7	30,6
3. Qualidade da limpeza e higiene de banheiros do local de hospedagem	Razoável	Boa	34,6	29,7
4. Qualidade da limpeza e higiene de banheiros de outros locais visitados	Razoável	Boa	36	28,3
5. Qualidade das instalações dos restaurantes, bares, lanchonetes.	Razoável	Boa	42,5	34
6. Qualidade dos alimentos consumidos	Boa	Razoável	43,3	29,2
7. Qualidade das bebidas consumidas	Boa	Razoável	43,6	26,6
8. Qualidade da água nos estabelecimentos	Razoável	Boa	39,4	28,6
9. Qualidade do ar nos estabelecimentos	Boa	Razoável	34,3	32,9
10. Qualidade das informações prestadas sobre o local <i>online</i>	Razoável	Boa	29,5	24,1
11. Qualidade das informações prestadas sobre o local nos estabelecimentos visitados	Razoável	Boa	32,9	26,3
12. Qualidade dos meios de segurança internos (câmeras, cofre, extintor, etc.).	Razoável	Não sei	36,8	24,1
13. Apresentação e Higiene dos trabalhadores	Razoável	Boa	35,1	30,9
14. Visualização da sinalização para emergência	Razoável	Não sei	36,8	23,2
15. Qualidade da iluminação nas mediações do local de alojamento	Razoável	Boa	42,8	26,9
16. Segurança nas atividades de entretenimento realizadas (mergulho, safari, etc.)	Razoável	Boa	34,8	26,1
17. Segurança privada de modo geral	Razoável	Boa	37,1	26,3

Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo (aplicação de questionários) desenvolvido no Município de Inhambane. Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2014.

Pode-se observar, pelo apresentado no quadro acima, que diferente da avaliação da segurança pública, a privada apresentou mais elementos positivos, na avaliação dos turistas. A qualidade dos alimentos, das bebidas e do ar mereceram notas positivas, sendo que o aspecto

menos positivo foi à sinalização para emergência. Os outros elementos que tiveram avaliação razoável e negativa precisam ser melhorados para que os turistas alcancem a satisfação nas viagens que realizam para este município.

A satisfação dos visitantes garantirá a criação e manutenção da imagem e consequentemente contribuirá para que o número de visitantes cresça e que os ganhos que podem advir deste setor, se notabilizem.

5.4 Matriz Síntese da análise das Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades da segurança turística no município de Inhambane

O Quadro 26 apresenta a matriz FOFA que elucida o cenário atual da segurança turística no município de Inhambane, tendo em conta os elementos, internos e externos, anteriormente descritos e analisados.

Quadro 27 - Análise FOFA da segurança turística do município de Inhambane

FATORES INTERNOS				
ELEMENTOS	Qt.	FORÇAS	Qt.	FRAQUEZAS
Segurança pública	Fr. 01	Existe corporação policial municipal.	Frq. 01	Fraca abrangência dos serviços da policia municipal.
	Fr. 02	Existe infraestrutura de segurança municipal	Frq. 02	Falta de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros, na corporação policial do município, para garantir a efetividade da ordem e segurança.
	Fr. 03	Existem conselhos comunitários de segurança	Frq. 03	Inexistência de uma unidade de policia municipal que lida diretamente com turistas
	Fr. 04	Existem serviços de segurança privados	Frq. 04	Ocorrência de acidentes rodoviários
	Fr. 05	Acontecem ações de fiscalização rodoviária.	Frq. 05	Abuso de poder e corrupção das autoridades de segurança
	Fr. 06	Acontece educação dos condutores nas vias e por meio de palestras nos estabelecimentos de ensino, escolas de condução, nos mercados e nos locais de maior concentração de pessoas.	Frq. 06	Falta de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros, na corporação de salvação pública.
	Fr. 07	Existência dos Serviços de Salvação Pública	Frq. 07	Fraca abrangência dos Serviços de Salvação Pública
	-	-	Frq. 08	Inexistência de sistemas tecnológicos de análise e informação sobre o crime

	-	-	Frq. 09	Fraca compreensão, dos elementos da corporação, sobre outros idiomas.
	-	-	Frq. 10	Baixos índices de criminalidade
	-	-	Frq. 11	Inexistência de instituições que protejam os direitos dos consumidores.
Segurança de saúde	Fr. 08	Existência de unidades sanitárias.	Frq. 12	Insuficiência de unidades sanitárias nos locais de afluxos de turistas
	Fr. 09	Existência de profissionais de saúde em vários níveis de formação;	Frq. 13	Insuficiência de profissionais de saúde;
	Fr. 10	Articulações, com ONGs para melhoria dos serviços de saúde;	Frq. 14	Insuficiência de meios circulantes para o cumprimento das atividades da Saúde;
	Fr. 11	Existência de brigadas móveis de saúde	Frq. 15	Falta de incineradoras nas unidades sanitárias;
	Fr. 12	Existência de farmácias	Frq. 16	Falta de aterros sanitários nas unidades sanitárias;
	Fr. 13	Existência de clinica de saúde privada	Frq. 17	Sistema de coleta de lixo hospitalar deficiente;
	-	-	Frq. 18	Falta de aderência das brigadas móveis em algumas comunidades;
	-	-	Frq. 19	Não cumprimento do calendário das brigadas móveis.
	-	-	Frq. 20	Inexistência de unidades de saúde que trabalhem 24h na área das praias.
	-	-	Frq. 21	Falta de aderência das brigadas móveis em algumas comunidades;
	-	-	Frq. 22	Inexistência de farmácia que funcionem 24h.
	-	-	Frq. 23	Inexistência de unidades de saúde especializadas em tratamento de afogamento nas atividades de mergulho
Segurança nos transportes	Fr. 14	Existência de meios de acesso diversificados	Frq. 24	Estradas antigas, estreitas, esburacadas e com asfalto irregular.
	-	-	Frq. 25	Inexistência de passeios e faixas de peões na área das praias.

	-	-	Frq. 26	Limitada sinalização rodoviária e turística no município
	-	-	Frq. 27	Proximidade de assentamentos humanos a pista do aeródromo
	-	-	Frq. 28	Capacidade reduzida de transportes no período noturno
Segurança nas atividades recreativas e eventos	Fr. 15	Existência de legislação nacional que regula a segurança nas atividades recreativas e eventos	Frq. 29	Fraço cumprimento dos dispositivos previstos na legislação nacional que regula a segurança nas atividades recreativas e eventos
	-	-	Frq. 30	Existência de infraestruturas recreativas que não possuem condições de acesso para ambulâncias e carros de bombeiros.
	-	-	Frq. 31	Inexistência de serviços de salvação pública nas praias do município ao longo do ano
Impactos ambientais e proteção de desastres	Fr. 16	Existência de legislação municipal e instrumentos de desenvolvimento que suportam a minimização dos impactos ambientais e proteção contra desastres.	Frq. 32	Inexistência de unidades municipais de gestão de calamidades
	Fr. 17	Existência de comitês de gestão de calamidades	Frq. 33	Inaplicabilidade dos instrumentos legais municipais e instrumentos de desenvolvimento que suportam a minimização dos impactos ambientais e proteção contra desastres.
	-	-	Frq. 34	Construção de assentamentos humanos e turísticos em áreas de riscos de desastres.
	-	-	Frq. 35	Inexistência de áreas de conservação municipal
	-	-	Frq. 36	Destruição de mangue
FATORES EXTERNOS				
ELEMENTOS	Qnt.	OPORTUNIDADES	Qnt.	AMEAÇAS
Segurança política -	-	-	Am. 01	Instabilidade político-militar na região central do país, inibindo a livre circulação rodoviária.
	-	-	Am. 02	Tensão política nos países vizinhos, como no Zimbabwe e Malawi por exemplo.
Segurança pública	Op. 01	Existe corporação policial nacional.	Am. 03	O município encontra-se próximo a distritos e outros municípios (Massinga, por exemplo) que registram índices de criminalidade elevados.
	-	-	Am. 04	Corrupção na corporação, principalmente, na policia de

				trânsito.
	-	-	Am. 05	Novas tipologias de crime associadas a comunicação e tecnologias.
	-	-	Am. 06	Pirataria marítima
	-	-	Am. 07	Terrorismo no Quênia
Segurança de saúde	Op. 02	Existência de um Hospital Provincial	Am. 08	Índices altos de epidemias no país e na região;
	Op. 03	Existência de instituições internacionais que apoiam o setor.	Am. 09	-
Segurança nos transportes	Op. 04	Integração do município na rede nacional e internacional de transportes	Am. 10	Via de acesso ao município com problemas de asfalto, sinalização e erosão nas bermas.
	Op. 05	Existência de instituições nacionais de fiscalização rodoviária e marítima	Am. 11	Aeródromo com instalações antigas e sem iluminação na pista
	-	-	Am. 12	Acidente e incidentes aéreos da única empresa que faz voos domésticos para este destino
	-	-	Am. 13	Ponte cais degradada
	-	-	Am. 14	Meios deficitários de combate a incêndio e salvamento marítimo
Segurança nas atividades recreativas e eventos	Op. 06	Existência de unidades de saúde, salvação públicas e de policiamento.	-	-
Impactos ambientais e proteção de desastres	Op. 07	Existência de legislação nacional que suporta a minimização dos impactos ambientais e proteção contra desastres.	-	-
	Op. 08	Existência de unidades nacionais de gestão de calamidades	-	-

Legenda: Qnt.- Quantidade; Fr.- Força; Frq. – Fraqueza; Op. – Oportunidades; Am. – Ameaças.
Organização: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no Município de Inhambane.

Fonte: Adaptado/Albert Humphrey, 1960-1970.
Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2014.

Dentre os elementos apresentados no quadro, pode-se observar que no ambiente interno, existem mais elementos de fraqueza que de força e no ambiente externo existem mais elementos de ameaças do que de oportunidades, conforme ilustra, no quadro 27, a síntese dos resultados identificados da análise FOFA.

Quadro 28 – Síntese da análise FOFA

		ELEMENTOS QUE AJUDAM NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DA SEGURANÇA TURÍSTICA	ELEMENTOS QUE PERIGAM O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA SEGURANÇA TURÍSTICA
AMBIENTE	Interno	Forças 17	Fraquezas 36
	Externo	Oportunidades 8	Ameaças 14

Organização: Azevedo, 2014. Fonte: Adaptado/Albert Humphrey, 1960-1970.

Este cenário identificado requer, da parte dos intervenientes do setor turismo, diretos e indiretos, maior preocupação com a qualidade da oferta turística.

Esforços devem ser desenvolvidos para que as fraquezas e ameaças sejam mitigadas ou reduzidas e para que as forças e oportunidades sejam maximizadas. O posicionamento negativo verificado não contribuirá para o desenvolvimento local, fato que não provocará dinâmicas locais sem que aconteça uma intervenção mais afinçada do poder público na esfera municipal, apoiada pelos órgãos de poder nacional e internacional.

Importa aclarar que o processo de aplicação da matriz deverá ser cíclico, pois o microambiente do turismo está sempre em processo de mudanças.

CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, mais do que nunca, na era da sociedade capitalista globalizada, a segurança e o turismo são campos de conhecimento que devem merecer atenção dos estudos geográficos, pois o fator segurança é tido como um importante elemento no processo de desenvolvimento de determinado território turístico.

A segurança apoia ou prejudica a atividade turística, isto é, atua, em determinadas vezes, como fator facilitador e, em outras, como repulsor. Ignorar a sua incorporação como elemento central no processo de planejamento territorial e turístico é “minar” o desenvolvimento deste e demais setores produtivos.

Conforme ilustrado ao longo do trabalho, as esferas pública e privada devem trabalhar em parceria para valorizar a paisagem turística que, geralmente, constitui o mosaico de recursos turísticos que motivam a chegada de visitantes no lugar turístico. Uma imagem negativa irá influenciar diretamente na chegada de turistas e vice-versa, daí que a venda da imagem do destino deve ser feita sem que não se criem falsos valores não correspondentes à verdade.

Os conflitos, as contradições, as diferenças existentes no território podem impactar negativamente para quem o visita e, desse modo, gerar insatisfação, o que compromete a imagem produzida, conforme está acontecendo em Moçambique, com a reativação dos conflitos político-militares.

Por isso, a segurança turística, nos dias atuais, no processo de valorização dos lugares turísticos, deve merecer atenção, pois o (s) mesmo (s) lugar (es) podem perder a qualidade da imagem e os benefícios advindos do setor, o que conseqüentemente irá instalar o “caos” e um caminho sem precedentes para a imagem da lugar.

Do mesmo modo, pode se refletir que a produção da imagem, tal como ocorre frequentemente pela engenhosidade criativa da publicidade e da propaganda, pode falsear os lugares. Ao defender-se que a segurança é um fator de atração da atividade turística, deve-se

ficar atento para o modo como a imagem é produzida e disseminada. Da mesma maneira que o que se tem denominado de militarização da existência, mecanismo pelo qual se associa ao tipo de uma sociedade de controle, pode também não ser um componente positivo da imagem dos lugares turísticos.

A vasta experiência da pesquisa científica – e a força econômica, cultural e social – dessa atividade, tem revelado que o beneplácito da segurança, da qualidade e do conforto do turismo, mais que na propaganda, está contida na voz do próprio turista. Ao exercer a atividade, sozinho ou com membros da família, a sensibilidade do viajante resulta num valor positivo ou negativo, fazendo com que o próprio turista encomende ou não o lugar para outros membros.

Essa atitude de testemunho, positivo ou negativo, constrói a imagem de uma maneira mais decisiva. Assim como o contrário é verdadeiro: dificilmente uma experiência malograda de um turista, em determinado lugar, vai lhe conduzir a positivar este a agentes de suas relações. Em decorrência disso, defendemos a preposição de que a relação entre territórios e/ou lugares turísticos, segurança e imagem, conformam a essencialidade da atividade turística.

Portanto, no processo de pensar e/ou gerir o destino turístico, não se deve pensar somente no lucro rápido e em ignorar as relações socialmente construídas e existentes do lugar. Os sujeitos, bem ou mal intencionados, fazem parte do lugar e na sua relação com os visitantes, em alguns momentos, se tornam agentes que usam a delinquência para produzir linhas de fugas ou mesmo para construir a sua sobrevivência corporal e mental fora dos padrões ideais de sociabilidade comum, criando formas de usurpar o turista e mecanismos de insegurança/medo/repulsa que são, muitas vezes, amplamente divulgados pela mídia, fato que influencia negativamente a qualidade do destino.

Neste trabalho foi considerado que a atividade turística não é homogênea. O próprio turismo é tecido, desenvolvido e constituído por significações e sentidos diferenciados. Valemos no presente trabalho de uma constatação: a aproximação do turismo com a segurança é uma ponte qualificadora de seu exercício e de seu futuro.

Em Moçambique e em Inhambane, o turismo é um setor importante para o desenvolvimento socioeconômico. O potencial turístico existente é diversificado e disperso, o que possibilita investimentos de nacionais e estrangeiros. Nos últimos vinte e dois anos o

setor mostrou crescimento e o número de empregos e de receitas da atividade tem aumentado desde que se estabeleceu a paz no ano de 1992.

O processo de crescimento do país foi marcado por momentos que inibiram o desenvolvimento do setor, visto que, as guerras transformaram as paisagens turísticas em paisagens do medo.

Esses eventos, associados aos eventos climáticos extremos, ocasionaram o ofuscamento da imagem do país em nível internacional e a destruição de importantes infraestruturas de suporte ao setor, como as rodovias, por exemplo, inibindo a circulação.

O novo panorama econômico, do *boom* dos megaprojetos, tem impulsionado profundas mudanças, principalmente, na construção e reabilitação de importantes infraestruturas de suporte e específicas para atender a circulação de recursos explorados e dos diversos intervenientes na gestão dos projetos.

A reabilitação, no país, de estradas, portos, linhas férreas, aeroportos etc. ajuda, indiretamente, na melhoria do setor e conseqüentemente abre caminhos para uma melhor qualidade da oferta. De igual modo, os agentes do setor turístico devem criar ambientes seguros para os visitantes e, igualmente, melhorar a qualidade dos serviços que se oferece. O planejamento integrado deverá ser à base do desenvolvimento dos destinos, pois é a garantia da exploração sustentável dos recursos.

O futuro do setor do turismo em Moçambique será próspero se os erros do passado não prevalecerem e se os desafios identificados forem tomados como preocupação e transformados em ações concretas que visem garantir um setor sustentável, seguro e resiliente face às incertezas do futuro. Isso dentro de uma perspectiva global.

O município de Inhambane, pelos resultados da análise dos elementos de segurança privados e públicos, apresentou uma condição negativa, visto que, verificou-se que existem mais elementos de fraqueza e ameaça do que de oportunidades e forças. Igualmente, a partir da avaliação dos turistas e operadores, constatou-se que a satisfação destes sobre a temática segurança é razoável. Numa perspectiva de concorrência, essas condições atuais são prejudiciais para manter uma cota de visitantes que garantam dinâmicas positivas, podendo inibir retornos de visitantes e limitar o interesse de visitantes potenciais.

Ademais, no trabalho que se apresentou, por meio da leitura teórica de geógrafos pesquisadores da atividade turística e de profissionais de outros campos de saber, juntando-se à interlocução com membros do grupo de estudos e pesquisa, ESPAÇO, SUJEITO E

EXISTÊNCIA, incluindo também a parceria com outros profissionais do Laboratório de estudos e pesquisas das dinâmicas territoriais (LABOTER), os vários trabalhos de campo realizados no Brasil, a organização e participação em eventos e, especialmente, a pesquisa desenvolvida em Inhambane, tornaram possível compreender que, de fato, a segurança é um requisito contemporâneo para se pensar o turismo.

Por meio da segurança, descobrem-se outros componentes sociais e territoriais que ultrapassam apenas o local. Observou-se que a situação do país em relação à geopolítica e à economia mundial, o trânsito vertiginoso de capitais, a circulação de informações e símbolos por meio das redes, a ação do marketing e da publicidade, o que se tem chamado “midialização” do indivíduo, convocam, na leitura da segurança e do turismo, a questão da imagem do território.

Pode-se dizer que a imagem dos territórios turísticos alimenta os fluxos ou os destituem. A segurança compõe a produção dessa imagem, podendo acarretar mudanças das rotas turísticas. Assim, não basta que um território apresente potencialidades paisagísticas ou de outra natureza, sem levar em consideração os atrativos imagéticos, ou a segurança como uma face do conforto e da motivação para o exercício de busca do turista.

Enxergou-se que os dispositivos complexos das sociedades globalizadas penetram a atividade turística, transformando-a, também, numa atividade complexa. Por conseguinte, podemos afirmar que essa atividade – como qualquer outra atividade humana – se abre à vários sentidos que podem ser conflitantes.

Em nossa abordagem, o desafio foi compreender a atividade gerando renda e, ao mesmo tempo, incluindo, melhorias das condições humanas no setor educativo, da saúde, saneamento, comunicação, transportes, do lazer, da relação com o ambiente, da aprendizagem etc. Portanto, observou-se que é possível fazer do turismo uma atividade de formar a integridade do sujeito, assim como o de gerar respeito à diferença e ao diferente ou o contrário.

Viu-se, igualmente, que ao pesquisar o turismo em Inhambane, as potencialidades, as práticas, as lacunas, foi possível enxergar o plano da política pública, inclusive na realidade de Moçambique. Esse arco de entendimento – do local ao global passando pelo nacional – mostra a complexidade do turismo e também a sua importância, a sua abertura para inovações e a justificativa de estudos futuros mais específicos.

Enfim, ao entrar no mundo do turismo, “mergulha-se” no mundo da pessoa e na sua relação com o território. Desta feita, não apenas apreende-se sobre o lugar cognitivamente, entende-se quem somos nesse lugar e a importância deste na vida das pessoas. Assim, entende-se o lugar pelos atributos, objetos, monumentos, componentes naturais, a cultura, as paisagens.

No trabalho que se apresentou há outro componente: cruzaram-se as linhas, de maneira compartilhada e amigável, das fronteiras de dois continentes. Compreendeu-se em conjunto, os graus profundos de similitudes e também de diferenças. Enriquecemo-nos com a voz do Outro e esperamos ter contribuído também com o seu enriquecimento.

Assim, em função do que foi narrado ao longo do trabalho, nas várias dimensões estudadas pelo turismo, defendemos a tese de que a segurança turística, no município de Inhambane, no processo de se pensar e gerir a atividade, é pouco aplicada pelos seus diversos agentes.

A situação descrita, a curto e médio prazo, pode fazer com que todo trabalho, realizado para revitalização da imagem, para organização do lugar e para valorização das paisagens do município de Inhambane, seja infrutífero. O conflito político-militar, a fraca qualidade das infraestruturas e serviços, agregados ao custo da viagem, isto é, a atual situação identificada nos diversos elementos analisados sobre segurança fará com que o número de chegadas de turistas, numa perspectiva de médio e longo prazo, seja decrescente. Essa tendência ocasionará impactos negativos, sociais e econômicos, que vão limitar o desenvolvimento que se estava a verificar nos últimos 10 anos.

RECOMENDAÇÕES

Um dos objetivos descritos, no início deste trabalho, é o de apoio aos intervenientes, do setor do turismo, do município de Inhambane, na compreensão e melhoria dos aspectos de segurança que põem em risco a atividade, seus usuários, promotores, operadores, e as comunidades locais.

Neste sentido, as recomendações, apresentadas por meio do quadro 28, são baseadas em resultados encontrados na pesquisa desenvolvida, principalmente, a partir das fraquezas e ameaças identificadas e das recomendações deixadas pelos intervenientes que participaram do workshop sobre segurança turística no município de Inhambane.

Salienta-se que as ações recomendadas podem auxiliar, no futuro, o planeamento e gestão da atividade turística neste território, portanto, cabe a cada um dos agentes deste sector, desenvolver com maior afinco as estratégias para melhorar as situações negativas identificadas.

Refere-se que as estas ações devem ser pensadas de forma integrada para que não ocorra (1) a duplicação de esforços, (2) a dispersão de recursos, (3) sobreposição de atividades e (4) o não cumprimento dos objetivos de desenvolvimento.

Quadro 29 – Recomendações para melhoria da segurança turística no município de Inhambane

AGENTES DO SETOR DO TURISMO	AÇÕES RECOMENDADAS
Governo Central e Provincial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar condições para que os conflitos politico-militares terminem e a mobilidade pelo território nacional aconteça; ▪ Participar na resolução dos conflitos políticos e militares na região austral de África e do continente; ▪ Promover a política de turismo e planos nacionais que incorporem a segurança nas ações de desenvolvimento turístico; ▪ Cooperar com os demais países e organismos internacionais na criação de plataformas de discussão sobre desenvolvimento, no geral, e segurança turística especificamente (Ex. fórum sobre pirataria marítima); ▪ Desenvolver ações que visem à integração das comunidades nos projetos de turismo; ▪ Desenvolver um plano de promoção da imagem do país. ▪ Promover o turismo doméstico; ▪ Melhorar a qualidade da infraestrutura básica nacional; ▪ Melhorar a qualidade dos serviços de controle rodoviário; ▪ Melhorar a qualificação dos técnicos e agentes do Estado para redução da corrupção. ▪ Expandir a abrangência dos serviços da policia nacional para as áreas turísticas. ▪ Apetrechar em recursos (humanos, materiais, tecnológicos e financeiros) a corporação policial do município, para garantir a efetividade da ordem e segurança; ▪ Criar uma unidade de policia que trabalhe segmentada para atendimento e proteção dos turistas; ▪ Capacitar os agentes de segurança em língua inglesa, em novas tecnologias de combate ao crime e monitoria de riscos; ▪ Desenvolver uma modelo de registro de criminalidade que aprimore a compreensão dos impactos do crime sobre o turismo; ▪ Promover a criação de instituições de defesa dos consumidores; ▪ Promover o espaço aéreo moçambicano para atuação no território nacional de outras companhias nacionais e estrangeiras; ▪ Vedar e melhorar a estrutura do aeródromo do município (Ex. implantação do sistema de iluminação); ▪ Desenvolver mecanismos mais eficientes para garantir a aplicabilidade dos instrumentos legais existentes; ▪ Desenvolver políticas públicas para estancarem-se as epidemias regionais, como o HIV/SIDA, por exemplo; ▪ Reabilitar a ponte cais do município; ▪ Exigir o cumprimento dos requisitos de segurança nas embarcações marítimas de transporte de pessoa

<p>Governo Local</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade da infraestrutura básica municipal; ▪ Expandir a abrangência dos serviços da polícia municipal para às áreas turísticas; ▪ Apetrechar em recursos (humanos, materiais, tecnológicos e financeiros) a corporação policial do município, para garantir a efetividade da ordem e segurança. ▪ Desenvolver campanhas de educação no trânsito para redução da ocorrência de acidentes rodoviários; ▪ Expandir os serviços de salvação pública para os bairros densamente povoados e para os locais de interesse turístico do município; ▪ Criar sistemas tecnológicos de análise e informação sobre riscos; ▪ Criar uma unidade de polícia que trabalhe segmentada para atendimento e proteção dos turistas; ▪ Capacitar os agentes de segurança em língua inglesa, em novas tecnologias de combate ao crime e monitoria de riscos; ▪ Aumentar as patrulhas policiais e de salvação pública (bombeiros) nas praias, principalmente, em épocas altas e em dias de ocorrência de eventos; ▪ Expandir as unidades sanitárias de urgência de modo a atender, igualmente, a área das praias. ▪ Apetrechar em recursos (humanos, materiais, tecnológicos e financeiros) e meio circulantes a corporação policial do município, para garantir a efetividade da ordem e segurança. ▪ Criação do aterro sanitário urbano e hospitalares; ▪ Reabilitar a rede de estradas, incluindo a colocação de sinalização turística e rodoviária; ▪ Incrementar e diversificar a rede de oferta dos serviços de transporte para mobilidade local, regional, nacional e internacional; ▪ Criar uma unidade municipal de gestão de calamidades; ▪ Desenvolver mecanismos mais eficientes para garantir a aplicabilidade dos instrumentos legais existentes; ▪ Exigir a adequação das infraestruturas turísticas, esportivas, recreativas aos padrões definidos nos regulamentos que garantem a melhoria da segurança dos utentes; ▪ Proibir a construção de assentamentos humanos e turísticos em áreas de risco de desastres; ▪ Criar uma área de preservação do mangue e das tartarugas no município; ▪ Cooperar com os demais distritos e municípios na criação de plataformas de discussão sobre desenvolvimento, no geral, e segurança especificamente.
<p>Operadores de Turismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprir com o disposto nos instrumentos legais sobre turismo; ▪ Evitar desenvolver projetos de expansão e criação de infraestruturas em áreas de risco;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contratar seguros das suas atividades; ▪ Informar, sem falsear, aos turistas sobre os riscos da viagem e principalmente das atividades que estes vão desenvolver; ▪ Envolver as comunidades locais nas atividades de turismo, no emprego formal ou na promoção de pequenos negócios; ▪ Promover projetos de responsabilidade sócio ambiental nas comunidades; ▪ Preservar os recursos naturais; ▪ Estimular e participar nos fóruns de segurança e turismo locais; ▪ Criar articulações com a polícia local e outros organismos para apoio ao turista em caso de algum evento de insegurança; ▪ Compensar as vitima por insegurança dentro das instalações turísticas.
Comunidades Locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar dos projetos de desenvolvimento turístico; ▪ Proteger os recursos naturais; ▪ Criar conselhos comunitários de segurança e de gestão de recursos naturais; ▪ Participar e inibir as ações de insegurança; ▪ Participar em formações educacionais para complementar a mão-de-obra turísticas; ▪ Denuncia de ações que estão associadas aos crimes; ▪ Desenvolver o turismo comunitário. ▪ Participar das discussões públicas dos projetos de desenvolvimento municipal e nacional

Organização: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no Município de Inhambane.

Autoria: Azevedo, Helsio (2014).

REFERÊNCIAS

AFONSO, Rui S.; MARQUES, João M. *Recursos minerais de Moçambique: contribuição para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

AFONSO, Rui. *A geologia de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1976.

AGUIAR, Maria de F.; MARTINS, José C. de Oliveira; CARDOSO, Gleudson P.. *Reflexões sobre a hospitalidade no contexto turístico*. Turismo Visão e Ação, v. 5, n.3, set./dez. 2003.

ALMEIDA, Maria G. de. *Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões*. Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local. Curitiba, Paraná, 2004. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/214/Almeida_maria_geralda_desenvolvimento_tur_stico.pdf. Acessado em: 20/06/2012.

_____. *A geografia imaginária dos lugares turísticos. XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada e as Dinâmicas de apropriação da Natureza*. Viçosa, MG, 2009. Disponível em: http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/comunicacao_coordenada/008.pdf. Acessado em: 20/06/2012.

AMARAL, Luiz O. de O.. *Direito e segurança pública: a juridicidade operacional da polícia*. Brasília: Consulex, 2003.

ARAMUGE, C. *Eventos ambientais extremos em Moçambique*. Entrevista concedida em 20/05/2013, na cidade de Maputo. Analista de eventos extremos no Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique.

AUGUSTO, Lúcio G. C. et al. *Estudo do impacto ambiental: projeto de desenvolvimento do complexo turístico do Tofinho na praia do Tofinho*. Inhambane, 2005.

AZEVEDO, Francisco F. et al. *A internacionalização do turismo no mundo subsenvolvido (Brasil e Moçambique): problematizando a sustentabilidade turística*. Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina, Perú, 2012. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Francisco-Celso-Rafael-Elizabeth.pdf. Acessado em: 20/05/2013.

AZEVEDO, Helsio A. M. de A. *Modelo de diagnóstico ambiental para elaboração do plano ambiental do município de Inhambane em Moçambique*. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

AZEVEDO, Helsio A. M. de A; SUMALE, Gouveia D.. *Uso das tecnologias de informação e comunicação para promoção do turismo: caso da área urbana do município de Inhambane*. In: Azevedo, Fransualdo (Org.). *Turismo em foco*. Belém: NAEA, 2013, p. 313-334.

AZEVEDO, Helsio; FREI, Vanito; MARQUES, Carol. Impactos e riscos ambientais da atividade turística: a praia da barra no município de Inhambane/Moçambique. **Espaço em Revista**, Vol. 15, n. 2, pp. 1-27, dezembro. 2013.

AZEVEDO, M. B. A. de; LIMA, A. C. A. de; NOBRE, M. F. A identificação de impactos ambientais associados à atividade turística nas praias de Baixa Grande e Morro Pintado, município de Areia Branca-RN. **Turismo: estudos e práticas**. Vol. 1, n. 1, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/245/152>>. Acessado: 20 julho 2013.

BANCO MUNDIAL. *Kenya's tourism: polishing the jewel*. Washington: WB, 2010.

BANCO MUNDIAL. *Turismo Internacional: número de chegadas*. Disponível em: http://search.worldbank.org/quickview?view_url=http%3A%2F%2Fdatabanksearch.worldbank.org%2FDataSearch%2FLoadReport.aspx%3Fdb%3D2%26cntrycode%3D%26sercode%3DST.INT.ARVL%26yrcode%3D. Acessado em: 04/05/2012.

BARCA, Alberto da; SANTOS, Tirso dos. *Geografia de Moçambique: física e econômica*. Maputo: DINAME, 2000.

BARRETO, Alcyrus V. P.; HONORATO, Cezar de F.. *Manual de sobrevivência na selva acadêmica*. Rio de Janeiro: Objeto Direto, 1998.

_____. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 10ª ed., Campinas: Papirus, 1995.

_____. *Planejamento e organização em turismo*. 9. Ed. Campinas: Papirus, 2003.

BARRIO, R. M. *Interdependencia social en torno al fenómeno turístico*. Madri: Instituto de Estudios Turísticos, 1971.

BATTIGELLI, F. *Turismo e ambiente nelle aree costiere del Mediterraneo: regione a confronto*. Udine: Forum Edizioni, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Tradutor Raquel Soeiro de Brito. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

BENI, Mário C. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, Mário C.. *Análise estrutural do turismo*. 7. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BILÉRIO, Bernardino. *Papel dos governos (autarquias) locais na consolidação da democracia em Moçambique: 1998-2006. Caso do município de Inhambane*. In: Conferencia

inaugural do IESE – Desafios para a investigação social e econômica em Moçambique, Maputo: 2007.

BONDARUK, Roberson L.; SOUZA, César A.. *Manual de segurança*. Curitiba: Comunitária, 2003.

BONHAM, Carl et al.. *The impact of 9/11 and other terrible global events on tourism in the U.S and Hawaii*. Honolulu: East-West Center, 2006. Disponível em: <http://scholarspace.manoa.hawaii.edu/bitstream/handle/10125/3683/ECONwp087.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8/05/2011.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRAGGIO, Laércio A.. *Turismo e segurança pública*. Balneário Camboriú-SC. 2007. 97f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, SC, 2007.

BRASIL. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. *Introdução ao turismo e hotelaria*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

BUARQUE, Sergio C.. *Construindo o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURAMO, Rojassee O. M.. *Oferta Turística no município de Inhambane*. In: Debate sobre Importância do turismo no processo de planejamento estratégico e desenvolvimento de territórios. Inhambane: ESHTI, 2013.

CABRAL, Luiz O.. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUSFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, 2007.

CAPELA, José. *Donas, senhoras e escravos*. Porto: Enquadramento, 1995.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. Violência e desigualdade social. *Ciência e cultura*. São Paulo, v. 54, n. 1, p.25-31, jun./set. 2002.

CARVALHO, Horácio M. de. *Metodologia do Planejamento Municipal Participativo, um modelo interativo*, IICA (mimeo.). Versão Preliminar. Curitiba, agosto de 1997.

CARVALHO, Paulo. Planejamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais. *2º Congresso Lusófono de Ciência Regional Cabo Verde – Praia*, 2009.. Disponível em: <www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf>. Acesso em: 07/05/2012.

CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTELLI, Geraldo. *Turismo: atividade marcante do século XX*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

CASTRO, Antônio L. C. *Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres*. 5 Ed. Brasília, DF: MIN-SNDC, 1998.

CASTRO, Cleber. M. et al. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 28, n.2 p. 11-30, 2005. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_2005/Anuario_2005_11_30.pdf>. Acesso em: 07/05/2013.

CASTRO, Iná E. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAVALCANTI, Lana S. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 4. Ed. Campinas: Papirus, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração nos novos tempos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIZIANE, Eduardo. *As autarquias locais e o desenvolvimento do turismo em Moçambique*. Lisboa: Universidade de Lisboa, s.d. Disponível em: <http://www.fd.ul.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/ChizianeEduardo.pdf>. Consultado em 12/05/2012.

COMOANE, Ana. *Impacto da política de desenvolvimento em turismo*. O caso dos PMAs, em especial Moçambique: contingências e estratégias. Coimbra: Editora Almedina, 2007.

CORRÊA, Roberto L.. *Espaço: um conceito-chave da geografia*. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 5ª Edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, Roberto L.. *Região e organização espacial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

COUTO, Mia. *Morar o medo*. In: CONFERENCIA DE ESTORIL SOBRE SEGURANÇA. Estoril, 2011. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=jpb63Uw_0BU. Consultado em: 12/06/2012.

CRUZ, Rita C. A. da. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

_____. *Introdução à geografia do turismo*. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

CUNHA, Licínio. *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

DANTAS, Nathallye G. de S.; MELO, Rodrigo de S. *O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana/PB*. Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo, 2008.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. 1. Ed. – 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

DOLFUSS, Olivier. *A análise geográfica*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

EGLER, Cláudio A. G. Risco ambiental como critério de gestão do território. *Território*, 1: 31-41, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj/>. Acesso em 10/05/2012.

ELETRICIDADE DE MOÇAMBIQUE. *Dados sobre a rede de energia no município de Inhambane*. Inhambane: Área de Serviço ao cliente de Inhambane, 2014.

ESTOL, Eduardo; ALBUQUERQUE, Stella. *Planejamento turístico*. Buenos Aires: Ciet, 1987.

FERNANDO, Mamerto. Política pública e meio ambiente; uma análise da política pública e sustentabilidade socioambiental no município de Inhambane em Moçambique. *Caos*, n. 21, pp. 127-148, novembro. 2012.

FERRÃO, Virgílio. *Compreender Moçambique: política, economia e fatos básicos*. Maputo: Diname, 2002.

FERREIRA, Luiz F.. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, pp.65-82, jul./dez., 2000.

FIAS (*Foreign Investment Advisory Service*). *The tourism sector in Mozambique: a value chain analysis*. Vol. 1 [online]. Disponível em: http://www.ifc.org/ifcext/fias.nsf/Content/FIAS_Resources_Country_Reports [Acessado em 08 Setembro 2008].

FIGUEIRA, Victor; DIAS, Reinaldo. *A responsabilidade social no turismo*. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

FLORIANO, Eduardo P.. *Planejamento Ambiental*. Caderno Didático, nº 6. Santa Rosa: s.e, 2004.

FRANCISCO, Wagner de C. *O terremoto no Japão*. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/o-terremoto-no-japao.htm>. Acessado em: 09/06/2013.

FRATUCCI, Aguinaldo C.. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *GEOgraphia*, Ano. II, n. 4, p. 121-133, 2000.

FRELIMO. Departamento de Educação e Cultura. *História de Moçambique*. Porto: Oficinas Gráficas Reunidas, 1971.

FUNDO DE INVESTIMENTO E PATRIMÔNIO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA. Dados do setor de águas na província de Inhambane. Inhambane: FIPAG, 2014.

GARCIA, Fernanda E. S.. *Estratégias comunicacionais para o desenvolvimento do turismo urbano*. In: LIMA, Luiz Cruz (Org). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998. p. 30-40.

GAROTINHO, Anthony. *Delegacia legal: tecnologia a serviço da polícia*. Rio de Janeiro: Fundação Ulysses Guimarães, 2005.

GODOY, Paulo R. T. de et al. (Orgs.). *História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 289.

GOLLO, Gelso G.. *Segurança & Turismo: percepções quanto ao aspecto “segurança” de um destino turístico, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo*. Caxias do Sul – RS. 2004. 100f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul,-RS, 2004.

GOMES, Paulo C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GÓMEZ, Arturo S.; GAMBOA, Silvestre F. *Escenarios de violencia e inseguridad em los destinos turísticos: Mazatlán como estudio de caso*. Mazatlán/Sinaloa: FACISO, 2012.

GRANELL, Maria del C.. *A paisagem e o turismo: breves considerações e reflexões*. *ÁGORA*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 1, p.59-68, jan./jun. 2001.

GRUNEWALD, Luis. *La seguridad en la actividad turística*. In: GRUNEWALD, Luis (Compilador). *Município, Turismo & Seguridad*. Buenos Aires: M&C Marketing & Comunicació, 2010, p. 19-34.

_____. *Seguridad turística*. *Revista On Line Marketing e Turismo*: In: *Dossiê de Seguridad Turística*, nº 1, 32 p, 2003.

GUERRERO, Ana L.; ALMEIDA, Regina A. de. *Geografia e turismo: uma discussão recente*. In: ALMEIDA, Regina Araújo de et al.. *Geografia e cartografia para o turismo*. São Paulo: IPSIS, 2007.

GULUBE, Quirino A. et al. *Estudo do impacto ambiental: projeto turístico Bamboozi Beach Ltd*. Inhambane: DPCAI, 2007.

HAMMAR, Linus et al. *Renewable ocean energy in the western India Ocean*. *Elsevier – Renewable and Sustainable Energy Reviews*, Amsterdam, V. 16, n. 7, p. 4938-4950, Sept., 2012.

HANDSZUH, Henryk F. *Destinos seguros em el marco del turismo*. In: GRUNEWALD, Luis (Compilador). *Município, Turismo & Seguridad*. Buenos Aires: M&C Marketing & Comunicación, 2010, p. 7-18.

HASSLER, Márcio L.. *Contribuição geográfica para o estudo do lugar*. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 08, n. 16, p. 157-165, Fortaleza, 2009.

HEDGES, David. *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo: 1930-1961*. V. 3. Maputo: Departamento de História – Faculdade de Letras – UEM, 1993.

HENDERSON, Joan C. *Tourism crises: causes, consequences & management*. Oxford: Elsevier, 2007.

HENRIQUES, Cláudia. *Turismo, cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável*. Lisboa: Edições Sílado, Lda, 2003.

HEREU, Jaume C. *Turismo y seguridad: em relación de amor-odio, seguridad sostenible*. Edición. 25, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/autor/Curbet%20Hereu,%20Jaume.html>. Acessado em: 09/06/2012.

HUMBOLDT Universität zu Berlin. *Gestão de zonas costeiras e turismo: contribuição para redução da pobreza, transformação de conflitos e proteção do meio ambiente em Inhambane/Moçambique*. 2ª ed. Berlin: SLE, 2002.

IGNARRA, Luiz. R. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

INHAMBANE, Governo da Província de. Comando da Polícia da República de Moçambique. *Dados sobre a situação criminal no município de Inhambane*: CPPRM, 2012.

INHAMBANE, Governo da Província de. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. *Cadastro de estabelecimentos turísticos do município de Inhambane*. Inhambane: CMCI, 2011.

INHAMBANE, Governo da Província de. Direção Provincial do Turismo de Inhambane. *Cadastro de estabelecimentos turísticos da província*. Inhambane: DPTUR, 2012.

INHAMBANE, Governo da Província de. Direção Provincial do Turismo de Inhambane. *Cadastro de estabelecimentos turísticos da província*. Inhambane: DPTUR, 2011.

INHAMBANE, Governo da Província de. Direção Provincial do Turismo de Inhambane. *Dados de Turismo*. Inhambane: DPTUR, 2009.

INHAMBANE, Governo da Província de. Gabinete das zonas verdes da cidade de Inhambane. *Dados para a criação do modelo de diagnóstico ambiental municipal*. Inhambane: GZVCI, 2009.

INHAMBANE, Governo da Província de. Serviços Provinciais de Migração de Inhambane. *Dados sobre entrada de turistas no município de Inhambane*. Maxixe: CPMI, 2010.

JONAS, Andre. In: JORNAL NOTÍCIAS. *Actividade turística cresce sete por cento*. Maputo, 19/7/2013. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1711683>. Consultado em 19/7/2013.

KÓVÁRI, István; ZIMÁNYI, Krisztina. *Safety and security in the age of global tourism: the changing role and conception of safety and security in tourism*. Minnesota: AgEcon Search, 2011. Disponível em:

http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/104672/2/10_Kovari_Safety_Apstract.pdf. Acessado em: 22/06/2012.

LEITE, Adriana F.. O lugar: duas acepções geográficas. *Anuário do Instituto de Geociência*. v. 21, p. 9-20, 1998.

LIMA, Renato S. de; PAULA, Liana de. *Segurança pública e violência: o estado está cumprindo seu papel?*. São Paulo: Contexto, 2006.

LISBOA, Severina S.. A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. *Revista Ponto de Vista*, Viçosa, v. 4, n. 4, 2007.

LOHMANN, Guilherme. Globalização e os impactos dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001: implicações para o sistema de turismo. *Boletim de Estudos em Turismo e Hotelaria*, v. 2, n. 1, p.11-20, 2004.

LOHMANN, Guilherme; NETTO, Alexandre P.. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

MANSFELD, Yoel; PIZAM, Abraham. Toward a theory of tourism security. In: *Tourism, Security&Safety: from theory to practice*. Oxford: Butterworth-Heinemam, 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARRUPI, Alexandre. *Caracterização socioeconômica e desigualdades regionais em Moçambique 1997 e 2003*. 2007. 97f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MARUJO, Maria N.; CARVALHO, Paulo. Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, outubro de 2010.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. *Psychological Review*, Vol 50 (4), Jul 1943, p. 370-396.

MASSARUTTO, Rosemeire C.; VIEIRA, Mirna L. Os Estudos Geográficos para a Prática do Turismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 2005, Recife. 2005. v. 05. p. 01-11.

MATOS, Luís S.. *Dicionário de Filosofia moral e política*. Lisboa: Instituto de Filosofia da Linguagem, 2005. Disponível em:
<http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/1e45d1f4a116de66eb699ebb1d36d7d0.pdf>. Acesso em: 8/12/2011.

MELLO, J. M. de. A importância estatística na segurança pública. *A Caminho – Revista do Centro Universitário Claretiano*. Batatais – SP, n. 1, p. 151-156, 2003.

MERCER, J. L. *Strategic planning for public managers*. New York: Quorum Books, 1991.

MÉRENE-SCHOUMAKER, Bernadette. *Didática da Geografia*. Porto: Edições Asa, 1999.

METIER. *Perfil da descentralização em Moçambique: por uma governação descentralizada (1975-2003)*. Maputo: METIER, 2004.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução L. Gracia. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria C.S. *Violência: um problema para a saúde dos brasileiros*. In: Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde dos Brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/FAO. *Os preços na agricultura moçambicana: algumas reflexões*. Projecto MOZ/86/007. Maputo: Ministério da Agricultura e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 1987.

MINTZEBERG, Henry et al. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. *Constituição da República de Moçambique*. Aprova a Constituição da República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

_____. Decreto n° 23/12 de 9 de Julho, *Regulamenta os espetáculos e divertimentos públicos*. I Série – Número 27. Maputo: Imprensa Nacional, 2012.

_____. Decreto n° 41/2005, de 30 de agosto de 2005. Aprova o Regulamento das agências de viagens e turismo e de profissionais de informação turística. I Série – Número 34. Maputo: Imprensa Nacional, 2005.

_____. Decreto n° 51/99 de 31 de Agosto, *Regulamenta a pesca recreativa e desportiva*. II Série – Número 42. Maputo: Imprensa Nacional, 2007b.

_____. Decreto número 18/2007, de 7 de Agosto *Regulamenta as actividades de organização, licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas e Salas de Dança na República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2007a.

_____. Lei n° 2/97, de 18 de Fevereiro de 1997. Aprova o Quadro jurídico para implantação das autarquias locais em Moçambique. I Série – Número 7. Maputo: Imprensa Nacional, 1997.

_____. Lei n° 20/1997, de 1 de Outubro de 1997. *Lei do Ambiente*. I Série – Número 40. Maputo: Imprensa Nacional, 1997.

MOÇAMBIQUE. Centro de Promoção de Investimentos. *Projectos autorizados entre 2003-2012*. Maputo: CPI, 2013c.

MOÇAMBIQUE. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. *Plano estratégico municipal de Inhambane 2009-2019*. Inhambane: CMCI, 2008.

_____. Resolução n° 52/AM/2006, de 23 de Maio de 2006. Define o estatuto orgânico do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. Br n° 020, I Serie, Supl. De 23 de Maio de 2006. Maputo: AR, 2006.

MOÇAMBIQUE. Governo de Moçambique. *Plano Quinquenal do Governo 2010-2014*. Maputo: GPM, 2010d.

_____. *Resumo histórico*. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico>. Acesso em: 28/02/2012.

_____. *Orçamentos*. Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/orcamento/. Acesso em: 28/03/2014.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. *Dados do setor do turismo 2006-2010*. Maputo: INE, 2011.

_____. *Estatísticas do distrito da Cidade de Inhambane*. Maputo: INE, 2010a.

_____. *III Recenseamento geral da população e habitação 2007 resultados definitivos – província de Inhambane*. Maputo: INE, 2010b.

_____. *O perfil de desenvolvimento humano em Moçambique 1997-2011*. Maputo: INE, 2012a.

_____. *População projetada de Moçambique 2012*. Maputo: INE, 2012b. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/Dashboards.aspx>. Acessado em: 23/06/2012.

_____. *Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, do distrito da Província de Inhambane*. Maputo: INE, 2010c.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Planeamento Físico. *Plano de estrutura da cidade de Inhambane*. Maputo: INPF, 1991a.

_____. *Plano de estrutura da cidade de Inhambane: parte I – análise*. Maputo: INPF, 1991b.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Administração Estatal. *Divisão administrativa de Moçambique por províncias, distritos, postos administrativos e localidades*. Maputo: MAE, 2013a.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura. Direção Nacional de Cultura. *Inventário nacional de monumentos, conjuntos e sítios: patrimônio cultural*. Maputo: UNESCO, 2005.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Turismo. *Indicadores de referência na área do turismo*. Maputo: MITUR, 2013b.

_____. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013*. Maputo: MITUR, 2004.

MOÇAMBIQUE. Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. *Avaliação ambiental estratégica e macro-zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha)*. Inhambane: GPI-CMCI, 2002.

_____. *Relatório preliminar nacional sobre ambiente marinho e costeiro*. Maputo: MICOA, 2007c.

MOÇAMBIQUE. Presidência da República. *Decreto Presidencial n° 9/2000, de 23 de Maio de 2000*. Define as atribuições e competências do Ministério do Turismo. Br n° 020, I Serie, Supl. De 23 de Maio de 2000. Maputo: Presidência da República, 2000.

MOÇAMBIQUE. SEE. *Geografia Física de Moçambique*. Maputo: SEE, 1984.

MOLINA, Sérgio. *El pos turismo: de los centros turísticos industriales a lãs ludópolis*. São Paulo: Aleph, 2003.

MONTEJANO, Jordi M.. *Estrutura do mercado turístico*. 2 Ed. São Paulo: Roca, 2001.

MORAES, Carlos A. R. *Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2007.

MORALES, Silvia. *Análises de concepto de seguridad turística s.l., s.e.* 2002. Disponível em: <http://www.integrando.org.ar/turismo/seguridad01.htm>. Acessado em 09/06/2012.

MOSCA, João. *A estrutura agrária de Moçambique no período pré-independência*. Maputo: Ministério da Agricultura, mimeografado, 1989.

_____. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005

MUCHANGOS, Aniceto dos. *Geografia de Moçambique: Moçambique e Paisagens Naturais*. Maputo: Tipografia Globo, 1999.

_____. *Patrimônio paisagístico e biodiversidade como recursos turísticos em Moçambique*. In: PASSOS, Messias Modesto dos; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui (organizadores). *As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal (II)*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

NACUO, Pedro. *Turismo aposta no cumprimento do programa quinquenal*. In: *Jornal Notícias Maputo*, 9/6/2012. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1454791>. Consultado em 9/6/2012.

NEVES, Daniel M. F. *Turismo e riscos na Ilha da Madeira: avaliação, percepção, estratégias de planeamento e prevenção*. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

NEWITT, Malyn . *História de Moçambique*. Mira-Cintra: Publicações Europa- América, 1997.

NHANTUMBO, Emídio S. *Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no MI*. Inhambane: UEM, 2007.

_____. *Tourism development and community response: the case of the Inhambane coastal zone, Mozambique*. Stellenbosch. 2009. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Estudos Ambientais) – Universidade de Stellenbosch, África do Sul 2009.

NUNES, Paulo. *Enciclopédia de Gestão: conceito de análise SWOT*. 2008. Amadora. Disponível em: <<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/analiseswot.htm>>. Acesso em 01/08/08.

OFFICE OF TRAVEL AND TOURISM INDUSTRIES. *Monthly tourism statistics (1996 to 2005): from the report Summary of Internacional Travel to the United States*. Washington, D.C.: Internacional Trade Administration (U.S. Department of Commerce), 2005.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Glossário de conceitos e termos: turismo e desenvolvimento local*. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT, 2004.

OLIVEIRA, Ivanilton J. *Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros-GO*. 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OMS, Organização Mundial da Saúde. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS, 2002.

OMT, Organização Mundial de Turismo. *E-business para turismo/Guia prático para destinos e empresas turísticas*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. *Tourist safety and security: practical measures for destinations*. Madrid: WTO, 1996.

_____. *Destaques do turismo mundial - 2012*. Disponível em: https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/storageapi/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enhr_1.pdf. Acessado em: 20/06/2012.

_____. *Destaques do turismo mundial -2011*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70100000/UNWTO-Tourism-Highlights-2011-Edition>. Acessado em: 20/06/2012.

_____. *Destaques do turismo mundial -2010*. Disponível em: <http://web.efzg.hr/dok/TUR/UNWTO%20-%20Tourism%20Highlights%202010.pdf>. Acessado em: 20/06/2012.

_____. *Destaques do turismo mundial -2009*. Disponível em: http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/highlights/UNWTO_Highlights09_en_LR.pdf. Acessado em: 20/06/2012.

PASSOS, Messias M. dos; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui (organizadores). *As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal (II)*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

PELBART, Peter P.. *A Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 2000.

PETROCCHI, Mário. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

PICKTON, David W.; WRIGHT, Sheila. What's swot in strategic analysis?. *Starategic Chance*. Vol. 7. 1998, pp.101-109.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de desenvolvimento humano 2007/2008*. Coimbra: IPAD, 2007.

_____. *Relatório de desenvolvimento humano 2013: a subida do Sul*. Nova York: UNDP, 2013.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REISMAN, Laninie; LALÁ, Aly. *Avaliação do crime e violência em Moçambique e recomendações para a redução da violência*. Rosebank: OSISA, 2012.

REJOWSKI, Mirian. Realidade versus Necessidades da pesquisa turística no Brasil. *Revista Turismo em Análise*. Vol.9 (1). São Paulo, 1998, pp.82-91.

RIBEIRO, Maria. *Código da estrada e segurança rodoviária de Moçambique*. Maputo: Plural Editores, 2012.

RICO, José M.; SALAS, Luís. *Delito, insegurança do cidadão e policia*. Rio de Janeiro: PEMRJ, 1992.

ROCHA, José C.. Diálogos entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. *Caminhos da Geografia*. Uberlândia, v. 9, n.27, p.128-142, set/2008.

RODRIGUES, Adyr B.. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Itautec, 1999.

ROSS, Glen F. *Psicologia do turismo*. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSCHMANN, Doris V. M.. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção ao meio ambiente*. São Paulo: Campinas, 1997.

SALES, Elias J. C. G. A teoria geográfica nos estudos do turismo: elementos teóricos - metodológicos. In: GODOY, Paulo R. T. de et al. (Orgs.). *História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 277-298.

SANTANA, Guilherme. Criminalidad, Seguridad y Turismo: la imagen de Balneario Camboriú, Brasil desde la perspectiva de turistas y de residentes. *Revista Estudios y Perspectivas en turismo*. Vol. 10, n. 3 e 4, p. 267-288. Buenos Aires, 2001.

SANTOS, Milton et al. *O dinheiro e o território*. In: *Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. Coleção espaço território e paisagem. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. *Espaço e método*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paul: EDUSP, 2008.

_____. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Rozely F. dos. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficinas de Textos, 2004.

SERRA, Carlos (Org.). *História de Moçambique: Agressão imperialista (1886/1930)*. V. 2. Maputo: Departamento de História da UEM; Tempográfica, 1983.

SERRANO, Daniel P. *Análise SWOT – A matriz FOFA – Análise PFOA*. 2011. Disponível em: http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Analise_SWOT_Matriz_FOFA.htm. Acessado em: 22/11/2012.

SILVA, Armando C. da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de (orgs.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SOARES, Plácido. *Segurança em hotéis*. Viçosa-MG: CPT, 2006.

SOUZA, Marcelo L. de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

SPOSITO, Eliseu S.. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. *O comportamento do consumidor no turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

TARLOW, Peter. *A segurança nos cruzeiros turísticos*. In: AMORIM, Ericka et. al. (Org.). *Abordagem multidisciplinar dos cruzeiros turísticos*. Leiria: Textiverso, 2012a.

_____. *Segurança turística*. In: V Seminário de Segurança em grandes eventos e segurança turística – Segurança em Jogo. Rio de Janeiro: PCERJ, 2012b.

_____. *The tourism industry is flourishing, and security is playing an important role*. Singapore: McGraw-Hill, 2001.

THE LIVING PEOPLE. *Bantu*. Disponível em:

http://library.thinkquest.org/16645/the_people/ethnic_bantu.shtml. Acessado em: 22/11/2012.

THEOBALD, William F.(Org). *Turismo global*. 2 ed. São Paulo: SENAC SP, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA et al.. *Pesquisa do perfil e da satisfação do turista de lazer e de negócios em Brasília*. Brasília: CET-UnB, 2008.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Departamento de História. *História de Moçambique: primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)*. Vol. 1. Maputo: UEM, 1988.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane. *Levantamento de dados para elaboração do inventário turístico do município de Inhambane*. Em fase de elaboração. Inhambane: ESHTI, 2013.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

VEAL, Anthony J. *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph, 2011.

VIEIRA, João M. *Planeamento e ordenamento territorial do turismo: uma perspectiva estratégica*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2007.

VIEIRA, Marcos V.; MOURA, Rachel. de A.. *A cidade do Rio de Janeiro e suas representações na /da paisagem: beleza e medo*. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 1, 2007, Curitiba, PR. Anais, Edição do NEER Geografia/UFPR, Curitiba, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-1/comunicacoes/rachel-marcos.pdf>. Acesso em: 8 de maio de 2011.

WEACHENFELDER, Bernadete R.; LUCCHESI, Michele N. Turismo: uma nova proposta pedagógica no ensino da geografia. *Caesura*, Canoas, n.24, p.155-166, jan./jun. 2004.

WILLIAMS, Stephen. *Tourism geography: a new synthesis*. London: Routledge, 2009.

WITHER, Emily. *How Mozambique turned from war zone to tourist hotspot*. In: CNN, 4 Novembro, 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/11/02/world/africa/mozambique-tourist-trip/index.html>. Acessado em: 06/06/2012.

XAVIER, Kátia S. H. *Turismo e desenvolvimento humano na província de Inhambane*. 2010. 71 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002.

YOUNG, Craig; LEVER, Jonathan. Place promotion, economic location and the consumption of city image. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 88 (4), 332-42, 1997.

ZAVALE, Jonas B. *Municipalismo e poder local em Moçambique: estudo de caso do Conselho Municipal de Inhambane*. Maputo: Escolar Editora, 2011.

APÊNDICE 1

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR QUE LECCIONAM/TRABALHAM COM
TURISMO EM MOÇAMBIQUE.**

Nº.	Nome	Cidade	Cursos	Trabalhos sobre ST ⁶⁸
1	Universidade Eduardo Mondlane - Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane	I'bane	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão Hotelaria ▪ Gestão de Mercados Turísticos ▪ Animação Turística ▪ Informação Turística ▪ Mestrado em Turismo: especialidade de gestão estratégica de destinos turísticos 	N/C
2	Universidade Pedagógica	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geografia: Habilidade em Turismo ▪ Meio ambiente: Habilidade em Ecoturismo 	N/C
3	Universidade Católica de Moçambique	Pemba	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de Turismo e Hotelaria ▪ Turismo, tradução e interpretação. ▪ Desenvolvimento Local e Gestão de Turismo 	N/C
4	Universidade Politécnica	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo ▪ Gestão de Empresas Turísticas 	N/C
5	Instituto Superior de Tecnologia e Gestão	Boane	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão Turística 	N/C
6	Escola Superior de Economia e Gestão	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão Turística 	N/C
7	Instituto Superior Dom Bosco	Maputo	Cursos técnicos	N/C
8	Universidade São Tomás	Maputo	Licenciatura em Gestão Turística	N/C

Legenda: N/C – Não Consta

Fonte: Dados obtidos através de visitas a bibliotecas das instituições, contatos telefônicos com os coordenadores de curso e nos catálogos de trabalhos de fim de curso, entre 2011 e 2013.

Organização: Azevedo, 2012.

⁶⁸ Segurança Turística

APÊNDICE 2

A – INSTITUIÇÕES E PESSOAS CONTATADAS PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES/DADOS SOBRE A PESQUISA NO DISTRITO DE JANGAMO, MUNICÍPIO DE INHAMBANE E NA CIDADE DE MAPUTO

Município de Maputo

Nº	Nome do Entrevistado	Instituição	Ocupação	Data/Ano
1	Antonio Queface	UEM – Departamento de Física	Docente e Investigador	29/05/2013
2	José Julião	Universidade Pedagógica	Docente e Investigador	2012
3	Celso Aramuge	Instituto Nacional de Meteorologia	Técnico de Pesquisas	17/05/2013
4	Abel Bilale	MITUR Direção Nacional do Turismo	Técnico do Departamento de Promoção	2012
5	Eduardo Amado Zuber	MITUR Direção Nacional do Turismo	Técnico do Departamento de Licenciamento e Cadastro	2012
6	Sergio Pondeca	MITUR Direção Nacional do Turismo	Técnico da Direção Nacional de Turismo	2012
7	Mariana Figueiredo	MITUR Inspeção Geral de Turismo	Técnica do IGT – Fiscalização e Auditoria	2012
8	Abel Nhabanga	MITUR Direção Nacional das Áreas de Conservação	Técnico da DNAC – Estudos e Monitoria	2012
9	Justina Cumbe	Ministerio do Interior	Diretora da Unidade Técnica de Implementação de Projetos	2012

Município de Inhambane

Nº	Nome do Entrevistado	Instituição	Ocupação
1	Anibal Buci	Fundo de Investimento e Patrimônio do Abastecimento de Água	Departamento do Laboratório de análise de água. A entrevista ocorreu no dia
2	Amaral Luís Daniel	Serviços Provinciais de Migração	Chefe da Repartição de Planificação e Informação
3	António José Nhiwane Nhanala	Administração Marítima	Cabo do Mar
4	Arcénia Felicidade Felix Massingue	Polícia da República de Moçambique - Inhambane	Adjunto Comissário da Polícia – Comandante Provincial da PRM
5	José Xavier João Serrão	Centro de Higiene Ambiental e Exames Médicos	Chefe do CHAEM
6	Alfredo King	Direção Provincial do Turismo - Inhambane	Chefe do Departamento de Atividades Turísticas
7	Sagina Xavier	Conselho Municipal da Cidade de Inhambane	Vereadora para área de agricultura, pescas e turismo
8	Alberto Magaissane		Chefe das Operações da Polícia Municipal
9	Francisco Nhavene	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades Naturais - delegação da província de Inhambane	Técnico de Planificação
10	Martins Neto	Serviços Urbanos do CMCI	Ex. Diretor dos Serviços

Distrito de Jangamo

Nº	Nome do Entrevistado	Instituição	Ocupação	Data
1	António Munguambe	Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura	Diretor	18/11/2013

APÊNDICE 3

3A - ROTEIROS DOS QUESTIONÁRIOS AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS (ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E EMPRESAS DE MERGULHO)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA PARA INSTITUIÇÕES DE ALOJAMENTO E DE RESTAURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Saudações! Chamo-me Helsio Azevedo e sou o investigador principal da pesquisa de tese intitulada “*Turismo e Segurança: uma análise do município turístico de Inhambane, entre 2008-2012*”. Neste estudo buscamos identificar e avaliar os elementos de segurança turística para que possamos, a curto e médio prazo, sugerir e/ou adoptar medidas que visem a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos neste município. As questões respondidas serão usadas para fins académicos (pesquisa) e não se fará uso para outros tipos de assuntos/interesses. Vai-se buscar ocultar as fontes das informações sendo disponibilizadas somente ao comité de ética da Universidade, quando houver solicitação. Em caso de dúvida ou questionamentos sobre a pesquisa ou questões expostas neste questionário, por favor, me contate (+258-828483920) ou me escreva (helsio.azevedo@hotmail.com). Agradeço, desde já, a sua colaboração na presente iniciativa.

Nome do estabelecimento: _____

Ano de abertura e Localização: _____

Categoria/Classificação Oficial: _____

Contatos:

E-mail (s)- _____ **Telefone:** _____

Skype: _____ **Facebook:** _____

POR FAVOR, MARQUE COM UMA BOLA OU UM x O NÚMERO ESCOLHIDO OU CORRESPONDENTE A SUA RESPOSTA. POR FAVOR, ARGUMENTE SUA RESPOSTA QUANDO FOR POSSÍVEL.

A. Com qual modalidade de atividade trabalha?

- | | |
|-----------------------------|---------------|
| 1. Restaurante | 4. Outros. |
| 2. Alojamento | Quais? _____. |
| 3. Alojamento e alimentação | |

B. Indique se também trabalha com alguma das seguintes modalidades:

- | | |
|---------------------|----------------------|
| 1. Eventos | 5. Passeio na cidade |
| 2. Mergulho | 6. Outros. |
| 3. Safari oceânico | Quais? _____ |
| 4. Pesca desportiva | — |

C. Conhece a legislação (leis, regulamentos, normas, etc.) turística moçambicana?

- | | |
|--------|--------------------------------|
| 1. Sim | 3. Alguma |
| 2. Não | 4. A muito que não me atualizo |

D. Tem por hábito planear a gestão dos riscos associados à segurança nas modalidades que comercializa?

- | | | |
|--------|--------|-------------|
| 1. Sim | 2. Não | 3. Não sabe |
|--------|--------|-------------|

a) Se respondeu não, porquê?:

- | | |
|------------------------|---|
| 1. É inútil | 3. Não se enquadra na estratégia da empresa |
| 2. Tem custos elevados | |
- E. O estabelecimento possui algum sistema de gestão de segurança na componente das atividades desenvolvidas associadas ao turismo?**
- | | |
|-----------------------------------|----------------------------|
| 1. Sim | 4. Não se justifica |
| 2. Não | 5. Não por desconhecimento |
| 3. Não, mas aguarda certificação. | |

F. O estabelecimento passou por uma avaliação ambiental dos organismos competentes?

- | | | |
|--------|--------------------------------|---------------|
| 1. Sim | 3. Não, mas aguarda avaliação. | 5. Desconheço |
| 2. Não | 4. Não se justifica | |

G. O estabelecimento possui licença ambiental?

- | | | |
|--------|-----------------------------------|---------------------|
| 1. Sim | 3. Não, mas aguarda certificação. | 4. Não se justifica |
| 2. Não | | 5. Desconheço |

H. Na construção do seu estabelecimento houve alguma preocupação de seguir uma planta e usar matérias de construção que garantissem maior segurança dos trabalhadores e clientes?

- | | |
|------------------------|---|
| 1. Sim | 4. Encontrei a planta pronta |
| 2. Não | 5. Adequiei a planta para garantir maior segurança. |
| 3. Não se pensou nisso | |

I. Costumam participar de encontros relacionados com apresentação da legislação relacionada com turismo?

- | | |
|-------------------|------------------|
| 1. Não sabe | 4. Normalmente |
| 2. Nunca | 5. Raramente |
| 3. Frequentemente | 6. Não acontecem |

J. Costumam participar de encontros relacionados com qualidade dos serviços de turismo?

- | | |
|-------------------|------------------|
| 1. Não sabe | 4. Normalmente |
| 2. Nunca | 5. Raramente |
| 3. Frequentemente | 6. Não acontecem |

K. Costumam participar de encontros relacionados com ensinamentos sobre segurança?

- | | |
|-------------------|------------------|
| 1. Não sabe | 4. Normalmente |
| 2. Nunca | 5. Raramente |
| 3. Frequentemente | 6. Não acontecem |

L. Existem encontros dos intervenientes (DPTUR, CMCI, PRM, PM, líderes comunitários, outros agentes turísticos, etc.) para discutir os assuntos inerentes à segurança e sobre as responsabilidades de cada um dos agentes na segurança do destino e das atividades?

- | | |
|-------------------------------------|--------------------|
| 1. Sim | 2. Não |
| a) Se sim, indique a periodicidade: | |
| 1. Anualmente | 4. Semanalmente |
| 2. Mensalmente | 5. Semestralmente |
| 3. Outro (Indicar) _____ | 6. Trimestralmente |

M. Existe um departamento ou secção que trata de assuntos específicos de segurança do estabelecimento?

1. Sim 2. Não

Se sim, especifique: _____

N. Existe um gerente de segurança no estabelecimento?

1. Sim 2. Não

O. Existe formação do pessoal trabalhador para lidar com questões de segurança que afetam a eles próprios, aos clientes e visitantes?

1. Sim 2. Não

a) Se sim quantos foram formados desde a abertura da unidade?

1. 10% 4. 100%
2. 25% 5. Ou indique a quantidade de
3. 50% formados: _____

P. Durante as atividades do estabelecimento, por turno, permanece no mínimo um trabalhador com formação em técnicas de primeiros socorros:

1. Sim 3. Os trabalhadores deste estabelecimento
2. Não não estão formados nestas técnicas.

Q. A empresa costuma registrar as ocorrências de acidentes?

1. Não sabe 2. Sim 3. Não

Se sim, onde faz? : _____

R. Existe um plano de emergência para o caso de ocorrer um incêndio?

1. Sim 2. Não 3. Não sabe

S. Existe um plano de emergência para o caso de ocorrer inundação?

1. Sim 2. Não 3. Não sabe

T. Existe um telefone fixo, telemóvel ou outro qualquer mecanismo de comunicação para usar em caso de ocorrência de uma situação de insegurança?

1. Sim 2. Não

Se sim, indique o meio que existe _____.

U. Existe um gerador de energia para casos de emergência?

1. Sim 2. Não

V. Existe iluminação apropriada das áreas exteriores do edifício?

1. Sim 2. Não

W. Existe um sistema interno de sinalização que direcione e permita fácil acesso e circulação por todo estabelecimento?

1. Sim 2. Não

X. O estabelecimento possui algum tipo de seguro contra os riscos (assaltos, desastres naturais etc.)?

1. Sim 2. Não

Se sim, quais especificamente? :

- | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------|
| 1. Assaltos | 3. Desastres naturais | 5. Terceiros |
| 2. Incêndios | 4. Todos os riscos | |
| 6. Outros: por favor, cite: _____ | | |

Y. Que medidas de segurança costumam adotar no dia a dia de suas atividades:

- | | |
|---|--|
| a) Prevenção de assaltos; | h) Segurança de saúde; |
| b) Prevenção de incêndios; | i) Segurança de transportes; |
| c) Prevenção de roubos/furtos internos; | j) Segurança informática |
| d) Prevenção de terrorismo; | k) Outras normas e características relevantes do destino |
| e) Segurança alimentar; | (indique): _____ |
| f) Segurança ambiental; | |
| g) Segurança de pessoas; | |

Z. Adoam uma política de prestação de informação e educação para os clientes/visitantes sobre:

- | | |
|--|--|
| a) As normas e práticas em matéria de segurança do destino; | f) Os serviços de expatriação (acesso a representantes consulares e diplomáticos e de colaboração com eles); |
| b) Os potenciais e reais riscos e perigos do turista durante a sua visita; | g) Serviços policiais; |
| c) Os riscos de gerenciamento por área de atividade (p.e., mergulho, passeio a barco; pesca desportiva, passeio com viaturas, etc.); | h) Os serviços de saúde (primeiros socorros, instalações e materiais e serviços de saúde de confiança); |
| d) Os serviços de comunicação, instalações e medidas disponíveis para atender os visitantes em caso de emergência; | i) Assistência em viagem; |
| e) A assistência imediata (linhas telefônicas, serviços de emergência); | j) Serviços de seguros; |
| | k) Proteção ao consumidor; |
| | l) Serviços de repatriação. |

AA. Que tipos de situações de insegurança já aconteceram dentro de seu estabelecimento/empresa?

- | | | |
|--------------------------|--|---|
| a) Acidentes de trabalho | i) Incêndios | p) Suicídios |
| b) Atentados terroristas | j) Intoxicação alimentar | q) Terremoto |
| c) Ciclone | k) Intoxicação hídrica | r) Tsunami |
| d) Desabamentos | l) Penetração de sistemas informatizados | s) Vazamento de gás e produtos químicos |
| e) Espionagem | m) Roubo (com violência) | t) Violação |
| f) Explosões | n) Sabotagens | |
| g) Furto | o) Sequestros | |
| h) Homicídios | | |

BB. Indique três tipos de situações de insegurança que já aconteceram, com maior frequência, dentro de seu estabelecimento/empresa?

- | | | |
|--------------------------|---------------------------|---|
| 1. Acidentes de trabalho | 6. Explosões | 11. Intoxicação hídrica (água) |
| 2. Atentados terroristas | 7. Furto | 12. Penetração de sistemas informatizados |
| 3. Ciclone | 8. Homicídios | 13. Roubo (com violência) |
| 4. Desabamentos | 9. Incêndios | |
| 5. Espionagem | 10. Intoxicação alimentar | |

LL. Em sua opinião, qual a necessidade das polícias (PRM e PM) que trabalham no município receberem treinamento específico para lidar com turistas?

- | | |
|------------------|--------------------|
| 1. Necessário | 3. Importantíssimo |
| 2. Desnecessário | 4. Importante |

Justifique sua resposta:

MM. Sente a necessidade da existência de uma unidade policial especificamente preparada para lidar com turistas no MI (polícia turística)?

- | | |
|--------------------|------------------|
| 1. Importantíssimo | 3. Desnecessário |
| 2. Necessário | |

Emita sua opinião, por favor:

NN. Qual o grau de importância que atribui a atividade turística para o crescimento e estabilidade social e econômica do MI?

- | | |
|-------------|----------|
| 1. Não sabe | 3. Médio |
| 2. Elevado | 4. Baixo |

OO. Como avalia a segurança pública de modo geral no MI?

- | | |
|-----------|------------|
| 1. Ótima | |
| 2. Boa | 4. Má |
| 3. Normal | 5. Péssimo |

Justifique sua resposta:

PP. O que acha que deve ser melhorado em termos de segurança neste município?

Obrigado por seu tempo e respostas!

LEGENDA:

DPTUR – Direção Provincial do Turismo; CMCI – Conselho Municipal da Cidade de Inhambane; PRM – Polícia da República de Moçambique; PM – Polícia Municipal



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS**

**QUESTIONNAIRE FOR SECURITY EVALUATION IN
ACCOMMODATION AND RESTAURANTS PLACES IN INHAMBANE MUNICIPALITY**

Greetings! My name is Helsio Azevedo and I am the main researcher for a research theses entitled "*Tourism and Security: an analysis of Inhambane tourist municipality for the period of 2008-2012*". In this study we aim at identifying and evaluating the elements of tourist security in order to, in a short or medium period of time, suggest and/or adopt measures that envisage the quality improvement of products and services offered in this municipality. The answer will be used only for academic purposes (research) and they will not be made available to any third party. It is ensured that the sources of information remain hidden and will only be available to the University ethics committee when there is a request. In case there is any doubt or need for more details concerning this research or the questions asked in this questionnaire, please, contact me on (+258-828483920) or write to me (helsio.azevedo@hotmail.com). I thank you in advance for your collaboration in this initiative.

Name of the establishment: _____
Year of opening and Location: _____
Category/Official Classification: _____
Contacts:
E-mail (s)- _____ **Phone:** _____
Skype: _____ **Facebook:** _____

Please, mark with an x the number/letter you select or that correspond to your answer. Please
, provide an argument for your answer whenever possible.

A. With which tourist activity mode works?

- | | |
|---------------|------------------------|
| 1. Restaurant | 3. Room and restaurant |
| 2. Room | 4. Other. Which? |

B. Indicate if also works with any of the following ways:

- | | |
|-----------------|-------------------------|
| 1. Events | 4. Sport fishing |
| 2. Diving | 5. Walking in the city |
| 3. Ocean Safari | 6. Other. Which? _____. |

C. Do you know the Mozambican tourist laws (regulations, standards, etc.)?

- | | |
|--------|--------------------------------|
| 1. Yes | 3. Some |
| 2. No | 4. I don't update at many time |

D. Your company has the habit of planning the management of the risks associated with security in ways that sells?

- | | | |
|--------|-------|---------------|
| 1. Yes | 2. No | 3. Don't Know |
|--------|-------|---------------|
- b) If you answered no, why?:

- | | | |
|---------------|--------------------|---|
| 1. Is useless | 2. Has a high cost | 3. Does not fit in the company's strategy |
|---------------|--------------------|---|

E. The place has some safety management system of tourism?

- | | | |
|--------|----------------------------------|---------------------|
| 1. Yes | 3. No, but awaits certification. | 4. Not justified |
| 2. No | | 5. Miss information |

F. The establishment has undergone an environmental assessment?

- | | |
|--------|-------|
| 1. Yes | 2. No |
|--------|-------|

- | | | |
|-----------------------------|-----------------|-----------------------|
| 13. Robbery (with violence) | 15. Kidnappings | 18. Tsunami |
| 14. Sabotage | 16. Suicides | 19. Gas and chemicals |
| | 17. Earthquake | 20. Violation |

BB. Enter three types of insecurity that already happened, with greater frequency, within your establishment/company?

- | | | |
|----------------------|---|-----------------------|
| 1. Accidents at work | 9. Fires | 14. Sabotage |
| 2. Terrorist attacks | 10. Food poisoning | 15. Kidnappings |
| 3. Cyclone | 11. Water Intoxication (water) | 16. Suicides |
| 4. Landslides | 12. Penetration of computerized systems | 17. Earthquake |
| 5. Spying | 13. Robbery (with violence) | 18. Tsunami |
| 6. Explosions | | 19. Gas and chemicals |
| 7. Theft | | 20. Violation |
| 8. Homicides | | 21. Other (Specify): |

CC. The establishment has its own circulation areas for workers?

- | | | |
|--------|--------|---------------------------|
| 1. Yes | 2. Not | 3. Circulating everywhere |
|--------|--------|---------------------------|

DD. The kitchen is divided by area of hot and cold areas at the time of preparation of food?

- | | |
|--------|---|
| 1. Yes | 3. There is no relevance in this Division |
| 2. Not | |

EE. The establishment has direct/artificial ventilation for air renewal and extraction of fumes and smells?

- | | | |
|--------|--------|---------------------|
| 1. Yes | 2. Not | 3. There is no need |
|--------|--------|---------------------|

FF. There is food separation by types (e.g. cleaning products in different locations of the power supply)?

- | | | |
|--------|--------|---------------------|
| 1. Yes | 2. Not | 3. There is no need |
|--------|--------|---------------------|

GG. Is there a setting or appropriate space for storage and deposit of trash?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Yes | 2. Not |
|--------|--------|

HH. There is permanent protection against insects and rodents through protective screens and/or immunization?

- | | | |
|--------|--------|---------------------|
| 1. Yes | 2. Not | 3. There is no need |
|--------|--------|---------------------|

II. What types of insecurity against tourists, who knows, has happened out of your establishment/company, that is, in the municipality (indicate how many know)?

- | | | |
|----------------------|---|-----------------------|
| 1. Terrorist attacks | 10. Water Intoxication (water) | 16. Earthquake |
| 2. Cyclone | 11. Penetration of computerized systems | 17. Tsunami |
| 3. Landslides | 12. Robbery (with violence) | 18. Gas and chemicals |
| 4. Spying | 13. Sabotage | 19. Violation |
| 5. Explosions | 14. Kidnappings | 20. Road Accident |
| 6. Theft | 15. Suicides | 21. Plane crash |
| 7. Homicides | | 22. Other (Specify): |
| 8. Fires | | |
| 9. Food poisoning | | |

JJ. Establish institutional commitment to help and compensate for/reimburse victims of insecurity/risks in your establishment.

- | | |
|--------|--------|
| 1. Yes | 2. Not |
|--------|--------|

1.If so, argue:

KK. Believes that the growth of tourism in the municipality of I ' bane has caused more cases of insecurity?

1. Yes

2. Not

3. I Do Not Know

LL. In your opinion, what is the need of the police (PRM and PM) working in the municipality receive specific training to deal with tourists?

1. Necessary

3. Very Important

2. Unnecessary

4. Important

Justify your answer:

MM. Did you feel the a need for a specifically prepared police unit to deal with tourists in IM (tourist police)?

1. Very Important

2. Necessary

3. Unnecessary

Send your opinion please:

NN. What degree of importance it attaches to the tourist activity for the social and economic growth and stability of IM?

1. Do not know

3. Medium

2. High

4. Low

OO. How do you evaluate the overall public security in IM?

1. Great

2. Good

3. Normal

4. Bad

5. Lousy

Justify your answer?

PP. What do you think should be improved in terms of security in this town?

Thank you for your time and answers!



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

**QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA PARA
EMPRESAS DE MERGULHO/SAFARI/PESCA**

Saudações! Chamo-me Helsio Azevedo e sou o investigador principal da pesquisa de tese intitulada “*Turismo e Segurança: uma análise do município turístico de Inhambane, entre 2008-2012*”. Neste estudo buscamos identificar e avaliar os elementos de segurança turística para que possamos, a curto e médio prazo, sugerir e/ou adoptar medidas que visem a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos neste município. As questões respondidas serão usadas para fins académicos (pesquisa) e não se fará uso para outros tipos de assuntos/interesses. Vai-se buscar ocultar as fontes das informações sendo disponibilizadas somente ao comité de ética da Universidade, quando houver solicitação. Em caso de dúvida ou questionamentos sobre a pesquisa ou questões expostas neste questionário, por favor, me contate (+258-828483920) ou me escreva (helsio.azevedo@hotmail.com). Agradeço, desde já, a sua colaboração na presente iniciativa.

Nome _____ **do**

estabelecimento: _____

Ano _____ **de** _____ **abertura** _____ **e**

Localização: _____

Categoria/Classificação

Oficial: _____

Contatos:

E-mail _____ (s)- _____

Telefone: _____

Skype: _____ **Facebook:** _____

Por favor, marque com uma bola ou um x o número escolhido ou correspondente a sua resposta. por favor, argumente sua resposta quando for possível.

A. Com qual modalidade de serviço trabalha?

- | | |
|--------------------|-------------------------|
| 1. Mergulho | 3. Pesca desportiva |
| 2. Safari oceânico | 4. Outros. Quais? _____ |

B. Indique, também, se trabalha com alguma das seguintes modalidades de serviços turísticos:

- | | |
|----------------|-------------------------|
| 1. Restaurante | 4. Passeio na cidade |
| 2. Alojamento | 5. Outros. Quais? _____ |
| 3. Eventos | |

C. Conhece a legislação (leis, regulamentos, etc.) turística moçambicana?

- | | |
|--------|--------------------------------|
| 1. Sim | 3. Alguma |
| 2. Não | 4. A muito que não me atualizo |

D. Tem por hábito planear a gestão dos riscos associados à segurança nas modalidades que comercializa?

- | | | |
|--------|--------|-------------|
| 1. Sim | 2. Não | 3. Não sabe |
|--------|--------|-------------|

c) Se respondeu não em D, é porque:

- | | |
|-------------|------------------------|
| 1. É inútil | 2. Tem custos elevados |
|-------------|------------------------|

L. Existe um departamento ou secção que trata de assuntos específicos de segurança de atividades da empresa?

1. Sim
Se sim em L, especifique o nome: _____.
2. Não

M. Existe um gerente de segurança na empresa?

1. Sim
2. Não

N. Existe formação do pessoal trabalhador para lidar com questões de segurança que afetam a eles próprios, aos clientes e visitantes?

1. Sim
2. Não
- b) Se sim em N, quantos estão formados?
1. 10%
2. 25%
3. 50%
4. 100%
5. Ou indique a quantidade de formados: _____

O. Durante as atividades da empresa, por turno, permanece no mínimo um trabalhador com formação em técnicas de primeiros socorros:

1. Sim
2. Não
3. Os trabalhadores deste estabelecimento não estão formados nestas técnicas.

P. A empresa informa aos clientes dos riscos das atividades comercializadas?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

Q. A empresa costuma registrar as ocorrências de acidentes?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe
- Se sim em Q, como faz esse registo?

R. Existem planos de emergência para as atividades que desenvolvem?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

S. Existe um telefone fixo, telemóvel, ou outro qualquer mecanismo de comunicação para usar em caso de ocorrência de uma situação de insegurança?

1. Sim
2. Não

Se sim em S, indique o meio que existe:

T. Que medidas de segurança costumam adotar no dia a dia de suas atividades:

1. Prevenção de assaltos;
2. Prevenção de incêndios;
3. Prevenção de roubos/furtos internos;
4. Prevenção de terrorismo;
5. Segurança alimentar;
6. Segurança ambiental;
7. Segurança de pessoas;
8. Segurança de saúde;
9. Segurança de transportes;
10. Segurança informática
11. Outras normas e características relevantes do destino (indique):

U. Adoptam uma política de prestação de informação e educação para os clientes/visitantes/turistas sobre:

- | | |
|---|--|
| 1. As normas e práticas em matéria de segurança do destino/atividades; | 6. Os serviços de expatriação (acesso a representantes consulares e diplomáticos e de colaboração com eles); |
| 2. Os potenciais e reais riscos e perigos do turista durante a sua visita; | 7. Serviços policiais; |
| 3. Os riscos de gerenciamento por área de atividade (p.e, mergulho, passeio a barco; pesca desportiva, passeio com viaturas, etc.); | 8. Os serviços de saúde (primeiros socorros, instalações e materiais e serviços de saúde de confiança); |
| 4. Os serviços de comunicação, instalações e medidas disponíveis para atender os visitantes em caso de emergência; | 9. Assistência em viagem; |
| 5. A assistência imediata (linhas telefónicas, serviços de emergência); | 10. Serviços de seguros; |
| | 11. Proteção ao consumidor; |
| | 12. Serviços de repatriação. |

V. A empresa possui algum tipo de seguro contra os riscos (assaltos, desastres naturais etc.) associados as suas atividades?

1. Sim 2. Não
Se sim em V, quais especificamente? :

- | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|----------------|
| 1. Assaltos | 3. Desastres naturais | 5. Terceiros |
| 2. Incêndios | 4. Todos os riscos | 6. Afogamentos |
| 7. Outros, cite por favor: _____. | | |

W. Que tipos de situações de insegurança já aconteceram dentro de seu estabelecimento/empresa?

- | | | |
|--------------------------|---|--|
| 1. Acidentes de trabalho | 10. Intoxicação alimentar | 18. Tsunami |
| 2. Atentados terroristas | 11. Intoxicação hídrica | 19. Vazamento de gás e produtos químicos |
| 3. Ciclone | 12. Penetração de sistemas informatizados | 20. Violação |
| 4. Desabamentos | 13. Roubo (com violência) | 21. Afogamento |
| 5. Espionagem | 14. Sabotagens | |
| 6. Explosões | 15. Sequestros | |
| 7. Furto | 16. Suicídios | |
| 8. Homicídios | 17. Terremoto | |
| 9. Incêndios | | |

X. Indique três tipos de situações de insegurança que já aconteceram, com maior frequência, dentro de seu estabelecimento/empresa?

- | | | |
|--------------------------|---|--|
| 1. Acidentes de trabalho | 9. Incêndios | 16. Suicídios |
| 2. Atentados terroristas | 10. Intoxicação alimentar | 17. Terremoto |
| 3. Ciclone | 11. Intoxicação hídrica (água) | 18. Tsunami |
| 4. Desabamentos | 12. Penetração de sistemas informatizados | 19. Vazamento de gás e produtos químicos |
| 5. Espionagem | 13. Roubo (com violência) | 20. Violação |
| 6. Explosões | 14. Sabotagens | 21. Outras(Indicar): |
| 7. Furto | 15. Sequestros | |
| 8. Homicídios | | |

Y. Existe na empresa um local ou espaço apropriado para armazenamento e depósito de material/equipamento?

1. Sim 2. Não



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA - TURISTAS

Saudações! Chamo-me Helsio Azevedo e sou o investigador principal da pesquisa de tese intitulada “*Turismo e Segurança: uma análise do município turístico de Inhambane, entre 2008-2012*”. Neste estudo buscamos identificar e avaliar os elementos de segurança turística para que possamos, a curto e médio prazo, sugerir e/ou adoptar medidas que visem a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos neste município. As questões respondidas serão usadas para fins académicos (pesquisa) e não se fará uso para outros tipos de assuntos/interesses. Vai-se buscar ocultar as fontes das informações sendo disponibilizadas somente ao comité de ética da Universidade, quando houver solicitação. Em caso de dúvida ou questionamentos sobre a pesquisa ou questões expostas neste questionário, por favor, me contate (+258-828483920) ou me escreva (helsio.azevedo@hotmail.com). Agradeço, desde já, a sua colaboração na presente iniciativa.

Por favor, marque com uma bola ou um x o número/letra escolhido (a) ou correspondente a sua resposta. Por favor, argumente sua resposta quando for possível.

Local de aplicação do questionário			
Nacionalidade			
País e cidade de residência			
1. Sexo	a) Masculino	b) Feminino	c) Outros (citar):
2. Estado Civil	a) Solteiro	b) Casado(a)	c) Separado(a)
	d) Viúvo(a)	e) Celibatário	f) Outro (citar):_____.
3. Escalão etário	a) [17-23]	b) [24-30]	c) [31-37]
	d) [38-42]	e) [43-49]	f) [50-56]
	g) [57-63]	h) [+ de 64]	-
4. Habilitações académicas	a) Ensino primário	b) Ensino técnico-profissional	c) Licenciatura
	d) Ensino básico	e) Ensino secundário	f) Especialização
	g) Mestrado	h) Doutoramento	i) Outro (citar):
5. Ocupação	a) Empresa privado	b) Emprego público	c) Profissional Liberal
	d) Aposentado	e) Empresário	f) Estudante
	g) Sem emprego	h) Outros (citar):	
6. Quais são as motivações da viagem?	a) Praia	b) Mergulho	c) Negócio
	d) Reunião de trabalho	e) Pesquisa	f) Safari Oceânico
	g) Treinamento/Capacitação	h) Eventos (festivais, etc.).	i) Património Cultural
	j) Outro (citar):		
7. Meio de transporte utilizado no município:	a) Carro alugado	b) Autocarro	c) Veículo institucional
	d) Táxi	e) A pé	f) Mota
	g) Tchopela/Tuk tuk	h) Chapa	i) Outros (citar):

8. Foi sua primeira viagem ao município de Inhambane (MI)? a) Sim b) Não

Se não em 8, quantas vezes já visitou o MI nos últimos 5 anos?_____.

9. Onde ficou hospedado?

(Marque com X a opção para cada alternativa)

14. Avaliação de qualidade da infraestrutura de segurança do MI

ITENS	Muito Bom (I)	Bom (II)	Razoável (III)	Mau (IV)	Muito Mau (V)	Não Sei (VI)
1. Estrada de acesso ao município						
2. Estradas do município						
3. Estradas de acesso aos atrativos do município						
4. Aeródromo (pista) de acesso ao município						
5. Aeródromo (instalações) de acesso ao município						
6. Sinalização no município						
7. Sinalização até os atrativos						
8. Sinalização no local de atrativos do município						
9. Iluminação pública						
10. Iluminação nos locais de interesse turístico						
11. Limpeza urbana						
12. Limpeza dos locais com atrativos						
13. Qualidade dos transportes rodoviários						
14. Qualidade dos transportes marítimos						
15. Serviços de Comunicação no município						
16. Serviços de Saúde no município						
17. Serviços de Saúde nos locais de atrativos						
18. Policiamento no município						
19. Policiamento nos locais de atrativos turísticos						
20. Disponibilização de informação meteorológica						
21. Informações gerais do poder público sobre o destino (serviços de informação turística)						
22. Qualidade das águas das praias						
23. Segurança pública no geral						

15. Avaliação de qualidade da infraestrutura de segurança do local de hospedagem, de restauração e de serviços turísticos do MI

ITENS	Muito Bom (I)	Bom (II)	Razoável (III)	Mau (IV)	Muito Mau (V)	Não Sei (VI)
1. Qualidade das instalações do local de hospedagem						
2. Qualidade da limpeza e higiene dos quartos						
3. Qualidade da limpeza e higiene da casa de banho do local de hospedagem						
4. Qualidade da limpeza e higiene da casa de banho de outros locais visitados						
5. Qualidade das instalações do local dos restaurantes, bares, lanchonetes						
6. Qualidade dos alimentos consumidos						

7. Qualidade das bebidas consumidas						
8. Qualidade da água nos estabelecimentos						
9. Qualidade do ar nos estabelecimentos						
10. Qualidade das informações prestadas sobre o local <i>online</i>						
11. Qualidade das informações prestadas sobre o local nos estabelecimentos visitados						
12. Qualidade dos meios de segurança internos (câmaras, cofre, extintor, etc.)						
13. Apresentação e Higiene dos trabalhadores						
14. Visualização da sinalização para emergência						
15. Qualidade da Iluminação nas mediações do local de alojamento						
16. Segurança nas atividades de entretenimento realizadas (mergulho, safari, etc.)						
17. Segurança privada de modo geral						

16. Avaliação da imagem do destino antes da visita

ITENS	Muito Boa (I)	Boa (II)	Razoável (III)	Má (IV)	Muito Má (V)	Não Sei (VI)
1. Continente Africano						
2. Moçambique						
3. Município de Inhambane						

17. Avaliação da imagem do destino depois da visita

ITENS	Muito Boa (I)	Boa (II)	Razoável (III)	Má (IV)	Muito Má (V)	Não Sei (VI)
1. Continente Africano						
2. Moçambique						
3. Município de Inhambane						

18. Em sua opinião, que deve ser melhorado em termos de segurança neste município?

Obrigado por seu tempo e respostas!



**GOIAS FEDERAL UNIVERSITY
INSTITUTE OF SOCIO-ENVIRONMENTAL STUDIES**

QUESTIONNAIRE FOR SUCURITY EVALUATION-TOURISTS

Greetings! My name is Helsio Azevedo and I am the main researcher for a research theses entitled *“Tourism and Security: an analyses of Inhambane tourist municipality for the period of 2008-2012”*. In this study we aim at identifying and evaluating the elements of tourist security in order to, in a short or medium period of time, suggest and/or adopt measures that envisage the quality improvement of products and services offered in this municipality. The answer will be used only for academic purposes (research) and they will not be made available to any third party. It is ensured that the sources of information remain hidden and will only be available to the University ethics committee when there is a request. In case there is any doubt or need for more details concerning this research or the questions asked in this questionnaire, please, contact me on (+258-828483920) or write to me (helsio.azevedo@hotmail.com). I thank you in advance for your collaboration in this initiative.

Please, mark with an x the number/letter you select or that correspond to your answer. Please

, provide an argument for your answer whenever possible.

Location where the questionnaire is being completed			
Nationality			
Country and place of residence			
1. Gender	a) Male	b) Female	-
2. Marital status	a) Single	b) Married	c) Divorced/separated
	d) Widow/widower	e) Celibate	f) Others (mention):
3. Age range	a) [17-23]	b) [24-30]	c) [31-37]
	d) [38-42]	e) [43-49]	f) [50-56]
	g) [57-63]	h) [64+]	-
4. Education/academic training	a) Primary school	b) Technical and/or professional training	c) University graduate
	d) Lower secondary	e) Upper secondary	f) Specialist
	g) Master's degree	h) Phd	i) Others (mention):
5. Occupation	a) Private company	b) Public servant	c) Self employed
	d) Retired	e) Businessman (woman)	f) Student
	g) Unemployed	h) Others (mention):	
6. Travel motivation	a) Beach	b) Diving	c) Business
	d) Meeting (professional)	e) Research	f) Oceanic safari/marine mega-fauna
	g) Training/professional development	h) Events (festivals, etc.).	i) Cultural heritage
	j) Others (mention):		
7. Means of transport utilized in the municipality:	a) Rented car	b) Coach	c) Institutional vehicle/company car
	d) Taxi	e) On foot	f) Motorbike
	g) Tchopela/Tuk tuk	h) Private local/regional bus/minibus	i) Others (mention):

[Go to the next page]

8. Was this your first trip to Inhambane Municipality (IM)? a) Yes b) No

If the answer to question number 8 is no, how many times have you visited IM in the last 5 years? _____.

9. Where did you stay?

- | | | |
|--------------------|----------------|------------------|
| a) Friend's house | d) Guest house | g) Lodge |
| b) Relatives house | e) Hotel | h) Others: _____ |
| c) Inn | f) Campsite | . |

10. Security measures you usually adopt when you prepare for your journey:

- | | |
|-----------------------------|--|
| 1. Assault prevention; | 8. Health security; |
| 2. Fire Prevention; | 9. Transport security; |
| 3. Prevention of robbery; | 10. Information technology security |
| 4. Prevention of terrorism; | 11. Other measures adopted for security at the destination (please specify): _____ |
| 5. Food security; | |
| 6. Environmental security; | |
| 7. Personal security; | |

11. Before travelling, did you look for information about IM? _____ regarding:

- | | |
|--|---|
| 1. I did not search for any information about the destination | 6. The availability of telephone line and emergency services; |
| 2. The norms and practices in relation to security at the destination; | 7. Expatriate services (access to consul representatives and diplomats as well as joint collaboration with them); |
| 3. The real and potential risks and dangers to tourists during their visit; | 8. Police services; |
| 4. The management of risk by activity field (e.g. vehicle driving, boat sailing, sport fishing, driving, etc.); | 9. Health services (first aid, facilities and equipment, reliable health services); |
| 5. The communication services, facilities and available measures for attending to visitors in the event of an emergency; | 10. Travel assistance; |
| | 11. Insurance services; |
| | 12. Consumer protection; |
| | 13. Repatriation services. |

12. When you arrived in the Municipality, were you presented with any sort of guidelines for modes of behavior to be adopted in this municipality?

- c) Yes d) No

If the answer to question 12 is yes, mention the type of rules that were presented to you:

13. Have you experienced any security situations during your visit to this destination:

- | | | |
|----------------------|---|-----------------------------------|
| 1. Drowning | 10. Food poisoning | 17. Suicide |
| 2. Terrorist attacks | 11. Health [problems arising from poor water quality] | 18. Earthquake |
| 3. Cyclone | 12. Cyber crime | 19. Tsunami |
| 4. Landslip | 13. Violent robbery | 20. Gas leak or chemical spillage |
| 5. Espionage | 14. Transit accidents | 21. Rape |
| 6. Explosion | 15. Mistreatment by authorities | 22. Others: _____. |
| 7. Robbery | 16. Kidnapping | |
| 8. Murder | | |
| 9. Fires | | |

[Go to the next page]

(Mark with X the option for each item)

14. Assessment of infrastructure security in IM

ITEMS (Quality of :)	Very Good (I)	Good (II)	Reasonable (III)	Bad (IV)	Very Bad (V)	I do not know (VI)
1. Roads for accessing the Municipality						
2. Municipality roads						
3. Road for access to the Municipality attractions						
4. Aerodrome (runway) for access to the municipality						
5. Aerodrome (facilities) for access to the municipality						
6. Road signs in the municipality						
7. Road signs for tourist attractions						
8. Signs in the municipality for tourist attraction						
9. Public illumination (lights)						
10. Illumination in the places of tourist interest						
11. Cleanliness of urban areas						
12. State of cleanliness at attraction sites						
13. Quality of road transport						
14. Maritime transport						
15. Communication						
16. Health services in the municipality						
17. Health services in the attraction sites						
18. Policing in the municipality						
19. Policing of the municipality attraction sites						
20. Availability of weather information						
21. General information about the destination						
22. Beach water						
23. Public security in general						

15. Assessment of infrastructure quality security in places of accommodation, restorations and tourist services of IM

ITEMS	Very Good (I)	Good (II)	Reasonable (III)	Bad (IV)	Very Bad (V)	I do not know (VI)
1. Quality of facilities at accommodation sites						
2. Quality of cleanliness and hygiene in the rooms						
3. Quality of cleanliness and hygiene of washrooms (toilets) at accommodation sites						
4. Quality of cleanliness and hygiene in washrooms of other visited sites						
5. Quality of facilities in restaurants, bars and coffee shops						
6. Quality of consumed food						
7. Quality of consumed drinks						
8. Water quality in the establishment						
9. Air Quality in the establishment						
10. Quality of site information provided online						
11. Quality of information provided about the site in the establishments visited						
12. Quality of internal security (CCTV, extinguishers, safe/chest, etc.) at accommodation sites						
13. Presentation/appearance and hygiene of workers						
14. Clearly displayed emergency signaling						
15. Quality of illumination in the surroundings of accommodation sites						
16. Level of security four tourist activities (diving, safari, etc.)						
17. Private security in general						

16. ASSESSMENT OF DESTINATION IMAGE PRIOR TO THE VISIT

ITEMS	Very Good (I)	Good (II)	Reasonable (III)	Bad (IV)	Very Bad (V)	I do not know (VI)
1. African continent						
2. Mozambique						
3. Inhambane Municipality						

17. ASSESSMENT OF DESTINATION IMAGE AFTER VISITING

ITEMS	Very Good (I)	Good (II)	Reasonable (III)	Bad (IV)	Very Bad (V)	I do not know (VI)
1. African Continent						
2. Mozambique						
3. Inhambane Municipality						

18. In your opinion, what should be improved in terms of security in this municipality?

Thanks for your time and answers!

APÊNDICE 4

PONTO GEOREFERENCIADOS NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Ponto	Longitude	Latitude	NOME DO LOCAL	BAIRRO	DESCRIÇÃO
1	35,386722	-23,864111	ESHTI	CHALAMBE	EDUCAÇÃO
2	35,382750	-23,863528	MUSEU REGIONAL DE I'BANE	BALANE 1	MUSEU
3	35,383111	-23,862278	MESQUITA NOVA	BALANE 1	RELIGIÃO
4	35,381111	-23,862111	MESQUITA VELHA	BALANE 1	RELIGIÃO
5	35,380972	-23,862111	UNIVERSIDADE M. BIN BIQUE	BALANE 1	EDUCAÇÃO
6	35,386056	-23,868861	PRAÇA DOS HEROIS	BALANE 2	PRAÇA
7	35,385694	-23,868222	1 ESQUADRA DA PRM	BALANE 2	POLICIA
8	35,385694	-23,868222	LANCHONETE	BALANE 2	RESTAURANTE
9	35,385500	-23,868111	BANCO SOCREMO	BALANE 2	BANCO
10	35,384972	-23,868806	MERCADO CENTRAL	BALANE 2	MERCADO
11	35,384639	-23,869028	RESTAURANTE PONTO FINAL	BALANE 2	RESTAURANTE
12	35,384111	-23,868972	TERMINAL DE PASSAGEIROS	BALANE 2	RODOVIARIA
13	35,378750	-23,862222	HOTEL CASA DE CAPITÃO	BALANE 1	ALOJAMENTO
14	35,378750	-23,863444	PENSÃO PACHIÇA TOURIST LODGE	BALANE 1	ALOJAMENTO
15	35,379667	-23,863722	PARQUE INFANTIL	BALANE 1	PARQUE
16	35,380500	-23,865778	IGREJA NOVA	BALANE 1	RELIGIÃO
17	35,380806	-23,865972	IGREJA VELHA	BALANE 1	RELIGIÃO
18	35,380833	-23,866639	PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA	BALANE 1	PRAÇA
19	35,379944	-23,867194	PORTO DE INHAMBANE	BALANE 2	PORTO
20	35,380028	-23,867556	SNACK BAR TI-JAMU	BALANE 2	RESTAURANTE
21	35,380333	-23,868028	PORTICO DAS DEPORTAÇÕES	BALANE 2	MONUMENTO
22	35,380778	-23,869222	CRUZ VERMELHA	BALANE 2	SAÚDE

23	35,381889	-23,869111	CASA PROVINCIAL DE CULTURA	BALANE 2	CULTURA
24	35,381917	-23,868972	CINEMA TOFO	BALANE 2	ENTERTENIMENTO-CINEMA
25	35,381889	-23,868611	DISCOTECA ZOOM	BALANE 2	ENTERTENIMENTO-DISCOTECA
26	35,381167	-23,868694	INTERNET CAFÉ	BALANE 2	COMUNICAÇÃO
27	35,381694	-23,867722	FARMACIA (INHAMBANE)	BALANE 2	SAÚDE
28	35,381694	-23,867722	BANCO BIM	BALANE 2	BANCO
29	35,383944	-23,869306	RESTAURANTE XIMA	BALANE 2	RESTAURANTE
30	35,382889	-23,869833	CLINICA INHAMBANE	BALANE 2	SAÚDE
31	35,383167	-23,870944	PADARIA E PASTELARIA UNIVERSAL	BALANE 2	PADARIA
32	35,383278	-23,871944	FARMANCIA VITAL	BALANE 2	SAÚDE
33	35,382778	-23,869694	MADINA GUEST HOUSE RESIDENCIAL	BALANE 2	ALOJAMENTO
34	35,384028	-23,868472	BAIA TURISMO TRANSPORTE E SERVIÇOS	BALANE 2	AGÊNCIA
35	35,382944	-23,868361	SUPERMERCADO INHAMBANE	BALANE 2	MERCADO
36	35,385528	-23,866472	CPRD/INTERNET EMAIL	BALANE 2	COMUNICAÇÃO
37	35,386028	-23,865306	CORREIOS DE MOÇAMBIQUE	CHALAMBE 1	CORREIOS
38	35,386889	-23,865639	COMBOIO/ CAMPO DE FUTEBOL	CHALAMBE 1	MONUMENTO/ENTERTENIMENTO
39	35,546500	-23,854917	TERMINAL DE PASSAGEIROS	JOSINA MACHEL	RODOVIARIA
40	35,381528	-23,867472	RESTAURANTE MAÇAROCA	BALANE 2	RESTAURANTE
41	35,381389	-23,867250	RESTAURANTE VERDINHOS	BALANE 2	RESTAURANTE
42	35,381639	-23,866222	BANCO BCI	BALANE 1	BANCO
43	35,381639	-22,866222	TAKE AWAY SAZARIA	BALANE 2	RESTAURANTE
44	35,382639	-23,866056	CAFÉ DE HOTEL	BALANE 1	RESTAURANTE
45	35,382639	-23,866056	HOTEL DE INHAMBANE	BALANE 1	ALOJAMENTO
46	35,382750	-23,866056	BANCO BARCLAYS	BALANE 1	BANCO
47	35,384250	-23,863500	POSTO DE SAÚDE	BALANE 1	SAÚDE
48	35,382750	-23,866250	BOMBA PETROMOC	BALANE 2	POSTO DE GASOLINA

49	35,384056	-23,865722	BOMBEIROS	BALANE 1	BOMBEIROS
50	35,384056	-23,865722	POLICIA MUNICIPAL	BALANE 1	POLICIA
51	35,384056	-23,865722	OFICINA	BALANE 2	OFICINA
52	35,547750	-23,855444	ALBATROZ IDA	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
53	35,548972	-23,855222	CASA BARRY LODGE	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
54	35,546667	-23,854278	RESTAURANTE CONCHA	JOSINA MACHEL	RESTAURANTE
55	35,545861	-23,855111	RESTAURANTE CASA DE COMER	JOSINA MACHEL	RESTAURANTE
56	35,545861	-23,855028	CHAT'N CHILL	JOSINA MACHEL	COMUNICAÇÃO
57	35,545722	-23,854472	DIVERSITY SUCUBA	JOSINA MACHEL	MERGULHO
58	35,545694	-23,854417	WATERWORKS	JOSINA MACHEL	RESTAURANTE
59	35,546306	-23,854028	MERCADO DE VENDAS DE OBRA DE ARTE	JOSINA MACHEL	MERCADO
60	35,546083	-23,854111	CFM TOFO LODGE	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
61	35,561917	-23,853833	JOHN'S PLACE	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
62	35,545139	-23,853750	TOFO ONLINE INTERNET CAFÉ	JOSINA MACHEL	COMUNICAÇÃO
63	35,544417	-23,852583	NORDINS LODGE ACOMODAÇÃO	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
64	35,543417	-23,851222	FATIMA'S NEST	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
65	35,542306	-23,849333	DINO'S BAR	JOSINA MACHEL	RESTAURANTE
66	35,541611	-23,848472	TOFO SCUBA	JOSINA MACHEL	ENTERTENIMENTO - MERGULHO
67	35,538361	-23,841278	BAMBUZI LODGE/REST./BAR/ACOMODAÇÃO	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
68	35,545889	-23,855833	TOFO TOFO RESTAURANTE	JOSINA MACHEL	RESTAURANTE
69	35,546222	-23,856028	POSTO POLICIAL	JOSINA MACHEL	POLICIA
70	35,551361	-23,865389	TOFO BEACH COTAGES	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
71	35,547639	-23,868417	CAMPISMO MUNICIPAL DO TOFINHO	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
72	35,544806	-23,863583	TURTLE COVE SURF	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
73	35,544917	-23,861222	ALMA (ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA E MEIO AMBIENTE)	JOSINA MACHEL	ONG AMBIENTAL
74	35,547972	-23,860361	INNOS CHILL-OUT BAR	JOSINA MACHEL	ENTERTENIMENTO/RESTAURANTE

75	35,547750	-23,855750	PERI PERI DIVERS	JOSINA MACHEL	ENTRETENIMENTO-MERGULHO
76	35,552778	-23,866389	DOLPHIS PARADISE	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
77	35,553944	-23,866417	SIMBOLO DA ESCRAVATURA	JOSINA MACHEL	MONUMENTO
78	35,553222	-23,869917	CASA JOHN (COMPLEXO TURISTICO)	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
79	35,553083	-23,867833	CASA AMARELA	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
80	35,551083	-23,870250	CASA MALCAMPO	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
81	35,554167	-23,867556	BURACO DOS ASSASSINATOS	JOSINA MACHEL	MONUMENTO
82	35,501444	-23,844722	CRUZAMENTO DE BABALAZA	JOSINA MACHEL	CRUZAMENTO
83	35,501333	-23,844889	BAR BABALAZA	JOSINA MACHEL	RESTAURANTE
84	35,501139	-23,845306	MERCADO DE BABALAZA	JOSINA MACHEL	MERCADO
85	35,518444	-23,800083	SUNSET LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
86	35,520944	-23,796583	QUATRO AMIGOS LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
87	35,520944	-23,795889	MARLIM LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
88	35,521583	-23,793694	BARACUDA LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
89	35,514222	-23,850222	BOMBAS/BANCO/LOJA DE SOUVENIRES	JOSINA MACHEL	POSTO DE GASOLINA
90	35,526694	-23,855194	BLUE STAR RESIDENCIAL	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO
91	35,512611	-23,848361	VASCO DA GAMA LODGE	JOSINA MACHEL	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
92	35,511972	-23,818389	MERCADO DO SALÃO	CONGUIANA	MERCADO
93	35,516778	-23,801944	BELA VISTA LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
94	35,516389	-23,802694	MERCADO DE CONGUIANA	CONGUIANA	MERCADO
95	35,517889	-23,802472	CHUVA AZUL LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
96	35,523250	-23,793111	MAD MUZZIES BAR	CONGUIANA	RESTAURANTE
97	35,482806	-23,883389	MERCADO MUNICIPAL DE MACHAVENGA	MACHAVENGA	MERCADO
98	35,515833	-23,793972	PALM GROVE LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
99	35,519028	-23,793917	ANDA CA LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
100	35,520694	-23,793722	VISTA DO MAR LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO

101	35,521500	-23,793722	BARRACUDA LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
102	35,518111	-23,794083	WA-GAYA@BARRA	CONGUIANA	ALOJAMENTO
103	35,508111	-23,789778	BARRA BEACH CLUB	CONGUIANA	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
104	35,510722	-23,791806	BARRA LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
105	35,495667	-23,786111	FLAMINGO BAY	CONGUIANA	ALOJAMENTO E RESTAURANTE
106	35,497944	-23,783694	WHITE SAND	CONGUIANA	ALOJAMENTO
107	35,497944	-23,785583	CAMP BELLS BAY	CONGUIANA	ALOJAMENTO
108	35,498444	-23,786111	BAY VIEW LODGE	CONGUIANA	ALOJAMENTO
109	35,500111	-23,786278	JAY BAY	CONGUIANA	ALOJAMENTO
110	35,502806	-23,786833	MAKOLO BAY	CONGUIANA	ALOJAMENTO
111	35,503528	-23,787222	FAIR KIND COTTAGES	CONGUIANA	ALOJAMENTO

APÊNDICE 5

WORKSHOP SOBRE SEGURANÇA TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE I'BANE

a) LOCAL DO EVENTO

- Cidade de Inhambane – Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane/ Sala de Conferências

b) DATA DO EVENTO

- 10/12/2014

c) PRESSUPOSTOS DO ENCONTRO:

1. Os dezesseis anos de conflito armado interno (1976-1992) proporcionam ao país uma invisibilidade na escala internacional que está relacionada também a imagem de insegurança resultante desse conflito;
2. A província e o município de Inhambane têm sua base de desenvolvimento atrelada ao aproveitamento de recursos turísticos;
3. A Lei do Turismo (4/2004):
 - a. No seu artigo 3 § i) define que um dos objetivos da mesma é estimular medidas de segurança e tranquilidade dos turistas, consumidores e fornecedores de produtos e serviços turísticos;
 - b. No seu artigo 16 § f) define que os fornecedores têm o dever de zelar pela existência de sistemas seguros e de assistência apropriados que garantam, nomeadamente a responsabilidade civil dos danos corporais e materiais causados aos turistas e consumidores de produtos e serviços turísticos, assim como a terceiros por erro, ação ou omissão, com ou sem culpa, ocorridas no âmbito do exercício da atividade turística;
 - c. No seu artigo 20 § d) define que os turistas, consumidores de produtos e serviços turísticos devem gozar de tranquilidade, privacidade e segurança pessoal e dos seus bens;
 - d. No seu artigo 20 § f) define que os turistas, consumidores de produtos e serviços turísticos devem gozar de serviços turísticos em boas condições de higiene e limpeza;
 - e. No seu artigo 20 § g) define que os turistas, consumidores de produtos e serviços turísticos devem obter a devida informação para prevenção de acidentes e doenças contagiosas.

4. O Ministério do Turismo através do PEDTM - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (2004, p. 42) identificou o fator segurança como um dos constrangimentos para o desenvolvimento do turismo neste país;
5. Ocorrência de pirataria marítima e de fenómenos naturais extremos (ciclones, terremoto, etc.) na costa moçambicana e de Inhambane;
6. Aumento das sinistralidades nas rodovias nacionais e de casos de raptos a empresários;
7. Fragilidades/degradação das vias de acesso e sua vulnerabilidade em relação à fenómenos naturais como precipitação condicionando a transitabilidade;
8. Desarticulação entre os agentes de desenvolvimento turístico;
9. Aproximação da época de pico intensa da atividade turística;
10. Inexistência de discussões sobre o assunto – segurança turística.

d) OBJETIVOS DO WORKSHOP

1. Exposição sobre a importância e necessidade da incorporação do aspecto segurança nas atividades turísticas;
2. Identificação das atribuições de cada ator no incremento da segurança e na redução dos riscos decorrentes da realização de atividades turísticas;
3. Identificação das fraquezas, forças, ameaças e oportunidades da atividade turística em relação a gestão do aspecto segurança (público, privado, sociedade civil, etc.);
4. Auscultação de recomendações para a boa gestão turística – aspectos sobre segurança;
5. Despertar o interesse pela pesquisa sobre segurança e turismo em Moçambique.

e) INSTITUIÇÕES PROMOTORAS/FACILITADORA

- UEM-ESHTI/UFG

f) APOIO

- Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

g) INSTITUIÇÕES CONVIDADAS

1. Administração Marítima de Inhambane;
2. Aeroportos de Moçambique;
3. Associação dos Comerciantes de Inhambane
4. Associação dos Escultores de Inhambane
5. Associações dos Agentes de Hotelaria, Restauração e Turismo de Inhambane;
6. Associações dos Agentes de Transporte - ASTROI;
7. Associações dos Agentes de Transportes Marítimos
8. Centro de Higiene Ambiental e Exames Médicos (CHAEM);
9. Centro Regional de Ciência e Investigação – Delegação de Inhambane
10. *Chefe do Bairro de Balane 1*
11. *Chefe do Bairro de Balane 2*
12. *Chefe do Bairro de Balane 3*
13. *Chefe do Bairro de Conguiana*
14. *Chefe do Bairro de Josina Machel*
15. *Chefe do Bairro de Liberdade 3*
16. *Chefe do Bairro de Machavenga*
17. *Chefe do Bairro de Muele 1*
18. *Chefe do Bairro de Nhamua*
19. Comando Provincial da PRM (CPPRM) – Inhambane (Policia Civil);
20. Comando Provincial da PRM (CPPRM) – Inhambane (Policia de Transito);
21. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – CMCI (Policia Municipal);
22. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – CMCI (Vereação do Turismo);
23. Direção de Saúde da Cidade de Inhambane;
24. Direção Provincial da Indústria e Comércio de Inhambane
25. Direção Provincial de Educação
26. Direção Provincial de Juventude e Desportos
27. Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação
28. Direção Provincial do Plano e Finanças - DPPF;
29. Direção Provincial do Trabalho - DPT;
30. Direção Provincial do Turismo de Inhambane - DPTUR;
31. Direção Provincial dos Transportes de Inhambane
32. Direção Provincial para Coordenação da Ação Ambiental - DPCAA;
33. Eletricidade de Moçambique
34. Facilitador 1 - Helsio Azevedo
35. Facilitador 2 - Daniel Zacarias
36. Facilitador 3 - Pascoal Chongole
37. Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
38. Instituto Nacional de Transportes Terrestre
39. Ivandra Culpa
40. ONG's locais - ALMA
41. ONG's locais - Associação dos Mergulhadores de Inhambane
42. Operador Turístico da Barra
43. Operador Turístico da praia da Rocha
44. Operador Turístico do Tofinho
45. Operador Turístico do Tofo
46. Operados Turísticos da Cidade de Inhambane
47. Rádio Moçambique
48. Representação do Estado no Município de Inhambane
49. Serviço Nacional de Salvação Pública (SNSP) - Inhambane;
50. Serviços Provinciais de Meteorologia
51. Serviços Provinciais de Migração e Alfândegas (SPMA) - Inhambane;
52. Sociedade Notícias
53. Televisão de Moçambique

h) PROGRAMA DO EVENTO

Data: 10/12/2013

Local: Sala de Conferências

Horas **Atividade**

08:00 - 08:30: Inscrição dos participantes

08:30 - 09:00: Abertura do evento – Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane e Senhora Diretora da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane.

09:00 - 09:30: Apresentação Oral 1

Tema: Segurança e o turismo: seus agentes e sua importância para o sucesso do setor (dr. Helsio Azevedo - UEM/ESHTI).

09:30 - 10:00: Apresentação Oral 2

Tema: Os casos de insegurança turística verificados na província/município de Inhambane e seus impactos para o setor. (Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane).

10:15 - 10:45: Lanche

11:00 - 13:00: Atividade prática 1 - *Identificação dos pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades em relação a segurança nos diferentes tipos de agentes da segurança. Em grupos de 10 elementos, cada um dos intervenientes vai expor a realidade em que vive sobre a situação da segurança. Moderadores: dr. Helsio Azevedo e dr. Daniel Zacarias e dr. Chongole - UEM/ESHTI.*

13:15 - 14:15: Intervalo para almoço

14:15 - 15:15: Atividade prática 2 - *Apresentação dos resultados e discussão*

15:15 - 16:15: Atividade prática 3 - *Auscultação de recomendações dos intervenientes para a melhoria da segurança turística municipal.*

16:30 - Enceramento das atividades

17:00 - Lanche

FOTOGRAFIAS DA ATIVIDADE DE WORKSHOP

ANEXO 1

1 - LISTA DE INSTITUIÇÕES DE ALOJAMENTO E DE RESTAURANTE DO
MUNICÍPIO DE INHAMBANE

A - LISTA DE ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO

Nº	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	QQ	QC	CATEGORIA	CLASS.	TH	TM
1	Casa Barry, Lda	Josina Machel	33	51	Lodge	3ª	53	10
2	Hotel Inhambane	Balane 1	35	62	Hotel	2ª	23	8
3	Hotel Casa do Capitão	Balane 1	24	48	Hotel	4ª	21	10
4	Fatima´s Nest	Josina Machel	40	135	-	Única	30	8
5	Casa John, Lda	Josina Machel	19	35	-	Única	9	3
6	Aquático Ocean	Josina Machel	8	8	-	Única	2	2
7	Nordino´s Lodge	Josina Machel	12	18	Lodge	Única	3	2
8	Blue Roof	Josina Machel	-	-	-	Única	-	-
9	Tofo Beach Cottages	Josina Machel	21	21	-	Única	12	0
10	Casa Malcampo	Josina Machel	26	26	-	Única	6	1
11	Mango Beach	Josina Machel	12	39	Lodge	Única	7	1
12	Aquático Ocean Lodge	Josina Machel	-	-	-	Única	-	-
13	Albatroz, Lda	Josina Machel	17	26	Lodge	2ª	11	12
14	Bamboozé Beach Lodge	Josina Machel	25	111	Lodge	1ª	23	9
15	Grupo Mintholo SA	Josina Machel	48	108	Hotel Resorte	2ª	24	7
16	Baia Sonámbula	Josina Machel	5	10	-	Única	3	4
17	Mozambeat Motel	Josina Machel	7	21	Estalagem	-	10	0
18	Casa Azul / Mar	Josina Machel	7	14	-	Única	6	1
19	CFM Tofo Lodge	Josina Machel	10	20	-	Única	1	1
20	Paradise Dunes	Josina Machel	17	34	-	Única	4	1
21	Tree House - Turtle Love	Josina Machel	2	4	-	Única	2	1
22	Casa Algodoal	Josina Machel	2	4	-	Única	3	2
23	Anastanseia	Josina Machel	4	12	-	Única	3	0
24	Turtle Cove	Josina Machel	12	31	Lodge	1ª	9	8
25	Beach House	Josina Machel	1	6	-	Única	2	0
26	Guest House Sudeisse	C. Inhambane	12	16	-	Única	2	3
27	Casa Jeben, Lda	C. Inhambane	5	5	-	Única	4	2
28	Janie (PTY)	C. Inhambane	13	26	Pensão	-	5	2
29	Pachiça Tourist Lodge	Balane 1	6	21	Hotel Residencial	-	7	10
30	Hotel Residencial JK	Balane 2	5	5	Hotel	3ª	3	4
31	Casa de Light	Conguiana	8	24	Acomodação	3ª	7	1
32	Farol da Barra	Conguiana	-	-	Alojamento	2ª	16	2
33	For Away Lodge	Conguiana	51	84	Acomodação	3ª	3	4
34	Fugeno Lodge	Conguiana	5	5	Alojamento	-	5	
35	Praia Azul Lodge	Conguiana	37	37	Alojamento	-	16	1
36	Zawahaki Lodge	Conguiana	24	30	Alojamento	-	9	2
37	Marlin Lodge	Conguiana	6	11	Alojamento	-	-	-
38	Areia Branca Lodge	Conguiana	33	49	Alojamento	3ª	10	3
39	Sun Set Lodge	Conguiana	18	58	Acomodação	1ª	21	3
40	Bay View Lodge	Conguiana	21	34	Alojamento	1ª	17	9
41	Makolo Bay	Conguiana	26	26	Alojamento	2ª	21	1
42	Melric Investimentos	Conguiana	22	30	Alojamento	-	7	-

43	Ondas do Mar	Conguiana	19	27	Alojamento	-	4	<u>2</u>
44	Montanha Lodge	Conguiana	42	84	Alojamento	-	9	<u>2</u>
45	Lite House Lodge	Conguiana	8	8	Alojamento	-	4	<u>0</u>
46	Vista do Mar	Conguiana	10	15	Alojamento	-	12	10
47	Casa do Mangal	Conguiana	6	12	Alojamento	-	2	0
48	Barra Lodge	Conguiana	61	234	Lodge	1 ^a	120	80
49	Barra Beach Club	Conguiana	11	11	Lodge	2 ^a	25	5
50	Coco Vew View	Conguiana	8	12	Alojamento	-	-	-
51	Self Catering Lodge	Conguiana	-	-	Alojamento	-	-	-
52	Manta da Barra	Conguiana	37	49	Lodge	3 ^a	12	2
53	Duna Branca	Conguiana	42	56	Lodge	1 ^a	2	0
54	Palm Grove Lodge	Conguiana	41	69	Lodge	3 ^a	19	8
55	Campbelles Bay, Lda	Conguiana	8	8	Lodge	3 ^a	16	1
56	Flamingo Bay	Conguiana	20	20	Hotel Resorte	2 ^a	70	10
57	White Sands	Conguiana	8	39	Lodge	3 ^a	4	1
58	Wa Gaya Lodge	Conguiana	-	-	-	-	-	-
59	Fatikaki, Lda	Conguiana	27	39	Lodge	-	-	-
60	Crabtree Lodge	Conguiana	11	15	Lodge	-	4	-
61	Sociedade Maki Sure,	Conguiana	12	20	Lodge	1 ^a	6	-
62	Sentidos Beach Lodge	Conguiana	-	-	-	-	-	-
63	Bali Hae Lodge	Conguiana	63	43	Lodge	3 ^a	14	5
64	Dorado Lodge	Conguiana	-	-	-	-	-	-
65	Bela Vista Lodge	Conguiana	-	-	Lodge	-	-	-
66	Lalapazivi	Conguiana	-	-	-	-	-	-
67	Bali Hai Lua	Conguiana	-	-	-	-	-	-
68	Quatro amigos Lodge	Conguiana	-	-	-	-	-	-
69	Casa Dobe	Conguiana	-	-	-	-	-	-
70	Barra Cuda Lodge	Conguiana	-	-	-	-	-	-
71	Shibumi Lodge	Conguiana	12	17	-	-	-	-
72	Casa da Lucia	Conguiana	7	7	Lodge	1 ^a	-	-
73	Jay Bay	Conguiana	25	40	-	-	-	-
74	Neptune Lodge	Conguiana	-	-	-	-	-	-
75	Casa da Duna	Conguiana	-	-	-	-	-	-
76	Querimba Lodge	Inhambane	-	-	Alojamento	-	-	-
77	Centro Social da OCRM	Balane 2	-	-	-	-	-	-
78	Africa Tropical	Balane 2	8	8	Pensão	-	7	5
79	Loja Ndau	Josina Machel	6	3	Bar	Única	2	0
80	Centro da OMM	Muelé 1	20	46	Pensão	3 ^a	6	17
TOTAL			1191	2187			758	286

Legenda: QQ – Quantidade de Quartos, QC – Quantidade de Camas - TH-Trabalhadores Homens, TM-Trabalhadores Mulheres.

Fonte: Adaptado/DPTURI, 2012.

B - LISTA DE ESTABELECIMENTOS DE RESTAURANTE

Nº	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	MESAS	CADEIRAS	CATEGORIA	TH	TM
1	Discoteca Ti-Jamú	Balane 2	20	200	Snack-Bar	8	4
2	Clube Comodoro	Balane 1	32	124	Restaurante	13	9
3	Kelven Serviços	C. Inhambane	11	60	Restaurante	4	4
4	Dinos Beach Bar	Josina Machel	20	46	Restaurante	14	15
5	Casa de Comer Lda	Josina Machel	15	51	Restaurante	7	7
6	Tofo - Tofo	Josina Machel	13	13	Restaurante	1	6
7	Inno Chil - Out Bar	Josina Machel	16	16	Bar	2	1
8	Lanchonete	Balane 2	10	45	Bar	2	4
9	Take Away 24 Horas	C. Inhambane	-	-	Bar	1	1
10	Tofo Scuba	Josina Machel	8	16	Restaurante	5	5
11	Vasco da Gama	Inhambane	4	56	Restaurante		
12	John's Place	Josina Machel	7	20	Snack-Bar	3	1
13	Bar do Aeroporto	Bairro Aeroporto	3	9	Bar	1	2
14	Puig Sociedade Unipessoal	Josina Machel	5	17	Bar	3	0
15	Restaurante Concha	Josina Machel	14	58	Restaurante	5	9
16	The Water Works	Josina Machel	8	32	Snack-Bar	5	3
17	Frutos do Mar	Josina Machel	4	10	Bar	3	0
18	Sociedade Coco Rico	C. Inhambane	13	50	Restaurante	7	4
19	Bar Babalaza	Cruzamento Barra	6	42	Bar	5	5
20	XIMA	Balane 2	8	24	Restaurante	2	5
21	Restaurante TIC-TIC	C. Inhambane	10	40	Restaurante	2	2
22	Ponto Final	Balane 2	15	60	Restaurante	12	0
23	Centro Social Ngoma	C. Inhambane	4	19	Bar		2
24	Paradiso Resort	Conguiana	7	10	Restaurante	5	1
25	Água de Coco	Conguiana	12	48	RESTAURANTE	4	1
26	Xikengelo Cyber Café	C. Inhambane	10	20	Bar	3	2
27	No Muniz	Muelé 1	14	66	Bar	3	4
28	Restaurante Ferroviário	Liberdade	11	44	Restaurante	1	5
29	Take Away Canto Aberto	C. Inhambane	1	4	Restaurante	1	0
30	Tia Adélia	C. Inhambane	3	6	Bar	1	1
TOTAL			304	1206		123	103

Legenda: TH-Trabalhadores Homens, TM-Trabalhadores Mulheres.

Fonte: Adaptado/DPTURI, 2012.